

PERFIL DA INSTITUIÇÃO IDS

Perfil da Organização	
Nome da Organização:	INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE
Endereço:	Travessa Dona Paula, 1 - cj. 4 - Higienópolis
CEP:	06846-510
Município:	São Paulo
Estado:	SP
Ano de fundação da organização:	2009
A instituição possui várias sedes? Se sim, onde?	Não
Titulações:	OSCIP e CADEA (Certificado de Reconhecimento de Entidade Ambientalista)
Liderança atual da organização:	Ricardo Young Silva (Diretor Presidente)
Fundador da organização:	Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto, Alfredo Helio Sirkis, Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão, André Rodolfo de Lima, Bazileu Alves Margarido Neto, Carlos Alberto Ricardo, Carlos Alberto Marques Novaes (ex-fundador), Carlos Antonio Rocha Vicente, Guilherme Peirão Leal, João Paulo Ribeiro Capobianco, José Adalberto Veríssimo, José Rubens Pereira Gomes, Luiz Eduardo Soares, Márcio José Brando Santilli, Maria Alice Setúbal, Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Maristela Bezerra Bernardo, Muriel Saragoussi, Oded Grajew, Pedro Ivo de Souza Batista, Pedro Wilson Leitão Filho, Ricardo Cavaliere Guimarães, Ricardo Young Silva, Roberto Isao Kishinami, Suzana Machado Pádua
Qual o número total de pessoas que trabalham na organização?	4
Quantos voluntários a organização possui?	43
A organização já passou por auditoria externa?	Sim
Quantos projetos a instituição já executou?	18
Quantos projetos a instituição executa atualmente?	3
Em quais territórios a instituição já trabalhou?	São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Maceió
Em quais territórios a instituição atua atualmente?	São Paulo, Brasília e Maceió

Obs. Anexar breve apresentação/histórico da organização

APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO IDS



www.idsbrasil.org

Com o propósito de estimular reflexões e propor ações que tivessem como foco a **democracia para a sustentabilidade**, o IDS é fundado em 2009, por um grupo de lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e sociais, como um *Think tank*.

Somos uma organização da sociedade civil, plural e apartidária.

Visão

Convergir e potencializar ideais e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21.

Missão

Ser um ator relevante da sociedade civil nos processos locais, regionais, nacionais e internacionais para a construção de um novo acordo social que tenha a democracia e sustentabilidade como valores centrais.

Objetivos Gerais e Permanentes

- Estimular o desenvolvimento a partir da integração das potencialidades **sociais, ambientais e econômicas** do Brasil, que tenha como elementos centrais o **uso sustentável de recursos naturais** e a **diversidade cultural e biológica**, articulando-as a partir de ferramentas inovadoras de participação social;
- Promover, realizar e divulgar projetos, pesquisas e estudos que proponham **soluções aos problemas mais complexos** da sociedade;
- Fomentar a criação de um ambiente favorável para o avanço de **agendas positivas da sustentabilidade**, propostas por organizações sociais, empresariais, governamentais e políticas;
- Disseminar **informações e conhecimentos**, produzidos pelo IDS ou por terceiros, que identifiquem as conexões entre sustentabilidade e democracia, de forma a estimular o debate e influenciar **processos decisórios públicos e privados**.

Conselho Diretor

Ricardo Young (Presidente)

João Paulo Capobianco (Vice)

Adriana Ramos

Alexandra Reschke

Altair Assumpção

Roberto Kishinami

Suzana Machado Pádua

Somos 43 associados de distintos campos de atuação: empresarial, ativistas, políticos, acadêmicos.

Ricardo Young Empresário, graduado em administração de empresas pela FGV, pós-graduado em administração geral pela PDG/Exec (atual INSPER) e também pós-graduado na Teoria U e sua aplicação em desenvolvimento territorial pelo MIT. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, até dezembro de 2006. Exerceu vida pública entre 2010 e 2016, candidato ao Senado, a prefeito e eleito Vereador no Estado de São Paulo. Hoje é presidente do Conselho Deliberativo do Ethos e UniEthos, pesquisador no IEA USP e doutorando no tema de Cidades Sustentáveis, Inteligência Urbana e Governança.

João Paulo Capobianco Biólogo, Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Fundou e dirigiu diversas organizações da sociedade civil como a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental – ISA. Foi Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas e Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, presidente do conselho de Gestão do Patrimônio Genético e da Comissão Brasileira de Florestas, vice-presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Fundou e é dirigente da MoOmi Soluções Ambientais SA, empresa de tecnologia voltada ao desenvolvimento de alternativas de baixo impacto ambiental e reduzido consumo de energia no tratamento de efluentes domésticos e industriais.

Associados

Adriana Ramos

Alexandra Reschke

Alexandre de Almeida Youssef

Alfredo Helio Sirkis

Altair Assumpção

Álvaro Antonio Cardoso de Souza

Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão

André Rodolfo de Lima

Bazileu Alves Margarido Neto

Carlos Alberto Ricardo

Carlos Antonio Rocha Vicente

Eduardo Giannetti da Fonseca

Eduardo Rombauer van den Bosch

Eduardo Viveiros de Castro

Eustáquio Luciano Zica (licenciado)

Gabriela Barbosa Batista

Gilberto Câmara

Gisela Maria Moreau

Guilherme Peirão Leal

Jane Maria Villas Bôas

João Paulo Ribeiro Capobianco

Jorge Luiz Numa Abrahão

José Adalberto Veríssimo

José Rubens Pereira Gomes

Juliana Cibim

Luiz Eduardo Soares (licenciado)

Márcio José Brando Santilli

Maria Alice Setubal

Marina Silva

Maristela Bezerra Bernardo

Marussia Whately

Muriel Saragoussi

Oded Grajew

Paulo Henrique Ribeiro Sandroni

Pedro Ivo de Souza Batista

Pedro Wilson Leitão Filho

Raimundo Sergio Barros Leitão

Ricardo Cavalieri Guimarães

Ricardo Young Silva

Roberto Isao Kishinami

Samir Cury

Suzana Machado Pádua

Tasso Azevedo

IDS 2009-2014

Plataforma Brasil Democrático e Sustentável

Construção colaborativa de uma proposta de agenda de desenvolvimento para o País sob o prisma da democracia e sustentabilidade:

- Economia para uma sociedade sustentável
- Política cidadã baseada em princípios e valores
- Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros
- Educação para a sociedade do conhecimento
- Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais
- Cultura e fortalecimento da diversidade
- Política externa para o século 21



PLATAFORMA
BRASIL DEMOCRÁTICO
E SUSTENTÁVEL

37

**RODAS DE CONVERSA, MESAS
REDONDAS, SEMINÁRIOS
E ENTREVISTAS**

287

COLABORADORES

111

**ESPECIALISTAS
CONSULTADOS**

4.200

**PARTICIPANTES NAS RODAS
DE CONVERSA (ONLINE
E PRESENCIAL)**

21.000

**VISUALIZAÇÕES DE VÍDEOS DAS
RODAS DE CONVERSA
NO YOUTUBE**

28.000

**PARTICIPANTES ATRAVÉS
DAS REDES SOCIAIS**

IDS 2014-2017

Aprofundamento de temas-chave para a sustentabilidade no Brasil e fortalecimento das parcerias

Atuação sobre 3 eixos temáticos:

GOVERNANÇA DA ÁGUA
PROMOVER MUDANÇAS
POR MEIO DA
CONSCIENTIZAÇÃO E
MOBILIZAÇÃO DA
SOCIEDADE
PARCEIROS: ALIANÇA, LABGEO
POLI-USP, IEE-USP, IFHC,
ÁGUAS CLARAS

AMAZÔNIA
OFERECER SUBSÍDIOS PARA
UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DA
AMAZÔNIA
PARCEIRO: IEA-USP.

**GESTÃO PÚBLICA
INOVADORA**
DAR VISIBILIDADE E
INFLUENCIAR NA ADOÇÃO
DE PRÁTICAS INOVADORAS
DE GESTÃO
PARCEIRO: RAPS

GOVERNANÇA DA ÁGUA

- Estudo 'A crise hídrica e a mídia'
- Análise das mudanças na cobertura e uso do solo dos mananciais da macrometrópole paulista por meio do processamento de imagens (LabGeo/Poli/USP)

AMAZÔNIA - FLORESTAS

- Cooperação entre academia e sociedade civil na construção propositiva de políticas públicas para questões complexas do desenvolvimento da Amazônia brasileira (IEE-USP/IEA-USP)
- Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura

GESTÃO PÚBLICA INOVADORA

- Criação do Núcleo de Reflexão sobre Democracia - representantes da sociedade que atuam em prol do aprofundamento das práticas democráticas na perspectiva da sustentabilidade

IDS 2017-2020

Construir soluções inovadoras para os problemas mais complexos da sociedade, com foco em 4 eixos de trabalho:

UNIVERSALIZAÇÃO
DO ACESSO À
ÁGUA E AO
SANEAMENTO

TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA

FRONTEIRAS DA
SUSTENTABILIDADE
SOLUÇÕES
INOVADORAS

REVISÃO DO
PACTO
FEDERATIVO
BRASILEIRO



UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA E AO SANEAMENTO

O direito de acesso à água potável e ao saneamento adequado é essencial para a vida humana digna, é reconhecido como direito de todas as pessoas.

34 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada e mais de 100 milhões estão excluídas do serviço de coleta de esgoto em seus domicílios.

Iniciativas e Parcerias 2017-2018

- ✓ Programa de Desenvolvimento Urbano Rural para Bacia do Descoberto (PNUMA / ONU Meio Ambiente)
- ✓ Publicação Tarifa de Água e Esgoto
- ✓ Revisão da Estrutura Tarifária da SABESP
- ✓ Estudo Mananciais Paulistas (Laboratório de Geoprocessamento da USP)
- ✓ MapBiomias
- ✓ Denúncia à ONU sobre violações dos direitos humanos de água e saneamento pelo Estado brasileiro, em parceria com Conectas, Artigo 19 e Instituto Ethos
- ✓ #Somosmaissaneamento (ABCON)
- ✓ Aliança pela Água
- ✓ Observatório de Governança das Águas



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O planejamento energético e o debate sobre a matriz energética são fundamentais para agenda do desenvolvimento sustentável, pautada pela diversificação de fontes renováveis, a baixa emissão de GEES, a redução do consumo e investimento em baixo carbono

Brasil tem um déficit de 555 mil domicílios sem acesso à energia elétrica e 12,3 milhões ainda utilizam carvão ou lenha para cozinhar seus alimentos - municípios pertencentes às áreas rurais que não têm acesso à eletricidade (ANEEL, 2017), dos quais 52 % estão no Norte e 43% no Centro-Oeste.

As fontes renováveis de energia compõem 43,5% da matriz energética nacional, segundo a EPE de 2016 do Balanço Energético Nacional (BEN) .



FRONTEIRAS DA SUSTENTABILIDADE - SOLUÇÕES INOVADORAS

Catalisar soluções inovadoras, sustentáveis e escaláveis, fomentando redes de colaboração para promoção da Sustentabilidade e da Democracia

Iniciativas e Parcerias 2017-2018

- ✓ Coordenação para elaboração do Relatório Luz com GTSC para Agenda 2030
- ✓ GTSC 2030 + União Europeia: Contribuir para a implementação da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável no Brasil
- ✓ Instituto Innovaction (Artemisia e Microsoft)
- ✓ Maceió Inclusivo - Projeto de Economia Circular (IABS)



REVISÃO DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO

O Pacto Federativo é um tema central para o futuro do Brasil, além de ser transversal, pois, relaciona todos os temas relevantes da cidadania, desde democracia participativa a políticas públicas, problemas tributários, qualidade de vida e sustentabilidade;

Iniciativas e Parcerias 2017-2018

Roda de seminários para aprofundar discussões e desenvolver propostas consistentes com relação ao Pacto Federativo Brasileiro.

Parceria com IEA/USP

Queremos construir propostas que promovam o gerenciamento das políticas urbanas de forma integrada, com recursos públicos e responsabilidades partilhadas, buscando soluções para as questões centrais desse debate, como:

- As atribuições dos entes federados, a descentralização e a autonomia dos municípios;
- A eficiência do gasto público;
- A tributação e transferência de recursos do governo central;
- As competências e atribuições das regiões metropolitanas;
- A tributação de prestadoras de serviços públicos e os investimentos do Estado;
- A transparência e o controle social;
- A Institucionalização e capacitação dos municípios;
- A cultura de planejamento a longo prazo.

CONTATO

Ricardo Young

Presidente do Conselho Diretor

bete@idsbrasil.org

Carolina Mattar

Coordenadora Executiva

carolina@idsbrasil.org

www.idsbrasil.org

PROJETOS REALIZADOS IDS

Projetos Realizados

Nome do Projeto:	Plataforma Brasil Democrático e Sustentável
Breve resumo:	A Plataforma Brasil Democrático Sustentável reflete a missão, visão e os objetivos gerais do IDS - de convergir e potencializar ideais e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21. Foi criada para ser um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas e propostas para a construção de uma nova visão de Brasil mais democrático e sustentável. As propostas estão organizadas em sete eixos: Política cidadã baseada em princípios e valores, Educação para a sociedade do conhecimento, Economia para uma sociedade sustentável, Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais, Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros, Cultura e fortalecimento da diversidade e Política externa para o século 21
Local de realização:	Brasil
Número de Beneficiados:	Não é possível estimar
Principais Resultados:	Seminário de validação das propostas com cerca de 50 especialistas Lançamento da Plataforma em 2014 com público presente, transmissão ao vivo e material audiovisual na internet (mais de 320 visualizações) Documento com conteúdo robusto e estratégia de divulgação e advocacy bem sucedida
Período de execução:	2011 a 2014
Recurso mobilizado:	R\$ 5.731.799
Principais Parceiros/Financiadores:	Foram mais de 260 colaboradores, especialistas e profissionais, representando diversas instituições e setores da sociedade que foram consultados, entrevistados e contribuíram diretamente para a elaboração da Plataforma.
Nome do Projeto:	Proposta de Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Descoberto
Breve resumo:	Propor, a partir da coordenação do poder público e o protagonismo dos produtores locais, um Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Descoberto, que enfrenta atualmente diferentes pressões (avanço da urbanização, parcelamento irregular do solo, grilagem de terras públicas, conflitos pela água entre agricultores e Caesb, restrições hídricas), propondo uma transição para uma agricultura de baixo carbono, com manejo sustentável do solo e da água, promovendo o turismo rural e ecoturismo, gerando renda local e garantindo suas condições rurais, gerando, portanto, impactos positivos para a produção de água em quantidade e qualidade adequada. A iniciativa estima os custos de investimentos para o Programa e identifica fontes financeiras para viabiliza-los, garantindo assim que a bacia do Descoberto seja produtora de água e alimentos para o Distrito Federal e Goiás, com participação e integração dos múltiplos atores de interesse da região.
Local de realização:	Distrito Federal e Goiás
Número de Beneficiados:	1899

Principais Resultados:	<p>Escopo do Programa com eixos de agricultura sustentável, meio ambiente, infraestrutura, saúde, segurança, turismo e comunicação. Investimentos estimados em cerca de R\$ 550 milhões ao longo de 10 anos. Fontes de recursos mapeadas, entre elas a tarifa de saneamento, o orçamento público e editais.</p> <p>Oficina e consultas realizadas na própria bacia, com os produtores rurais. Reuniões estratégicas com os principais órgãos de governo. Entrega do relatório final durante a Festa do Morango para os agricultores e candaditos.</p> <p>Evento final de divulgação a ser realizado em novembro de 2018.</p>
Período de execução:	De março a novembro de 2018
Recurso mobilizado:	R\$ 80.000
Principais Parceiros/Financiadores:	ONU Meio Ambiente como parceiro/financiador. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) e Instituto Avaliação (IA) como parceiros
Nome do Projeto:	Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável
Breve resumo:	<p>Documento elaborado em 2018 pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030, composto por cerca de 40 organizações, que tem como objetivo analisar o avanço das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.</p> <p>A conclusão do relatório é que o Brasil nos últimos três anos está trilhando um caminho incoerente com os ODS, evidenciando os desafios de implementar uma política econômica voltada à sustentabilidade e ao bem-estar.</p> <p>O IDS, juntamente com a Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero, foram as instituições responsáveis por coordenar todo esse trabalho.</p>
Local de realização:	Brasil
Número de Beneficiados:	Não é possível estimar
Principais Resultados:	Fortalecimento do GT SC A2030, contribuição para a criação da Comissão Nacional dos ODS no Congresso Nacional, publicação do relatório e sua divulgação.
Período de execução:	De janeiro a julho de 2018
Recurso mobilizado:	-
Principais Parceiros/Financiadores:	Abong, ACT Promoção da Saúde, ActionAid Brasil, Aldeias Infantis SOS Brasil, Artigo 19, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Campanha TTF Brasil, Casa Fluminense, Centro Brasil de Saúde Global, Cineclubes Socioambiental, "EM PROL DA VIDA", Climax Brasil, Datapedia, FOAESP, Fórum Brasileiro da Economia Solidária, Fundação ABRINQ, Fundação Grupo Esquel Brasil, Gestos, IBASE, IDDH, IDEC, IEE/USP, IEI Brasil, INESC, METRODS, MNCP, Observatório de Governança das Águas, Ouvidoria do Mar, Oxfam Brasil, Parceria Brasileira Contra Tuberculose, Plan International Brasil, Programa Cidades Sustentáveis, REBRAPD, Rede Más, RNP+, Transparência Internacional e Visão Mundial.

Obs. Colocar todos os projetos que considerarem relevantes para justificar às qualificações das instituições como possível gerenciadora

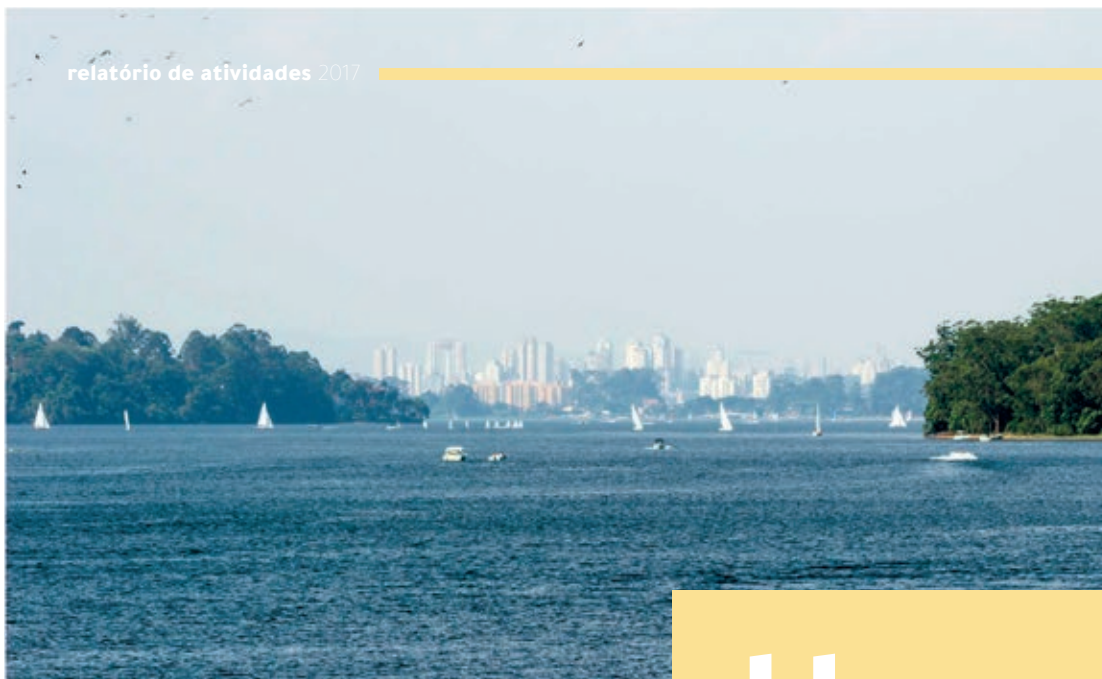
Obs. Anexar uma evidência de execução para cada projeto supracitado

**COMPROVANTE DE EXECUÇÃO DE PROJETO
IDS**



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2017





O ano de 2018 certamente trará muitos desafios, intensificados por um complexo processo eleitoral e pela necessidade do país de encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentável e sustentado.”



apresentação

João Paulo R. Capobianco

Presidente do Conselho Diretor

Fabio de Almeida Pinto

Coordenador Executivo

Em 2017 o IDS concentrou seus esforços em temas de grande convergência entre os dois valores que regem a instituição. A sustentabilidade como visão, a meta que devemos alcançar para termos uma sociedade mais justa, próspera e ambientalmente equilibrada. E a democracia como forma, único caminho possível para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável legítimo e inclusivo.

Reforçamos nossa atuação no tema da água, aprofundando-nos no estudo de políticas públicas que viabilizam o acesso de todos ao abastecimento e à coleta e tratamento de esgoto, considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) direitos humanos fundamentais. Estes esforços consolidaram o IDS como uma organização de referência no tema da água no Brasil, com constantes inserções de mídia e participações em fóruns de diálogo.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda na qual já vínhamos trabalhando desde 2016, ampliamos nossos esforços por meio do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Coordenamos a elaboração de relatório crítico sobre o avanço da implantação dos ODS no Brasil sob a perspectiva da sociedade civil, que contou com a participação de mais de 50 instituições e teve grande repercussão no Brasil e exterior, apresentado durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU.

Também contribuimos com a agenda de transição rumo a uma economia de baixo carbono por meio da atuação na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma articulação multissetorial. Foram publicados 18

posicionamentos ao longo de 2017, que, diante de uma conjuntura de constantes ameaças ao meio ambiente, colaboraram para evitar retrocessos que comprometessem a capacidade do país de honrar seus compromissos internos e externos, notadamente o Código Florestal e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Por fim, abrimos outras frentes de trabalho com grande aderência aos propósitos do IDS e que podem representar importantes caminhos para nosso crescimento. Destaque para a parceria com o Programa de Economia Circular da Universidade de São Paulo, no âmbito da realização de um estudo prático junto a uma comunidade vulnerável em Maceió (Alagoas), e os trabalhos no âmbito do Projeto Rural Sustentável, que em sua primeira fase buscou melhorar a gestão da terra e das florestas por agricultores nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

O conjunto de atividades demonstra que, mesmo diante de uma conjuntura nem sempre favorável, o IDS avançou em muitas agendas importantes para o país. O ano de 2018 certamente trará muitos desafios, intensificados por um complexo processo eleitoral e pela necessidade do país de encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentável e sustentado.

Apresentamos a seguir o relatório das atividades desenvolvidas pelo IDS em 2017, seguros de que seguiremos firme em nosso propósito e com a crença de estarmos colaborando para a construção do Brasil que queremos.

o nosso time

Equipe Executiva

Fabio de Almeida Pinto
Coordenador Executivo

Guilherme Checco
Pesquisador

Julio Bardini
Pesquisador

Marcelo Coppola
Comunicação

João Assad
Estagiário de Projetos

Sophia Wiedergrun
Estagiária de Projetos

Marcia Rodrigues
Secretária Administrativa

Conselho Diretor

Adriana Ramos
Altair Assumpção
João Paulo Ribeiro Capobianco (Pres.)
Ricardo Young
Roberto Kishinami
Sérgio Leitão
Suzana Pádua

Conselho Fiscal

Paulo Afonso Garcia
Paulo Cesar Werneck



Associados

01. Adriana Ramos
02. Alexandra Reschke
03. Alexandre de Almeida Youssef
04. Alfredo Helio Sirkis
05. Altair Assumpção
06. Álvaro Antonio Cardoso de Souza
07. Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
08. André Rodolfo de Lima
09. Bazileu Alves Margarido Neto
10. Carlos Alberto Ricardo
11. Carlos Antonio Rocha Vicente
12. Eduardo Giannetti da Fonseca
13. Eduardo Rombauer van den Bosch
14. Eduardo Viveiros de Castro
15. Eustáquio Luciano Zica (licenciado)
16. Gabriela Barbosa Batista
17. Gilberto Câmara
18. Gisela Maria Moreau
19. Guilherme Peirão Leal
20. Jane Maria Villas Bôas
21. João Paulo Ribeiro Capobianco
22. Jorge Luiz Numa Abrahão
23. José Adalberto Veríssimo
24. José Rubens Pereira Gomes
25. Juliana Cibim
26. Luiz Eduardo Soares (licenciado)
27. Márcio José Brando Santilli
28. Maria Alice Setubal
29. Marina Silva
30. Maristela Bezerra Bernardo
31. Marussia Whately
32. Muriel Saragoussi
33. Oded Grajew
34. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
35. Pedro Ivo de Souza Batista
36. Pedro Wilson Leitão Filho
37. Raimundo Sergio Barros Leitão
38. Ricardo Cavaliéri Guimarães
39. Ricardo Young Silva
40. Roberto Isao Kishinami
41. Samir Cury
42. Suzana Machado Pádua
43. Tasso Azevedo

destaques 2017

08 água e saneamento

tarifa, direitos humanos, campanhas de engajamento, uso e cobertura do solo

16 objetivos de desenvolvimento sustentável

GTSC2030, Relatório Luz

20 florestas e mudanças climáticas

Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

24 outras iniciativas

Economia Circular, Rural Sustentável, MapBiomass, Innovation

28 comunicação

Blog Mais Democracia, Mais Sustentabilidade

30 financeiro

por que atuar no tema da governança hídrica?

Desde o lançamento da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, um conjunto de propostas de diretrizes de políticas públicas construído de forma colaborativa e apresentada pelo IDS à sociedade em dezembro de 2014, o Instituto procurou focar sua atuação em desafios de grande complexidade dos dias atuais, nos quais os valores da democracia e da sustentabilidade são centrais para compreensão e solução.

E o tema da água é um destes claros exemplos: um recurso essencial à vida e cujo acesso é considerado um direito humano fundamental pela Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o é também o acesso ao saneamento básico.

Ao mesmo tempo, um bem ambiental cuja exploração inadequada, seja devido à captação em volumes superiores à sua capacidade de recarga ou em função da poluição, reduz enormemente sua disponibilidade para consumo humano.

O acesso em qualidade e quantidade suficiente a toda a população se torna ainda mais desafiadora em um contexto de mudanças climáticas, que atingem desproporcionalmente às populações mais vulneráveis socialmente, como resultado, entre outros fatores, do aumento de eventos extremos e da falta de investimentos em adaptação a uma nova realidade climática.

Portanto, há um grande desafio de criar mecanismos de governança hídrica participativos, que garantam o acesso equitativo aos serviços por todos os grupos sociais, e ambientalmente sustentáveis, que assegurem eficiência no uso do recurso e a recuperação das áreas de recarga.

É neste sentido que o IDS atua: gerando informações relevantes para a tomada de decisão, fortalecendo as instâncias participativas de governança, realizando articulações institucionais e realizando atividades que promovam conscientização e engajamento.



água e saneamento

resumo das atividades

Em 2017 o IDS continuou dedicando esforços à agenda da água no Brasil. Constantemente convidado como representante da sociedade civil em fóruns de diálogo e com inúmeras inserções na mídia, nos consolidamos como uma referência na discussão sobre uma nova cultura de cuidado com a água.

Partindo de uma abordagem transversal, os estudos e iniciativas chamam a atenção para a correlação entre os desafios do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto com outros temas, tais como cobertura e uso do solo, mudanças climáticas, saúde e desenvolvimento rural, entre outros. A complexidade destas relações e os vários atores implicados reforçam o entendimento de que se trata de fato de um exemplo concreto da convergência entre os valores da democracia e sustentabilidade.

Visando ampliar este debate, contamos com a participação do Prof. Leo Heller relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre água e saneamento na Assembleia Geral do IDS de 2017, oportunidade em que se discutiu com os associados do Instituto o acesso ao saneamento básico enquanto um direito humano reconhecido internacionalmente.

Também nos aprofundamos no debate sobre os instrumentos econômicos que podem incentivar uma nova cultura de cuidado com a água e gerar os recursos necessários para expansão dos sistemas de saneamento básico a ela relacionados.

O ano de 2017 trouxe ainda uma importante inovação em termos de políticas públicas para água, que contou com a contribuição do trabalho do IDS. Em 31 de maio de 2017 o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA) publicaram a nova outorga do Sistema Cantareira à Sabesp. A participação social no processo logrou resultados importantes, como por exemplo, incluir na outorga, de maneira inovadora, condicionantes ambientais e reconhecer o impacto das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, especialmente no agravamento de eventos hidrológicos críticos.

Em 2018 o IDS continuará atuando intensamente no tema, fortalecendo suas atividades a outras regiões do país e buscando propor soluções para a gestão sustentável da água no Brasil.

publicações



Após 1 ano de pesquisa, consultas e um debate público, o IDS e a Aliança pela Água publicaram o estudo “Tarifa de água e esgoto: o que está por trás do valor que pagamos”, representando um pontapé inicial em uma agenda de trabalho que viria a se aprofundar paulatinamente. Essa publicação teve como objetivo “abrir a caixa-preta” que a tarifa é, identificando como é feito seu cálculo, qual o destino do valor arrecadado e as instituições responsáveis por esse processo.

Explorando o caso da Sabesp, maior concessionária do país para os serviços de abastecimento e coleta e tratamento de esgotos, identificou-se a possibilidade de uma série de melhorias que, se aplicadas à tarifa paga pelos usuários, podem induzir à racionalidade do consumo, à maior transparência e à conservação ambiental, visando garantir a disponibilidade de longo prazo da água como recurso natural e direito humano básico.

tarifa de água e esgoto: o que está por trás do valor que pagamos

Esse trabalho reforçou o poder de interlocução do IDS, sobretudo no processo de revisão tarifária da Sabesp, processo conduzido pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado de São Paulo (Arsesp), agência reguladora de saneamento no estado de São Paulo. Ao longo do ano de 2017 o IDS realizou uma série de reuniões técnicas com a diretoria da Arsesp, além de ter participado das audiências e consultas públicas a respeito da revisão tarifária.

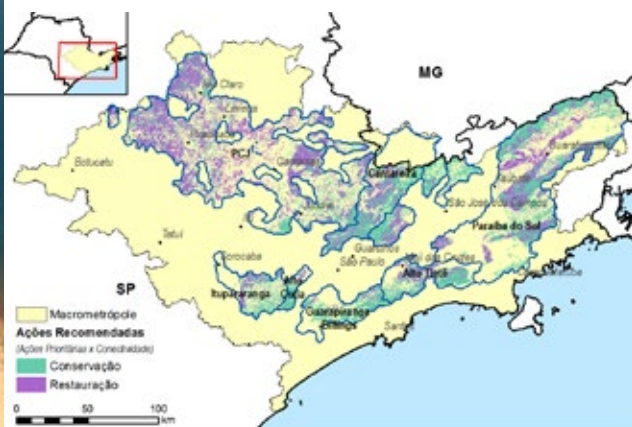
Os desdobramentos deste processo serão objeto de trabalho do IDS ao longo dos próximos anos, procurando influenciar de forma propositiva os processos decisórios referentes à tarifa em todo o país por meio da disponibilização de informações com transparência e do incentivo à participação democrática.

mananciais paulistas como prioridade na agenda pública:

identificação de áreas críticas e recomendações de intervenção

Após extenso período de trabalho conjunto, o IDS, o Laboratório de Geoprocessamento da Escola Politécnica e o Instituto de Energia e Ambiente lançaram a publicação "Mananciais Paulistas como Prioridade na Agenda Pública: Identificação de Áreas Críticas e Recomendações de Intervenção", que teve como objetivo compreender as condições naturais e o impacto da intervenção das atividades econômicas nas áreas de mananciais dos 7 sistemas de abastecimento da Macrometrópole Paulista, identificando o grau de fragilidade ambiental desse território.

Os resultados revelaram que todos os sistemas têm grandes áreas de recarga e infiltração com alto grau de fragilidade ambiental e forte impacto potencial de processos erosivos. Do total das áreas estudadas, 27%, aproximadamente 645 mil hectares, ainda apresentam vegetação nativa e deveriam ser objeto de ações de conservação, enquanto que 24% de áreas agrícolas ou com solo exposto foram considerados de alta fragilidade ambiental, para as quais sugere-se ações de restauração.



O sistema Cantareira foi uma das áreas abordadas no estudo. Com parte de suas nascentes no estado de Minas Gerais e percorrendo o território de outra bacia hidrográfica, é responsável pelo abastecimento de mais de 7 milhões de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo. Após intenso processo de discussão em audiências públicas sobre a renovação da outorga de captação dada à Sabesp, com participação ativa do IDS, e de reuniões com representantes da ANA, a nova outorga apresentou como importante novidade a inclusão, pela primeira vez no Brasil, de uma condicionante ambiental prevendo um plano de ação para os mananciais.

ações de comunicação

Duas ações de comunicação na agenda da água e saneamento se destacaram em 2017, realizadas em parceria com a agência Plano Digital Comunicação.

A primeira foi a campanha #ÉdaNossaConta, que procurou conscientizar a população sobre os problemas do saneamento básico em São Paulo e incentivá-la a participar do processo de revisão tarifária da Sabesp, alcançando mais de 80 mil usuários. A campanha procurou, por meio da criatividade e das redes sociais, disseminar informações sobre o estado atual do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto na cidade de São Paulo, visando assim engajar a população no processo de revisão tarifária da Sabesp, ainda em curso.



De forma complementar, lançamos a petição no Avaaz sob o título “Sabesp: Pare de jogar esgoto não tratado nos rios e córregos de São Paulo”. Protocolada na Sabesp no dia 27 de fevereiro a iniciativa teve cerca de 5 mil assinaturas e alcançou mais de 451 mil pessoas por meio das redes sociais.

Destaque para o vídeo, usado nas campanhas citadas acima, “Os efeitos da água contaminada para a saúde por Geraldo Alckmin”. O material audiovisual destaca a contradição entre, de um lado, a importância do saneamento reconhecida nos discursos políticos, e, por outro lado, o drama sanitário do Estado.

<https://goo.gl/9u2jtv>



articulações



Articulação da sociedade civil, composta por mais 60 organizações e movimentos, criada em outubro de 2014 para enfrentamento da crise hídrica em São Paulo e construção de uma “Nova Cultura de Cuidado com a Água” no Brasil.



Movimento multissetorial que está reunindo uma rede de 85 instituições do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil para monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

inserções na mídia, artigos publicados e participações em debates e eventos

janeiro

27/01Folha de São Paulo, "Bem empresarial, mal coletivo": <https://goo.gl/26Cnww>

fevereiro

24/02Folha de São Paulo, "Saneamento, custo versus eficiência": <https://goo.gl/26Cnww>

março

9 e 10/03

Audiências públicas sobre a renovação da outorga do sistema Cantareira à Sabesp (ANA e DAEE/SP)

abril

6/04

Entrevista à Agência Pública de Jornalismo Investigativo, "Sabesp quer aumentar tarifa residencial, mas continua dando desconto para grandes empresas"

<https://goo.gl/Q99pFF>**17/04**

Valor Econômico, "O incerto futuro do Sistema Cantareira"

<https://goo.gl/4ymwMN>**18/04**

Participação no Programa Agora é Lei da TV Assembleia sobre a represa do Guarapiranga e a atualização da lei específica que criou essa área de manancial

<https://goo.gl/xJke5A>**19/04**

Debate organizado pela Aliança pela Água

22/04

Entrevista para o Estadão, reportagem "Estudo põe mananciais de São Paulo em nível crítico"

<https://goo.gl/vszTsj>**23/04**

Estadão, "Água em SP - nenhuma boa notícia no horizonte"

<https://goo.gl/znC3kj>**25/04**

Entrevista à Rede TVT, "Faltam investimentos para recuperar mananciais de São Paulo"

<https://goo.gl/W5apcH>**27/04**

Apresentação do trabalho "São Paulo medieval: saneamento na maior metrópole brasileira" durante o XVII Congresso Abrampa.

maio

10/05

Debate sobre a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira, (IEA/USP)

junho

21 a 23/06

Encontro dos organismos de Bacia da América Latina (Relob)

julho	<p>10/07 Entrevista concedida à TV Tribuna, filial da Rede Globo em Santos, a respeito da revisão tarifária da Sabesp https://goo.gl/p7o67m</p>	<p>14/07 Entrevista concedida à plataforma Juntos pela Água https://goo.gl/S2ujud</p>	<p>27/07 Iniciativa "Diálogos para o Aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil" (Ipea, ANA e SRHQ/MMA e Banco Mundial)</p>
agosto	<p>8/08 1º Assembleia Geral do Observatório da Governança das Águas</p>	<p>10/08 Apresentação do trabalho "Mananciais Paulistas" no Grupo de Trabalho de Restauração do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.</p>	<p>31/08 Audiência pública sobre a revisão tarifária da Sabesp (Arseps)</p>
setembro	<p>14/09 Apresentação do trabalho o trabalho "Tariff policy as a tool for the universalization of sanitation: the São Paulo case" no 4th Responsible Management Education Research Conference</p> <p>22/09 Seminário internacional "Multilevel Governance em prol do desenvolvimento regional sustentável nas aglomerações urbanas do Ruhr (Alemanha) e do Grande ABC Paulista" (UFABC)</p>	<p>26/09 Apresentação do trabalho "A tarifa dos serviços de saneamento de água: caminhos para viabilizar a despoluição dos rios" no debate "A Cidade e a Água" (Arq.Futuro e Insper)</p> <p>27/09 Apresentação do trabalho "Unindo esforços para a segurança hídrica" na Conferência Ethos 360°</p>	<p>28/09 Apresentação do trabalho "Participação social nos processos regulatórios" no X Congresso Brasileiro de Regulação - Associação Brasileira de Agências de Regulação</p>
outubro	<p>5/10 Mesa "Saneamento Ambiental: Desenvolvimento e qualidade de vida na retomada do crescimento" no 29º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental organizado pela Abes</p>	<p>10/10 Painel "Educação para a construção de Valores na Cidadania" no 1º Encontro de Universidades (Instituto FEBRABAN de Educação)</p>	
novembro	<p>6 a 10/11 Participação no Water Innovation Lab</p>		
dezembro			

por que atuar na agenda 2030?

Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em 2015, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) comprometeram-se a trilhar um caminho transformador para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

As aspirações da Agenda 2030 estão expressas por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz universal. Além disso, preveem uma parceria global em torno desses objetivos como única forma possível de atingi-los.

Há, portanto, uma evidente aspiração de um mundo mais justo e equilibrado, que considere a igualmente de direitos e de acessos a condições dignas de vida às gerações presente e futuras, que só pode ser atingido pelo engajamento e atuação conjunta de todos os segmentos da

sociedade. Na essência, é uma agenda que tem como elementos centrais os valores da sustentabilidade e da democracia.

O IDS atua na perspectiva de que todos os atores sociais devem assumir suas responsabilidades.

Os governos, devem incorporar a agenda em suas instâncias de planejamento e execução, sinalizando claramente à sociedade qual sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo; o setor privado tem uma grande oportunidade de negócios conectados a uma agenda virtuosa cuja adoção é inevitável e que pode garantir sua sobrevivência no longo prazo; e a sociedade civil, onde se encaixa o IDS, deve incorporar esses valores em seu dia-a-dia, disseminar conhecimento e exercer o controle social sobre os demais atores. São estes os eixos nos quais procuramos desenvolver nossas atividades relacionadas ao tema, e sempre fortalecendo as parcerias e articulações com os demais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



objetivos de desenvolvimento sustentável

resumo das atividades

O ano de 2017 marcou o segundo ano desde a adoção da Agenda 2030 pelos Estados-membros da ONU em setembro de 2015. Deste então, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam as aspirações desta resolução de caráter global, rapidamente ganharam grande notoriedade.

No Brasil, uma série de iniciativas da sociedade civil vem sendo desenvolvida para a efetiva implantação dos ODS. Uma das mais representativas delas é o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC2030), do qual o IDS é membro. O Instituto também compõe o Grupo Facilitador na reunião de planejamento estratégico do GT, realizada em novembro. Dentre as inúmeras atividades realizadas, teve grande destaque o Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030, do qual o IDS foi um dos coordenadores, que avaliou o estado de implementação dos ODS no país e as perspectivas de avanços e retrocessos que se apresentam. O relatório teve grande repercussão na mídia nacional e também no cenário internacional, tendo sido apresentado no Fórum Político de Alto Nível da ONU, realizado em julho em Nova Iorque.



O relatório é parte da estratégia do GTSC2030 de influenciar na tomada de decisão do poder público para a efetiva adoção dos ODS como uma estratégia nacional. Dentre os resultados alcançados, merece especial menção a criação da Comissão Nacional dos ODS, vinculada à Secretaria Nacional de Articulação Social (SEGOV) da Secretaria-Geral da Presidência da República, porém com participação paritária entre membros do poder público e representantes da sociedade civil, uma demanda do GTSC2030 desde o lançamento da Agenda 2030.

Para o ano de 2018 aguarda-se os resultados das primeiras ações da Comissão Nacional e a intensificação dos esforços do GTSC2030 para internalização dos ODS nas políticas públicas, com particular atenção ao alinhamento entre as ações dos diferentes Ministérios com a agenda, bem como sua utilização com direcionador de recursos do orçamento público.

publicações

relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável

Sob coordenação do IDS e da Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero, foi elaborado de forma colaborativa o “Relatório Luz da agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, que representa a visão das organizações que compõem o GTSC2030 sobre os avanços, retrocessos e perspectivas sobre a implantação dos ODS no Brasil.

Os resultados apresentados indicam para um cenário extremamente preocupante. Pautado por evidências quantitativas e qualitativas, o estudo constatou que avançam legislações e normas explicitamente na contramão dos ODS, ao minarem mais ainda os sistemas de saúde, educação e seguridade social; contribuírem para o desemprego e trabalho indigno; afetarem avanços nos campos da segurança alimentar,

linha do tempo

junho

Participação no “Seminário-Consulta à Sociedade Civil: “Avanços e Perspectivas da Agenda 2030 e as Prioridades Futuras da União Europeia no Brasil”, com lançamento nacional do Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030.

Realização do Seminário “ODS – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avanços e desafios na Implementação da Agenda 2030 no Brasil”, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (Cmads) e o GTSC2030.

julho

Participação na delegação brasileira durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU

Entrevista para a ONU sobre as perspectivas da implantação dos ODS no Brasil
<https://nacoesunidas.org/ongs-veem-cenario-brasileiro-preocupante-para-os-objetivos-globais-da-onu/>

Publicação de Artigo “Sociedade Civil apresenta na ONU retrocessos do Brasil na agenda do desenvolvimento sustentável”
<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/sociedade-civil-apresenta-na-onu-retrocessos-do-brasil-na-agenda-do-desenvolvimento-sustentavel/>
 Blog Mais Democracia, Mais Sustentabilidade

agosto

na justiça social e ambiental e desconstruírem conquistas básicas nos campos dos direitos humanos, inclusive dos direitos sexuais e reprodutivos. As populações em maior situação de vulnerabilidade e o meio ambiente são, naturalmente, os maiores prejudicados, como comprovam, por exemplo, os ataques sem trégua às mulheres, aos jovens, às populações LGBTI, negra, quilombola e indígena (de todas as idades), à legislação do licenciamento ambiental e às unidades de conservação.

Não se limitando ao diagnóstico, o relatório trouxe também propostas para os sete objetivos que foram alvo de monitoramento pelo Fórum Político de Alto Nível da ONU, evento anual no qual os diferentes países reportam o avanço da Agenda 2030 em seus territórios. O relatório foi, inclusive, apresentado durante o Fórum em diferentes eventos, com grande repercussão.



setembro

Participação na delegação brasileira durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU

outubro

Audiência Pública "Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Industrialização", em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (Cmads) e Fundação Friedrich Ebert.

novembro

Reunião de planejamento estratégico 2018-2019 do GTSC2030

por que atuar no tema florestas e mudanças climáticas?

Mudanças climáticas são, se não o maior, um dos maiores desafios da humanidade, e certamente o mais abrangente. Somos todos impactados pelo fenômeno e seu enfrentamento só é possível com a participação de toda a sociedade.

Segundo o IPCC - o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, para termos chances razoáveis de conter o aumento da temperatura média global em 2° C em relação à era pré-industrial, devemos reduzir significativamente as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) nas próximas décadas e buscar zerá-las o mais cedo possível.

E o Brasil tem um importante papel a cumprir neste cenário. O país está entre as maiores economias do mundo e é um dos principais países com importante potencial de redução das emissões de GEE no planeta. Embora as emissões por desmatamento, que representaram 65%, do total das emissões brasileiras em 2005, tenham caído expressivamente na última década, a mudança do uso da terra ainda é a maior fonte de emissões nacionais.

Os 12% das florestas do planeta que se encontram no Brasil representam o maior estoque de biomassa (portanto, carbono) do mundo. A retomada no crescimento do desmatamento nos últimos anos representa uma ameaça a esse grande ativo, que garante o equilíbrio climático e pode gerar renda para milhões de pessoas por meio do manejo de floresta tropical, plantações florestais para fins industriais, biotecnologia, entre outras atividades.

Há também o desafio de conciliar nossos ativos florestais com o aumento da demanda de alimentos e demais produtos agropecuários a nível global, tendo em conta a grande capacidade de produção deste setor no Brasil. A atuação do IDS nesta frente reflete em grande parte seus valores. Articulações multistakeholders que garantem um processo democrático de construção de caminhos para o país, sobretudo por meio da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, pautados na aspiração de um país mais sustentável.

Foto 1 : Chris Jackson, junho, 2011.
Foto 2: Ricardo Pipo, fevereiro, 2008.

florestas e mudanças climáticas

O Brasil ainda possui um perfil de emissões de gases de efeito estufa altamente concentrado na mudança do uso do solo: mais de 50% do total das emissões nacionais, segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Se somadas as emissões ligadas às atividades agropecuárias, este número chega a 73%. Portanto, a contribuição brasileira no combate às mudanças climáticas passa, necessariamente, por estes dois setores e suas inter-relações.

Mesmo após a ratificação do Acordo de Paris pelo Governo Brasileiro em setembro de 2016, que reconhece a importância destes setores na transição rumo a uma economia de baixo carbono, foram constantes as ameaças à sua efetiva implantação. Enquanto a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país traz compromissos com o fim do desmatamento ilegal, e a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares de vegetação nativa, a realidade demonstrou aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, bem como constantes tentativas de forças retrógradas do poder legislativo às unidades de conservação, terras indígenas e ao processo de licenciamento ambiental.



Como membro de seu Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma articulação multisetorial que procura conciliar produção agrícola e florestal com o desenvolvimento do país e a preservação ambiental, sobretudo no combate às mudanças climáticas, o IDS participou ativamente da elaboração de posicionamentos a favor do avanço da economia de baixo carbono, envolvendo a efetiva implantação do Código Florestal, o combate ao desmatamento ilegal, a proteção às unidades de conservação e os mecanismos de valorização econômica da floresta em pé, entre outros.

Ao longo de 2017 foram emitidos os seguintes posicionamentos:



julho

agosto

setembro

novembro

Congresso volta a ameaçar áreas de proteção florestal

Queima de viaturas do Ibama é um ataque ao Estado Brasileiro na proteção de florestas e comunidades

Implementação do Programa RenovaBio é urgente e deve ser endereçada como Medida Provisória

Governo insiste na extinção de reserva mineral sem diálogo com a sociedade e sem estudo de impacto

Prorrogação do Cadastro Ambiental Rural ameaça implementação do Código Florestal

Posicionamento da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura sobre REDD+

Projeto de Lei do Senado ignora zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar

Julgamento das ADIs do Código Florestal é urgente

COP 23 deve considerar caráter estratégico da implementação das metas climáticas em suas negociações

outras iniciativas

economia circular



Em outubro de 2017 o IDS estabeleceu uma parceria com o Programa de Economia Circular da Universidade de São Paulo (USP) para desenvolver estudos aprofundados sobre o tema. No mesmo mês, as organizações parceiras foram selecionadas para realização de diagnóstico das cadeias produtivas do sururu e da pesca, respectivamente nas comunidades do Mundaú e Jaguaré, na cidade de Maceió, e posterior estudo de potencial da utilização de resíduos e subprodutos das cadeias produtivas do sururu e da pesca como insumos para outros ciclos produtivos.

O projeto é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem como organização implementadora o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Os resultados do estudo serão publicados no primeiro semestre de 2018.



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)

O IABS é o principal parceiro do IDS na execução de ambas as descritas aqui, Economia Circular e Rural Sustentável. Tais atividades reforçam a aliança estratégica entre IDS e IABS, de modo que novas oportunidades se abrem para os próximos anos.

rural sustentável

Em julho o IDS assinou contrato para realização de estudos no âmbito do Projeto Rural Sustentável, financiado pelo BID e executado pelo IABS. O principal objetivo do projeto é fomentar a implantação de tecnologias de baixo carbono em propriedades rurais, contribuindo para redução da pobreza, conservação da biodiversidade e proteção do clima.

Em sua primeira fase, as atividades estão focadas na melhoria da gestão da terra e das florestas por agricultores nos biomas Amazônia e Mata Atlântica. O escopo das atividades do IDS envolvem o alinhamento dos resultados do projeto com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a definição de critérios específicos para premiação de produtores que vão além dos requisitos mínimos do projeto e a elaboração de vídeos temáticos para divulgação das tecnologias, entre outras.

Para mais informações sobre o projeto, acesse:
<http://www.ruralsustentavel.org/>



O IDS participa das atividades do projeto MapBiomas desde sua idealização e lançamento, em 2015. A iniciativa envolve uma rede colaborativa de especialistas nos biomas brasileiros, como foco no uso da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação, utilizando processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine, a fim de gerar uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil.

O projeto é uma importante referência para realização de atividades por meio de redes multi-institucionais de universidades, empresas e ONGs, favorecendo-se de ferramentas tecnológicas para viabilizar a colaboração remota e a necessidade de processamento de dados em grande escala.

Em 2017 foi lançada a Coleção 2 de mapas, posteriormente atualizada no fim do ano, com maior funcionalidade e precisão.

Para mais informações sobre o projeto e acesso aos mapas, acesse:

<http://mapbiomas.org/>





O Instituto Innovaction foi uma parceria entre o IDS, a Microsoft e a Artemisia para apoiar pessoas com ideias inovadoras a transformar seus projetos em empresas. Entre 2016 e 2017 foram realizados ciclos de capacitação que contemplaram mentoria em negócios e gestão financeira, assessoria jurídico-contábil e workshops de sustentabilidade, entre outras frentes fundamentais para o desenvolvimento de uma startup alinhada aos principais desafios da atualidade.

A atuação do IDS se deu por meio da identificação de startups com capacidade de contribuir para solução de grandes desafios socioambientais, capacitando-os e oferecendo caminhos para seu desenvolvimento, bem como pela formação em sustentabilidade de todos os empreendedores que passaram pelo programa. Em novembro de 2017 o Instituto Innovaction encerrou suas atividades, tendo apoiado diversas startups nos estágios iniciais de seu desenvolvimento.

comunicação

destaques

Blog “Mais Democracia, Mais Sustentabilidade”

Em 2017 o IDS lançou o Blog “Mais Democracia, Mais Sustentabilidade”, resultado de parceria com o Estado de São Paulo. Entre o mês de lançamento (julho) e o fim do ano foram publicados 17 artigos de autoria da equipe colaboração de associados, com cerca de 12 mil compartilhamentos nas redes sociais. As publicações divulgando os posts no Facebook atingiram mais de 400 mil pessoas.

O blog pode ser acessado na seguinte página:

<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/>

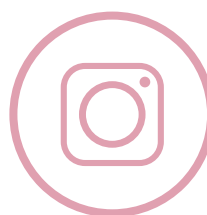
mídias sociais



42.898
curtidas/seguidores



2.617
seguidores



419
seguidores



630
seguidores

julho	Sociedade civil apresenta na ONU retrocessos do Brasil na agenda do desenvolvimento sustentável	Temer faz leilão de conquistas socioambientais para permanecer no Planalto
	Programa de metas de Doria: 517 páginas e nenhuma menção a saneamento	A conta de água vai mudar em São Paulo, e você pode participar
agosto	STF decide o futuro das conquistas socioambientais	A nova investida da bancada ruralista para enfraquecer o licenciamento ambiental
setembro	Brics: Uma proposta de nova ordem mundial que ignora direitos básicos dos cidadãos	Minas Gerais muda tarifa para aumentar investimentos em saneamento e mananciais
		Vereadores deixam na gaveta projeto que pode ajudar SP a enfrentar futuras crises hídricas
outubro	Código Florestal inaugurou período de maior retrocesso socioambiental, diz ambientalista	
novembro	As novas lições de Itu ao presidente Temer e à República	Decisões do governo Temer sobre terras indígenas afrontam a Constituição, diz Santilli
dezembro	Povos tradicionais combatem retrocessos ambientais e ganham reconhecimento internacional	Levantamento revela situação dramática dos rios de São Paulo
		2018 poderá ser decisivo para a luta socioambiental no Brasil

financeiro

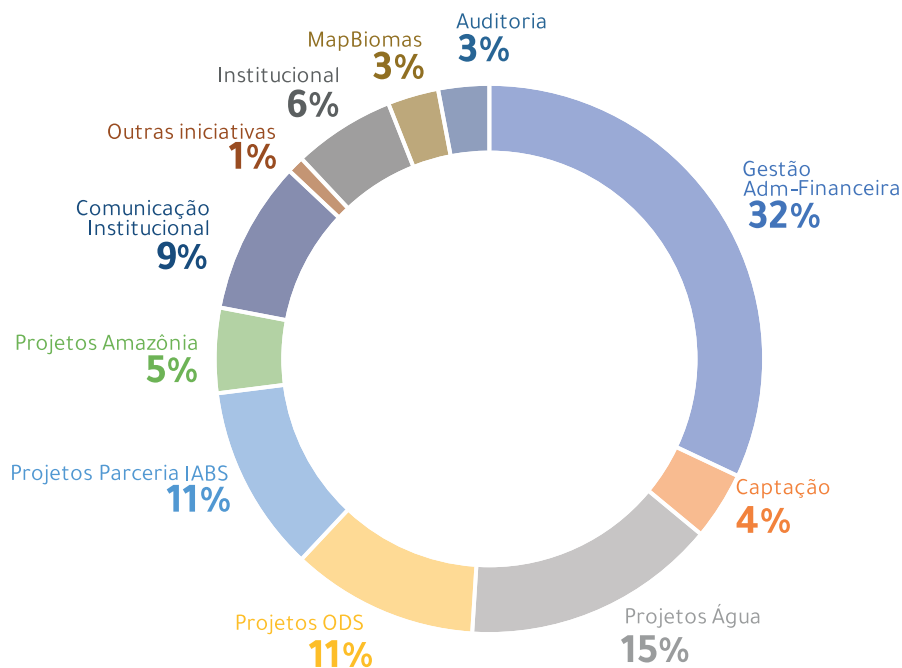
Em 2017 o IDS procurou reduzir seus custos fixos e atuar sob uma estrutura de custos eficiente, ao mesmo tempo em que diversificou suas fontes de financiamento. Nesse período o Instituto passou por uma transição bem sucedida de financiamento, deixando paulatinamente um modelo de grandes doadores e estruturando um processo de captação de recursos. Atuando basicamente por intermédio de parcerias e das redes de organizações da que faz parte, o Instituto logrou desenvolver atividades em diversas frentes e, ainda assim, manter uma estrutura administrativa enxuta.

orçamento executado

R\$ 728 mil

Assim como nos anos anteriores, a maior das despesas do IDS segue destinada à equipe, devido à sua atuação como think tank, onde os maiores ativos da organização são as pessoas que a compõem. Cerca de 70% do total do orçamento foi utilizado para pagamento da equipe fixa do Instituto.

Abaixo há um detalhamento da finalidade das despesas. Em 2018 espera-se um aumento da participação das despesas diretas, dados os projetos assumidos pelo IDS no segundo semestre de 2017 cuja maior parte da execução se dará ao longo de 2018.





RELATÓRIO DE **ATIVIDADES** 2017



Instituto Democracia e Sustentabilidade
Travessa Dona Paula, no 1. Conjunto 4
Higienópolis. São Paulo - Brasil
www.idsbrasil.org

A P R A D I U R A Z A S E R
N L G Ç E O I O M P O N L A
R S A T G F C M O L U G I R
I A P O L R T I C A C **B** D M
T I L S **P L A T A F O R M A**
G T G H A U M I D U D **A** D L
A G R **I** H C H D C F I **S** E S
P A A **D E M O C R Á T I C O**
L **S U S T E N T Á V E L** E I
U L O M E I D E N T I D E L
R U D I R G U S T E R A M A
A I E A L O I O H S F I M A
M A I E C G A R P I E D I P
T L N D I R C M L T A R U L
R D A T M G H A U M I D G U
A O M E I D E N T I N E L R
N D I H L O J A R R A M A A
S R E I A E D O R T I S D E
F I G A H P O R O J A G O H

A P R A D I U R A Z A S E R
N R T A N E M E L H O U N A
R O U N A C A O M P Q S A R
I T M A I O D O C R U T I M
T E I P N N E M P A A E D O
G Ç E O I O M P O N L N A L
A ã G L C M O L U G I T O S
P O L Í T I C A C I D A D ã
L S A T O A R T F B A B R I
U O L I G R A A E R D I T T
R C H C H D C F I A E L E G
A I E A L O I O H S D I M A
M A I E C G A R C I E D I P
T L S X A E T M U L V A E L
R D A T M G H A L M I D G U
A O M E I D E N T I D E L R
N D I R E N E D U C A Ç ã O
S R E N A E D O R T I S D E
F I G A H P O R A J A G O H

SUMÁRIO

04 Introdução

06 Créditos

11 Economia para uma sociedade sustentável

21 Política cidadã baseada em princípios e valores

33 Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros

47 Educação para a sociedade do conhecimento

59 Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais

71 Cultura e fortalecimento da diversidade

83 Política externa para o século 21



PLATAFORMA
**BRASIL DEMOCRÁTICO
E SUSTENTÁVEL**



INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade foi fundado em 2009 com a missão de convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21.

A missão, visão e objetivo geral do IDS estão refletidos em um conjunto de diretrizes e propostas organizadas na "Plataforma Brasil Democrático e Sustentável" <www.idsbrasil.net>, um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas para a construção de uma nova visão de Brasil sob o prisma da democracia e da sustentabilidade.

A partir de sua primeira versão, disponibilizada pelo IDS em 2011, a Plataforma passou por intenso processo de revisão, aprofundamento e detalhamento, por meio de sistemas virtuais (intranet, chats, redes de discussão), pesquisas com referência bibliográfica, entrevistas com especialistas, mesas de diálogos, rodas de conversa abertas a convidados e seminários abertos ao público. Foram produzidos dezenas de documentos preparatórios, com diagnósticos e referências, sobre os diferentes temas e sínteses das discussões, disponibilizados a todos os participantes da rede de colaboradores e público em geral.

Esse processo propiciou a identificação de propostas de ação para todos os sete eixos e seus subeixos: Política cidadã

baseada em princípios e valores; Educação para a sociedade do conhecimento; Economia para uma sociedade sustentável; Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais; Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros; Cultura e fortalecimento da diversidade e Política externa para o século 21.

Em maio de 2014, as propostas sistematizadas pela equipe do IDS foram apresentadas a um fórum de colaboradores, durante o Seminário de Validação da Plataforma, ocorrido na cidade de São Paulo. Reiterando o processo colaborativo e de coautoria da informação, grupos de trabalho organizados por eixo estratégico revisaram as propostas e selecionaram as consideradas mais relevantes para os objetivos da Plataforma.

Ao final do Seminário, os participantes elencaram cinco Propostas Prioritárias para cada eixo e, por fim, selecionaram as Propostas de Prioridade Máxima – um conjunto de 15 propostas que traduzem a essência da Plataforma e foram consideradas, na atual conjuntura nacional, as que possuem maior potencial de contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na democracia e na sustentabilidade.

Neste documento final, as Propostas de Prioridade Máxima para cada eixo são destacadas em primeiro lugar, com detalhamento de dados e informações de diagnóstico. Em seguida, são apresentadas as Propostas Prioritárias, cujos textos oferecem um panorama do tema e as justificativas das propostas, e, finalmente, as demais propostas da Plataforma recolhidas ao longo do processo.

É importante destacar que, apesar de cada eixo estratégico ter propostas específicas, todos se relacionam de maneira transversal. A mescla de cores e símbolos da logo da Plataforma busca demonstrar a profunda relação entre as partes que, integradas, constituem um sistema harmônico e completo.

Este projeto foi realizado com o apoio financeiro do Instituto Arapyaú.

Todas as informações reunidas durante esse trabalho estão sistematizadas e disponíveis para download gratuito no site do IDS, incluindo documentos e suas referências, imagens, gravações e diversos vídeos com entrevistas e análises de vários colaboradores.

Boa leitura!

IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade

CRÉDITOS

CONSELHO DIRETOR

Altair Assumpção
Gisela Moreau
João Paulo R. Capobianco (presidente)
Maria Alice Setubal
Maristela Bezerra Bernardo
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Young

CONSELHO FISCAL

1. Alexandre de A. P. Correa
2. Paulo Afonso

ASSOCIADOS

1. Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
2. Alexandre de Almeida Youssef
3. Alfredo Helio Sirkis
4. Alvaro Antonio Cardoso de Souza
5. Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
6. Anamaria Cristina Schindler
7. André Rodolfo de Lima
8. Bazileu Alves Margarido Neto

9. Carlos Alberto Ricardo
10. Carlos Antonio Rocha Vicente
11. Eduardo Giannetti da Fonseca
12. Eduardo Rombauer van den Bosch
13. Eduardo Viveiros de Castro
14. Eustáquio Luciano Zica (licenciado)
15. Gisela Maria Moreau
16. Guilherme Peirão Leal
17. João Paulo Ribeiro Capobianco
18. Jorge Luiz Numa Abrahão
19. José Adalberto Veríssimo
20. José Rubens Pereira Gomes
21. Luiz Eduardo Soares (licenciado)
22. Márcio José Brando Santilli
23. Maria Alice Setubal
24. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
25. Maristela Bezerra Bernardo
26. Muriel Saragoussi
27. Oded Grajew
28. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
29. Pedro Ivo de Souza Batista
30. Pedro Wilson Leitão Filho
31. Raimundo Sergio Barros Leitão
32. Ricardo Cavalieri Guimarães
33. Ricardo Young Silva
34. Roberto Isao Kishinami
35. Samyr Cury
36. Suzana Machado Pádua
37. Tasso Azevedo

EQUIPE EXECUTIVA

Coordenação de conteúdo:

Juliana Cassano Cibim

Analista sênior de conteúdo:

Fábio de Almeida Pinto

Equipe executiva de conteúdo e comunicação (2011-2014):

Adriano Calhau
Alexandra Reschke
André Rodolfo Lima
Bazileu Alves Margarido Neto
Carolina Stanisci
Daniela Ades
Eduardo Lazzari
Mariana Vilhena Bittencourt
Marcela Moraes
Marussia Whately
Stephanie Alexandra de Oliveira
Lorenz da Silva
Taís Lara
Thiago Almeida

Coordenação Administrativa e financeira:

Felipe Andreoli de Almeida Staniscia

Equipe executiva administrativa:

Marcia Rodrigues São José

Revisão final:

Daniela Ades e Juliana Cassano Cibim

Design:

Thaís Bellini

As pessoas mencionadas participaram dos projetos e dos eventos do IDS que serviram para subsidiar a atualização e o aprofundamento da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável entre os anos de 2011 e 2014. As participações foram voluntárias pela participação presencial nas rodas de conversa, via internet, por meio de entrevistas e elaboração de documentos/textos.¹

Apresentamos a seguir o histórico de eventos do IDS que levaram a esta publicação e os colaboradores envolvidos:

2011

- Evento Política 2.0 parte I
- Pesquisa qualitativa “Política Cidadã – Reflexões e Caminhos”
- Roda de Conversa: Um novo jeito de fazer política
- Pesquisa sobre “Um Novo Jeito de Fazer Política”
- Roda de Conversa com Otto Scharmer

1 NÃO FORAM INSERIDOS OS PARTICIPANTES DE OUTROS PROJETOS DO IDS, COMO O PROJETO FLORESTA FAZ A DIFERENÇA E VETA DILMA.

2012

- Evento Política 2.0 parte II
- Rodas de Conversa sobre Mobilidade (São Paulo e Brasília)
- Primaveras – diálogos sobre ativismo, democracia e sustentabilidade (em parceria com Página 22, Fora do Eixo, Outras Palavras e Matilha Cultural)
- Educar na cidade
- Roda de Conversa com Arun Gandhi – “Educar para a não violência e para a sustentabilidade: é possível?”
- Oficina de Consolidação do eixo Política Cidadã

2013

Rodas de Conversa sobre:

- Marco Civil da Internet
- Segurança
- A Cultura para a Sociedade
- Economia internacional, câmbio e competitividade
- Controle Social dos Gastos Públicos
- Energia limpa
- Saúde
- Acesso ao Patrimônio Genético
- Resíduos Sólidos
- Reforma do sistema político

- Mesa Redonda Análise da Conjuntura Política
- Territórios indígenas
- Desenvolvimento rural sustentável
- Agronegócio
- Mesa Redonda sobre Sistema Previdenciário
- Mesa Redonda de Economia

2014

Rodas de conversa sobre:

- Gestão, acesso e fomento a cultura
- Terceira Geração de Programas Sociais
- Infraestrutura para o Brasil
- Reforma Urbana
- Política Externa Brasileira
- Mineração
- Mudanças Climáticas

COLABORADORES – EXPOSITORES, MEDIADORES E ENTREVISTADOS:

Alessandro Molon
Alexandra Reschke
Alexandre de Ávila Gomide
Alfredo Sirkis
Amory Lovins
André Fernando Baniwa

André Lara Rezende
André Portela Souza
André Rodolfo de Lima
Arlison Favareto
Arun Gandhi
Bazileu Margarido
Bruno Werneck
Caio Magri
Camila Asano
Carla Mayumi
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antônio Rocha Vicente
Carlos Nepomuceno
Carlos Rittl
Célio Turino
Cláudia Sousa Leitão
Claudio Weber Abramo
Cristiane de Moraes
Daniela Gomes Pinto
Eduardo Assad
Eduardo Felipe Matias
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Saron
Eduardo Vasconcellos
Eduardo Viola
Eliana Cardoso
Eugênio Bucci
Fabrício Soler
Fernando Malta
Gilberto Natalini
Gina Rizpah Besen
Gisela Moreau
Giuseppe Cocco
Gonzalo Vecina Neto
Guilherme Boulos
João Alencar
João Paulo Capobianco
João Paulo Rodrigues
Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira
José Goldemberg
José Gustavo Fávoro Barbosa Silva

José Luiz Ratton
José Moroni
José Roberto Bellintani
Joseh Silva
Jovita José Rosa
Juliana Nolasco Ferreira
Larry Beeferman
Lilian Castro de Souza
Lucilene Prado
Luiz Eduardo Soares
Luiz Fernando Visconti
Luiz Gylvan Meira Filho
Luiz Mello
Manuela Carneiro
Marcelo Lomelino
Márcio Santili
Marcos Jank
Marcos Vinicius Campos
Maria Alice Setúbal
Maria Angélica Nucci Pereira
Maria Rosa Ravelli Abreu
Mariana Moreau
Marina Silva
Mario Bracco
Marta Maria Azevedo
Maurício Broinizi
Michael Nolan
Natalia Paiva
Nazareno Stanislaw Affonso
Neli de Mello-Théry
Nilson de Oliveira
Oswaldo dos Santos Lucon
Otto Scharmer
Pablo Ortellado
Patrícia Blauth
Paulina Chamorro
Pedro Leitão
Pedro Passos
Preto Zezé
Rafael Cunha Pinheiro Poço
Raquel Rolnik

Raul Telles do Vale
Renato Boareto
Renato Janine Ribeiro
Renato Sérgio de Lima
Ricardo Abramovay
Ricardo Baitelo
Ricardo Paes de Barros
Ricardo Voltolini
Ricardo Young
Roberto Antonio de Almeida Costa
Roberto Kishinami
Roberto Rodrigues
Rodrigo Lima
Ronaldo Lemos
Ronaldo Martins Alves
Ronei Alves
Samir Cury
Samuel Pessoa
Sérgio Leitão
Tadeu F. dos Santos
Tasso Azevedo
Tony Gross
Vladimir Safatle

**DEMAIS COLABORADORES
DA PLATAFORMA 2011
E DA ATUALIZAÇÃO
DA PLATAFORMA 2014:**

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
Adriana O. Kfoury
Adriana Yanez
Alexandre de Almeida Prado Corrêa
Alexandre de Almeida Youssef
Alexandre Rodrigues Seixas
Alexandre Seixas
Alfredo Manevy
Aline Alegria
Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Amabile Fernanda

Ana Arruda Callado
Ana Carolina Ayres
Ana Carolina Nunes
Ana Carolina Pekny
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
Ana Wilhelm
Anamaria Cristina Schindler
Andre Pessoa
André Urani
Andrea Bueno Buoro
Angela Danneman
Angelo Costa Gurgel
Antonio Donato Nobre
Antônio Leitão
Antonio Petcov
Armanda Jardim
Arthur Bragança de Vasconcellos
Weintraub
Beatriz Stuart Secaf
Bruno Masi
Caio Túlio Costa
Carlos Melo
Carlos Nobre
Carolina Stanisci
Cássio Martinho de Oliveira Soares
Catherina Godeghesi
Celso Athayde
Cesar Piva
Chico Whitaker
Ciro Salles Sobreira Pirajá
Claudemir Viana
Claudio Valladares Pádua
Dal Marcondes
Daniela Amarante Mendes Jank
Déborah Danowski
Dejanira Vicência
Denis Mizne
Diego Z. Bonomo
Dra. Tânia Martinez
Drica Guzzi
Eduardo Ehlers

Eduardo Lazzari
Eduardo Refinetti Guardia
Eduardo Viveiros de Castro
Elio Duzzi
Eustáquio Luciano Zica
Ezequiel Guimarães
Fabiana Toyama
Fábio de Castro
Fábio Feldmann
Felipe Taboada
Fernando Meirelles
Fernando Rossetti
Filippe Barros
Frei Beto
Gabriela Lotta
George Winnik
Gilberto Gil
Gilson Schwartz
Gisele Neuls
Guilherme Arbache
Guilherme Checco
Guilherme Coelho
Guillermo Parra-Bernal
Gustavo Junqueira
Gustavo Pinheiro
Hamilton Harley
Hermano Vianna
Isis de Palma
João Fernando Moura Viana
João Francisco Adrien
João Paulo Amaral
José Adalberto Veríssimo
José Carlos Carnevale Filho
José Cechin
José Eli da Veiga
José Ernesto Bologna
José Luiz Adeve (Cometa)
José Marcelo Zacchi
José Rubens Pereira Gomes
Julio Eduardo Gomes Pereira
Kaká Werá

Karina Ninni
Karla Battistella
Ladislav Dowbor
Laura Antoniazzi
Leandro Piquet
Leandro Souza
Lia Diskin
Luis Carlos Beduschi
Luís Flávio Saporì
Luiz Paulo Lima
Luiza Xavier
Marcio Bontempo
Marco Mroz
Marcos Rolim
Maria do Carmo Brant de Carvalho
Maria Fátima de Sousa
Mário Monzoni
Maristela Basso
Marussia Whately
Maura Campanili
Mauro Lopes
Mauro William Barbosa de Almeida
Monica Pilz Borba
Muriel Saragoussi
Nabil Georges Bonduki
Odair Lucietto
Oded Grajew
Orjan Olsen
Othon Henry Leonardos
Pablo Capilé
Paula Arantes
Paula Santoro
Paulo Afonso
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Paulo Vodianitskaia
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Piccolo
Plínio Ribeiro
Priscila Gonsales
Rachel Biderman
Raquel Souza

Renata M. C. de Queiroz Telles
Ricardo Carvalho
Ricardo Ubiraci Sennes
Rita Mendonça
Roberto Klabin
Roberto Perosa
Rodrigo Hisgail
Salo V. Coslovsky
Samira Bueno
Sheila Ceccon
Silvio Caccia Bava
Soninha Francine
Stephanie Alexandra de Oliveira
Lorenz da Silva
Suzel Figueiredo
Taís Lara
Tatiana Silva Capitano
Tatiane Klein
Thaís Herrero
Thiago Feijão
Valéria Ricomini
Vera Nisaka Solferini
Washington Novaes

**PARTICIPANTES DO
SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO
DA PLATAFORMA
(09/05/2014):**

Adriano Calhau
Alexandra Reschke
Alfredo Helio Sirkis
Alvaro Machado Dias
Amália Safatle
André Rodolfo Lima
André Villas Bôas
Aron Belinky
Bazileu Alves Margarido Neto

Caio Magri
Carlos Alberto Ricardo
Daniela Ades
Eduardo Felipe Matias
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viola
Fábio de Almeida Pinto
Felipe Andreoli de Almeida Staniscia
Fernando Malta
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Gustavo Fávoro Barbosa Silva
Juliana Cassano Cibim
Marcela Moraes
Marcelo Furtado
Márcia Rodrigues São José
Marcos Vinícius Campos
Maria Alice Setubal
Maria José Furegato
Mariana Moreau
Mariana Vilhena Bittencourt
Marina Silva
Maristela Bezerra Bernardo
Marta Maria Azevedo
Marussia Whately
Paula Galeano
Rachel Trajber
Rafael Cunha Pinheiro Poço
Ricardo Cavalieri Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Suzana Campos Souza
Suzana Machado Pádua
Taís Almeida da Costa
Tasso Rezende Azevedo
Tony Gross

**COLABORADORES
INSTITUCIONAIS**

Parcerias institucionais:

CENPEC - Centro de Estudos
e Pesquisas em Educação, Cultura
e Ação Comunitária
Data4Good
FTS - Fundação Tide Setúbal
Greenpeace
IMAS - Instituto Marina Silva
Instituto Arapyaú de Educ. e Desenv.
Sustentável
Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social
ISA - Instituto Socioambiental
RAPS - Rede de Ação Política pela
Sustentabilidade
Revista Página 22

Parcerias em eventos:

ANTP - Associação Nacional de
Transportes Públicos
Conectas Direitos Humanos
Fora do Eixo
Ideafix
IEMA - Instituto de Energia e Meio
Ambiente
IPF - Instituto Paulo Freire
Matilha Cultural
Movimento Nossa Brasília
Outras Palavras
POSTV
Rádio Eldorado
Rádio Estadão/ESPN
Rede Nossa São Paulo
SOS Mata Atlântica

1 GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS COMO PRINCIPAL VETOR DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento econômico deve estar fundamentado nas tecnologias de baixo carbono e na melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Estabelecer a gestão estratégica dos recursos naturais renováveis como base de todo processo de desenvolvimento do país, que deve ser orientado para atingir o objetivo de desmatamento zero de vegetação nativa primária e secundária, em estágio avançado de regeneração em todos os biomas brasileiros, ressalvadas situações de premente interesse público.

O BRASIL JÁ ELIMINOU¹:

- 88% da Mata Atlântica
- 54% da Caatinga
- 49% do Cerrado
- 54% do Pampa
- 20% da Amazônia
- 15% do Pantanal





O Brasil tem 516 milhões de hectares entre florestas nativas (509 mi ha) e florestas plantadas (7,2 mi ha), que representam 60% do território nacional

Entre 2002 e 2008 foram eliminados anualmente cerca de 23,5 mil km² de vegetação nativa, sendo o bioma do Cerrado o mais impactado²



97% do desmatamento ocorreu para conversão em pastagens e agricultura



Contrassenso: Brasil possui cerca de 50 milhões de hectares de áreas desmatadas abandonadas ou utilizadas com baixa produtividade

Do total das florestas brasileiras, menos de 3% são efetivamente manejadas para produção florestal

O Brasil possui o maior número de unidades de conservação em relação aos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Costa Rica, Argentina, México e África do Sul, mas é o que menos arrecada com atividades de visitação e turismo

consequências disso

O Brasil está perdendo seu patrimônio natural e sua biodiversidade sem considerar todo o potencial dos serviços ecossistêmicos que podem integrar um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

o que fazer para mudar essa situação

Reforçar os instrumentos econômicos de transição a uma economia de baixo carbono, baseada em fontes renováveis de energia, economia criativa, uso sustentável de recursos naturais e oportunidades inovadoras de combate à desigualdade social.

como?

- Formalização e implantação dos mercados de pagamentos por serviços ambientais, tais com o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) e as Cotas de Reserva Ambiental, já previstos na legislação brasileira.
- Reforma tributária verde, com incentivos a produtos e processos produtivos sustentáveis, indústrias e empregos verdes, empreendedorismo social. Anulação de todos os subsídios para indústrias intensas em emissões de gases de efeito estufa (GEEs).
- Promoção do turismo sustentável em Unidades de Conservação, com capitalização e retorno para investimentos em sua conservação.
- Aumento de concessões florestais na região Amazônica, sendo uma área de 2,8 milhões de hectares para concessão na região o potencial estimado pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2014, segundo o Plano Anual de Outorga Florestal.³

¹ INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IBGE, 2012.

² RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IBGE, 2012.

³ SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. NOTÍCIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014.

2 POLÍTICA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL, EFICIENTE E DIVERSIFICADA

O Brasil deve ter uma matriz energética fundamentada na diversificação de fontes renováveis, garantindo, ao mesmo tempo, segurança energética e baixas emissões de gases de efeito estufa – GEES.

Criar uma política nacional energética que contemple: eficiência energética, redução do consumo, diversificação da matriz, transformação das empresas distribuidoras de energia em empresas de serviços de energia.

Em 2013, o setor de transportes foi o segundo maior setor em consumo de energia (32%), atrás apenas do setor industrial (33,9%)¹

EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA – GG CO₂EQ (MILHARES DE TONELADAS)²

Agropecuária		437.226
Energia		399.302
Florestas		279.163
Processos industriais		82.048
Resíduos		48.737
Total		1.246.477

¹ E 3 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL: RELATÓRIO FINAL. 2014.

² MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. RELATÓRIO ESTIMATIVAS ANUAIS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO BRASIL. 2013.

⁴ RELATÓRIO CLIMATESCOPE 2013 – BID AND BLOOMERG NEW ENERGY FINANCE).

⁵ BANCO DE INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO (BIG). AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. 2014.

⁶ SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA.



O principal consumo de combustível é o **óleo diesel** (46,2%) e a gasolina automotiva (29,3). Biocombustíveis como o álcool etílico e o biodiesel representam 14,3% e 2,4%, respectivamente, do consumo³

O Brasil foi considerado pelo segundo ano consecutivo como o mercado mais **atrativo** em toda América Latina para Investimentos em Baixo Carbono⁴

MATRIZES DE ENERGIA ELÉTRICA⁵

Hidro		63,02%
Gás		10,32%
Biomassa		8,65%
Importação		5,89%
Petróleo		5,53%
Eólica		2,71%
Carvão mineral		2,44%
Nuclear		1,44%
Fotovoltaica		0%

consequências disso

O setor de Energia foi o que teve maior crescimento em suas emissões, de 126%, entre 1990 e 2012. O principal responsável por esse aumento expressivo no setor energético é o Transporte, que teve aumento de 143% nas suas emissões em 12 anos⁶.

o que fazer para mudar essa situação

Investimento em tecnologias de fontes renováveis, geração distribuída e *smart grids*, além de incentivos para redução do consumo e garantia de maior competitividade.

como?

- Incorporar os impactos ambientais e sociais aos custos da energia, a fim de demonstrar os preços da geração de energia e priorizar sistemas e usinas de energias renováveis no acesso à rede elétrica.
- Estabelecer um marco regulatório para o desenvolvimento de novas formas de energia renovável considerando incentivos para essa implementação.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Promover ajustes na política econômica que aumentem a produtividade e a competitividade do país no mercado externo, a partir de reformas no sistema tributário e fiscal e da adoção de políticas industriais e educacionais, estimulando a poupança de longo prazo e viabilizando os investimentos em infraestrutura, respeitando cláusulas contratuais.

produtividade
competitividade

Metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, administrando as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir o equilíbrio interno e externo, são requisitos de um desenvolvimento sustentável. Na ausência de uma coordenação adequada entre política fiscal e monetária, a segunda fica sobrecarregada e os custos em termos de produto e emprego serão maiores ao longo do tempo.

O novo contexto da economia internacional soma-se à tentativa anunciada de implantação de uma “nova matriz de política econômica”. Pensando no tripé câmbio-inflação-taxa de juros, foi implantada uma política monetária muito expansionista, ao contrário da política de geração de superávit real que marcou o período 2002-2006. Em relação ao câmbio, o governo passou a se comprometer, embora não explicitamente, com certo controle do patamar cambial, pressionado por alguns setores da indústria prejudicados pela valorização do real, chegando, inclusive, a adotar o controle de entrada de capitais.

O que há no Brasil é um **comportamento indefinido em relação à política macroeconômica**. É importante, neste cenário, **limitar os gastos públicos correntes à metade do PIB** (mantendo a possibilidade de política fiscal anticíclica nos momentos de retração econômica), **estimular a poupança de longo prazo e substituir a sucessão de programas extraordinários de anistia fiscal** (que se iniciou no âmbito federal com o Refis) por estratégias mais sólidas de recuperação de créditos tributários.

De forma complementar, devem ser investidos recursos e reformado o sistema educacional, capacitando nossos jovens a liderar processos de inovação, em sinergia com maior envolvimento acadêmico e das organizações privadas.

O objetivo é **manter a estrutura de sustentação da política macroeconômica e reduzir o nível de endividamento do setor público**.

4

Criar políticas efetivas de compras públicas sustentáveis

L S O C I
E M A R C
Q C 0, 1 %
O R D A N
I A O M E
S J F A T
O L S O F
E R L A G

É A PORCENTAGEM QUE AS COMPRAS SUSTENTÁVEIS REPRESENTAM NO TOTAL GASTO EM CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

As compras públicas¹ no Brasil, em 2012, movimentaram R\$ 72,6 bilhões na aquisição de bens e serviços². A administração pública é, portanto, um potencial catalisador da ampliação de padrões sustentáveis de produção no país.

A Emenda Constitucional nº 42/2003 foi de fundamental importância da consolidação deste conceito no país. Segundo a nova redação dada por tal Emenda ao Inciso VI do Artigo 170 da Constituição Federal, a ordem econômica deve, entre outros princípios, prezar pela defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Até mesmo a Lei Federal nº 8.666/1993, que dita as regras para licitações e contratos da Administração Pública, e é frequentemente criticada por centrar-se excessivamente no critério de menor custo em detrimento de fatores qualitativos, sofreu alteração através da Lei Federal nº 12.349/2010. Essa alteração promoveu a inserção da ideia do desenvolvimento sustentável, obtido a partir da realização de **licitações sustentáveis**. A Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se aprofunda no tema, indicando **a forma de aplicação e os critérios que norteiam as compras sustentáveis para obras públicas e aquisição de bens e serviços**.

Ainda assim, **as compras sustentáveis representam apenas 0,1% do total gasto em contratações pelos órgãos da administração pública no Brasil em 2012**. O país, a partir de suas ações, deve mostrar coerência com tais princípios, **induzindo moralmente e economicamente os demais agentes econômicos**.

¹ COMPRAS GOVERNAMENTAIS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2013.

Promover o Sistema Rural Integrado, contemplando a lavoura, pecuária e floresta, articulando agroindústria e agricultura.

O agronegócio responde por 23% do PIB nacional¹. Os ganhos de produtividade ao longo das últimas décadas, impulsionados pela atuação da Embrapa e pela abertura de frentes agrícolas em regiões que exigem novas técnicas produtivas, contribuíram para que o setor se tornasse referência internacional. Seu impacto é também relevante para o equilíbrio da balança comercial e das contas públicas, além de empregar parcela relevante da população economicamente ativa.

Nesse cenário, o desafio do agronegócio é conduzir estrategicamente o crescimento pelo ganho de produtividade aliada à conservação, ao uso racional e à restauração dos recursos naturais, incluindo o desmatamento zero, a redução do uso de agroquímicos e com foco em segurança alimentar e energética.

A estratégia de unir a conservação ambiental ao ganho com produtividade permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas pela agropecuária, freando a expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia e no Cerrado, por meio da racionalização do uso de insumos, promoção de técnicas de melhoria e conservação do solo, controle biológico e diversificação da produção. Com a melhoria técnica e tecnológica, a agropecuária brasileira não precisará avançar mais sobre novas áreas de floresta para intensificar sua produtividade, evitando, assim, a perda de biodiversidade e as elevadas taxas de desmatamento.

Uma das prioridades são a recuperação e a revitalização da produção de biocombustíveis, para que voltem a ser competitivos no mercado de combustíveis, a despeito das políticas de controle de preço da gasolina e incentivos a combustíveis fósseis.

A agroindústria da cana de açúcar, para produção de etanol, açúcar e de bioeletricidade deve ser estimulada por meio de uma política específica, associada à implementação

de programas de certificação socioambiental, para que ocorra de forma social e ambientalmente sustentável. Isso assegurará crescimento econômico para o setor com a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Outro impacto ambiental de grande escala que deve ser minimizado para garantir ao setor o desenvolvimento sustentável é o uso de agrotóxicos no país. O Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com 19% da produção mundial, o que equivale ao despejo de 1 bilhão de quilos de agroquímicos por ano no ambiente. O uso intensivo e crescente destes produtos tem impacto direto na saúde e segurança alimentar. Em 2011, foram registrados mais de 8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil². A Anvisa identificou excessos de resíduos a níveis acima dos considerados adequados em 29%³ das amostras de alimentos avaliadas, no ano de 2012.

Todos os instrumentos de políticas públicas devem ser direcionados à desejável **conciliação entre produtividade, conservação e geração de renda de milhões de agricultores brasileiros.** Devem ser estruturados arranjos produtivos que incorporem a agricultura familiar como parte fundamental de sua cadeia. Os recursos do PRONAF devem ser alavancados, compatibilizando o valor destinado ao Plano Safra da Agricultura Familiar com aquele destinado ao agronegócio.

A transição para um modelo agropecuário sustentável pode ser impulsionada por algumas ações-chave, dentre as quais: (I) adoção de critérios socioambientais na concessão de qualquer tipo de financiamento do setor; (II) criação de incentivos tributários a produtores que conciliem suas atividades produtivas com a preservação dos fluxos ecossistêmicos no meio rural e com o desenvolvimento social; (III) garantia de acesso ao seguro rural a produtores que descartam o uso de fertilizantes químicos e promovem a preservação dos processos biológicos na região; e (IV) criação de mercados de ativos ambientais, como reduções de emissões ou Cotas de Reserva Ambiental, previstas legalmente, porém carentes de regulamentação.

¹ PROJEÇÕES DO AGRONEGÓCIO : BRASIL 2012/2013 A 2022/2023. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 2013.

² MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2011. ³ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS. 2012.

DEMAIS PROPOSTAS

APOIO À INOVAÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Promover a inovação a partir do conhecimento e da valoração dos ativos ambientais e culturais, assumindo posição de vanguarda para propagação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável que considere o pagamento por serviços ecossistêmicos como instrumento de conservação socioambiental.
- Vincular incentivos tributários, creditícios ou regulatórios às indústrias, e a suas efetivas contribuições, para transição para uma economia de baixo carbono.
- Implementar incentivos tributários para os setores de mudanças climáticas, resíduos sólidos, conservação florestal e recursos hídricos, conforme previstos na legislação vigente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS E CONSUMO RESPONSÁVEL

- Exigir, segundo critérios de importância econômica e atividade, adoção de princípios e declaração de indicadores de sustentabilidade para as empresas, envolvendo não somente seus processos e produtos, mas também ações sustentáveis das cadeias produtivas que integram.
- Definir novos parâmetros de atuação do setor financeiro, incorporando variáveis socioambientais nas decisões de concessão de crédito. Bancos públicos de fomento devem ter taxas diferenciadas atendendo aos critérios de sustentabilidade, bem como linhas de crédito subsidiadas para adaptação e/ou conversão de negócios que tenham impactos socioambientais positivos.

INFRAESTRUTURA E ENERGIA LIMPA

- Priorizar, nos sistemas de transporte, ferrovias, hidrovias e sistemas híbridos, combinando biocombustíveis e eletricidade.
- Preparar tecnicamente os municípios para se adaptarem às novas legislações que incentivam a participação de investimentos privados no setor de energia.
- Condicionar os novos aproveitamentos hidroelétricos, em todo o território nacional, à efetiva avaliação socioambiental estratégica de forma transparente e participativa.

- Eliminar dos Planos Decenais as termoelétricas movidas a óleo diesel ou carvão mineral, bem como as novas usinas nucleares, ainda não autorizadas pelo Congresso Nacional.
- Incentivar a otimização da demanda de eletricidade, incluindo a adoção de equipamentos e sistemas mais eficientes, bem como a conscientização e a mobilização da população sobre a necessidade de conservação de energia.
- Adotar instrumentos de natureza financeira e tributária, bem como os que privilegiem as novas tecnologias de gestão das malhas de transmissão e distribuição de energia elétrica – conhecidas como "smart grid" – favorecendo, assim, a introdução das diferentes fontes de geração de energia e diversificando a economia energética.
- Promover de forma imediata uma virada de rumo para uma economia energética de baixo carbono, usando tecnologias conhecidas e com busca de resultados superiores àqueles que seriam obtidos com o *business as usual*, em termos financeiros, sociais e climáticos.
- Garantir que o setor energético implemente um planejamento de médio e longo prazo que privilegie novas tecnologias, energia limpa e eficiência energética no uso final.
- Incentivar de forma intensa os investimentos em inovação no setor energético, por exemplo, a redução de custos de novas tecnologias como as usadas para gerar energia solar e oceânica, bem como a implantação em larga escala de *smart grids*. Esses são elementos chave para a sustentabilidade energética de longo prazo. A tecnologia que captura e armazena carbono também pode representar importante contribuição.
- Promover a combinação de diferentes fontes de energia renováveis, aliadas à geração distribuída, a fim de prover o Brasil de segurança no abastecimento energético, assegurando menor custo.
- Implementar incentivos consistentes à eficiência energética e redução do consumo pelos consumidores finais.
- Retomar o estímulo à produção e consumo de biocombustíveis pela eliminação dos subsídios diretos e indiretos aos combustíveis fósseis.
- Garantir os meios para o aproveitamento da energia advinda da biomassa produzida nas usinas de açúcar e álcool, com objetivo de reduzir a pressão pela construção de novas hidrelétricas e evitar a utilização de

termoelétricas alimentadas por combustíveis fósseis.

- Redefinir o modelo de remuneração das distribuidoras, substituindo o atual cálculo de faturamento (apenas pela quantidade de energia consumida) por metas de eficiência no fornecimento e de redução de consumo.
- Garantir a estabilidade do setor elétrico para todos os atores, através do cumprimento de contratos e normalidade regulatória.
- Atuar no sentido de minimizar a pressão exercida pelo setor privado, evitando que prevaleçam interesses específicos e que desconsiderem os impactos no agravamento das mudanças climáticas e os custos implícitos ("*hiddencosts*") dos combustíveis fósseis, no desenvolvimento do setor elétrico.

GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, NÃO RENOVÁVEIS (MINÉRIOS) E DA BIODIVERSIDADE

- Complementar e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação de forma a atingir as metas de conservação em todos os biomas brasileiros e torná-lo um sistema gerador de riqueza pela expansão da visitação e promoção da pesquisa científica.
- Fortalecer a gestão compartilhada das águas de acordo com Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Ratificar o Protocolo de Nagoya, que possibilita ao Brasil ter maior influência nas negociações do mecanismo multilateral a ser estabelecido no âmbito do Protocolo.
- Encaminhar prontamente o Protocolo de Nagoya e o marco legal brasileiro na questão do patrimônio genético, uma vez que são dois processos que podem andar em paralelo.
- Definir o papel do Estado na gestão do patrimônio genético e na repartição de benefícios.
- Promover o incentivo à pesquisa sobre biodiversidade, desburocratizando os processos de autorização e acesso ao patrimônio genético.
- Criar amplo sistema de dados que concentre todas as informações sobre pesquisas e acessos aos recursos genéticos que estão sendo realizados no Brasil, propiciando a efetiva gestão do conhecimento sobre recursos genéticos. Reunir o conhecimento científico e

tradicional acumulado em uma grande biblioteca digital contendo esse banco de dados.

- Apropriar, desenvolver e aplicar o Protocolo Comunitário com o objetivo de estabelecer boas práticas para alavancar a utilização de recursos da biodiversidade e a repartição de benefícios para as comunidades tradicionais do Brasil.
- Assumir a repartição de benefícios como um direito destinado à preservação e à conservação da biodiversidade, podendo ser classificado numa categoria de pagamento por serviço ambiental.
- Promover a criação de Câmaras de Negociação, com a finalidade de trazer para a discussão os diversos atores e alinhar os entendimentos entre os setores impactados pelo Protocolo de Nagoya e o marco legal brasileiro.
- Propor um marco legal que garanta o retorno financeiro gerado pelo mercado que, além de viabilizar o acesso e repartição de benefícios, realmente incentive e assegure a preservação contínua da biodiversidade e tenha como foco a inovação e o desenvolvimento tecnológico.
- Planejar e propor ações sobre a questão do conhecimento tradicional difuso. Essas ações devem considerar o debate sobre o percentual negociado diretamente com as comunidades e a especificidade de cada caso.
- Garantir a participação da sociedade civil na discussão do marco regulatório brasileiro sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, bem como de temas correlatos.

AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- Garantir os investimentos em infraestrutura e assegurar a implementação do marco legal específico para o setor logístico para que o desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio seja possível.
- Ratificar do Protocolo de Nagoya e concluir o processo legislativo para acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético e a respectiva repartição de benefícios.
- Garantir à agricultura familiar o acesso a terra e à tecnologia, por meio de políticas públicas ativas que viabilizem a reforma agrária sustentável.

1 NOVO SUJEITO POLÍTICO EXIGE A REFORMA DO SISTEMA

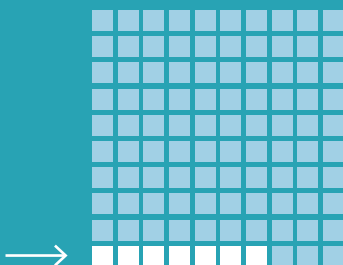
O novo sujeito político reivindica sua condição de protagonista e propõe o desafio de formular uma nova concepção de estado e de fazer política.

Reforma do sistema político com valorização da democracia participativa e direta.

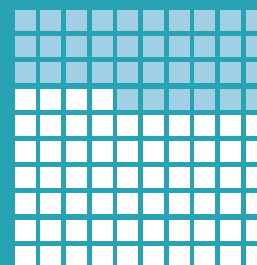
PODER DE INFLUÊNCIA DAS MAIORES DOADORAS – ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2010:

O Brasil tem um modelo de financiamento concentrado que privilegia pressão das maiores doadoras sobre os candidatos eleitos ¹

543 empresas fizeram doações superiores a R\$1.000 à campanha vitoriosa da presidente da República



70% das empresas que doaram mais de R\$ 1.000,00



Contribuíram com 64,4% do total arrecadado



O equivalente a R\$ 428,3 milhões

CONCENTRAÇÃO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2010

QTD DE EMPRESAS DOADORAS	712
VALOR TOTAL DOADO	R\$ 647.986.584
QTD DE MAIORES EMPRESAS DOADORAS	36
VALOR TOTAL DOADO PELAS MAIORES EMPRESAS DOADORAS	R\$ 401.373.000
PARCELA DAS MAIORES EMPRESAS DOADORAS EM %	61,9%

1 MENOR PRESENÇA DAS EMPRESAS NO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS: [HTTP://WWW.EXCELENCIAS.ORG.BR/DOCS/CUSTO_DO_VOTO.PDF](http://www.excelencias.org.br/docs/custo_do_voto.pdf)
[HTTP://WWW.EXCELENCIAS.ORG.BR/DOCS/FINANCA_DESIGUALDADE.PDF](http://www.excelencias.org.br/docs/financia_desigualdade.pdf) 2 ÍNDICE DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA (ICJBRAZIL), DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2012.



Nas manifestações de junho de 2013, evidenciou-se a **insatisfação** latente e difusa na sociedade brasileira



- baixa qualidade dos serviços públicos
- elevada carga tributária
- ausência de transparência na gestão pública
- corrupção
- impunidade
- desigualdade social
- apoio parlamentar aos governos através da distribuição de “pedaços” do Estado aos partidos políticos aliados

Apenas **5%** dos entrevistados disseram acreditar nos partidos políticos. É o menor percentual de confiança entre todas as instituições citadas pela pesquisa²

MARCOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR:

- Lei da Ficha Limpa e Marco Civil da Internet
- Vinte e seis anos após a promulgação da Constituição Federal, a Lei da Ficha Limpa foi apenas o quarto projeto de iniciativa popular a ser aprovado pelo Congresso. O número reduzido é reflexo da falta de participação da população na política, agravada pelo número reduzido de mecanismos que possibilitem que isso ocorra.

consequências disso

- Há situações em que as decisões no Congresso sobre temas fundamentais para o futuro do país não refletem a vontade popular. Um exemplo disso foi a mudança no Código Florestal.
- A atual institucionalidade não tem condição de dar respostas às transformações exigidas nas manifestações de junho de 2013. Existe uma insatisfação da população aos meios de comunicação e partidos que não parecem representar mais seus anseios e expectativas.
- Os sistemas de representação estão antiquados.
- O crescimento populacional e os avanços tecnológicos, por exemplo, mudam a dinâmica social e permitem o surgimento de um novo modelo de representação, descentralizado, que não se encaixa no que há atualmente.

o que fazer para mudar essa situação

Esse novo sujeito político, que reivindica sua condição de protagonista no processo político, coloca-nos o desafio de formular uma nova concepção de Estado e de fazer política, capaz de integrar em ações colaborativas essa forma aparentemente dispersa e fragmentada de comunicação e de construção de relações político-sociais.

como?

- Formular uma nova concepção de fazer política, capaz de integrar em ações colaborativas essa forma aparentemente dispersa e fragmentada de comunicação e de construção de relações político-sociais.

2 GESTÃO PÚBLICA INOVADORA E QUALIFICADA

O Estado precisa dispor de gestores treinados e capacitados para planejar, implementar e monitorar políticas públicas, em ambientes inovadores e de formação contínua.

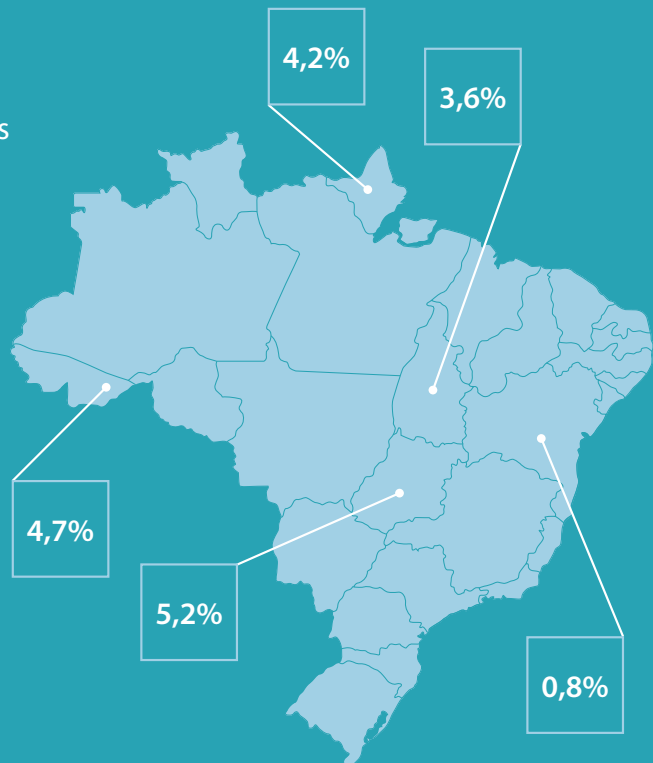
Reforma da gestão das instituições de Estado com adoção de:

1. práticas de gestão em rede;
2. cultura de inovação;
3. redução drástica do número de cargos comissionados.

CARGO COMISSIONADO

Cargos comissionados são aqueles de livre indicação e exoneração, que não exigem concurso público. Muitas vezes, podem ser utilizados para abrigar aliados e apadrinhados políticos. Os números demonstram que:

A unidade da federação em que o percentual de servidores comissionados é **mais alto** é o Distrito Federal, seguido pelo Acre, Amapá e por Tocantins. O **menor** percentual foi registrado na Bahia¹





Em 2013, o **Poder Executivo estadual** tinha 115, 8 mil comissionados²

Em 2013, o **Poder Executivo federal** tinha 22.692 comissionados



DE 2012 A 2013:



Na administração **direta** (secretarias estaduais), houve aumento de 12,3% na quantidade de comissionados



Na administração **indireta**, que considera autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, o crescimento foi de 3,9%



Levando os dois tipos de administração em conta, os governos dos estados criaram **10.386** cargos em um ano³

consequências disso

- Ineficiência da gestão pública.
- Incentivo à corrupção.
- Contratação por critérios políticos e não técnicos.

o que fazer para mudar essa situação

- Estimular a cultura de inovação na gestão pública e implementar a projeção de carreira por meritocracia.
- Reestruturar processos e fluxos para que a gestão seja informatizada, eficiente e com dados abertos.

como?

- Reduzir o número de cargos comissionados e estimular a profissionalização na administração pública.
- Ampliar o acesso aos mecanismos de controle social por meio de transparência, emprego intensivo de tecnologias de acesso à informação e facilitação do seu uso por parte dos cidadãos.
- Criar metas e indicadores para avaliar o alcance e o resultado das ações do governo visando a transparência e o controle social da gestão pública
- Criar cultura de inovação na gestão pública, através de redes de compartilhamento de práticas inovadoras.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Educação cidadã com ênfase no âmbito local, estimulando as pessoas à autogestão de espaços públicos e à participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

novas concepções
de aprendizagem
para educação cidadã

A educação cidadã se amplia na medida em que **questões fundamentais de paz, justiça, liberdade e cidadania** são entendidas e aplicadas em todo processo de ensino-aprendizagem, seja no âmbito formal ou não-formal. Ou seja, praticando estes valores dentro de sala de aula e também fora delas, em espaços públicos, por exemplo, promove-se uma aprendizagem focada no “aprender fazendo”, criando pontes entre o cotidiano e questões do mundo contemporâneo de forma a se construir uma escola viva.

Este pode ser **o alicerce para novos modos de organização das escolas e das demais instâncias educadoras da sociedade, induzindo até mesmo mudanças estruturais em várias esferas da sociedade.** Mudar as concepções de aprendizagens envolve ainda mudanças na organização das escolas e dos espaços educativos para se criar estruturas mais horizontais de modo a possibilitar as interações entre as pessoas, o compartilhamento de conhecimentos e o trabalho colaborativo.

A escola e os diversos espaços de aprendizagem podem ser centros irradiadores que possibilitem conexões e articulações de espaços e tempos educativos na rica diversidade dos territórios, cidades, regiões e culturas do Brasil. Centros que estimulem a participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

4

Refazer o pacto federativo,
de forma a promover:

- I) Desenvolvimento nacional integrado em todos os níveis;
- II) Municipalismo responsável e sustentável;
- III) Participação social.

O Estado federativo é formado por unidades territoriais autônomas que devem respeitar as competências determinadas pela Constituição Federal. Apesar da constituição destas subunidades políticas, todas devem responder ao poder central, composto por representantes de todas as subunidades.

A Constituição Federal (CF) de 1988 conferiu aos municípios o status de entes federativos com a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e conferiu competências administrativas, conforme versa o artigo 30.

Há necessidade de manter as unidades federativas respondendo à União e há necessidade por se ponderar as tendências centrífugas que se originam de uma sociedade tão diferente econômica e socialmente. Por isso, o federalismo brasileiro é necessário.

Não se pode negar que o pacto federativo brasileiro foi bem-sucedido em alguns de seus propósitos. No entanto, não se justifica a ausência de reflexão acerca das possibilidades de melhoria e aperfeiçoamento deste pacto, mesmo no campo político. Pode-se observar que as deficiências mais latentes no pacto federativo vigente são as competências conjuntas, sendo a competência comum tratada no artigo 23 e a competência concorrente pelo artigo 24, ambas da Constituição Federal.

No texto da Carta Magna, não só se estabeleceu que a União, os estados e o Distrito Federal deveriam promulgar legislação sobre uma infinidade de matérias, bem como propor a execução de políticas públicas, municípios inclusos.

Assim sendo, o pacto federativo brasileiro peca ao legislar conjuntamente sobre quase tudo. A descentralização feita nestes moldes pode levar alguns municípios à insolvência, à dependência para com o poder central, à ineficiência e ao desperdício de recursos. Por isso, o deve-se o avanço na direção da descentralização, com os devidos cuidados e tendo em mente a disparidade econômica das regiões e municípios brasileiros.

O modelo do pacto federativo atual trouxe relativa descentralização, mas não de forma equânime, isto é, não conseguiu descentralizar todas as áreas estratégicas de políticas públicas, tampouco conseguiu que as regiões do país descentralizassem o controle dessas áreas na mesma

proporção. A desigualdade nas políticas sociais ocorreu tanto geograficamente, quanto de acordo com as áreas de políticas públicas.

Estas aparentes incongruências mostram a complexidade do tema e o número de variáveis que incidem sobre a descentralização de políticas sociais no Brasil.

Em relação à dimensão tributária e fiscal, municípios e estados, além de se preocuparem com os recursos fiscais e administrativos (dos quais dispõem para arcarem com a execução de políticas públicas), arcam com os custos e benefícios políticos e fiscais da opção da descentralização.

De várias maneiras, a CF de 1988 foi inédita. A União estabeleceu, unilateralmente, que os estados poderiam usar para a base do cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para uma série de segmentos da economia, outrora tributados pela União. Ela deu autonomia para as autoridades subnacionais legislarem sobre suas áreas de tributação exclusiva,

definiu grandes repasses obrigatórios e vinculou gastos nas áreas de educação, saúde e gastos com pessoal.

Neste cenário, a tributação no campo residual permaneceu com a União, mas por um lado, as transferências fiscais continuam mantendo a grande maioria dos municípios brasileiros em estreita dependência para com o Estado.

Num país com 5.564 municípios, caso a maioria deles dependesse de repasses da União, a pressão sobre este ente federativo seria tamanha que a descentralização ou a eficácia de políticas sociais seriam, inevitavelmente, comprometidas. Destaca-se que os municípios dependentes da União são, em sua maioria, agrários.

Assim, se a base tributária dos municípios aumentasse, eles teriam maior autonomia para definir suas legislações tributárias e como arrecadariam seus impostos. Portanto, essa dependência é um obstáculo para a descentralização de políticas sociais ou para o aperfeiçoamento e amadurecimento do pacto federativo brasileiro que tenha

por objetivo o municipalismo responsável e sustentável.

A reconfiguração das bases tributárias exclusivas sem a criação de novos impostos, conjugado com a necessidade de revisar as competências conjuntas, é algo que deve ser considerado e discutido futuramente. Este conjunto de medidas visa impactar sobre o sistema de barganha federativa que tende à centralização, considerando as especificidades econômicas da maior parte dos municípios brasileiros e o sistema tributário e fiscal.

Outra ferramenta muito importante para a descentralização das políticas sociais é a vinculação de gastos.

Na educação, por exemplo, a criação do Fundef, pela EC-14/96, estabeleceu que estados e municípios devem destinar 15% de seu orçamento no ensino fundamental. Observa-se, após a promulgação da lei, a evolução na descentralização ou municipalização do ensino em todas as regiões do país.

Logo, também deve ser discutida a possibilidade de vincular outros gastos aos orçamentos estaduais e

municipais. O mecanismo funciona, pois eleva os custos, na barganha federativa, da "não descentralização" das políticas sociais. No entanto, vale frisar que tal dispositivo deve ser utilizado com cautela ante o engessamento que gera no orçamento das autoridades subnacionais, podendo levar ao estrangulamento das finanças públicas dos governos subnacionais.

Outra proposta origina-se no reconhecimento de que medidas tomadas isoladamente não são capazes de aprofundar o pacto federativo atual. Isto porque, tendo em mente as disparidades econômicas brasileiras e a posição da União nesse pacto – ou seja, a União encontra-se num ténue equilíbrio entre sua condição de principal arrecadador, ao mesmo tempo em que o aumento de despesas significaria a ruptura deste equilíbrio – a saída não está nas relações verticais do Estado brasileiro. A alternativa é a reflexão acerca de **mecanismos, órgãos ou instâncias horizontais – leia-se,**

entre estados ou entre municípios – para a distribuição de recursos ou competências, de modo mais equânime e apropriado ante as limitações da grande maioria dos municípios brasileiros.

Evidente que para isso, instâncias conciliadoras teriam que ser criadas para solucionar os conflitos inerentes que emergirão – poder-se-ia discutir, inclusive, o papel do CONFAZ nesse quesito ou a revisão das matérias exclusivas do Senado federal, tendo em mente que esta é a casa legislativa representativa das autoridades subnacionais, algo particular às federações – tendo como objetivo principal estabelecer uma relação de interdependência entre esses entes.

Assim, **o novo pacto federativo é uma revisão, não uma refundação.** Preservam-se seus pontos positivos e sucessos para aprimorá-lo, basta, à sociedade civil, apoderar-se da informação essencial para tal finalidade fortalecendo, assim, a participação social.

O novo pacto federativo
é uma revisão,
não uma refundação

5

Tornar acessíveis aos cidadãos todas as informações relevantes sobre assuntos públicos, por meio de um sistema público integrado nos três níveis da administração, e outros meios abertos e inovadores de cooperação entre atores sociais e governamentais.

O uso da internet no Brasil aumenta a cada ano e, hoje, já é a maioria da população que possui acesso à rede (51,6%, em 2013, segundo o Banco Mundial). O país está em 37º lugar de 180 países¹ com maior população de nativos digitais², à frente de países como Alemanha e Japão, o que representa uma enorme oportunidade de inovação tecnológica. A participação democrática pela web também vem crescendo nas plataformas de discussão e pressão política, colocando o país na vanguarda de plataformas de participação cidadã online³.

Diante do contexto de crescente conexão, torna-se essencial incorporar estas inovações tecnológicas no poder público, de maneira integrada e acessível para a população.

Deve-se avançar na transparência das informações sobre execução orçamentária dos governos, garantindo a constante atualização dos dados, disponibilizando-os em

formato aberto, para que permitam o acompanhamento, verificação e interpretação da execução dos contratos e dos processos decisórios, inclusive dos conselhos de governo e agências reguladoras.

Mais do que abrir as informações sobre os gastos, dar transparência também aos critérios para definição de prioridades de investimento e oferecer à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos. É essencial capacitar a população para a leitura e compreensão destes dados.

Um exemplo do protagonismo da sociedade na criação de uma lei específica para o uso da internet foi o Marco Civil da Internet, Lei federal nº 12.965, sancionada em 23 de abril de 2014. A Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, assim como busca explorar o potencial que a internet e outras ferramentas digitais de comunicação têm para incrementar a participação democrática.

Três pontos centrais da legislação são: neutralidade da rede, liberdade de expressão e privacidade ao usuário.

Assim como a Lei de Acesso à Informação hoje representa um marco da transparência do Estado brasileiro, e a Ficha Limpa representou uma grande mobilização da sociedade civil em torno de melhorias na disputa política, **o Marco Civil da Internet tem como objetivo regular o potencial que a internet tem de qualificar a participação política dos cidadãos.** A intensificação e integração do uso de ferramentas digitais devem ter como objetivo aproximar representados de seus representantes e aumentar a cooperação entre atores sociais e governamentais. Para isso, deve-se avançar na inclusão digital e fazer com que o processo de construção colaborativa do Marco Civil se reflita na construção de outras legislações.

1 INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. "MEASURING THE INFORMATION SOCIETY". 2013. 2 JOVENS DE 15 A 24 ANOS QUE UTILIZAM A INTERNET HÁ PELO MENOS 5 ANOS. 3 FERRAMENTAS COLOCAM BRASIL NA VANGUARDA DA CIDADANIA ONLINE". O ESTADO DE S.PAULO. 31/08/2014.

DEMAIS PROPOSTAS

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA

- Ampliar o acesso aos mecanismos de controle social, por meio de transparência, emprego intensivo de tecnologias de acesso à informação, bem como promover o acesso ao uso por parte dos cidadãos.
- Criar metas e indicadores para avaliar o alcance e o resultado das ações do governo visando à transparência e o controle social da gestão pública.
- Criar cultura de inovação na gestão pública, por meio de redes de compartilhamento de práticas inovadoras.
- Melhorar a qualidade da comunicação pública, incorporando a tecnologia digital e a linguagem de fácil compreensão e promovendo discussões, consultas públicas e participação ativa do cidadão.
- Incrementar o intercâmbio entre organismos de controle e fiscalização. E entre esses e a sociedade.

ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO DIGITAL

- Incentivar o empreendedorismo nacional na área de computação e criação de programas.
- Inserir no currículo básico do ensino fundamental noções de programação.
- Fazer com que o processo de construção colaborativa do Marco Civil se reflita na construção de outras legislações.

- Desenvolver uma política industrial que conceba a internet como um vetor de desenvolvimento socioeconômico.
- Incrementar a participação democrática dos cidadãos por meio da internet.
- Implantar um sistema público integrado de acompanhamento da implementação de políticas, programas e planos públicos nos três níveis da administração (municipal, estadual e federal).
- Difundir a regulamentação do Marco Civil da internet e ampliar o debate sobre a preservação do direito de informações pessoais sigilosas e proteção contra sua utilização indevida.

ESTIMULAR A PROFISSIONALIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Capacitar e treinar os gestores e analistas públicos para planejar, implementar e monitorar políticas públicas.
- Fortalecer o sistema de regulação no Brasil, em especial fortalecendo o papel das agências reguladoras já existentes.
- Proporcionar acesso à informação para a população em linguagem simplificada sobre seus representantes ou membros da administração pública. E estimular a fiscalização de suas ações.

1 MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E COM FOCO NA COLETIVIDADE

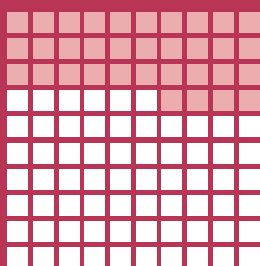
A mobilidade urbana é um dos pilares da acessibilidade por isso deve priorizar o transporte coletivo para assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida sadia.

Regulamentar sistema tarifário para repartir o custo do transporte coletivo com os usuários de veículos motorizados individuais e desonerar tributos sobre veículos híbridos, elétricos e não motorizados.

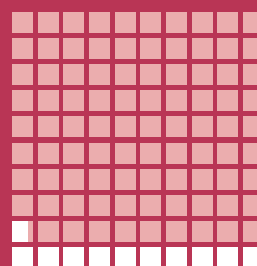
Mais de 70% das emissões de CO₂ geradas pelo setor de transportes no Brasil advém do transporte individual¹

Em 2012, houve um acréscimo de mais de 80 milhões de veículos no planeta, sendo que no Brasil esse acréscimo foi de mais 3,6 milhões

AUMENTO NO NÚMERO DE AUTOMÓVEIS X CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (NAS 15 METRÓPOLES BRASILEIRAS, DE 2001 A 2010)²



aumento de 66% no número de automóveis



a população cresceu por volta de 10,7%



A deseconomia resultante dos congestionamentos somente na cidade de São Paulo atinge **R\$ 12 bilhões³**

O governo brasileiro estabeleceu, nos últimos anos, uma série de incentivos e subsídios tributários para o setor automobilístico, como, por exemplo, a redução de IPI e a isenção de tributos sobre o consumo de combustíveis fósseis (CIDE), estimulando o transporte individual⁴



EM CONTRARIEDADE COM A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (2012), QUE TEM COMO ALGUNS DE SEUS PRINCÍPIOS:

- a.** a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- b.** a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade, e;
- c.** o incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes.

consequências disso

Priorização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo, aumento do congestionamento e das emissões de gases de efeito estufa nas áreas urbanas.

o que fazer para mudar essa situação

Valorizar o transporte coletivo e meios de transporte que minimizem o volume de emissões por meio da revisão dos planos de transportes municipais e desestimular o transporte individual.

como?

- Implantar um sistema tarifário para repartição da redução do custo do transporte público pelos proprietários de veículos individuais.
- Devem-se estimular os veículos híbridos e elétricos a partir de condições tributárias, inovações produtivas e rede de serviços que reduzam seu custo. São Paulo, por exemplo, já aprovou lei para redução de tributos, porém ainda sem abatimento total do IPI, como foi feito para os veículos tradicionais, como vem sendo praticado pelo Governo.
- Planejamento urbano integrado que considere a mobilidade urbana e a política de transportes à luz das políticas de moradia e uso do solo. Adensamento da população nas áreas próximas às estações de metro e trem, bem como revisão do Plano Diretor para uso misto dos imóveis urbanos.

1, 2, 3 E 4: PUBLICAÇÃO SOBRE MOBILIDADE URBANA DO IDS.

2 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA PROMOÇÃO DO BEM ESTAR DOS CIDADÃOS

Repensar os espaços urbanos a fim de integrar políticas públicas e assegurar às pessoas o direito à cidade.

Promover articulação das políticas para urbanização, saneamento, moradia, adaptação às mudanças climáticas, proteção aos mananciais e promoção do bem-estar.

3,5
bilhões

As cidades, hoje, são abrigo para mais de metade da população mundial, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas¹.



Destas,
1 bilhão
vivem em favelas

1 DADOS DO DOCUMENTO "THE URBAN OPPORTUNITY: ENABLING TRANSFORMATIVE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT", PREPARADO POR SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK, THEMATIC GROUP ON SUSTAINABLE CITIES. 2 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013. 3 INSTITUTO TRATA BRASIL. 4 ATUALIZAÇÃO DO ESTUDO TRATA BRASIL: "ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO E IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO 2008-2011". 2013.

O levantamento mais atualizado sobre o déficit habitacional brasileiro mostra que faltam 6.940.000 habitações no país²



34 milhões

de brasileiros não
tem acesso a água
encanada³



103 milhões

de pessoas não estão
conectadas às redes
de esgoto



61,3% dos esgotos
gerados não são tratados

No total, 13 milhões de
habitações (26,4%) carecem de pelo
menos um item de infraestrutura básica:
água, energia elétrica, esgotamento
sanitário ou coleta de lixo



Esta precariedade tem impacto
direto na saúde: 396.048
pessoas foram internadas por
diarreia no país, em 2011⁴



Os gastos do SUS com estas internações
foram de R\$ 140 milhões.
Nas 100 maiores cidades este gasto foi
de R\$ 23 milhões, ou seja, 16,4% do total

consequências disso

Precarização da qualidade de vida das pessoas em razão do aumento do adensamento populacional em áreas urbanas desprovidas de saneamento, acesso à água tratada e sistema de transporte público.

o que fazer para mudar essa situação

Planejar a ocupação das áreas urbanas de forma a integrá-las com as políticas de mobilidade (transportes), moradia e saneamento, para que o cidadão tenha priorizada sua qualidade de vida.

como?

- Promover a Reforma Urbana por meio do reordenamento do espaço urbano e participação democrática dos cidadãos nos Conselhos Municipais.
- Revisar e adaptar as leis que regulam os espaços urbanos, incentivando a harmonia entre espaços públicos e espaços privados promovendo o uso misto e diversidade de classes sociais.
- Implantar os mecanismos de direito à cidade previstos no Estatuto das Cidades, como por exemplo, o IPTU progressivo.
- Implantação de ZEIS nas zonas centrais e mais valorizadas das cidades: Zonas Especiais de Interesse Social. Fortalecimento da função social das cidades, expresso no Estatuto das Cidades.
- Universalizar a coleta e o tratamento de esgoto.

3 IMPLANTAR UM PLANO DE REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS

O plano de redução de homicídios enfatiza a prevenção e a investigação de crimes contra a vida.

Elaboração de um plano nacional de redução de homicídios, com ênfase na prevenção e investigação dos crimes contra a vida.

Na década de 2002 a 2012, morreram, no Brasil, **556 mil** cidadãos vítimas de homicídio

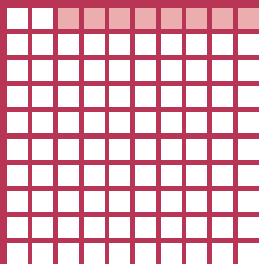


Número que excede o número de mortes da maioria dos **conflitos armados** registrados no mundo¹

Entre 2011 e 2012, a taxa de **homicídios** cresceu 3,4% e chegou a 24,3 a cada 100 mil habitantes

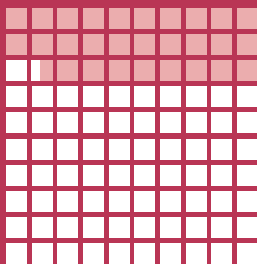
Enquanto a de **estupros** subiu 15,35%, chegando a 26,3 a cada 100 mil habitantes²

VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL



→

92% das vítimas de homicídios homens



→

71,4% deles são negros

Reforçando, portanto, a percepção de maior **violência** contra a população negra e de menor renda



PORCENTAGEM DE HOMICÍDIOS INVESTIGADOS E RESOLVIDOS³



O Brasil gastou mais de **R\$ 61 bilhões** com Segurança Pública em 2012, um aumento de 15,83% em relação a 2011, sem aumento de resultado⁴

TAXAS DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO NO BRASIL (2012)⁵

POR 100 MIL HABITANTES PARA A TAXA NACIONAL E POR EFETIVO POLICIAL PARA OS DEMAIS

HOMICÍDIO NACIONAL	24,3
PM EM SERVIÇO	17,8
PM FORA DE SERVIÇO	58,7
PM E PC (EM SERVIÇO E FORA)	72,1

70,1% dos brasileiros afirmam não confiar na polícia⁶

¹ WAISELFISZ, JULIO JACOBO. MAPA DA VIOLÊNCIA: OS JOVENS DO BRASIL. 2014. ² FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA ³ IPEADATA ⁴ E ⁵ FÓRUM DE SEGURANÇA BRASILEIRA. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2013. ⁶ PESQUISA DO ÍNDICE DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA BRASILEIRA, DA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). 2013.

consequências disso

Há falta de eficiência no modelo institucional de segurança pública brasileiro. O país mantém as altas taxas de mortalidade por homicídio, apesar do investimento crescente em segurança pública.

o que fazer para mudar essa situação

- Valorizar a vida e reformar o modelo institucional de segurança pública vigente.
- Realizar novo pacto entre os entes da federação e promover mudanças institucionais que garantam: melhoria da eficácia da investigação policial e fim ao embate histórico que coloca policiais militares e civis em campos opostos.

como?

- Implantação de um Pacto Nacional de Redução de Homicídios, com integração de ações nas 3 esferas do Governo, portanto com maior participação dos municípios e da União, pode ser um primeiro passo.
- Diminuição drástica da circulação de armas de fogo (campanhas, fiscalização de fronteiras, implantação do Estatuto do Desarmamento)
- Reforma no modelo institucional da polícia que considere a implantação de ciclo completo e carreira única nas polícias, bem como o uso de inteligência e integração de bancos de dados para os processos investigativos, esforço e procedimentos para maior agilidade nos processos judiciais, capacitação e formação policial para ser um gestor de segurança pública e, por fim, aumento do controle externo da atividade policial, com maior participação da sociedade civil.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

4

Tornar universal o acesso à água potável com proteção de mananciais, gerenciamento de demanda e coleta e tratamento de esgotos.

má gestão e
enorme desperdício
da água

O Brasil possui reconhecida abundância de água, totalizando quase 13% dos recursos hídricos superficiais do planeta. A distribuição destes, porém, não ocorre de forma isonômica pelo território, e 73% deles concentram-se na bacia hidrográfica Amazônica, onde residem apenas 4% da população brasileira¹. Na região Sudeste, onde há a maior densidade populacional e uso intensivo da água nas cidades, indústria e agricultura, considera-se que há pouca disponibilidade relativa do recurso.

A situação ainda se agrava pela má gestão e pelo enorme desperdício, promovido tanto na distribuição da água para os domicílios, na ordem de 30%, como pela população, que em média consome cerca de 167,5 litros habitante/dia², quando a recomendação da ONU é de 110 litros por habitante/dia. O mau gerenciamento aliado à estiagem deflagraram uma profunda crise de abastecimento no Estado de São Paulo em 2014.

Em âmbito nacional, o déficit para o serviço de abastecimento de água potável é da ordem de 10%³, e cujo valor considerou apenas a presença ou ausência da disponibilidade do serviço para o domicílio (rural ou urbano). Trinta e quatro milhões de brasileiros não tem acesso à água encanada.

A falta de saneamento ou a inadequada manutenção podem ser consideradas como a maior causa do alastramento de doenças pelo mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴.

Melhorias e aperfeiçoamento em tecnologias, serviços, bem como a ampliação das redes de tratamento de esgoto e água conjuntamente com o plano de gestão de resíduos são fundamentais para melhoria significativa nas condições de saúde da população (OMS, 2013). A água potável, saneamento e higiene são fundamentais para a boa saúde, para a qualidade de vida e para a erradicação da pobreza.

Para atingir a universalização do saneamento básico, ou seja, proporcionar disponibilidade de saneamento básico e esgotamento sanitário para todos os brasileiros, o país precisa mais do que dobrar os investimentos em saneamento. **Para**

universalizar os serviços, seriam necessários investimentos de R\$ 270 bilhões. (Trata Brasil, 2010).

O Plano Nacional e Municipal de Saneamento Básico (Plansab), previsto na Lei do Saneamento (Lei 11.445/07), é creditado como ferramenta para acelerar o quadro de universalização do saneamento básico no Brasil. A meta do Ministério das Cidades é que, até 2033, o abastecimento de água nos domicílios urbanos seja universalizado, que haja uma redução de 39% para 31% do índice de perda na distribuição, e que 93% dos domicílios urbanos tenham sistema de coleta e tratamento adequados, além de universalizar o manejo de resíduos sólidos.⁵

Mantendo-se o atual patamar de investimentos, a universalização do abastecimento de água ocorreria apenas em 2039, ao passo que o esgotamento sanitário tornaria-se universal em 2060, segundo estudo da GO Associados. Para cumprir a meta do órgão, seria necessária a duplicação do patamar de investimentos. Neste caso a universalização do abastecimento de água e esgoto se daria em 2021 e 2031, respectivamente.⁶

Por este cenário, a participação do setor privado nas metas nacionais deve ser discutida. Deve-se discutir os possíveis benefícios que a sociedade brasileira teria, caso as normas fossem flexibilizadas, facilitando o ingresso do setor privado nesse campo.

Além de insuficiente, a rede de serviços de saneamento básico no Brasil encontra-se mal distribuída. **Na Região Norte do país, apenas 8% dos municípios têm acesso à água e manejo de resíduos sólidos, 2% têm esgotamento sanitário e 7% têm o manejo de águas pluviais, caracterizando-a como a região mais defasada do Brasil.** O Sudeste, melhor região do país em termos de acesso a saneamento básico, tem apenas 30% de seus municípios dispostos de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos e apenas metade dos municípios, aproximadamente, dessa região tem acesso a esgotamento sanitário.⁷

A legislação brasileira prevê que todos os municípios devem ter seus próprios planos municipais de saneamento. A maioria

dos municípios brasileiros, entretanto, não conta com técnicos capacitados em sua gestão, e sequer tem recursos financeiros para levá-los a cabo.

Priorizar os investimentos em saneamento básico é fundamental, pois a ele estão associados à melhora do rendimento escolar das crianças que vivem em áreas que não possuem saneamento básico; o fomento à atividade econômica, seja se tratando do aumento da produtividade dos trabalhadores, seja na valorização de imóveis ou, em algumas regiões litorâneas, e o resgate de áreas que são impróprias para visitação de turistas. Tem-se, portanto, a relação estreita entre saneamento e planejamento urbano.

É necessário, ainda, aprofundar iniciativas que promovam **a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar**, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

1 E **2** SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.TRATABRASIL.ORG.BR/SANEAMENTO-NO-BRASIL](http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil). **3** FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.FIOCROZ.BR/PT-BR/CONTENT/PESQUISA-ANALISA-ABASTECIMENTO-DE-%C3%A1GUA-POT%C3%A1VEL-NO-BRASIL](http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/pesquisa-analisa-abastecimento-de-%C3%A1gua-pot%C3%A1vel-no-brasil). **4** PARA SABER MAIS: [HTTP://WWW.WHO.INT/TOPICS/SANITATION/EN/](http://www.who.int/topics/sanitation/en/). **5** FRAYHA, GUSTAVO ZARIF (MINISTÉRIO DAS CIDADES). SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013. **6** MARCATO, FERNANDO (GO ASSOCIADOS). UMA NOVA ORDEM PARA O SANEAMENTO EM REGIÕES METROPOLITANAS. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013. **7** BIANCHINI, ZÉLIA (IBGE). COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL SEGUNDO CENSO DEMOGRÁFICO, PNAD E PNSB. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013

Implantar política interfederativa para erradicar os lixões e apoiar a transição para um novo sistema de gestão de resíduos.

A geração de resíduos sólidos está intimamente ligada ao processo de produção e consumo das sociedades. Quando falamos em termos percentuais, globalmente a produção de lixo ainda está concentrada nos países ricos. **Os 34 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) geram a metade do lixo do mundo.**

No Brasil, assim como em outros emergentes, a geração per capita de resíduos sólidos tem crescido a taxas mais altas do que o crescimento da população ou do Produto Interno Bruto (PIB), especialmente a partir da década de 2000. **Em 2012, o Brasil gerou 63 milhões de toneladas de resíduos sólidos domiciliares, com média per capita de 1,1 quilo por habitante por dia**, número próximo ao de países desenvolvidos.

Ainda que a coleta domiciliar dos resíduos sólidos tenha crescido muito e atenda a 80% do conjunto da população brasileira, **apenas 18% dos municípios têm algum sistema de coleta seletiva.** Um dado ainda pior trata do volume de lixo reciclado no Brasil, onde, oficialmente, somente 3% do lixo produzido é reciclado.

A partir da promulgação da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foram estabelecidos caminhos importantes para a gestão, como por exemplo a obrigatoriedade de formulação de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos Municipais e Estaduais, a eliminação dos lixões, a implementação da logística reversa e a coleta seletiva com inclusão de catadores.

Cerca de 10% dos municípios brasileiros encaminharam seus planos de gestão de resíduos ao governo federal. **Quase 40% do lixo produzido no país ainda são despejados nos**

contestados lixões ou nos aterros controlados, e apenas 27% dos municípios encaminham seus resíduos para os aterros sanitários.

Para mudar o panorama da gestão de resíduos sólidos no Brasil, é fundamental o diálogo entre os estados, municípios, empresas e organizações de catadores sobre o novo modelo de gestão dos resíduos.

Para que a política interfederativa de gestão de resíduos seja implantada, os diversos atores da cadeia, neles incluídas as Associações e Cooperativas de Catadores, devem fomentar a cadeia de ciclo fechado; reformular seus padrões de oferta de bens e serviços; buscar novas tecnologias com base em inovação, economia de recursos, racionalidade econômica e eficiência na formação de novos mercados para a reciclagem.

Para o sucesso da gestão dos resíduos sólidos deve-se considerar a:

- Valorização do resíduo como matéria-prima e como etapa de uma cadeia que se reinicia. A palavra lixo, neste contexto, deixa de ser utilizada, pois praticamente todo resíduo é passível de algum aproveitamento.
- Revisão para modelo econômico intensivo em geração de resíduos, suas relações com o consumo e com as práticas empresariais. Esse novo modelo deve incluir os valores da sustentabilidade e da vida.
- Conexão entre a Política Nacional de Educação Ambiental e os Planos de Comunicação no âmbito dos acordos setoriais. Devem ser incentivadas campanhas pedagógicas e inteligentes, de cunho positivo.
- Taxação sobre a quantidade de resíduos gerados como forma de melhorar a gestão dos resíduos.
- Questão tributária como ferramenta para incentivar melhor gestão dos resíduos. A redução da carga tributária incidente sobre produtos reciclados é uma alternativa, porém não factível no atual sistema de cascata de impostos brasileiro, por isso, esse deverá ser modificado.
- Valorização do trabalho dos catadores.
- Incineração representa um desperdício do potencial econômico dos resíduos e geram impactos negativos na saúde e no meio ambiente, devendo ser evitada.

DEMAIS PROPOSTAS

O REFORMA URBANA SUSTENTÁVEL

- Promover a sustentabilidade e a democracia como valores centrais nas Políticas de desenvolvimento urbano.
- Fomentar a instalação de estruturas de governança metropolitanas.
- Desenvolver políticas de revitalização de centros urbanos.
- Garantir recursos e capacitação para que os municípios planejem seu próprio desenvolvimento.
- Empoderar os mecanismos de participação democrática, como o orçamento participativo, os Conselhos Municipais de Políticas Urbanas e a Agenda 21.
- Reformular o Programa Minha Casa, Minha Vida respeitando as necessidades e peculiaridades regionais, bem como considerando toda rede de serviços de infraestrutura urbana que deve estar vinculada à moradia para que sejam propiciadas condições de vida dignas a seus beneficiários.
- Intensificar o uso do instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no Estatuto das Cidades, permitindo configurações mistas de ocupação, tanto no que tange à coexistência de diferentes classes sociais e perfis, quanto na conciliação de áreas comerciais e residenciais no mesmo espaço.

MORADIA E QUALIDADE AMBIENTAL COMO POLÍTICA DE ESTADO

- Desenvolver programa de modernização, digitalização e georreferenciamento dos registros de imóveis de controle público que considere a oferta de lotes urbanizados.
- Evoluir de uma política setorial de direito à moradia para uma política de direito à cidade ("construir bairros e cidades, e não apenas casas"), aliada à inclusão social, a diminuição das desigualdades e a promoção de inovação (tecnológica, de gestão e de governança das cidades).
- Implementar uma política nacional de regularização urbanística e fundiária, bem como de urbanização de favelas e de outras formas de ocupação.
- Aprimorar mecanismos de financiamento, subsídios e arranjos institucionais para suprir as necessidades

habitacionais dos brasileiros e garantir inclusão e acesso a cidades sustentáveis.

- Capacitação de agentes comunitários para gestão do espaço urbano por meio de programas de treinamento e capacitação profissional (a partir de apoio a iniciativas do terceiro setor ou oferecimento de cursos pela educação pública).
- Previsão na legislação urbanística de construção de espaços públicos inclusivos e heterogêneos, com funções e rendas mistas.
- Programa de moradias para pessoas que vivem em áreas de risco ou sem-teto.
- Garantir flexibilidade e diversidade de opções de crédito e incentivos tributários para moradia, segundo a necessidade de determinado grupo social .
- Alterar legislação urbanística atual que fomenta e perpetua o modelo de cidade contrário à visão do direito à cidade.
- Desenvolver mecanismos econômicos que incentivem o aumento de oferta de habitações em áreas adequadas, ou seja, fora de áreas de risco.
- Desenvolver programa de apoio ao planejamento e desenvolvimento urbano de médias cidades.

SANEAMENTO AMBIENTAL

- Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde.
- Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos.
- Viabilizar a implantação de alternativas descentralizadas para o saneamento básico adaptadas às características regionais.
- Incentivar economicamente o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico com objetivo de aumentar a eficiência do sistema de abastecimento de água.
- Desenvolver políticas de gestão e capacitar os municípios, consórcios e atores locais para elaboração de seus planos de saneamento.

- Aprimorar o marco regulatório do saneamento para definição clara das competências nas regiões metropolitanas.
- Incentivar alternativas de geração de energia a partir do tratamento do esgoto.
- Implementar cobrança individualizada por meio da universalização da hidrometragem domiciliar.
- Desenvolver programa de incentivo ao uso racional, à redução do consumo e ao reuso da água.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando ao desenvolvimento de sua cadeia de produção e com a inclusão dos catadores e das respectivas cooperativas.
- Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.
- Desenvolver um regime tributário especial para a cadeia de produtos reciclados.
- Desenvolver campanhas educacionais de consumo responsável e valorização dos reciclados, criando incentivos para que a população pratique a coleta seletiva, bem como para que a indústria desenvolva novos conceitos e tecnologias e seja incentivada a utilizar o produto reciclável.
- Implantar programa de incentivo (técnico e econômico) ao reaproveitamento do resíduo orgânico voltado à inclusão social e à produção e à comercialização de adubo, favorecendo a geração de emprego e renda na interação entre o urbano e o rural.
- Dar apoio financeiro e técnico ao desenvolvimento de programas municipais de tratamento de lixo orgânico por meio da compostagem em unidades locais descentralizadas.
- Promover campanha para redução do desperdício de alimentos (da produção e transporte, ao comércio e consumo).

- Promover a inclusão socioproductiva dos catadores de material reciclável no Brasil, associada a um programa de melhoria das condições de trabalho, previdência e seguridade social.
- Incentivar a participação do setor privado no sistema de reciclagem e inovação de produtos que possam facilitar a reciclagem e o reuso de materiais, no que tange à logística reversa do setor privado.
- Estimular a redução do uso de embalagem para custear o sistema de coleta e reciclagem desses materiais por meio de campanhas e tributação seletiva.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

- Eliminar incentivos à queima de combustíveis fósseis, com medidas adequadas de compensação social.
- Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipologias de cidades existentes no Brasil.
- Criar incentivos e inserir nos critérios de financiamento o estabelecimento de instituições reguladoras de transportes coletivos em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (integrar modais, otimizar frotas e itinerários, reduzir tempo de viagens, entre outros).
- Capacitar gestores locais para a elaboração e implementação de Planos Municipais de Mobilidade.
- Difundir a Lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana mediante campanhas nacionais voltadas aos usuários-cidadãos, para que participem e monitorem o processo de implementação dos planos de mobilidade em suas cidades cobrando resultados dos gestores locais.
- Garantir a inserção das diretrizes e dos objetivos da Lei de Mobilidade Urbana na revisão dos Planos Diretores.
- Investir no aumento da malha cicloviária em todas as médias e grandes cidades brasileiras com disponibilização de financiamentos e orçamento em escala apropriada às metas a serem estabelecidas.

- Estimular que os municípios promovam a adequada integração tarifária e intermodal, no mais curto espaço de tempo possível.
- Aprovar o Regime Tributário especial para transportes públicos coletivos urbanos ou metropolitanos integrados.
- Criar mecanismos transparentes para monitoramento, pelos cidadãos, em tempo real, sobre a efetividade dos investimentos federais e o avanço das obras de infraestrutura para mobilidade urbana.
- Investir no desenvolvimento científico e tecnológico de matrizes energéticas mais limpas e eficientes para transportes públicos coletivos.
- Regular o sistema tarifário de forma que o custo do transporte coletivo público seja compartilhado com os usuários de transporte individual e pelos consumidores de combustíveis fósseis.
- Criar programa para desenvolver pesquisa e levantamento de dados primários sobre transportes, viagens, locomoção e monitoramento dos impactos das medidas que visem melhorar a mobilidade urbana.
- Obrigar empresas concessionárias de transporte coletivo público a disponibilizar dados georreferenciados para monitoramento do transporte coletivo pelos usuários em tempo real em plataformas on line (web, smartphones e tablets).
- Incentivar e regulamentar o teletrabalho (modelo home office) nos sistemas público e privado de contratação do trabalhador.
- Desonerar tributos sobre a produção de veículos movidos a energia elétrica e biomassa, bem como para os não motorizados.
- Monitorar anualmente o cumprimento e violações dos Direitos Humanos no Brasil e criar Inspeção Nacional de Direitos Humanos.
- Monitorar e estimular o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Erradicar o trabalho infantil e expandir a assistência pré-natal e pós-natal.
- Combater pedofilia, exploração sexual e pornografia infanto-juvenil na Internet.
- Estimular a adoção de crianças e adolescentes abrigados e ampliar a oferta de programas de famílias acolhedoras.
- Criar estruturas para atendimento específico para idosos vítimas de violência e definir um marco regulatório nacional para os asilos de idosos.
- Discutir com a sociedade a política de drogas e investir no esclarecimento, na prevenção e no tratamento dos dependentes.
- A modernização das Forças Armadas e a incorporação da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros, devem ser objetivos prioritários da política de defesa nacional, bem como a adequação dos seus efetivos às necessidades constitucionais, o aprimoramento da capacidade operacional das nossas Forças Armadas, a elevação do seu nível tecnológico, foco na preservação e defesa dos recursos marítimos e do potencial hídrico da Amazônia, e em geral ao controle efetivo sobre as fronteiras.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Investir em políticas intersetoriais preventivas e de cooperação entre diferentes instâncias de governo (estado e municípios) em conjunto com os Poderes Judiciário e Legislativo.

Violência e Vitimização

- Fortalecimento de iniciativas de redução da violência voltadas a grupos específicos em situação de maior vulnerabilidade.
- Em nível subnacional, formulação de planos de combate à violência de caráter intersetorial, aliando prevenção e repressão, inspirados em iniciativas de sucesso como o Pacto pela Vida (PE) e os planos municipais de segurança pública de Canoas (RS) e Diadema (SP), por exemplo.

- Intensificação de ações visando à redução do número de armas de fogo em circulação, tais como campanhas de desarmamento, fiscalização do comércio de armas em fronteiras, controle de munição e efetiva implementação do Estatuto do Desarmamento.
- Fortalecimento dos mecanismos de controle externo sobre a atividade policial e maior rigor na investigação dos crimes contra a vida praticados por policiais.

Sistema Penitenciário

- Ampliação da aplicação de penas alternativas.
- Revisão da política de drogas, na medida em que penas alternativas não são possíveis em casos de crimes ligados ao tráfico de entorpecentes.
- Redução no número de prisões provisórias por meio da aplicação de medidas cautelares alternativas quando necessário, conforme previsto na Lei 12.403/2011.
- Intensificação dos Mutirões Carcerários realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio dos quais são postos em liberdade indivíduos presos indevidamente, tais como aqueles cujas penas já foram cumpridas ou que teriam direito à progressão de regime.
- Intensificação da fiscalização dos Poderes Executivo (Departamento Penitenciário Nacional e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) e Judiciário (Ministério Público) no tocante à aplicação das provisões da Lei de Execução Penal.
- Investimento em políticas de ressocialização e assistência ao egresso.

Impunidade

- Investimentos em inteligência e recursos humanos para a Polícia Civil, de modo a melhorar sua capacidade investigativa, e na Polícia Técnico-Científica, que trabalha em condições precárias em diversos estados.

- Desenvolvimento de ações que objetivem aumentar a articulação entre as Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, na medida em que o baixo grau de articulação atual representa um obstáculo ao trabalho investigativo eficaz.
- Estabelecimento de sistemas de metas de esclarecimentos de crimes, de modo a aumentar a taxa de crimes investigados e solucionados.
- Averiguação, por parte da Procuradoria-Geral de Justiça, do grande número de inquéritos arquivados a pedido de promotores, para identificação de possíveis erros.
- Intensificação dos mutirões para cumprimento de metas da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENASP), referente à persecução penal de crimes dolosos contra a vida.

Gestão e Modernização da Política de Segurança Pública

- Modernização e integração das bases de dados das polícias civis e militares.
- Compatibilização de áreas das polícias civis e militares em todos os estados.
- Fixação de metas conjuntas para as duas corporações, de modo a incentivar o trabalho em conjunto.
- Aumento do investimento em informação e inteligência.

Pacto Federativo e Financiamento da Segurança Pública

- Operacionalização de repasses fundo a fundo entre o Governo Federal e as demais esferas federativas, a exemplo do que ocorre nas áreas de Saúde, Educação, e Assistência Social.
- Clarificar a previsão orçamentária e explorar o detalhamento da prestação de contas, induzindo a uma contabilização padronizada das receitas e despesas objeto do repasse podem ser alternativas para melhorar a gestão dos recursos da Segurança Pública.
- Induzir a capacidade de governança dos estados e municípios.

1 O PROFESSOR COMO AGENTE DA SUSTENTABILIDADE

O novo olhar para educação sugere integração de práticas éticas. Três fatores são destacados para que essa proposta seja implementada:

FORMAÇÃO DO PROFESSOR



VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR



CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS

Promover a formação cidadã do professor consoante com os desafios da contemporaneidade: sustentabilidade socioambiental, direitos humanos, com equidade, a partir de novos conhecimentos e saberes regionais e tradicionais, tecnologias apropriadas e novas formas de ensinar e aprender, priorizando os planos de carreira de magistério pelas redes de ensino, considerando como base o piso nacional.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Mais de 2 milhões de professores atuam nas escolas de Educação Básica do Brasil

O déficit de docentes é de aproximadamente de 250 mil¹

A formação inicial oferecida pelas universidades brasileiras não compreende o papel cidadão do professor, que deve ser de facilitador do diálogo entre escola-comunidade

1 CAPES 2 ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PNAD/IBGE, 2013. 3 ENTIDADES FILIADAS À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. 2014. 4 “ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE NO BRASIL”. 2009. 5 “UMA ESCALA PARA MEDIR A INFRAESTRUTURA ESCOLAR”. SÃO PAULO. 2013.

consequências disso

A falta de professores implica no sucateamento das condições de ensino, prejudica a formação dos alunos, e a falta de qualificação mantém a baixa remuneração da categoria.

o que fazer para mudar essa situação

Promover a formação cidadã do professor, considerando técnicas inovadoras e tecnologias apropriadas a novas formas de ensinar e aprender. Estimulando a formação em curso superior.

como?

- Assegurar uma formação inicial sólida com foco na prática docente que integre as especificidades regionais e tradicionais e desenvolva as questões socioambientais contemporâneas.
- Assegurar e proporcionar formação continuada.



VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR

O professor recebe em média **40%** menos que um profissional de outra área com a mesma escolaridade²

A Lei do Piso (nº. 11.738) definiu uma remuneração nacional mínima, estipulada em 2013 pelo MEC no valor de **R\$ 1.567,00**



7 estados brasileiros ainda não respeitam a Lei Nacional do Piso do Magistério e outros 14 estados não a cumprem integralmente.

A lei inclui a **hora-atividade**, que deve representar no mínimo 1/3 da jornada de trabalho do professor³

consequências disso

Baixa atratividade. Apenas 2% dos jovens querem seguir a carreira docente.⁴

o que fazer para mudar essa situação

Valorizar a profissão.

como?

- Garantindo um salário inicial atraente;
- Garantindo um plano de carreira motivador, pautado no desempenho em sala de aula.
- Valorizar o profissional priorizando os planos de carreira de magistério estabelecidos pela lei federal 12.772/ 2012

CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS

Apenas **0,6%** das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino (biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas)⁵

Um dos principais problemas é a falta de capacitação dos professores para o uso das tecnologias **digitais**

consequências disso

O déficit de infraestrutura e o descompasso da formação dos professores com as demandas tecnológicas do mundo contemporâneo prejudicam o desenvolvimento de novas metodologias de ensino que incluam novas tecnologias e dinâmicas na sala de aula.

o que fazer para mudar essa situação

Incentivar o uso de novas tecnologias pelos professores em suas aulas e promover o constante aprimoramento profissional para o uso de novos saberes e ferramentas digitais.

como?

- Promover formação inicial e continuada do professor consoante com os novos conhecimentos, as novas tecnologias e as novas formas de ensinar e aprender.
- Assegurar e dar condições para que as escolas tenham infraestrutura básica que inclua biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas.

2 INVESTIR EM EDUCAÇÃO É INVESTIR NUM PAÍS CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL

Ter a educação como prioridade política e orçamentária é fundamental para a construção de uma sociedade sustentável. Dois fatores são destacados para que essa proposta seja implementada:

Ampliar o investimento público em educação e criar mecanismos para viabilizar a participação social no monitoramento e controle deste recurso.

AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO



CRIAR MECANISMOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO E CONTROLE DESTE RECURSO

CRIAR MECANISMOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO E CONTROLE DESTE RECURSO

Apenas 9 estados e uma minoria dos municípios possuem legislação sobre a gestão democrática da educação⁵

consequências disso:

A falta de leis sobre gestão democrática da educação dificulta o envolvimento da população e a transparência no investimento dos recursos

o que fazer para mudar essa situação

Deve-se disponibilizar a informação completa e com transparência para garantir o uso correto dos recursos e com a possibilidade de a população

1 SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2014. 2 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 3 INEP/PORTAL IDEB. 4 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PELO INSTITUTO INSEAD. 5 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2014.



AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

Estados, Distrito Federal e Municípios

destinam no mínimo **25%** de suas receitas resultantes de impostos e transferências à manutenção e desenvolvimento do ensino



No caso da União, esta proporção é de **18%**



Mesmo com os recursos vinculados, o valor ainda é insuficiente

Atualmente, o investimento público direto do Brasil em Educação representa

5,3% do PIB¹ →

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, prevê a ampliação progressiva deste valor para **10%**

consequências disso

- De 65 países comparados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil ficou em 58º lugar. O Pisa avalia o desempenho dos estudantes em leitura, matemática e ciências.²
- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Nacional, utilizado para medir a qualidade da educação, observado em 2011 nos anos finais da educação básica no Brasil foi 4,1 em uma escala de 1 a 10. Para o Ensino Médio, o Ideb foi 3,7. A diferença entre os índices de escolas públicas e privadas também é grande: nos anos finais do Ensino Médio, em 2011, o índice da pública foi 3,9, enquanto a privada foi 6,0.³
- O Brasil figura em 58º lugar no ranking de países mais inovadores do mundo (2012).⁴

o que fazer para mudar essa situação

Ter a educação como prioridade política e orçamentária.

como?

- Assegurar que os investimentos em educação alcancem 10 % do PIB Nacional.
- Aumentar investimento em educação pelo setor público e ampliar a assistência técnica e financeira aos municípios.

opinar sobre o destino dos investimentos. Assegurar à sociedade seu pleno acesso e liberdade para interpretar, avaliar e chegar a conclusões sobre os dados do orçamento, que algumas vezes nem os organismos de controle conseguem chegar.

como?

- Informar a sociedade sobre os recursos destinados à Educação pela ampla divulgação

de dados claros e objetivos, que facilitem a compreensão deste orçamento.

- Favorecer a participação de fóruns de colaboração que legitimem as discussões e os pactos entre os entes federativos, como por exemplo, comissões regionais ou locais, conselhos e orçamentos participativos, ou comitês de educação nas escolas ou nos bairros.
- Disponibilizar os dados constantemente, de maneira simplificada e aberta, na internet.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Construir o Sistema Nacional de Educação

oportunidades
educativas

Para o Brasil avançar nas políticas e ações efetivas de gestão do sistema de educação será necessária uma mudança da cultura educacional. **Gestão eficaz, maiores investimentos, acesso e universalização do ensino e qualidade** são pré-requisitos básicos para que a Educação no Brasil seja reconhecida como estratégica para o desenvolvimento justo e sustentável do país.

A consolidação de um sistema público universal, que ofereça um padrão básico de serviços de qualidade e acessível a toda população brasileira, independentemente de diferenças sociais, culturais, econômicas ou territoriais, é um dos objetivos da construção do Sistema Nacional de Educação – SNE no contexto do Sistema Federativo do Brasil.

A garantia do direito à educação de qualidade é um princípio fundamental e basilar para as políticas e gestão da educação básica e superior, seus processos de organização e regulação. No caso brasileiro, o direito à educação básica e superior, bem como a obrigatoriedade e universalização da educação de quatro a 17 anos (Emenda Constitucional - EC no. 59/2009), está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e nos reordenamentos para o Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), com as alterações ocorridas após a sua aprovação, encontra-se em sintonia com a garantia do direito social à educação de qualidade.

A garantia de acesso à educação pública de qualidade para todos os brasileiros exige maior articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Efetivos regimes de cooperação e o esforço integrado

e colaborativo entre os entes só se darão por meio de uma **política sistêmica e nacionalmente consistente, consolidada no Sistema Nacional de Educação**. Ou seja, políticas de estado e não políticas de governo.

Em qualquer federação, como é o caso brasileiro, a coordenação federativa é essencial para garantir a interdependência entre governos. Isso envolve duas dimensões. A primeira diz respeito à cooperação entre territórios, incluindo formas de associativismo e de consorciamento. Trata-se da **criação de entidades territoriais, formais ou informais, que congreguem mais de uma esfera de governo** de entes federados diversos. A segunda dimensão da coordenação vincula-se à **conjugação de esforços inter e intragovernamentais no campo das políticas públicas**.

Assim, definem-se as atribuições e responsabilidades de cada ente federativo e setores da sociedade civil para superar as disparidades na distribuição de recursos e padrões das políticas públicas entre as diversas regiões do território brasileiro, ao mesmo tempo em que se reconhecem as diversidades – pressuposto do sistema federativo – que devem ser respeitadas no processo pedagógico. A igualdade de condições de acesso, a permanência e o sucesso na escola são desafios que podem ser superados pela soma de esforços em prol de metas comuns, baseadas nos princípios legais já existentes.

Para colocar em prática o regime de colaboração entre os entes federados, o Brasil já conta com os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que, além da forte característica intermunicipal, agregam a participação dos estados e da União, incluindo ou não a participação de

instituições privadas e não governamentais, tais como empresas e organizações diversas. Todos os envolvidos assumem o objetivo comum de contribuir de forma transversal e articulada para o desenvolvimento da Educação em determinado território, que ultrapassa os limites de um só município.

Se o federalismo é um dos pontos centrais da construção do Sistema Nacional de Educação – tema central da Conferência Nacional de Educação 2014 –, tratar esta questão e seus impactos na esfera educacional direciona necessariamente para o debate sobre governança, participação e controle social. Estes podem garantir políticas públicas eficazes e eficientes para acesso à educação de qualidade e ao bom uso de recursos públicos, mecanismos de redução da desigualdade social vigente no país.

Nesta perspectiva, alguns pontos relativos à governança, participação e controle social devem ser destacados: (a) eles consolidam a democracia; (b) eles fortalecem a equidade e a justiça social; (c) eles garantem processos de transparência e prestação de contas.

Assim, competem às instâncias do SNE definir e garantir finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns e assumir a articulação, normatização, coordenação e regulamentação da educação nacional pública e privada, assegurando sua gestão democrática.

O Sistema Nacional de Educação pode assegurar que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos tenham oportunidades educativas formais e não formais baseadas em valores que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.

4

Implementar escolas abertas nos diferentes espaços (virtual e presencial) para acesso e construção do conhecimento, priorizando a sustentabilidade e oferecendo aos participantes diferentes suportes de ensino/aprendizagem: vídeos, filmes, livros, quadrinhos, games, intercâmbios, entre outros.

O novo olhar para a Educação sugere a **integração de práticas éticas e baseadas em valores**, que colaborem para a construção de uma vida sustentável, saudável e repleta de aprendizados. Este pode ser o alicerce para novos modos de organização das escolas e das demais instâncias educadoras da sociedade, induzindo até mesmo **mudanças estruturais em várias esferas da sociedade**, se reorientados a partir de novos conhecimentos, novas tecnologias e novas metodologias.

Mas como sair do discurso e fortalecer esses novos caminhos do processo educativo? Como conectar a diversidade de ferramentas e estratégias tecnológicas em prol da educação de qualidade para todos os brasileiros com a velocidade da inovação? Como escolher prioridades numa gama de possibilidades de novas e inspiradoras metodologias?

Aprender não tem lugar e é uma dimensão permanente da vida. O aprendizado é um ciclo contínuo. As escolas são referências do acesso e discussão do conhecimento, de intervenção social e de vida, mas não são as únicas responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. A vida hoje, na era da informação, da

velocidade e da tecnologia, determina que o processo de aprendizagem seja permanente.

A aprendizagem deve focar o aprender fazendo, criar pontes entre o cotidiano e questões do mundo contemporâneo de forma a se construir uma escola viva; uma escola que prepare para a vida, fortalecendo a autonomia e o protagonismo de modo a formar estudantes produtores do conhecimento e não passivos ouvintes de aulas expositivas. A possibilidade de acessar, por meio da internet, uma grande quantidade e diversidade de informações coloca como prioridade aprendizagens de acessar, pesquisar, selecionar, analisar, armazenar, gerir, criar e comunicar informações e conhecimentos. Nesse contexto o mundo contemporâneo exige o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, simulações através de games, trabalho em equipe e construção colaborativa do conhecimento, comunicação, uso de tecnologias, inovação e criatividade.

Mudar as concepções de aprendizagens envolve ainda **mudanças na organização das escolas e dos espaços educativos para se criar estruturas mais horizontais**

de modo a possibilitar as interações entre as pessoas, o compartilhamento de conhecimentos e o trabalho colaborativo.

Algumas tecnologias estão nos apontando um caminho a seguir. São novas, ousadas e inspiradoras ferramentas de ensino, que valorizam o tempo e a experiência de cada aluno. O novo modelo de educação deve abrir espaços para os estudantes expressarem suas opiniões pessoais e sua identidade individual. Inúmeras plataformas buscam integrar diferentes suportes como vídeos, fotos, exercícios, quadrinhos, livros, textos, músicas, etc.

É a partir do caminho do conhecimento e da integração – seja ela virtual ou presencial - que as práticas cidadãs e os conceitos de desenvolvimento sustentável são disseminados e constituídos. A produção de informações e a mobilização dos diversos atores sociais indicam que as questões ligadas à revalorização do espaço público, dos bens comuns, da cultura de paz e não violência e do sentimento de pertencimento às cidades afloram a todo tempo e são temas que unem pessoas com um desejo único: a transformação.

DEMAIS PROPOSTAS

CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- Promover a articulação entre União, estados e municípios, definindo suas atribuições e responsabilidades para superar as disparidades na distribuição de recursos entre as regiões, ao mesmo tempo em que se reconheça e respeite as diversidades no processo pedagógico.
- Regular o Plano Nacional de Educação, integrando as políticas, os planos e diretrizes curriculares para assegurar as políticas voltadas à educação de qualidade.
- Favorecer a participação e o controle social por meio da criação de arenas interinstitucionais de colaboração que legitimem o diálogo, que gerem pactos entre os entes federativos para promover políticas educacionais de qualidade.
- Garantir políticas de inclusão escolar das crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio de: (I) formação docente, (II) oferta de atendimento educacional especializado complementar, (III) disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade.
- Garantir uma educação cidadã nacional, considerando a pluralidade, as diversidades em suas múltiplas dimensões e a sustentabilidade.
- Garantir a criação de um sistema articulado de formação inicial e continuada de professores e gestores de educação em todos os níveis.

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE POLÍTICA E ORÇAMENTÁRIA

- Ampliar e tornar transparente o investimento público em educação.
- Estimular a (re)formulação de planos de carreira do magistério pelas redes de ensino, considerando o Piso Nacional como política fundamental para valorização docente, dentre outras medidas importantes para que a qualidade da educação básica no país alcance melhores patamares e recupere o atraso histórico.

NOVOS CONHECIMENTOS, TECNOLOGIAS E NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER

- Incentivar a construção colaborativa do conhecimento, a inovação e a autoria.
- Aprimorar práticas de ensino e aprendizagem voltadas à cultura digital com formas diversificadas de letramento, leitura e escrita.
- Fomentar a construção de escolas com equipamentos, laboratórios e bibliotecas adequadas e acessíveis a todos.

ATENÇÃO INTEGRADA À PRIMEIRA INFÂNCIA

- Estimular a construção de Planos Municipais de Educação considerando as especificidades locais, em consonância com os planos setoriais e decenais voltados à primeira infância.
- Reduzir a mortalidade infantil no Brasil e zerar a ocorrência de casos de desnutrição no país, garantindo a segurança alimentar com produtos saudáveis, naturais e ricos em nutrientes.
- Garantir apoio técnico e financeiro aos municípios visando à ampliação da oferta de creches da rede pública no país e adequação dos equipamentos das creches e EMELs aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), assegurando um atendimento compatível com a idade das crianças atendidas, bem como seu monitoramento e avaliação.
- Formar professores e cuidadores para educação e acolhimento à primeira infância.
- Fomentar e estimular a criação de programas nos estados e municípios voltados às gestantes e mães que trabalhem noções de cuidado e saúde e sobre desenvolvimento infantil.

COMBATE ÀS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

- Garantir o atendimento universal no sistema público de ensino, superando os desafios da adequação do fluxo escolar, da distorção idade-série e da evasão.
- Favorecer políticas públicas integradas e intersetoriais com objetivo de promover a

equidade, de modo a atingir os territórios de alta vulnerabilidade socioambiental e combatendo as desigualdades educacionais, especialmente entre diferentes grupos étnicos e sociais, territórios de cidadania, centro/periferia.

- Promover uma revisão da partilha tributária, tanto na questão da arrecadação quanto da distribuição dos recursos com o objetivo de enfrentar os desafios dos municípios na oferta do Ensino Básico de qualidade e com equidade. Para isso, é preciso: (I) incluir as crianças que ainda estão fora da escola, (II) expandir os tempos e espaços escolares de modo a ampliar as oportunidades de aprendizagem, (III) valorizar o corpo docente, (IV) implantar o piso nacional do magistério.

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MODO A GARANTIR A APRENDIZAGEM DE TODOS OS ALUNOS NA IDADE CORRETA

- Alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças até sete anos de idade.
- Aprimorar e reestruturar o Ensino Básico de modo a adequá-lo a realidade contemporânea.
- Discutir a elaboração de um currículo nacional e expectativas de aprendizagem, respeitando e abrindo espaços para especificidades regionais socioambientais, culturais e populacionais. Reformular o currículo do Ensino Médio para que se torne atraente aos jovens, relacionando questões do mundo contemporâneo e abrindo novas perspectivas para o trabalho.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

- Promover a valorização e o respeito à profissão do professor, reconhecendo sua dignidade e importância.
- Tornar a atividade do magistério mais atraente, garantindo: (a) salário inicial e piso salarial condizentes com a importância da função, (b) plano de carreira motivador, (c) condições adequadas de trabalho.
- Aprimorar a qualidade da formação inicial articulado com as universidades, considerando reformulação dos

currículos com os novos tempos, as novas formas de ensinar e de aprender.

- Melhorar a oferta de formação continuada e fortalecer o trabalho de coordenação pedagógica e direção dentro das escolas.
- Criar mecanismos de comprometimento com um ambiente escolar democrático, ético e estético, que leve em conta as práticas transformadoras, socioambientais e sustentáveis.
- Criar e fortalecer propostas inovadoras, como estágios de todas as áreas do conhecimento em escolas públicas que, efetivamente, preparem o docente para a prática em sala de aula.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

- Enriquecer e fortalecer a implementação da educação integral nas cidades, ampliando o debate sobre políticas públicas intersetoriais e integradas que garantam a melhoria da aprendizagem na escola e na sociedade.
- Estimular a ampliação e a qualidade da oferta de educação integral na rede pública de ensino.
- Articular a escola com os espaços públicos e comunitários disponíveis, garantido a acessibilidade a teatros, clubes, centros esportivos, centros culturais, bibliotecas, parques, unidades de conservação, praças, entre outros.
- Garantir que os cursos de licenciatura e pedagogia contemplem o conceito de educação integral em todos os seus aspectos a fim de formar professores aptos a atuarem no desenvolvimento de crianças e adolescentes nas suas diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, intelectual ambiental, ética e estética.
- Estimular a articulação intersetorial das políticas de Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social e Saúde nas diversas unidades territoriais como pressuposto para a implantação de programas de educação integral.
- Reconhecer os processos educativos para além do ambiente escolar, bem como reestruturar os currículos da educação básica referenciados em uma matriz de educação para a sustentabilidade, direitos humanos e cidadania ativa.

DIVERSIDADE CULTURAL, AMBIENTAL E VALORES

- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como promotora de iniciativas transformadoras em questões socioambientais, cidadania, direitos humanos, servindo de exemplo de pioneirismo e participação cidadã.
- Promover o desenvolvimento de políticas intersetoriais centradas nos territórios para priorizar, articular e apoiar os programas voltados às famílias e escolas situadas em áreas de alta vulnerabilidade socioambiental, combatendo as desigualdades e atendendo as demandas específicas de cada região.
- Erradicar o analfabetismo.
- Abrir o diálogo, no cotidiano da educação, para a promoção da equidade e do respeito às diferenças (como relações étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, intergeracionais entre outras) de acordo com as especificidades locais, regionais e territoriais (comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, bem como migrantes e imigrantes).
- Promover a participação da comunidade escolar, ampliando suas relações interculturais e intergeracionais com os conteúdos curriculares e o ambiente da escola.

JUVENTUDES: ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

- Investir na construção de escolas e espaços de aprendizagem voltados para a inclusão dos jovens com idades entre 19 e 24 anos que não trabalham nem estudam, estimulando-se a participar.
- Garantir a formação plena dos jovens em defasagem idade-série (em especial os jovens com idade de 15 e 16 anos e que ainda cursam o Ensino Fundamental).
- Desenvolver políticas sociais integradas que promovam uma profunda reformulação pedagógica do ensino médio, abrindo seus conteúdos para a realidade do mundo contemporâneo, criando um espaço que favoreça a produção cultural, do conhecimento e da sustentabilidade.
- Expandir o Sistema Público de Educação Profissional, inserindo novas metas e conceitos ao Pronatec.
- Institucionalizar políticas que promovam a inserção dos jovens em condições dignas de trabalho.
- Reduzir a jornada de trabalho e aumentar o monitoramento sobre a contratação e o desempenho de aprendizes e de estagiários, com o objetivo de qualificar o trabalho juvenil.

- Aumentar as políticas de formação e que ofereçam crédito para a juventude. Construir um marco legal que viabilize o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária.

ENSINO SUPERIOR, PESQUISA E INOVAÇÃO

- Fomentar iniciativas e políticas de incentivo à pesquisa científica e à inovação, por meio de aumento de recursos e de institutos de pesquisa.
- Garantir equidade de oportunidades no ingresso e permanência dos jovens nas universidades brasileiras, mantendo o sistema de cotas.
- Expandir o número de vagas nas universidades públicas e garantir uma política de assistência estudantil.

LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NOS DIVERSOS DOMÍNIOS DA SOCIEDADE

- Melhorar os níveis de alfabetismo com base no Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf, com o objetivo de assegurar à população adulta o direito ao letramento, possibilitando assim o exercício pleno da cidadania.
- Minimizar os níveis de desigualdade de escolaridade entre a população mais rica e mais pobre no Brasil.
- Fomentar o acesso à cultura escrita nos primeiros anos de vida, de modo a qualificar o processo de alfabetização e de inclusão da criança no contexto socioambiental e cultural.
- Garantir o acesso e ampliar o uso de tecnologias digitais em todas as etapas de escolarização, de modo que todos – independente de região, classe social ou raça – tenham acesso às novas ferramentas de ensino-aprendizado.

EDUCAÇÃO CONTÍNUA, PERMANENTE E AO LONGO DA VIDA

- Criar territórios de cidadania como espaços de educação e cultura.
- Criar Cidades Educadoras e Município Educador Sustentável.
- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como promotora de iniciativas criativas e transformadoras nas áreas de educação, cultura, questões socioambientais cidadania e direitos humanos, servindo de exemplos de pioneirismo e participação cidadã

1 EMANCIPAÇÃO SOCIAL PELA SUPERAÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO PRODUTIVA NA SOCIEDADE

A terceira geração de programas sociais deve superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias, para a sua inclusão produtiva na sociedade.

Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas de proteção social por meio de ações matriciais e territoriais, atraindo o setor empresarial e as organizações não-governamentais para participarem do esforço para erradicação da pobreza no Brasil.



Instituir por lei um programa nacional para emancipação e integração de populações em situação de vulnerabilidade que integre os programas de transferência de renda aos programas e ações que ofereçam oportunidades de superação dessa situação. A gestão desse programa deve integrar as diferentes esferas administrativas e envolver o setor privado com transversalidade.

Com o programa Bolsa Família, houve redução de 15% na desigualdade do país e de **mais da metade** da pobreza dopaís (medida pelo Índice de Gini): a proporção da população considerada miserável passou de 9,7% para 4,3%¹

BOLSA FAMÍLIA MULTIPLICA TRANSFERÊNCIA DE RENDA² (R\$ BILHÕES, CORRIGIDOS PELO IPCA)

2002		3,2
2003		5,7
2005		9,6
2010		16,1
2012		21,7
2013		21,4

Em 2002, os principais programas federais de transferência de renda eram o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. O Bolsa Família foi criado oficialmente em 20 de outubro de 2003.

1 BANCO MUNDIAL, 2013. 2 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. 3 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013. 4 "BOLSA FAMÍLIA 2003-2010: AVANÇOS E DESAFIOS". INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).



O Cadastro Único reúne dados sobre 27,2 milhões de famílias pobres do país, o que corresponde a **85,1 milhões** de brasileiros. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Cadastro Único são elementos centrais das políticas de assistência social, por permitirem a articulação entre os diferentes benefícios e os serviços de assistência social³

PRINCIPAIS DESAFIOS E LIMITES DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:

- 1.** A renda não é a única forma de expressão da pobreza. Seu caráter multidimensional deve ser tratado com políticas integradas de inclusão social efetiva e garantia de serviços básicos. O amplo diagnóstico produzido pelo Cadastro Único deve ser base de políticas sociais sustentáveis.
- 2.** Sua falta de articulação com políticas mais intensas de emancipação torna quase que permanente um programa de caráter transitório. A garantia de renda que caracterizados programas de transferências é, na maior parte dos casos, insuficiente para causar efeitos dinamizadores que permitiriam às famílias sair da pobreza.⁴

consequências disso

Apesar de ter reduzido a desigualdade social, o Brasil ainda não alcançou a emancipação dos beneficiários dos programas de transferência de renda.

o que fazer para mudar essa situação

Promover políticas de emancipação das populações de baixa renda beneficiárias de programas de transferência de renda, para que ofereçam oportunidades pautadas em educação, formação profissional e inclusão produtiva.

como?

- Expandir e aprimorar o cadastro único de programas sociais, visando traçar o perfil de necessidades e potencialidades das famílias pobres.
- Propor políticas públicas transversais e integradas nas três esferas do poder público, a partir da sistematização das informações advindas do Cadastro Único.
- Valorizar e customizar os Programas Complementares, pautados na educação, formação profissional e inclusão produtiva.
- Os programas de transferência de renda, notadamente o Bolsa Família, devem manter suas condicionalidades ligadas ao reforço dos direitos sociais básicos de saúde e educação, como por exemplo, a exigência de manter os filhos na escola. É preciso que essas condições sigam norteando a concessão dos benefícios, de forma a garantir um futuro emancipado às próximas gerações das famílias favorecidas.
- Criar projetos e programas de capacitação e inserção produtiva, articulados com a assistência social para garantir a emancipação aos beneficiários de políticas sociais.

2 SAÚDE COMO PRIORIDADE ORÇAMENTÁRIA

O país deve investir na saúde pública, garantindo a cobertura universal de qualidade para todos os cidadãos.

Implantar, imediatamente, o aumento do aporte federal para o SUS, até atingir, no mínimo, o percentual que está previsto na regulamentação da emenda constitucional 29/2007 e garantir que estados e municípios cumpram o mesmo.

GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO BRASIL E NO MUNDO:

- Os gastos públicos com a saúde no Brasil estão abaixo da média mundial
- No Brasil, a participação do Estado no financiamento da Saúde é baixo se comparado aos países com modelos públicos de atendimento de acesso universal, como o SUS.
- Em escala mundial, o Brasil está em situação desfavorável à média global na relação de gastos com saúde com o orçamento federal total

Gastos por cidadão (2010)¹:

Média mundial: US\$ 571

Média no Brasil: US\$ 466

Gastos com saúde X Orçamento federal total (2011)²:

Média mundial: 11,7%

Média no Brasil: 8,7%





Participação do Estado no financiamento da Saúde em países com modelos públicos de atendimento de acesso universal, como o SUS:

REINO UNIDO		84%
SUÉCIA		81%
FRANÇA		78%
ALEMANHA		77%
ESPANHA		74%
CANADÁ		71%
AUSTRÁLIA		68%
ARGENTINA		66%
BRASIL		44%

consequências disso

O país não consegue garantir uma saúde pública eficaz e universal.

o que fazer para mudar essa situação

Aumentar o aporte e a eficiência dos recursos públicos destinados aos investimentos em saúde pública no Brasil.

como?

- Aumentar os repasses vinculados à saúde nas três esferas do poder público.
- Garantir o cumprimento Emenda 29 da Constituição Federal, que assegura volumes mínimos de investimentos em saúde por estados e municípios.
- Implantar sistemas de gestão por resultado, com avaliações constantes da eficácia dos investimentos realizados.

O volume de recursos para o SUS no Brasil é ditado, prioritariamente, pela **Emenda 29** da Constituição Federal. A União deve investir o montante do ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto, os estados precisam aplicar 12% do que arrecadam anualmente em impostos e os municípios precisam investir 15% de sua receita.

1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2013.

2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E BBC BRASIL.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Garantir maior eficiência de atendimentos na área de Saúde a partir de:

1. planos de carreira para profissionais da saúde;
2. educação continuada para profissionais da saúde;
3. transparência na gestão dos serviços e recursos;
4. planejamento de fluxos operacionais;
5. articulação de toda a rede de serviços de saúde no país;
6. indicadores de desempenho integrados com os sistemas de informação e acompanhamento da evolução dos pacientes da rede pública de saúde.

O SUS – Sistema Único de Saúde - é resultado de 30 anos de luta pelo direito à saúde, e pode ser considerado a maior política em construção no Brasil.

Apesar dos inegáveis avanços, ainda é necessário superar problemas atuais, como: (I) subfinanciamento na saúde, (II) gestão ineficiente de recursos, (III) precarização nos processos de trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF, (IV) baixo investimento na formação de profissionais para a saúde, (V) predomínio de um modelo centrado nos hospitais e nos insumos biomédicos, (VI) desigualdades regionais, (VII) falta de conectividade entre as políticas de governo, (VIII) insuficiência de projetos de prevenção e promoção da saúde.

Considera-se que **o subfinanciamento do SUS é, atualmente, o principal limitador de uma melhoria na oferta do serviço público de saúde à população.**

Além da questão do financiamento, o SUS sofre com a gestão ineficiente do sistema. A atenção básica, porta de entrada do cidadão no sistema, está precarizada, e seu principal plano de expansão, qualificação e consolidação, a Estratégia de Saúde da Família, carece de recursos financeiros, técnicos e humanos para cumprir seu papel.

É fundamental orientar a rede de serviços de saúde, com o envolvimento dos estados e municípios, pela essência do SUS (universalidade e integralidade), onde a **Atenção Básica tenha papel estruturante na organização e articulação das ações e recursos.** Uma maior articulação entre os serviços e transparência, com integração informacional e acompanhamento de fluxos operacionais, possibilitaria maior racionalização do uso e melhor qualidade dos serviços de média e alta complexidades.

A formação, capacitação e evolução da carreira médica também demanda importantes ajustes. O país tem forte demanda por médicos generalistas, que possam atuar nas atividades de atenção básica. Mais além, a qualidade do trabalho do profissional deve ser avaliada de forma adequada, com sistemas de mensuração de desempenho apropriados. Estes profissionais devem ser estimulados a se capacitarem por programas de educação continuada e planos de carreira que permitam uma ascensão de acordo com seus resultados nas avaliações de desempenho e capacitação.

4

Utilizar os recursos dos fundos de pensão para o fomento das estratégias de desenvolvimento sustentável, por meio de propostas de políticas públicas que estimulem investimentos em infraestrutura e novos arranjos produtivos com forte viés socioambiental, que sejam diretos ou através do mercado de capitais, desde que respeitem os limites de exposição a risco e segurança dos beneficiários dos fundos.

A previdência complementar é atividade em expansão no país. Diferentemente da Previdência Social Básica, a Previdência Complementar funciona sob uma lógica voluntária e de capitalização, na qual a propensão dos cidadãos à formação de poupança gera acúmulo de recursos financeiros na instituição gerenciadora do plano. O fato de não haver transição intergeracional, como no caso da previdência pública, faz com que exista um importante montante em poder de tais instituições.

No caso do Brasil, seja na forma aberta ou fechada, esta última representada pelos Fundos de Pensão, a Previdência Complementar tem grande potencial de estímulo econômico. Se usados de forma racional na economia, tais recursos podem representar um acréscimo à poupança nacional e impulsionar investimentos, fomentando, assim, o desenvolvimento de infraestrutura e suportando uma nova economia real, com forte base socioambiental.

É importante garantir a gestão responsável dos fundos de pensão. Conflitos de agência, embora inerentes à gestão patrimonial, devem ser mitigados. A recriação da Previc, em 2009, tem papel fundamental neste contexto regulatório, dado o crescimento esperado do mercado, seu potencial de impulso ao crescimento econômico do Brasil e a demanda por segurança advinda dos participantes.

No fim do primeiro semestre de 2013, havia mais **de 12 milhões de contratos ativos nas Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC, somando valor de R\$ 354 bilhões**. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, ou Fundos de Pensão, concentravam 2,3 milhões de participantes ativos, somando valor aplicado de cerca de R\$ 630 milhões. Desta forma, o valor total de recursos do Regime de Previdência Complementar era, em junho de 2013, de cerca de **R\$ 984 bilhões, ou pouco mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado dos últimos 12 meses** até essa data.

Estreitar vínculo entre contribuição e benefício da Previdência, por meio da migração estratégica do sistema de repartição simples para um regime, predominantemente, de capitalização.

O panorama do sistema previdenciário brasileiro é composto por três modelos de regimes, sendo dois deles representativos da previdência social básica, operada por órgãos públicos – Regime Geral e Regimes Próprios– e um terceiro operado pela iniciativa privada – Regime Complementar.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tem se revelado a principal ferramenta de distribuição de renda no país. Segundo estudo do Ministério da Previdência Social, foram pagos, em 2012, cerca de 29 milhões de benefícios mensais sob este regime, de forma que 2 de cada 3 cidades brasileiras recebem mais recursos oriundos de benefícios previdenciários que do Fundo de Participação dos Municípios.

A Constituição de 1988 havia introduzido uma série de regras generosas, por padrões internacionais, que provocariam um impacto significativo sobre as despesas previdenciárias na década seguinte. No início da década de 1990, este impacto foi atenuado por meio da subindexação de benefícios, no contexto de

altas taxas de inflação, mas a partir do Plano Real, não foi mais possível ajustar os desequilíbrios estruturais da Previdência por meio da política de indexação dos benefícios. O equilíbrio da Previdência passa a requerer reformas, tanto estruturais quanto paramétricas, no desenho do plano previdenciário. Ao contrário da experiência de outros países latino-americanos, o Brasil optou por manter o regime previdenciário na forma de repartição simples.

O exemplo mais contundente do exagerado nível de gastos é o caso das pensões por morte. Atualmente, **o país gasta cerca de 3% do PIB com tal benefício. O Brasil é um dos países do mundo que mais gasta com o pagamento de pensões por morte.** O resultado geral do sistema é, também, fortemente afetado pela previdência no meio rural, onde o vínculo entre contribuição e direito ao benefício é ainda mais frágil, acarretando na maior parte do déficit do sistema previdenciário nacional.

Para arcar com tais benefícios, seria necessário que o país se encontrasse em um processo de crescimento

econômico elevado, acompanhado de relevantes ganhos de produtividade que compensem uma menor representatividade da População Economicamente Ativa (PEA) em relação ao total da população. Não é o que se observa nos últimos anos.

As ondas de reforma previdenciárias promovidas até então, através das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, além da Lei nº 9.876/1999, promoveram importantes alterações. Porém, tais mudanças sequer aproximaram o sistema do equilíbrio.

Fica evidente a necessidade de uma reforma mais estrutural no sistema previdenciário brasileiro. O Brasil é um dos poucos países no mundo, por exemplo, onde existe aposentadoria por tempo de contribuição, sob a figura do fator previdenciário. Isto, somado aos gastos elevados com auxílios e pensões, evidencia a necessidade de mudanças mais profundas nas regras do sistema.

Uma reforma nos regimes públicos de previdência passa pela renegociação de obrigações e direitos com a sociedade.

O Brasil gasta cerca de 3%
do PIB com pensões por morte

DEMAIS PROPOSTAS

SAÚDE E BEM-ESTAR HUMANO

- Priorizar investimentos em programas e projetos para promoção da saúde e prevenção de doenças, apoiada por planos articulados com outros setores (educação, meio ambiente, etc.) para atuar nas causas e ir além das consequências.
- Ampliar a capacidade de prevenção da Vigilância Epidemiológica visando evitar o excesso de gastos em medicamentos.
- Promover articulação entre as três esferas de governo para atuação preventiva e combate à disseminação da dengue, hepatite e outras doenças.
- Orientar a rede de serviços de saúde, com o envolvimento dos estados e municípios, pela essência do SUS (universalidade e integralidade), estabelecendo como eixo estruturante a Atenção Básica na organização e articulação das ações e recursos.
- Garantir que as redes públicas de saúde, ambulatorial e hospitalar, atuem com eficiência nas situações de emergência, através da oferta de equipamentos adequados, profissionais especializados e utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e de tratamento, que sejam complementares à atenção básica, garantindo a sua resolutividade e qualidade.
- Articular os serviços estatais, serviços filantrópicos, serviços de organizações sociais e outros serviços privados que queiram trabalhar sob a orientação dos princípios e autoridade do SUS e abertos à participação e acompanhamentos dos conselhos populares de gestão.
- Assegurar e monitorar que as pessoas portadoras de deficiência tenham acesso efetivo à saúde.
- Orientar que os governos federal, estadual e municipal foquem investimentos na atenção primária e na descentralização como forma de melhorar significativamente a eficiência da aplicação dos recursos no SUS.
- Redefinir a política pública de assistência à saúde privada, visando à maior racionalização de uso, com sistema solidário de coparticipação, alinhada e articulada com as políticas públicas voltadas à saúde pública.
- Desenhar e executar uma Política de Assistência Farmacêutica priorizando a rede básica de saúde, com ênfase na modernização e adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos, na produção de fármacos, medicamentos, com ênfase nos genéricos e fitoterápicos, ampliação do acesso a medicamentos básicos e expansão das Farmácias Populares.
- Reorientar e integrar políticas setoriais capazes de promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida, visando criar ambientes e territórios saudáveis.
- Proteger os indivíduos, por meio de políticas públicas integradas, contra ameaças à saúde advindas de situações inaceitáveis de miséria e de pobreza.

- Fortalecer, aprimorar e ampliar a atuação territorial da Estratégia de Saúde da Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, contribuindo assim para a redução da procura por serviços e hospitais e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.
- Formar profissionais de saúde priorizando médicos generalistas, enfermeiros, assistentes sociais e profissionais voltados à saúde para infância, e criar carreira para os integrantes do Programa de Saúde da Família feita de forma solidária entre governos federal, estaduais e municipais.
- Garantir a integração da informação relativa aos pacientes em todas as redes de serviços de saúde, visando melhorar o atendimento, reduzir e eliminar as filas.
- Garantir o pré-natal e o parto humanizado no SUS e na rede particular, tendo como objetivo a redução da violência obstétrica nas maternidades e hospitais do país.
- Diminuir o número de cesáreas no Brasil – que chega a 92% na rede particular e 44% total segundo o relatório global da UNICEF Situação Mundial da Infância 2011, o mais alto índice do mundo - afim de atender a orientação da Organização Mundial de Saúde que é de até 15% de partos operatórios.
- Garantir aos quilombolas e povos indígenas o efetivo acesso integral a saúde.
- Incentivar o uso de tratamentos e métodos mais simples, baratos e com base em elementos da medicina tradicional como a fitoterapia, a acupuntura, a homeopatia, alimentação saudável, práticas corporais e integrativas na rede pública como previstos nas portarias 971 e 853 do Ministério da Saúde, incluindo-as na base do sistema público de saúde.
- Destinar recursos de acordo com as diferenças regionais e valorizar os entes federativos que logrem gestão eficiente do sistema, fomentando consórcios municipais ou arranjos locais com foco na demanda/ estrutura, isto é, a alocação dos recursos próxima à demanda a fim de favorecer a cooperação entre municípios e a gestão.
- Criar mecanismos que garantam que os Planos Municipais de Saúde sejam elaborados sob critérios técnicos precisos e de forma estratégica, garantindo a adequada destinação e uso de recursos para cada um dos blocos definidos no Pacto pela Saúde e comprometendo-se com resultados.
- O acompanhamento das políticas públicas na Saúde deve acontecer de forma plena e a gestão deve ser compartilhada por meio dos Conselhos de Saúde.
- Disseminar os programas de conscientização e prevenção de uso de drogas, criando, nos encontros urbanos, centros de tratamento para drogadição e distúrbios mentais relacionados, articulados com a integração social dos pacientes.

PREVIDÊNCIA

- Valorizar a Previdência Social Básica como um relevante mecanismo de Proteção Social, conforme artigos 44 e 201 da Constituição Federal, a partir da peculiaridade de três grupos: (1) os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; (2) os adultos do setor privado e público que estão na ativa e possuem direitos adquiridos de aposentadoria pelas regras atuais; e (3) os cidadãos que já se encontram aposentados e demandam regras claras na recomposição do valor de seus benefícios.
- Garantir a participação e controle social dos benefícios previstos nos regimes de Previdência Social Básica e do fator previdenciário, visando à viabilidade econômico-financeira do sistema no longo prazo.
- Revisar os critérios de concessão, manutenção e operação do sistema previdenciário, intensificando o controle contra fraudes.
- Readequar as fontes de financiamento e dos benefícios da Previdência Social Rural, levando em conta as particularidades do ambiente laboral no campo e diferenciando o orçamento assistencial, baseado em testes de necessidade, da característica seguradora própria da previdência.
- Definir regras claras para o reajuste dos benefícios e adaptação do sistema à estrutura etária da população, incluindo revisão de todos os critérios de concessão de pensões, especialmente por morte, visando à probidade e a boa gestão dos recursos públicos.
- Aumentar o controle sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), visando eliminar fraudes e o desequilíbrio atuarial da previdência do funcionalismo público nas 3 esferas.
- Incentivar à poupança sob o Regime de Previdência Complementar (RPC) e o planejamento familiar.
- Fortalecer o sistema de regulação dos planos de previdência privada e da aplicação dos recursos pelas entidades gestoras.
- Definir regras claras de governança corporativa para os fundos de pensão, que minimizem conflitos de agência e reduzam a exposição ao risco.
- Estabelecer opções de aplicação e acompanhamento de recursos previdenciários de natureza individual, como FGTS e PIS, dentro dos princípios de integridade e segurança das aplicações.

TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

- Dar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do país.
- Garantir que programas educacionais e de formação básica e profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza. Integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais hoje existentes que operam em nível federal, estadual e municipal em uma única rede e descentralizada, com dados dos serviços público e privado. Esta rede deve ser voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do país, que constam no Cadastro Único para os Programas Sociais.
- Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único, fornecer informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar, demandar junto aos produtores de programas e serviços a participação das famílias e acompanhar e estimular a evolução da família no alcance das metas por elas definidas.
- Desenvolver e implementar a capacitação do agente de desenvolvimento familiar e que este atue de forma integrada com os demais agentes comunitários.
- Avançar para além de um Estado unicamente provedor para um Estado mobilizador.

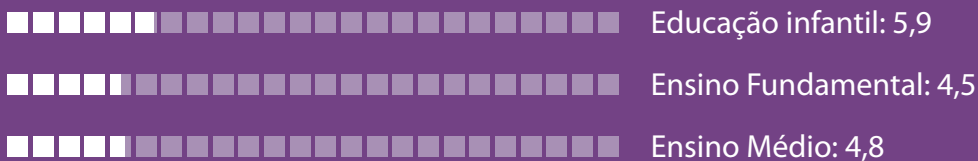
1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DA CULTURA

Educação em tempo integral que estimule a multidisciplinaridade e a integração das políticas de educação e cultura nas práticas pedagógicas.

Instituir educação em tempo integral que promova a intersecção das políticas de educação e cultura para que esta tenha papel relevante nas práticas pedagógicas, priorizando a multidisciplinaridade e reafirmando a importância da Cultura como campo de conhecimento, porém sem abordá-la de forma utilitária.



MÉDIA DE HORAS-AULA DIÁRIA EM 2013 – TOTAL BRASIL¹



Em 2013, as matrículas no ensino fundamental (1º ao 9º ano) em tempo integral correspondiam a apenas **12%** do total nesse nível em todo o País²

O Brasil tem a menor média de estudo por habitante entre os países da América do Sul. São **7,2 anos**, contra os 9,7 anos no Chile; 9,3 anos na Argentina e 9,2 anos na Bolívia³



O País tem a 3ª maior taxa de evasão escolar entre os 100 países com maior IDH, chegando ao percentual de 24,3%⁴

Apenas 21% das escolas da Educação Básica têm sala de leitura; 58% das escolas deste nível tem acesso à internet⁵

33,7% de escolas em rede pública e particular tinham biblioteca em 2011



128.020 bibliotecas deveriam ser construídas entre 2011 e 2020 nas escolas brasileiras para atender a Lei 12.244/2010



39 unidades por dia precisariam ser construídas para atender a essa demanda⁶

consequências disso

As escolas, que deveriam oferecer o contato com a cultura desde o início da formação, não têm a infraestrutura adequada para dar suporte às práticas culturais. O tempo restrito em sala de aula, o baixo oferecimento de atividades extracurriculares e a grande evasão escolar agravam esta situação.

o que fazer para mudar essa situação

Ampliar a jornada escolar para duração de sete horas ou mais (período integral), na qual os alunos poderão fazer atividades pedagógicas, culturais, esportivas fora do ambiente escolar, trazendo para a realidade dos alunos o aprendizado multidisciplinar e continuado.

como?

- Oferecer formação continuada para professores de artes e capacitação de agentes comunitários com foco na cultura nacional, local e internacional para desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizem a multidisciplinaridade e a diversidade em escolas de período integral.
- Reafirmar a importância da cultura como campo de conhecimento, por meio da formação continuada dos agentes educadores.

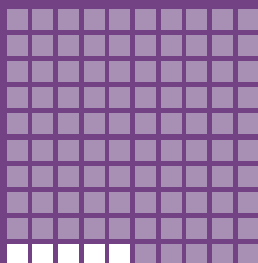
1 MEC/INEP. 2 INEP. CENSO ESCOLAR 2013. 3 RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010. 4 RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010. 5 INEP. CENSO ESCOLAR 2013 NO SITE QEDU.ORG.BR. 6 LEVANTAMENTO DE TODOS PELA EDUCAÇÃO COM BASE NO CENSO ESCOLAR DE 2011.

2 CULTURA DESCENTRALIZADA COM RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento constante das práticas artísticas e culturais deve ser o reflexo de políticas que estimulem a fruição, a formação de público e que ampliem a oferta de bens culturais em todo o território brasileiro.

Aprimorar e fortalecer programas de cultura, com base no reconhecimento dos territórios de diversidade socioambiental.

A despesa média mensal familiar com Cultura no Brasil é de R\$ 106,32¹



Este valor representa 5% das despesas totais das famílias



Gasto médio mensal com Cultura de acordo com a renda:

R\$ 25,37

FAMÍLIAS COM SALÁRIOS ATÉ R\$ 830

R\$ 456,27

FAMÍLIAS COM SALÁRIOS ACIMA DE R\$ 6.000

Uma quantia **menor** do que a gasta em alimentação, transporte e vestuário, porém **maior** que a despesa com educação



Bibliotecas públicas
estão presentes
em **97%**
dos municípios
(5.400 municípios)

A região Nordeste
há maior recorrência
de manifestação
tradicional popular:
em **73,6%**
do território



As salas de
cinema podem
ser frequentadas
em **10,7%**
dos municípios
do país (594
municípios)

Há museus
em cerca de
21% dos
municípios²

consequências disso

Os dados mostram que se gasta muito pouco em cultura e atividades de lazer. Os menores gastos estão dentre as porções com menor renda, concomitantemente, os estados mais pobres são os menos abastecidos de aparelhos culturais.

Os dados do acesso à cultura no Brasil reproduzem a concentração socioeconômica e a desigualdade regional do país.

o que fazer para mudar essa situação

Descentralizar é o caminho.

como?

Aprimorar e fortalecer programas de cultura, com base no reconhecimento dos territórios de diversidade socioambiental.

¹ PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC), IBGE EM 2012. ² INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. PUBLICAÇÃO "MUSEU EM NÚMEROS". VOLUME 1. 2011.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Implementar e acompanhar o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Cultura (com descentralização da gestão), atualizar informações e indicadores culturais e fazer levantamento das expressões culturais do país.

estabelecer princípios
e diretrizes comuns
para a cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei federal nº 12. 343, de 02.12.2010, estabeleceu 53 metas para 2020, dentre as quais as três primeiras abordam: a formação de um Sistema Nacional de Cultura, a atualização de informações e indicadores culturais e o levantamento da cartografia e expressões culturais por todo país.

O objetivo do sistema é estabelecer princípios e diretrizes comuns, dividir as atribuições e responsabilidades entre os entes da federação, montar um esquema de repasse de recursos e de criar instâncias de controle social das políticas do setor.

A falta de dados atualizados sobre as produções e expressões artísticas dificulta a análise de um cenário real da dimensão cultural do país. Isso constitui um obstáculo para a elaboração de políticas públicas.

Os últimos levantamentos oficiais sobre cultura são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010 (referente à Indústria da cultura), e do Ministério da Cultura (referente ao uso e quantidade de aparelhos culturais por região), também de 2010.

As tentativas de censo são esparsas e não estão centralizadas em uma base de dados universal.

Esta questão é central e primordial para reposicionar a cultura como eixo de desenvolvimento. Para tanto, torna-se imperativo o **estabelecimento de parcerias sólidas e perenes com órgãos de pesquisa, como IBGE e IPEA**, para a coleta constante de dados nacionais sobre cultura, além de parcerias com observatórios em universidades, a fim de garantir também a **transversalidade e intersetorialidade** na análise desses dados. Para a realização do cruzamento de dados e formulação de políticas que atendam às demandas da agenda prioritária da cultura, deve-se **valorizar o profissional na área pública**, realizando concursos para profissionais especializados que façam a leitura destes dados. Outra opção seria a criação de um organismo dentro do Ministério da Cultura ao qual se possa atrair profissionais, devidamente qualificados, para ajudar a emulação dessas informações.

4

Investir na conservação do patrimônio histórico e cultural via acervo material, com restauração e manutenção de monumentos; e imaterial, com a valorização de manifestações da cultura tradicional e regional e desenvolver um programa de digitalização da memória da arte e cultura brasileira.

L	S	O	C	I	
E	M	A	R	C	
Q	7	8,	9	%	DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NÃO TÊM MUSEUS
O	R	D	A	N	
I	A	O	M	E	
S	J	F	A	T	
O	E	1	2	%	É A: PORCENTAGEM DE MUSEUS DO PAÍS QUE ESTÃO NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE
E	R	L	A	G	

Cultura é um patrimônio construído no passado, é o processo em fluxo de produzir e inovar, e é também projeto de conservar e transmitir o adquirido e ao mesmo tempo renová-lo e ampliá-lo. A capacidade de fazer isso depende de meios, recursos e técnicas.

Muitas instituições culturais que têm a aptidão de preservar a memória cultural, como os museus, enfrentam dificuldades financeiras e materiais, o que tem provocado o fechamento destes, além de várias destas instituições estarem em situação precária. Existe pouca valorização desses espaços culturais na sociedade e intensa concentração nas regiões mais abastecidas de aparelhos culturais no país.

Em 2011, o **Instituto Brasileiro de Museus divulgou que havia no país 3.025 museus**. De acordo com a publicação “Museus em Números”, **67% estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste**. No estado de São Paulo, há 517 museus, seguido do Rio Grande do Sul, com 397, e Minas Gerais, com 319. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste estão 12% dos museus. São seis em Roraima e nove no Amapá. **A publicação do Instituto mostra também que dos 5.564 municípios, em 78,9% deles não há museus.**

O Estado deve se preocupar em manter e conservar a memória da cultura brasileira.

O Brasil enfrenta muitas dificuldades devido à ausência de memória no próprio Ministério da Cultura. Por isso, é importante criar um programa nacional de digitalização e construção da memória da arte e da cultura brasileira, considerado um passo fundamental para a transformação dos setores relacionados à cultura no país, pois ela não ocorrerá se não houver conservação. É importante também que instituições e fundos nacionais destinados à conservação recebam apoio e subsídio – financeiro e de capital humano -, para que mantenham essas atividades.

Aprimorar o dispositivo de incentivo privado via renúncia fiscal (Lei Rouanet), fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, e apoio à aprovação da PEC 150 que garante o patamar de investimento na cultura.

Dentre as leis em vigor para a destinação de recursos financeiros para a cultura, destacam-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91, popularmente chamada de Lei Rouanet), a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93), além de editais periódicos para projetos específicos.

O Brasil tem um sistema misto de financiamento da Cultura, com: recursos públicos a fundo perdido (investimento realizado sem expectativa de retorno), recursos incentivados por meio da legislação de incentivo fiscal e recursos privados de empresas (mediante patrocínio corporativo).

descentralizar e
desburocratizar
a avaliação dos
projetos culturais

A hegemonia da Lei Rouanet como o grande instrumento de financiamento da cultura contribuiu para a desresponsabilização do Estado na formulação de políticas públicas culturais, permitindo que empresas assumissem um papel que não lhes pertence. Apesar da importância da lei federal de incentivo à cultura, esta contribuiu para perversões e assimetrias. Para superar esse quadro, é necessário que o Estado resgate seu papel de formulador de políticas, neutralizando a força dos lobbies que apoiam marcos legais sempre favoráveis à indústria cultural em detrimento da diversidade, das culturas tradicionais e da produção cultural das minorias.

É importante descentralizar e desburocratizar a avaliação dos projetos sujeitos ao incentivo. Devem-se criar órgãos de avaliação municipais e estaduais que já têm em seu radar os projetos passíveis do incentivo, como curadores regionais. Deve-se expandir, sofisticar e aprofundar as medidas de incentivos à cultura no país, modificando a abordagem do Estado e do MinC para projetos de porte e finalidade diferentes, sendo que para aqueles com alcance regional, pode-se analisá-los em instâncias estaduais, para agilizar e desburocratizar o processo.

Além dos editais e isenções fiscais, é preciso criar condições para que a produção artística se sustente para além da duração dos recursos e, ainda, criar um sistema perene de fomento à cultura. É necessário que se criem condições adequadas a partir de um cenário isonômico e um quadro de igualdade de oportunidades por meio de critérios bem estabelecidos. Além disso, descentralizar os incentivos, levando-os para regiões menos abastecidas e também “interiorizá-los”. O incentivo e apoio a um calendário regional de atividades culturais é uma forma de se dinamizar a economia local e descentralizar a produção cultural.

Um dos caminhos, portanto, é a **defesa da aprovação da PEC 150, que prevê o repasse anual de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento dos estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios, de receitas resultantes de impostos, para a cultura.** Por meio destes recursos, fortalecer o Fundo Nacional de Cultura.

DEMAIS PROPOSTAS

CULTURA COMO EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

- Considerar a Cultura como eixo estratégico de desenvolvimento.
- Reforçar a transversalidade do Ministério da Cultura para a realização de parcerias com outros ministérios;
- Formular, implantar, monitorar e avaliar políticas públicas culturais integradas a políticas públicas intersetoriais, permitindo a construção de ciclos econômicos virtuosos para a criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços culturais em todas as regiões brasileiras e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.
- Cultura como meio primordial para o enraizamento de valores, como cultura de paz, tolerância e respeito às diferenças e como parte integrante de um contexto socioambiental.
- Estabelecer uma agenda comum para a cultura, entendendo-a como forma de empoderamento e de formação crítica da sociedade, estabelecendo as prioridades de investimento, a fim de superar a fragilidade do Ministério da Cultura.
- Integrar a questão socioambiental ao planejamento das políticas e projetos públicos de cultura.
- Promover a diversidade cultural na centralidade das políticas públicas do país.

CULTURA COMO DIMENSÃO SIMBÓLICA

- Abordagem de políticas para as Artes relacionadas à educação, formação, produção, circulação e difusão.
- Garantir o apoio a projetos culturais em áreas com baixo acesso a equipamentos culturais.
- Oferecer bolsas para pesquisadores e professores, a fim de incrementar a produção acadêmica no campo cultural, de forma a incidir sobre formulação de políticas públicas e estimular a inovação na área.
- Apoiar e subsidiar as atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário que tenham dificuldade de se viabilizar através dos mecanismos de mercado.

CULTURA COMO DIMENSÃO DE CIDADANIA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE

- Fortalecer da autonomia, do protagonismo e do empoderamento sociocultural
- Fortalecer os meios para preservação das tradições culturais regionais.
- Fomentar a cultura pelo desenvolvimento local ao estabelecer e incentivar a periodicidade e regularidade de eventos culturais, como um calendário permanente de eventos regionais, como ferramenta para movimentar a economia de municípios.
- Estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e das novas tecnologias de informação que propiciem uma democracia mais participativa.
- Garantir para cada grupo cultural espaço próprio de participação política, de respeito e de atenção às suas demandas específicas, ou seja, uma porta de entrada para suas reivindicações no governo federal. (Os Conselhos de Políticas para as Mulheres e da Juventude, as Conferências de Direitos Humanos e de LGBT são exemplos de instrumentos na luta contra a discriminação e na melhoria da elaboração de políticas para públicos específicos.)
- Reforçar as políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas para negros, como parte de um processo de restauração de equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias.
- Promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais.
- Garantir que as políticas públicas culturais sejam formuladas de modo a estimular o respeito às diferenças e com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, homofobia ou outra.
- Reconhecer e respeitar os direitos, os conhecimentos, as inovações, as práticas, as tradições e as formas próprias de organização social dos povos indígenas.
- Garantir aos povos indígenas seus territórios e seu direito ao acesso e uso dos recursos naturais que

formam a base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

- Criar estrutura adequada para a efetiva participação dos povos indígenas na tomada de decisão das políticas que lhes dizem respeito, participando inclusive da formulação de leis e políticas públicas.
- Identificar e implementar formas adequadas para o acesso dos povos indígenas às políticas e aos recursos públicos.
- Apoiar os processos de gestão ambiental nos territórios indígenas.
- Solucionar os conflitos fundiários entre fazendeiros e povos indígenas mediante a indenização justa, quando for o caso, e a garantia de territórios segundo critérios que atendam às necessidades das comunidades indígenas, promovendo uma política de recuperação ambiental desses territórios.
- Avançar na identificação, discriminação e destinação de terras públicas (devolutas ou não) relevantes para povos e populações tradicionais e conservação da biodiversidade.
- Desenvolver estratégia para reforçar e integrar as ações dos órgãos de gestão fundiária, territorial e socioambiental no país (Incrá, ICMBio, SFB e Funai) e promover a integração econômica dos territórios indígenas com seu entorno por meio de programas de desenvolvimento territorial, local e sustentável.
- Ampliar disponibilidade de recursos permanentes e em escala apropriada para atender à área do território nacional sob gestão indígena, para implementar a Política Nacional de Gestão Ambiental dos Territórios Indígenas – PNGATI.
- Regulamentar a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT) e ampliar as possibilidades de controle e negociação dos povos indígenas sobre os projetos de alto impacto, mitigação e compensação dos impactos socioambientais.
- Atuar politicamente junto ao Congresso Nacional para rejeitar as iniciativas que visam retirar do Poder Executivo federal a competência constitucional e administrativa sobre o processo de demarcação e homologação de terras indígenas, como a Proposta de Emenda Constitucional 215.
- Desenvolver política de intercâmbio cultural (turismo, culinária, cinema, feiras, música, artesanato, conhecimentos tradicionais) e científico que promova o reencontro propositivo entre a sociedade não-indígena e os povos, as práticas culturais e costumes indígenas no Brasil.
- Formular e implementar uma política de incentivos econômicos aos serviços socioambientais mantidos pelos territórios indígenas (pagamento por serviços ambientais, mecanismos como o Fundo de participação dos Estados – FPE Verde e ICMS Verde).
- Desenvolver mecanismos preventivos para evitar e solucionar conflitos entre política indigenista e políticas setoriais desenvolvimentistas (energética, mineração, transporte e agropecuária).
- Garantir a demarcação de terra indígena em áreas urbanas e criar políticas públicas integradas para acesso à infraestrutura e serviços básicos, respeitando suas tradições culturais.
- Manter e aperfeiçoar o Decreto federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas, nas áreas rurais e nas áreas urbanas.
- Identificar e implementar formas adequadas às culturas quilombolas para o acesso às políticas e aos recursos públicos.
- Planejar, implementar, manter e aperfeiçoar um banco de dados único, nacional, de acompanhamento estatístico específico sobre as comunidades quilombolas.
- Incentivar a criação de mecanismos preventivos para

evitar e solucionar conflitos entre política quilombola e política ruralista.

- Atuar junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para agilizar as conciliações.
- Incentivar e propor acordos por meio de conciliação ou mediação.
- Compartilhar as boas práticas, projetos, ações, experiências bem sucedidas decorridas dos processos de conciliação.
- Promover a implementação de projetos locais de educação cidadã nas comunidades quilombolas pelo direito à propriedade, cultura, saúde, moradia.

CULTURA COMO DIMENSÃO ECONÔMICA

- Estabelecer uma política de estímulo à cadeia produtiva da cultura como dimensão da economia nacional, fomentando a economia criativa com objetivo de contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro.
- Quantificar o PIB real da cultura, considerando a economia formal e informal.
- Desenhar políticas voltadas para o produtor cultural independente.
- Estimular a economia criativa, a criação e popularização de cursos na área de gestão e difusão cultural em novas mídias.
- Ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento, respeitando os direitos do criador e o interesse público pelo acesso a toda a diversidade cultural brasileira.
- Desenvolver mecanismos que contribuam para a efetiva utilização das obras para fins educacionais, culturais, científicos e de preservação do patrimônio cultural.
- Encaminhar prontamente o anteprojeto de reformulação da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de

1998, (Lei de Direitos Autorais), com fortalecimento da participação pública, e variedade na oferta de licenças em Creative Commons, inclusive de documentos públicos.

SOCIOBIODIVERSIDADE ASSOCIADA A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Promover pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de organização social, e formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais, tendo como gestor o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT e as instituições estaduais, municipais e ONGs especializadas no tema.
- Garantir o acesso das comunidades tradicionais aos recursos naturais necessários à sua subsistência e produção sustentável, existentes em espaços públicos e privados.
- Proteger os insumos naturais necessários à subsistência e produção sustentável em comunidades tradicionais, existentes em terras públicas e privadas.
- Incentivar a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais em todas as fases de desenvolvimento e divulgação de pesquisas, e estudo da efetividade das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS e Florestas Nacionais – Flonas, como espaços territoriais onde os povos são detentores de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e implementar as parcerias necessárias com instituições científicas e acadêmicas para maximizar a consecução dos seus objetivos.

- Promover ações necessárias ao equacionamento dos conflitos entre as restrições da legislação das unidades de conservação e as comunidades tradicionais que nelas habitam.
- Organizar e promover eventos com objetivo de disseminar informações sobre determinado grupo cultural, como por exemplo, o Festival Nacional de Manguezais que integra o Projeto Manguezais do Brasil (GEF Mangue) e o Seminário Comunidades Tradicionais.
- Fazer a gestão e mediar os conflitos existentes entre as comunidades tradicionais e produtores rurais ou trabalhadores de grandes empreendimentos de impacto socioambiental.

GESTÃO CULTURAL

- Estimular produção de dados que dará suporte à formulação de políticas que consolidarão as conexões entre cultura e desenvolvimento local e regional no Brasil
- Firmar relação constante com o IBGE, IPEA e INEP, a fim de se obter dados consolidados e centralizados sobre indicadores Culturais, ou criar órgão interno ao MinC para a coleta e cruzamento de dados de Cultura; Criar observatórios de Cultura em universidades federais e parcerias para garantir a transversalidade dos acúmulos de dados.
- Ampliar e apoiar o Observatório Nacional da Economia Criativa (OBEC) e os Observatórios Estaduais de Economia Criativa (OBECES), para que estejam presentes em todo o território brasileiro e produzam conhecimento sobre as culturas brasileiras, a partir da experiência dos atualmente existentes: na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS).
- Estimular a criação e estruturação de órgãos municipais e estaduais exclusivos e ampliar a descentralização de políticas públicas de cultura, fazendo uso de novas formas de participação como redes sociais.
- Repensar a forma de gestão dos contratos e convênios com as organizações e artistas vinculados a Programas do Ministério.
- Fomentar política nacional integrada entre os entes federais para criação de fontes de financiamento e repasses de recursos para construção e manutenção de espaços culturais.
- Investir na formação dos agentes culturais para participação em editais, uso dos recursos públicos e prestação de contas.
- Melhorar canais de comunicação entre Ministério e organizações culturais, e criar mecanismos para descentralizar a gestão dos investimentos.
- Adotar um modelo gerencial semelhante ao CNPq, vitalizando a atividade com consultores "ad hoc" credenciados para avaliar projetos.
- Criar novas formas de repasse de recursos públicos para organizações culturais e gestão dos mesmos (como prêmios e editais).
- Realizar novos concursos públicos para o Ministério da Cultura, valorizando os profissionais da área, a fim de corrigir a defasagem e fortalecer o Ministério.
- Garantir a universalização do acesso às políticas públicas de cultura, a criação de estruturas adaptadas ao respeito às diferenças culturais e regionais.

POLÍTICA EXTERNA PARA O SÉCULO 21

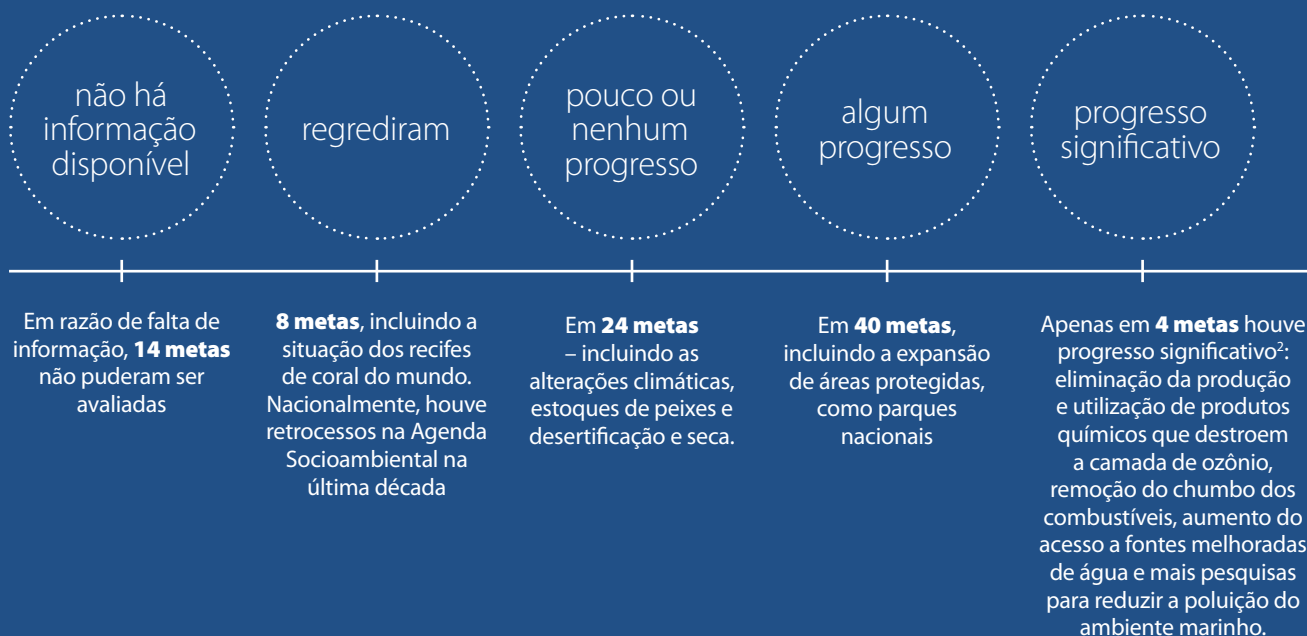
A P R A D I U R A Z A S E R
N R T A N E M E L H O U N A
R O U N A C A O M P Q S A R
I T M A I O D O C R U T I M
T E I **P** N N E M P A A E D O
G Ç E **O** I O M P O N L N A L
A Ñ G **L** C M O L U G I T O S
P O L **Í** T I C A C I D A D Ñ
L S A **T** O A R T F B A B R I
U O L **I** G R A A E R D I T T
R C H **C** H D C F I A E L E G
A I E **A** L O I O H S D I M A
M A I **E** C G A R C I E D I P
T L S **X** A E T M U L V A E L
R D A **T** M G H A L M I D G U
A O M **E** I D E N T I D E L R
N D I **R** E N E D U C A Ç Ñ O
S R E **N** A E D O R T I S D E
F I G **A** H P O R A J A G O H

1 POLÍTICA EXTERNA PELA SUSTENTABILIDADE

Posicionar-se como estado líder nas negociações globais sobre a promoção da sustentabilidade e ter a correspondente ação interna para incentivar uma economia de baixo carbono.

Posicionar-se como Estado/Sociedade líder nas discussões e negociações globais a respeito da promoção da sustentabilidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação as suas vulnerabilidades, incorporando os conceitos de Antropoceno e de limites planetários. Essa liderança internacional deve ser acompanhada da correspondente ação interna para incentivar uma economia de baixo carbono, inclusive promovendo a cooperação para a governança e gestão dos recursos naturais transfronteiriços.

DAS 90 METAS E OBJETIVOS AMBIENTAIS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA A PARTIR DA RIO 92¹:





O Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta, não vai participar da primeira rodada de negociações do Protocolo de Nagoya, acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade³



A lista inclui vários países do grupo dos chamados “megadiversos” como Índia, Indonésia, México, África do Sul e Peru. E alguns países mais ricos, como Espanha, Noruega, Suíça e a União Europeia



Com mais de 50 ratificações, a primeira reunião oficial (MOP 1) dos países membros do Protocolo de Nagoya será realizada paralelamente à COP 12, na Coreia do Sul



O texto do protocolo foi enviado pela Presidência da República ao Legislativo para ratificação em junho de 2012, porém desde março de 2013, quando foi criada uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar e encaminhar o protocolo à plenária para votação, não houve nenhum avanço

consequências disso

O Brasil tem posição conservadora na governança ambiental global. O país tem ignorado a tendência mundial para a sustentabilidade, como demonstrou após não ratificar o Protocolo de Nagoya. O país também ficou de fora do acordo de combate ao desmatamento assinado durante a Cúpula do Clima, realizada na ONU, em setembro de 2014.

o que fazer para mudar essa situação

O grande desafio do Brasil e da comunidade internacional é que os governos compreendam que desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade não podem ser tratados separadamente. O principal papel dos Estados é induzir práticas sustentáveis para modificar a natureza das empresas, por exemplo. Estas têm que receber sinais que a sustentabilidade é o foco para o Estado, adaptando-se a esta tendência.

como?

- Posicionar-se como Estado líder nas discussões e negociações globais a respeito da promoção da sustentabilidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação as suas vulnerabilidades, incorporando os conceitos de Antropoceno e de limites planetários.
- Incentivar ações internas para uma economia de baixo carbono, inclusive promovendo a cooperação para a governança e gestão dos recursos naturais transfronteiriços.
- Incentivar entre seus parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do país e transformando-as em vantagens competitivas.

¹ A CONFERÊNCIA AMBIENTAL REALIZADA NO RIO DE JANEIRO CRIOU TRATADOS PARA O CLIMA, BIODIVERSIDADE E DESERTIFICAÇÃO, ALÉM DA AGENDA 21. ² RELATÓRIO DIVULGADO PELO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE "PANORAMA AMBIENTAL GLOBAL (GEO-5)" ³ HERTON ESCOBAR. "PROTOCOLO DE NAGOYA ENTRARÁ EM VIGOR SEM O BRASIL". O ESTADO DE S.PAULO. 16/07/2014.

2 POLÍTICA EXTERNA PARA DEMOCRACIA

Reafirmar os princípios históricos democráticos da política externa, defendendo o multilateralismo que reconhece a importância do G20 e a promoção de alianças progressistas com países descarbonizantes.

Reafirmar os princípios históricos democráticos da política externa adaptando-os às transformações aceleradas do mundo. A defesa do multilateralismo e da reforma democratizante das instituições internacionais deve ir acompanhada pelo reconhecimento da importância e potencialidades do G20, pela abertura em relação aos tratados plurilaterais e pela promoção da formação de alianças progressistas, por exemplo, com países descarbonizantes.

Até o início de 2013, foram apresentados 543 acordos com ênfase no livre comércio mundialmente, dos quais 354 estavam em vigor. Pelo menos metade desse total foi assinado nos últimos dez anos – período que coincide com os insucessos da Rodada Doha¹

O Brasil é a 7^a economia do mundo e ocupa o 22^o no ranking de importação e exportação

O Brasil é signatário de apenas 3 acordos de livre comércio com: Palestina, Egito e Israel, sendo que apenas este último está vigente

Desde 2009, não há nenhum acordo para evitar a bitributação. Poucas empresas brasileiras estão integradas às cadeias produtivas globais, mostrando falta de percepção da nova realidade



consequências disso

- O modelo econômico brasileiro, altamente protecionista, limita sua capacidade de produzir cadeias industriais de valor sustentável, orientada pela economia de baixo carbono, que estejam interligadas com a economia regional e global.
- A posição conservadora do Brasil no G-20 reforça uma resistência ao avanço da governança global. Quando a União Europeia (UE) propôs, na Cúpula de 2009, que a mudança climática fosse o objetivo principal do grupo, assim como a governança econômica, o Brasil foi parcialmente responsável pelo insucesso dessa proposta.
- O Brasil está cada vez mais isolado e isso é resultado dos últimos 12 anos de política externa brasileira que levou o país a ficar prisioneiro do Mercosul e não avançar na formação de tratados bilaterais ou multilaterais de livre comércio. As decisões desses últimos anos enfatizaram a relação Sul-Sul e se distanciaram dos fóruns internacionais em relação à defesa dos direitos humanos.

o que fazer para mudar essa situação

A política externa brasileira deve buscar constantemente a autonomia e o desenvolvimento, bem como a defesa do multilateralismo, a reforma democratizante das instituições internacionais, acompanhada pelo reconhecimento da importância do G20, pela abertura em relação aos tratados plurilaterais e pela promoção da formação de alianças progressistas, por exemplo, com países descarbonizantes (exemplos: União Europeia, Japão e Coreia do Sul).

como?

- Adotar os valores de sustentabilidade e cidadania como fundamento para liderar as negociações do Mercosul de maneira mais concreta, a fim de que os avanços possam ser mais claros e que o desenvolvimento possa gerar benefícios a todas as partes.
- Fomentar o comércio internacional mais livre, mais justo e mais sustentável, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Adotar uma política externa que incorpore o conceito de limites planetários, ambientais e sociais.
- Resgatar os valores que costumavam definir a identidade internacional brasileira, tais como a cooperação e a liderança nas negociações.
- Incorporar aspectos que premiem a sustentabilidade na negociação de acordos comerciais internacionais.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Assegurar a legitimidade e as bases democráticas da política externa, por meio da criação de mecanismos que garantam a consulta pública à sociedade sobre as principais questões de política externa e assegurem a transparência nas decisões.

Apesar dos avanços nas regras internacionais desde o fim da Guerra Fria, os mecanismos de governança global existentes ainda são insuficientes. Grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. Por isso, é preciso que o Brasil, muitas vezes prejudicado por essas "regras do jogo" desiguais, seja um **veemente defensor da democratização das organizações e regimes internacionais**. Há inúmeros exemplos de distorções que precisam ser corrigidas: pesos desequilibrados dos poderes de voto (como no caso do FMI e do Banco Mundial), existência de poderes de veto sem adequada representação (como no Conselho de Segurança da ONU) e desigualdade no cumprimento de obrigações internacionais (como ocorre com as metas de desarmamento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). Essas instituições, ao serem vistas como pouco legítimas, são pouco respeitadas. Para aumentar

a sua efetividade, portanto, é preciso aprimorá-las e democratizá-las.

A participação brasileira em regimes e instituições internacionais data desde a criação da Liga das Nações, da qual o Brasil foi um dos membros fundadores. **A política externa brasileira deve se caracterizar pela constante busca pela autonomia e pelo desenvolvimento**, e ao longo dos anos, diversas estratégias foram tomadas para esses fins. Em diversos momentos, o Brasil optou por intensificar sua participação em instituições e regimes internacionais como maneira de se projetar internacionalmente.

O Brasil deve, sempre levando em conta os princípios fundamentais de sua política externa e seus objetivos de longo prazo, **avaliar a participação em organizações e regimes internacionais dos quais não faz parte**.

Outro ponto a ser considerado é o insulamento corporativo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). No Brasil, pensa-se que o ministro das Relações Exteriores deve ser um diplomata. A prática em países democráticos não é assim, porque nestes existe um corpo técnico especializado para tratar das questões de política externa, para pensar estratégias de ação e para participar das negociações de maneira efetiva e enfática.

O fato do ministro do MRE ser um diplomata traz ao contexto a reprodução dos interesses organizacionais corporativos da organização, ou seja, ter um diplomata como ministro não é sinal de neutralidade, tampouco de democracia. O isolamento burocrático corporativo pode reproduzir a proteção de interesses e manutenção de privilégios.

Essa situação precisa ser modificada para que haja aumento efetivo da transparência. Isso deve ser feito num processo consistente, real, com maior participação do Congresso.

4

Compreender em profundidade a dinâmica da globalização na última década, incluída a formação das cadeias globais de valor e a importância de inserir o Brasil nessas cadeias (relevância de o Brasil participar de acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio com cláusulas descarbonizantes e sustentabilistas).

A revolução tecnológica dos anos 90, com a ampliação do uso da internet e as melhorias dos transportes e das telecomunicações, afetou profundamente a forma de organização da sociedade e, principalmente, a forma de organização das empresas.

Nas primeiras décadas do século XX, a produção era verticalizada e concentrava seus recursos financeiros e humanos nos países de origem, devido às dificuldades de deslocamento e descentralização dos mercados internacionais. Após a década de 1980, com o surgimento de sistemas como o Just-in-Time, as empresas começaram a horizontalizar a sua produção e comprar produtos e insumos nos locais onde são obtidos de forma mais eficiente e barata. Estas são as cadeias globais de valor. Os países aproveitam suas vantagens comparativas e as cadeias produtivas globais, que levam as empresas a aproveitarem as facilidades existentes em termos de regulamentação, de mobilidade e acesso aos bens de produção e consumo para o comércio internacional.

As mudanças no sistema de comércio internacional demandam uma nova compreensão. A produção é, atualmente, mundial e globalizada. O país que não participa desse processo perde produtividade e, por conseguinte, competitividade. Este movimento de integração deve ser feito da forma mais eficiente em termos sustentabilidade.

O novo modelo tem reflexos no surgimento de preços globais, no crescimento intrafirmas, no comércio intrafirmas. Nesse contexto, tanto o investimento externo direto quanto o comércio internacional contam com uma ampla rede de acordos internacionais. Nesse sentido, há, ainda, uma globalização jurídica acontecendo. Ao ignorar esta globalização jurídica, o Brasil pode estar ficando para trás.

Para participar das cadeias produtivas de valor, no âmbito internacional, precisa-se de garantia de que os investimentos no país serão bem tratados e serão escoados de maneira segura. É necessário suporte para as empresas que visam desenvolver atividades no país. O Investimento Externo Direto (IED) e o comércio internacional contam com ampla rede de sistemas internacionais que o país não participa.

No comércio internacional, o país é marcado por uma baixa inserção. O Brasil apostou em agendas que estão estagnadas, o MERCOSUL e a OMC.

O resultado disso é que, desde 1991, o Brasil tem três acordos de livre-comércio, com Israel, Egito e Palestina, dos quais apenas o último está em vigor. Isso é particularmente perigoso, considerando a onda de acordos liberalizantes dos últimos anos, como a Aliança do Pacífico e o acordo entre União Europeia e EUA. Metade dos acordos de livre-comércio surgiu nos últimos dez anos. Portanto, as empresas brasileiras perdem espaço. Os acordos criam padrões e regras que extrapolam o livre-comércio, ou seja, o país está de fora dos processos que definem essas regras.

Desde 2009, não há nenhum acordo para evitar bitributação. Logo, poucas empresas brasileiras estão integradas ao sistema internacional, mostrando falta de percepção da nova realidade.

O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre-

comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito multilateral (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul). Deve ainda aperfeiçoar seus mecanismos domésticos de combate a práticas desleais e ilegais de comércio, como "dumping", subsídios, contrabando e descaminho, mas sempre de acordo com as regras internacionais. **O livre-comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando estimular processos e métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos aos compromissos do país relacionados a padrões trabalhistas, expressos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho.**

Os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição e o esforço brasileiro para a criação de uma economia de baixo carbono devem ser defendidos e transformados em vantagens competitivas. **O Brasil deve defender a criação de novas regras sobre esses temas no âmbito da OMC e deve desenhar novos instrumentos de promoção das exportações que valorizem a sustentabilidade de produtos e serviços.**

O grande desafio do Brasil e da comunidade internacional é que os governos compreendam que desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade não podem ser tratados separadamente. O cenário que existe atualmente é de desgovernança mundial da sustentabilidade, onde há um visível descompasso entre as tratativas ambientais para com as demais, apesar do diagnóstico do problema ser compartilhado.

O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras

5

Advogar firmemente pela proteção dos direitos humanos em todo o mundo, posicionando-se consistentemente nos organismos internacionais independentemente de interesses econômicos ou comerciais.

O Brasil não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações internacionais. **O Brasil deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos.** Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não intervenção, uma postura crítica com relação a países que violem esses direitos.

No âmbito brasileiro, algo que marcou profundamente a história brasileira foi o processo de consolidação de suas fronteiras. O convívio pacífico entre etnias e religiões é condição fundamental para o respeito aos direitos humanos e para a manutenção da paz. O respeito a diferentes etnias e religiões deve ser feito, num primeiro momento, em torno de questões simples ou referente a liberdades negativas. A priori, o objetivo deveria ser a formação de um consenso sobre tudo aquilo que as sociedades concordam que não deve acontecer.

Obviamente que tal consenso não será fácil, nem que algumas práticas culturais serão suprimidas. Contudo, o relativismo extremo se confunde com omissão, deixando desprotegidos alguns grupos vulneráveis de outras culturas e violando a própria concepção de indivíduo consagrada em diversos regimes internacionais e defendida pela

comunidade internacional, ainda que apenas no plano retórico, em algumas vezes.

Por outro lado, ações afirmativas ou liberdades positivas produzem resultados, na maioria das vezes, prejudiciais aos próprios direitos humanos. Não existe legitimidade para que qualquer cultura reivindique para si própria a função de corrigir outras práticas culturais que não admite em seu interior. Este tipo de reivindicação foi utilizado diversas vezes para justificar atos de violência ou para consecução de fins de política externa.

O panorama não representa que situações degradantes não serão combatidas pela comunidade internacional, mas o regime de direitos humanos deve funcionar de maneira particular no sistema internacional de segurança coletiva.

O Brasil não pode se omitir da responsabilidade de efetivas normas internacionais de direitos humanos em seu próprio território. É esta omissão que está profundamente intrincada na cultura brasileira que impede a ratificação de tratados internacionais do tema na arena política brasileira.

Tal conduta afeta diretamente a posição brasileira no exterior e a perpetuação eterna das injustiças cometidas no país. **A ratificação e aprovação dos tratados pendentes é condição *sine qua non* para a defesa da paz e dos direitos humanos no Brasil.**

Um passo seguinte é o cumprimento desses tratados no Brasil, difundindo-os por toda sociedade. Não é exagero afirmar que se isto acontecer, uma verdadeira revolução estará em curso no país, que nos auxiliará a superar problemas crônicos e seculares. É digno de nota que **o acesso à informação desses tratados e o aumento da participação da população na política externa é condizente com um regime democrático**, criando mais uma instância que, em tese, protegerá os direitos humanos.

O fortalecimento de órgãos internacionais e regionais de direitos humanos deve ser visto como um meio de coordenar expectativas e valores no âmbito internacional para a proteção dos povos.

Conclui-se que a precária defesa dos direitos humanos no Brasil não é compatível com uma democracia. A política dos últimos anos foi de quase permanente apoio ao esvanecimento de sociedades democráticas, como nos casos iraniano ou venezuelano, ao invés de condená-las.

DEMAIS PROPOSTAS

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

- Levantar os acordos internacionais que interessam ao Brasil e acompanhar o processo de assinatura e ratificação. Tornar a implementação desses acordos mais efetiva e participativa, por meio de ações compartilhadas entre a União, os Estados, Municípios e sociedade civil organizada.
- Avaliar de maneira efetiva os Tratados entre União Europeia e Estados Unidos, bem como a Parceria Transpacífico com a finalidade de buscar subsídios para compreender as tendências da globalização e da sustentabilidade, para que o Brasil tenha condições de participar das cadeias produtivas internacionais.
- Fortalecer a paradiplomacia como instrumento para influenciar a diplomacia, ajudando a superar a tensão existente na temática supranacional e subnacional, e conciliar a diversidade de interesses e necessidades.
- Priorizar o atendimento às demandas por informação, como forma de responder mais efetivamente às tendências da globalização e da sustentabilidade.

LEGITIMIDADE E DEMOCRACIA

- Promover a reforma da ONU de modo que se democratize e amplie órgãos tomadores de decisão como o Conselho de Segurança, para que seja mais inclusivo e justo em sua estrutura.
- Propor a criação de um Conselho de Relações Exteriores ou de Segurança Internacional de composição pluralista, formado por especialistas, acadêmicos ou não com objetivo de incrementar a transparência e eficácia da política externa no Brasil.

SUSTENTABILIDADE

- Advogar pela transição para economias de baixo carbono, nas reuniões de cúpula do G20, fazendo com que a mudança climática seja o objetivo principal do grupo, assim como a governança econômica.
- Promover a aplicação dos princípios e regras do direito internacional do meio ambiente, advogando por uma governança global ampla e plural sobre o tema da sustentabilidade.

PAZ E DIREITOS HUMANOS

- Analisar os instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos que estão pendentes de adesão e verificar a priorização para assinatura e ratificação.
- Cumprir e implementar as decisões e recomendações regionais e internacionais de direitos humanos, dando a devida publicidade aos esforços empregados.

COMÉRCIO MAIS LIVRE, MAIS JUSTO E MAIS SUSTENTÁVEL

- Compreender em profundidade a dinâmica da globalização na última década, incluída a formação das cadeias globais de valor e a importância de inserir o Brasil nessas cadeias (relevância do Brasil participar em acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio com cláusulas descarbonizantes e sustentabilistas).
- Adotar os valores de sustentabilidade e cidadania como fundamento para liderar as negociações do MERCOSUL de maneira mais concreta, a fim de que os avanços possam ser mais claros e que o desenvolvimento possa gerar benefícios a todas as partes.
- Fomentar o comércio internacional mais livre, mais justo e mais sustentável, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Adotar uma política externa que incorpore o conceito de limites planetários, ambientais e sociais.
- Resgatar os valores que costumavam definir a identidade internacional brasileira, tais como a cooperação e a liderança nas negociações.
- Incorporar aspectos que premiem a sustentabilidade na negociação de acordos comerciais internacionais.

A missão, visão e objetivo geral do Instituto Democracia e Sustentabilidade estão refletidos em um conjunto de diretrizes e propostas organizadas na “Plataforma Brasil Democrático e Sustentável” <www.idsbrasil.net>, um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas para a construção de uma nova visão de Brasil sob o prisma da democracia e da sustentabilidade.

A partir de sua primeira versão, disponibilizada pelo IDS em 2011, a Plataforma passou por intenso processo de revisão, aprofundamento e detalhamento, por meio de sistemas virtuais (intranet, chats, redes de discussão), pesquisas, entrevistas com especialistas, mesas de diálogos, rodas de conversa aberta a convidados e seminários abertos ao público.

Neste documento final, apresentamos cinco **Propostas Prioritárias** para cada eixo e as **Propostas de Prioridade Máxima** – um conjunto de 15 propostas que traduzem a essência da Plataforma e foram consideradas, na atual conjuntura nacional, as que possuem maior potencial de contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na democracia e na sustentabilidade, e, finalmente, as demais propostas da Plataforma recolhidas ao longo do processo.

Todas as informações reunidas durante esse trabalho estão sistematizadas e disponíveis para download gratuito no site do IDS <www.idsbrasil.net>, incluindo documentos e suas referências, imagens, gravações e diversos vídeos com entrevistas e análises de vários colaboradores.

PROPOSTA DE PROGRAMA DE
**DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL PARA
A BACIA DO DESCOBERTO**



Realização:



Apoio:



Colaboração:



INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE - IDS

CONSELHO DIRETOR

Adriana de C. B. Ramos Barreto

Alexandra Reschke

Altair Assumpção

João Paulo R. Capobianco - Vice-presidente

Ricardo Young - Presidente

Roberto Isao Kishinami

Suzana Machado Pádua

www.idsbrasil.org

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - IABS

DIRETORIA EXECUTIVA

Luís Tadeu Assad - Diretor Presidente

Lúcio Motta Fonteles - Diretor Administrativo-Financeiro

Jannyne Barbosa - Diretora Técnica

Rafael Oliveira - Diretor Jurídico

www.iabs.org.br

PROPOSTA DE PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL PARA
A BACIA DO DISCOBERTO



Brasília, 2018

TEXTOS

Guilherme Barbosa Checco¹
Barbara Rodrigues Riccomini²

REVISÃO

André Lima³
Luís Tadeu Assad⁴
Carolina Mattar⁵
Guilherme Barbosa Checco

ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE GOVERNO

André Lima

ARTICULAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS

Jorge Artur⁶

MAPAS

ArcPlan Geoprocessamento⁷

ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Luciano Bonaccini⁸

COMUNICAÇÃO

Neuza Árbocz⁹

GESTÃO FINANCEIRA

Lucio Fontelles¹⁰

EDITORAÇÃO

Flávio Silva Ramos (Editora IABS)

DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente Castellón (Editora IABS)

COORDENAÇÃO

Guilherme Barbosa Checco

FOTOS

Dênio Simões/Agência Brasília, Jean Marconi, Senado Federal e Agência Brasil

¹Mestre em Ciência Ambiental e Pesquisador do IDS; ²Mestranda em Análise Ambiental Integrada e Pesquisadora do IDS; ³Advogado, sócio-fundador do IDS e ex-secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal; ⁴Pós Doutor em Gestão de Conflitos Socioambientais e Diretor Presidente do IABS; ⁵Bacharela em Relações Internacionais e Coordenadora Executiva do IDS; ⁶Produtor Rural orgânico do Descoberto e fundador da Associação de Agricultura Ecológica (AGE); ⁷Empresa especializada em serviços de georreferenciamento e análises geográficas e ambientais, integrante da articulação MapBiomias; ⁸Engenheiro agrônomo com experiência em projetos de desenvolvimento integrado e sustentável e viabilização de cadeias produtivas agroalimentares; ⁹Jornalista e consultora, especializada em soluções para os desafios socioambientais atuais; ¹⁰Diretor Administrativo-Financeiro do IABS.

Este projeto contou com o apoio financeiro da ONU Meio Ambiente (Contrato SB-001147.06.07-32CPL).

Um conjunto de cinco relatórios subsidiaram a elaboração deste documento final. Todo esse material encontra-se disponível nos sites do IDS e IABS.

Como citar: Proposta de Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Bacia do Descoberto. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade e Instituto Democracia e Sustentabilidade, 2018.



Licença Creative Commons

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

SUMÁRIO

- 04** Objetivo do Projeto
- 05** Apresentação
- 07** Escopo: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável - Descoberto
- 11** A transição é viável
- 17** Cronograma



OBJETIVO DO PROJETO

O projeto “Proposta de plano de ação para o programa de desenvolvimento rural sustentável para a bacia do Alto Descoberto” tem como objetivo contribuir com a segurança hídrica e alimentar do Distrito Federal a partir de investimentos em infraestrutura verde e manejo adequado do solo na área da bacia do Alto Descoberto, incentivando a produção agrícola e atividades de turismo em bases sustentáveis.

APRESENTAÇÃO

A bacia do Alto Descoberto é o principal manancial do Distrito Federal, local de onde a Caesb, empresa de saneamento, capta água para abastecer 65% da população distrital. Trata-se de uma área predominantemente rural e com uma relevância ambiental significativa, onde existem 5 Unidades de Conservação. Os recursos hídricos da bacia cobrem e abastecem os territórios do Distrito Federal e do estado de Goiás.

A ocupação da região teve início na década de 1960 a partir da estratégia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de construir um cinturão verde para o Distrito Federal, fazendo com que colônias de agricultores se instalassem na área, a exemplo da criação do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG). A região era estratégica uma vez que apresentava boas condições de solo e relevo, além de disponibilidade hídrica para a prática agrícola. Ademais, a existência de um mercado consumidor próximo também representava um fator positivo para a produção de alimentos naquela região.

A relevância agrícola da bacia do Descoberto se traduz nos dias de hoje em um cultivo anual da ordem de **5,2 MIL TONELADAS DE MORANGO, 9,5 MIL TONELADAS DE GOIABA, 2,8 MIL GRÃOS DE MILHO**, uma produção significativa de carne e leite bovinos, além de outras culturas e cultivos agropecuários.

Atualmente, a característica rural e os serviços ecossistêmicos da bacia do Descoberto enfrentam alguns desafios. O avanço desordenado da ocupação urbana representa a principal ameaça ao uso do solo. Enquanto em 2000, a ocupação urbana representava 4% de toda a área, em 2016 essa participação havia aumentado para 17,6%. O parcelamento irregular e grilagem de terras públicas também avançam sobre a região a uma velocidade rápida.

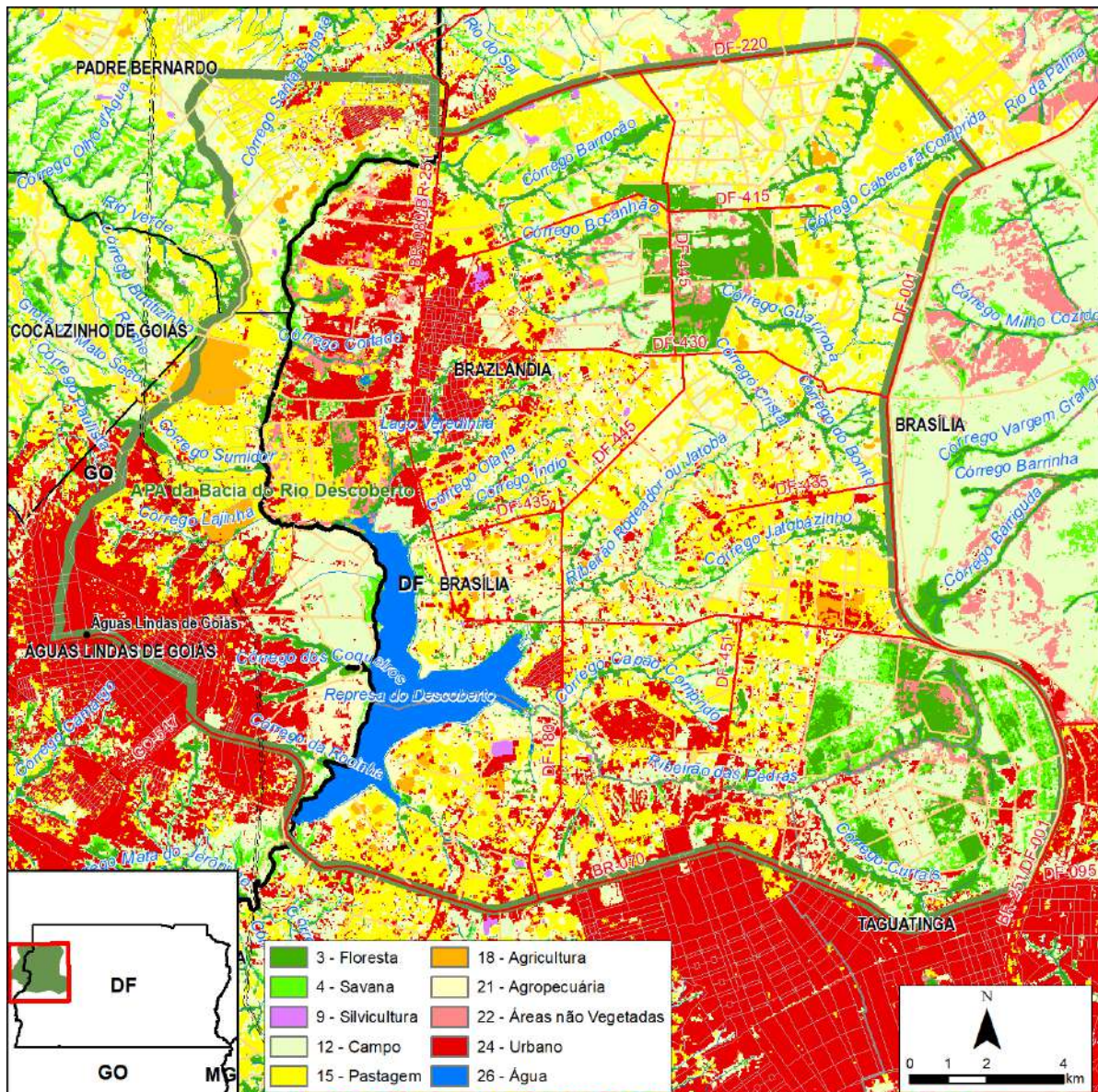
A crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal exacerbou outro elemento crucial para a sustentabilidade local: os usos múltiplos da água e sua utilização de forma eficiente, evitando os desperdícios e usos perdulários. Nesse caso, existe o desafio de harmonizar a equação que, de um lado, observa o princípio da prioridade da água para o abastecimento humano e, de outro lado, considerar que **OS AGRICULTORES SÃO OS GUARDIÕES DA BACIA** e se eles não tiverem condições de produzir, a área corre sério risco com a expansão urbana desenfreada e perder sua característica de ser uma fonte de água.

Tais desafios, entretanto, podem ser superados. As referências exploradas ao longo deste projeto indicam que é possível avançar em direção a uma produção rural pujante, sustentável, que gere renda para as famílias locais e que garanta a capacidade natural de produção de água para seus usos múltiplos. Os exemplos de **NOVA YORK E MUNIQUE** representam inspirações de programas de longo prazo e bem estruturados, com forte protagonismo dos produtores rurais e a viabilização de diferentes instrumentos econômicos para suportar os investimentos necessários. Os trabalhos desenvolvidos no município de **EXTREMA**, na **BACIA DO PIPIRIPAU** e o **PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA** também são referências a serem consideradas, para o apoio técnico e financeiro aos agricultores.

A estimativa de custo apresentada para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da bacia do Descoberto (PDRS) é de R\$539 milhões para um período de no mínimo 10 anos. O mapeamento das fontes financeiras disponíveis demonstrou que é possível viabilizar estes recursos, seja a partir da tarifa de saneamento, de investimentos e compras públicas, de recursos da cobrança pelo uso, de editais, fundos nacionais e internacionais, linhas de créditos, entre outros.

O PDRS do Descoberto se traduz em uma estratégia central de **SEGURANÇA HÍDRICA E ALIMENTAR** para todo o Distrito Federal e parte do estado de Goiás. Garantir a característica predominantemente rural da bacia, apoiar e incentivar práticas de manejo do solo e da água mais inovadoras e sustentáveis e contribuir para a geração de renda local merecem estar no topo da lista das preocupações dos governantes e da sociedade que depende da água e alimentos ali produzidos.

USO E COBERTURA DO SOLO NA BACIA DO ALTO DESCOBERTO (2016)



ESCOPO: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – BACIA DO DESCOBERTO

As propostas que integram o escopo do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Alto Descoberto foram construídas a partir de uma estratégia, que considera tanto a agricultura convencional, melhorando suas práticas, produtividade e eficiência, quanto incorpora o avanço da agroecologia e a agricultura orgânica na região. A perspectiva agrícola considerou igualmente as condições para que esse objetivo seja alcançado, desde a infraestrutura necessária (estradas rurais com boas condições, energia), prevenção de incêndios rurais, apoio técnico para melhoria na produtividade e eficiência produtiva, novas tecnologias de produção, manejo do solo e da água (reaproveitamento de águas de chuva, gotejamento) e incentivos financeiros aos produtores rurais que aderirem às regras do programa.

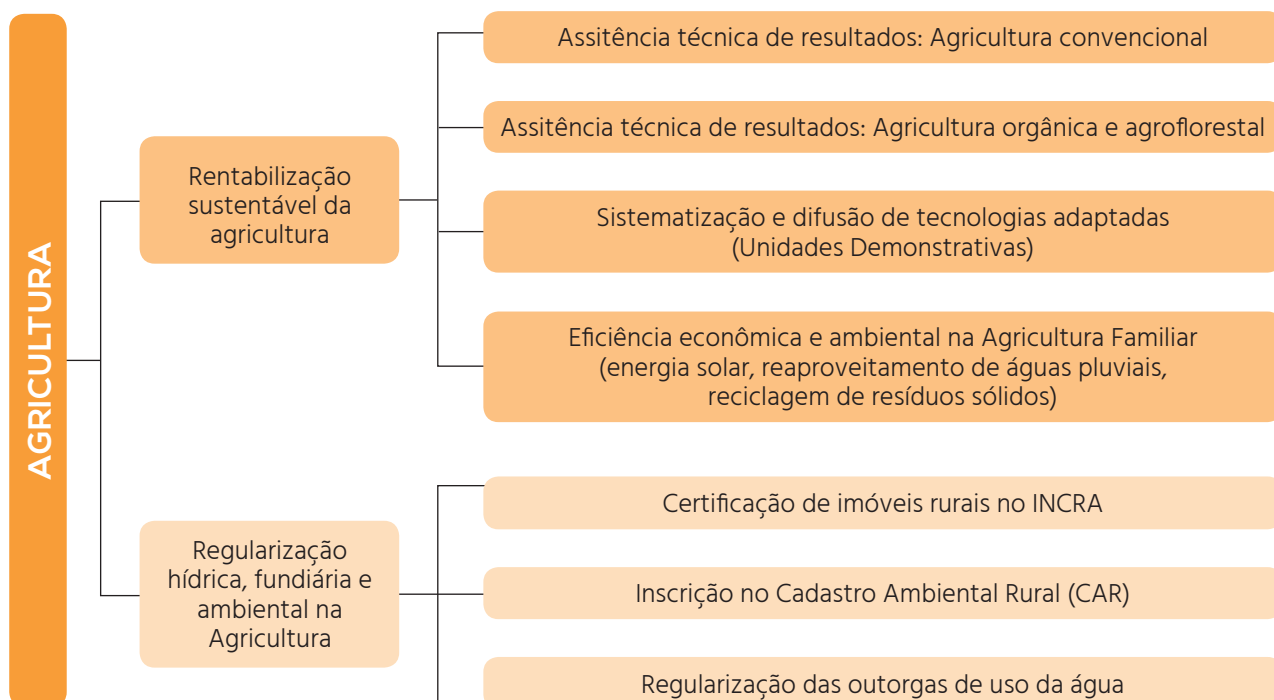
Ademais, também é proposto um plano de ação para conter a expansão urbana e promover a regularização hídrica, fundiária e ambiental. As diretrizes do novo Código Florestal são premissas importantes para o sucesso do programa, desde o Cadastro Ambiental Rural, até as adequações do ponto de vista de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RLs). A regularização das outorgas de direito de uso dos recursos hídricos também é um elemento central para o pleno desenvolvimento da bacia, de modo que a agência reguladora faça um trabalho proativo e considere no âmbito do princípio dos usos múltiplos a fundamental importância da agricultura para a saúde da bacia e a produção hídrica no DF. O PDRS propõe um mutirão de modo que o poder público apoie ativamente e auxilie os pequenos e médios agricultores a se regularizarem.

A estruturação do ecoturismo e turismo local também foi incorporada ao escopo do Programa, representando uma possibilidade de geração de empregos, renda e desenvolvimento sustentável da bacia.

O sucesso do Programa para o Descoberto, à luz das experiências estudadas, envolve o desenvolvimento de uma estratégia robusta de comunicação, que aborde desde questões de comercialização, com selos e certificados de origem, até educação ambiental e a aproximação entre as realidades urbano-rural. Ou seja, um reconhecimento e valorização financeira e não financeira dos serviços prestados na bacia. Brasília precisa conhecer, reconhecer e apoiar o desenvolvimento rural sustentável no Descoberto.

A seguir são apresentados os eixos da proposta do PDRS Descoberto – Agricultura; Meio Ambiente; Infraestrutura/ Segurança Hídrica; Comunicação; e Turismo.

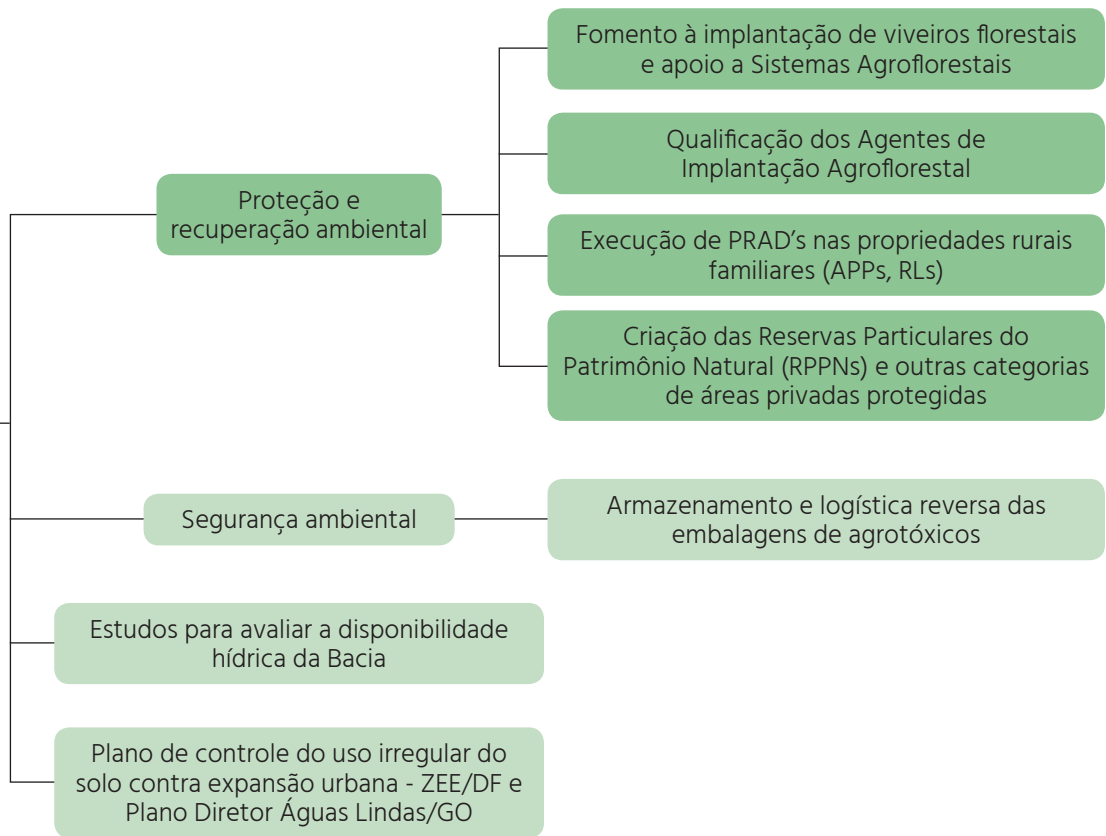
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DESCOBERTO

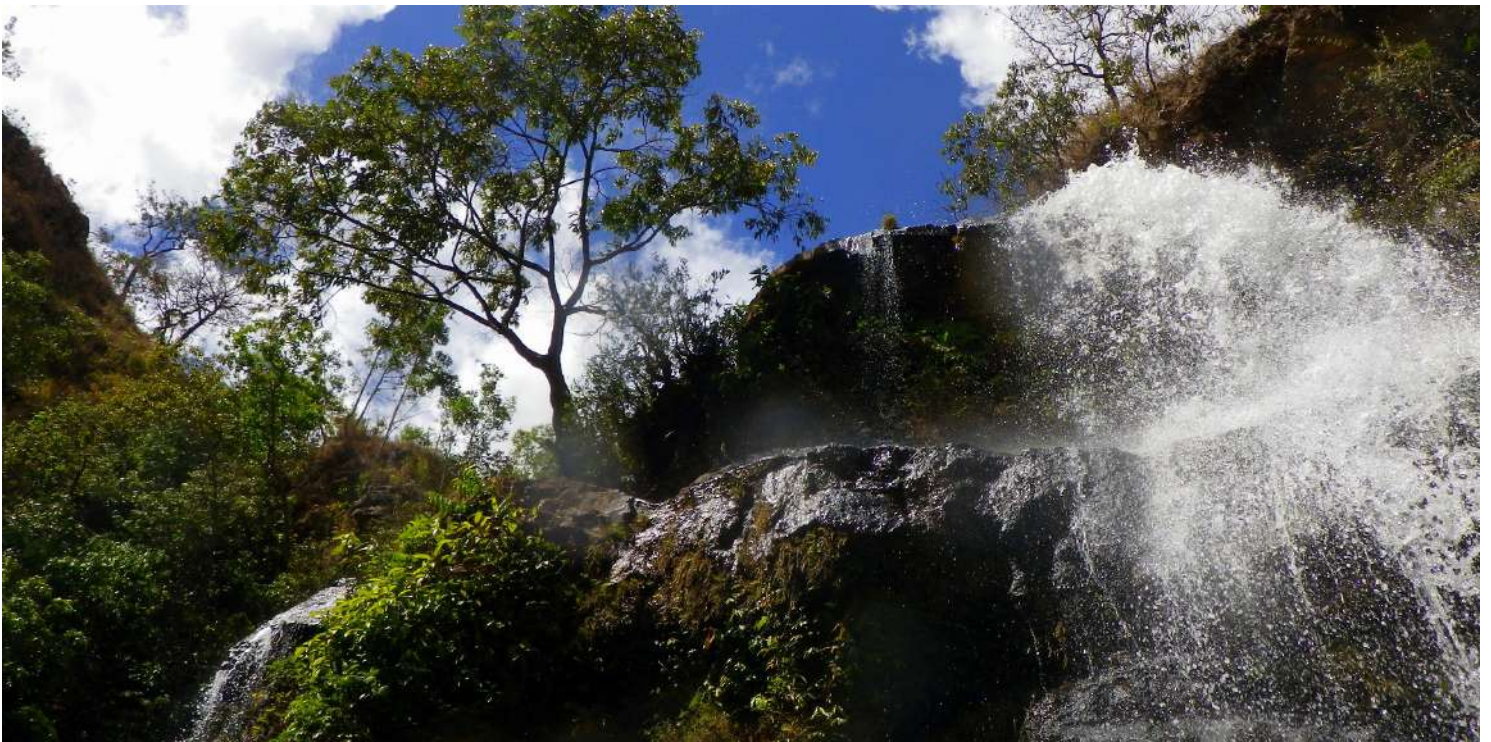
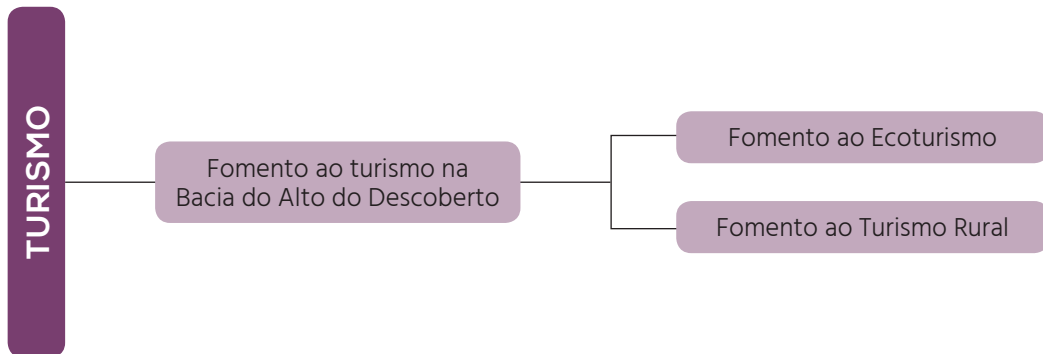
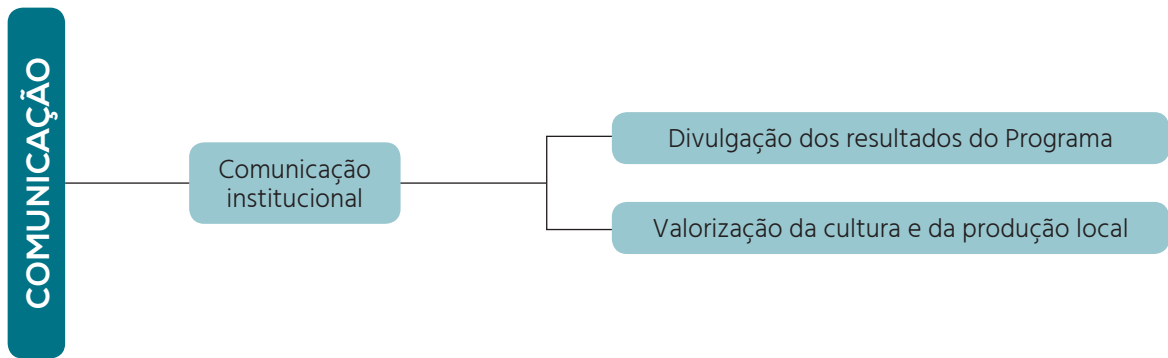
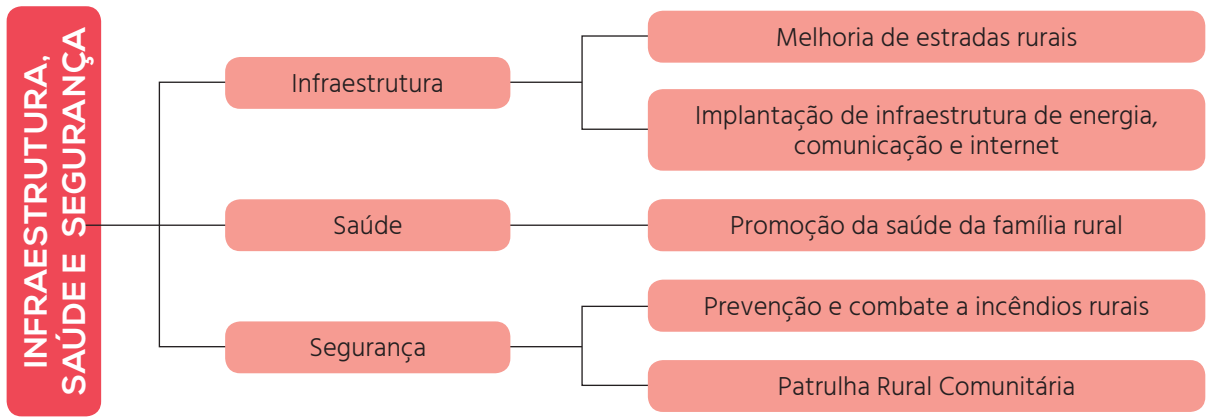


O escopo proposto considera ainda, especificamente na ação de rentabilização sustentável da agricultura, a implantação de 19 Unidades Demonstrativas.

-  Agricultura: Adubação verde; Mandioca; Milho
-  Fruticultura orgânica: Banana; Goiaba; Morango; Limão
-  Horticultura orgânica: Alface
-  Apicultura: Abelhas europeias; Abelhas sem-ferrão; Mel
-  Avicultura orgânica: Corte; Ovos
-  Bovinocultura de leite: Pastejo rotativo
-  Piscicultura: Tilapicultura consorciado
-  Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
-  Sistema Agroflorestal
-  Meio Ambiente: Recuperação de APP e RL; Tratamento de esgotos por Zonas de Raízes

MEIO AMBIENTE





A TRANSIÇÃO É VIÁVEL

O sucesso do PDRS Descoberto deve considerar igualmente a viabilidade das mesmas, seja do ponto de vista da governança e institucionalização/operacionalização do programa, como também a partir da ótica financeira.

Construir um processo de transição para uma agricultura sustentável e de baixo carbono, apoiar e incentivar o desenvolvimento rural sustentável na bacia do Descoberto envolve uma multiplicidade de atores. Ao longo deste trabalho grande parte deles foi citada. Os órgãos gestores das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, as agências reguladoras de recursos hídricos e saneamento, as empresas de saneamento, as secretarias de meio ambiente e agricultura, as empresas públicas de apoio técnico rural, os comitês de bacia hidrográfica, as associações de produtores rurais, todos precisam participar dessa governança.

As experiências exploradas nesse trabalho que obtiveram sucesso demonstram que o poder público precisa liderar o processo de construção do programa, determinando metas e regras de operação, viabilizando recursos financeiros e apoio técnico. Entretanto, um alto grau de protagonismo dos atores locais, em especial os agricultores, representa um elemento central para o bom andamento dos trabalhos.

Do ponto de vista financeiro, as estimativas realizadas apontam a necessidade de um aporte mínimo da ordem de R\$539 milhões ao longo de no mínimo 10 anos. As fontes de recursos financeiros mapeadas indicam que existe recurso disponível para apoiar um trabalho com este escopo. Cada uma das fontes mapeadas apresenta graus diferentes de viabilidade. O orçamento público, por exemplo, depende apenas de vontade política. A destinação de parte do ICMS depende de critérios a serem criados e de uma formulação legislativa inovadora, inspirada no que já existe há décadas em praticamente todos os estados, adaptando o conceito à condição jurídica “distrital” do DF. A tarifa de saneamento depende de um debate sério e que reconheça o papel da infraestrutura verde na produção de água e de uma inovação implementada pela agência reguladora. A cobrança pelo uso ainda precisa ser debatida com os produtores rurais no CBH Paranoá que apesar de serem usuários também são produtores de água e guardiões do uso rural e da proteção contra a expansão desordenada do solo. E, por fim, uma diversidade de linhas de crédito e financiamento também está disponível ou podem ser criadas ou fortalecidas no DF a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Rural que deve oferecer mais recurso competitivo para várias ações como inovação tecnológica em eficiência hídrica na irrigação.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS QUE PODEM VIABILIZAR O PROGRAMA:

Orçamento do DF;
ICMS Ecológico;
Compensação Financeira;
Compensação Ambiental;
Cobrança pelo Uso da Água;
Tarifa de Água e Esgoto;
Programa Produtor de Água
(ANA);

BNDES;
BRB;
BID;
Fonplata;
Global Environment Facility;
International Climate Fund;
PROGETUR.

DIRETRIZES

As diretrizes apresentadas aqui consideram como propósito elencar algumas etapas importantes para a construção e implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como propor um cronograma de atuação.

1. Eleições 2018

O contexto político-eleitoral de outubro de 2018 pode ser considerado uma oportunidade para a população local do Descoberto identificar os candidatos que compreendem e se comprometem com os desafios da bacia e tenham propostas efetivas.

As eleições deste ano abrangem tanto o arranjo político federal quanto estadual e distrital, com candidatos para o Executivo e Legislativo. Vale lembrar que, considerando o contexto do Descoberto, todas estas esferas de poder têm competência e possibilidade de contribuir para o desenvolvimento local, uma vez que, se trata de uma área com águas federais, na divisa de território de dois entes federativos, com demandas multissetoriais, necessidades de novos arranjos legais e a execução de políticas públicas que impactem a realidade do dia-a-dia.

Alguns avanços político-institucionais são necessários para alcançar o objetivo de estimular e induzir o desenvolvimento rural sustentável para a bacia do Descoberto, considerando a região enquanto produtora de água e alimentos e identificando nos produtores rurais um parceiro estratégico. Tais avanços como, por exemplo, viabilizar instrumentos econômicos ou construir a governança necessária para o desenvolvimento do programa de desenvolvimento da bacia, só serão possíveis com apoio político.

Dessa forma, uma etapa de curtíssimo prazo para a estratégia do Descoberto é apresentar essa proposta aos candidatos nas eleições de 2018.

2. Articulação intra e intergovernamental

Uma etapa elementar para a estruturação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a bacia do Descoberto é a organização e aproximação entre os diferentes órgãos, dos diferentes níveis de governos, de modo a tomar as decisões de maneira alinhada. Considerando a região limítrofe entre o Distrito Federal e o estado de Goiás, e o fato das águas do Descoberto serem de dominialidade federal, a princípio, esses três atores teriam de estar articulados entre si.

No caso do exemplo de Nova York e seu programa nos mananciais de Catskill/Delaware a iniciativa foi liderada pelo departamento de saneamento da prefeitura, responsável pela prestação do serviço de saneamento. O órgão se articulou junto à Secretaria de Estado de Agricultura para então construir uma estratégia de diálogo com os produtores rurais.

Ainda que o protagonismo deva ser dos agricultores, o impulso para organizar e viabilizar um programa tem de ser capitaneado por algum órgão de governo que assuma essa liderança. Considerando a realidade do Descoberto, é natural pensar em alguns órgãos tais como ANA, Secima/GO, Sema/DF, Seagri/DF, Emater/DF, Caesb, Adasa, Saneago e Embrapa.

Para que essa articulação se torne realidade, pode-se pensar em identificar iniciativas já em curso, de modo a fortalecê-las e não sobrepô-las. Possivelmente, algum arranjo institucional que reúna estes atores pode ser aproveitado, com a condição de tratar especificamente de um programa de desenvolvimento de longo prazo, com uma natureza abrangente, considerando os desafios da ocupação do território, da produção agropecuária e que consiga viabilizar diferentes instrumentos econômicos que suportem as necessidades econômicas da bacia. Entre outros, a Aliança pelo Descoberto, lançada recentemente em

março de 2018, deve ser considerada, ainda que sua missão atualmente seja limitada à preservação e recuperação ambiental da bacia.

Essa etapa poderia avançar no final de 2018 e começo de 2019, logo após a definição do cenário pós-eleitoral.

4. Diálogo Rural-Urbano

O meio rural do Distrito Federal oferta itens essenciais à vida urbana, entre eles, água e alimento. Uma aproximação entre o mercado consumidor e o mercado produtor é essencial para construir um programa de desenvolvimento. Esse movimento deve ser estimulado pelos órgãos de governo ligados à área de desenvolvimento econômico, aproximando-se das empresas que atuam na bacia do Descoberto e os agentes locais, entre eles, os próprios agricultores.

É desejável que uma estrutura de governança para o programa de desenvolvimento local seja estruturada, um comitê, com os principais atores, a função de cada um e a distribuição de poder entre as diferentes representações.

Esse diálogo rural-urbano tem condições de começar a acontecer já no primeiro semestre de 2019 e terá como competência construir efetivamente as ações do programa de desenvolvimento, desde a identificação de áreas prioritárias, o fortalecimento da produção rural, plano de comunicação com a sociedade e a própria estratégia de comercialização dos produtos.

5. Estratégia de comunicação

Concomitantemente ao início do diálogo rural-urbano, logo no início da construção do programa propriamente dito, é também necessário elaborar uma estratégia de comunicação.

POR QUE O DESCOBERTO É IMPORTANTE?

O QUE É UMA REGIÃO DE MANANCIAL?

QUAIS AS CONDIÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA?

QUAL O PAPEL DO PRODUTOR RURAL NAQUELA REGIÃO?

QUAIS OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL?

QUAIS OS BENEFÍCIOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA?

QUAL A RELAÇÃO ENTRE FLORESTA E ÁGUA?

SE NÃO INVESTIRMOS NO DESCOBERTO HOJE, QUAIS OS CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS?

Essa etapa do trabalho é central para o sucesso do programa, uma vez que permitirá que a sociedade e todos os agentes envolvidos, compreendam a importância do Descoberto, as suas necessidades e desafios.

Essas e outras perguntas precisam ser esclarecidas e projetadas em uma estratégia de comunicação que permita informar de maneira clara e simples suas respostas.

6. Programa Piloto

O trabalho efetivamente no campo tem condição de ser iniciado ao longo do 2º semestre de 2019, com os recursos institucionais e orçamentários disponíveis. De todo modo, um esforço concentrado de captação de novos recursos precisa ser desenvolvido por instâncias competentes para tanto.

As ações de conservação e restauração ambiental, com apoio técnico aos proprietários rurais para adequação às regras do Código Florestal e suporte também dos órgãos gestores das Unidades de Conservação, serão essenciais para garantir a sustentabilidade do programa.

As ações voltadas à produção rural sustentável, instalando as unidades demonstrativas, com apoio da Emater e da Embrapa, permitirão aliar à questão ambiental o componente econômico garantindo a eficiência econômica-ambiental e gerando renda para garantir a condição rural da bacia, seguindo regras de manejo do solo e da água adequados para a preservação da capacidade produtora de água do Descoberto.

7. Certificadora e selos

A estratégia de adequação e valorização dos produtos gerados no Descoberto, inclusive sob o ponto de vista da articulação com agentes privados locais e comunicação com a sociedade urbana consumidora, deve considerar uma linha de atuação de certificação dos produtos agroecológicos e orgânicos, valorizando-os em relação à percepção social e também economicamente.

Outra possibilidade a ser considerada é criar um selo específico para o Descoberto. O selo foi uma das ações implementadas no contexto do programa de desenvolvimento do manancial de Catskill/Delaware em Nova York, definindo um conceito de "territoire" ou garantia de origem.

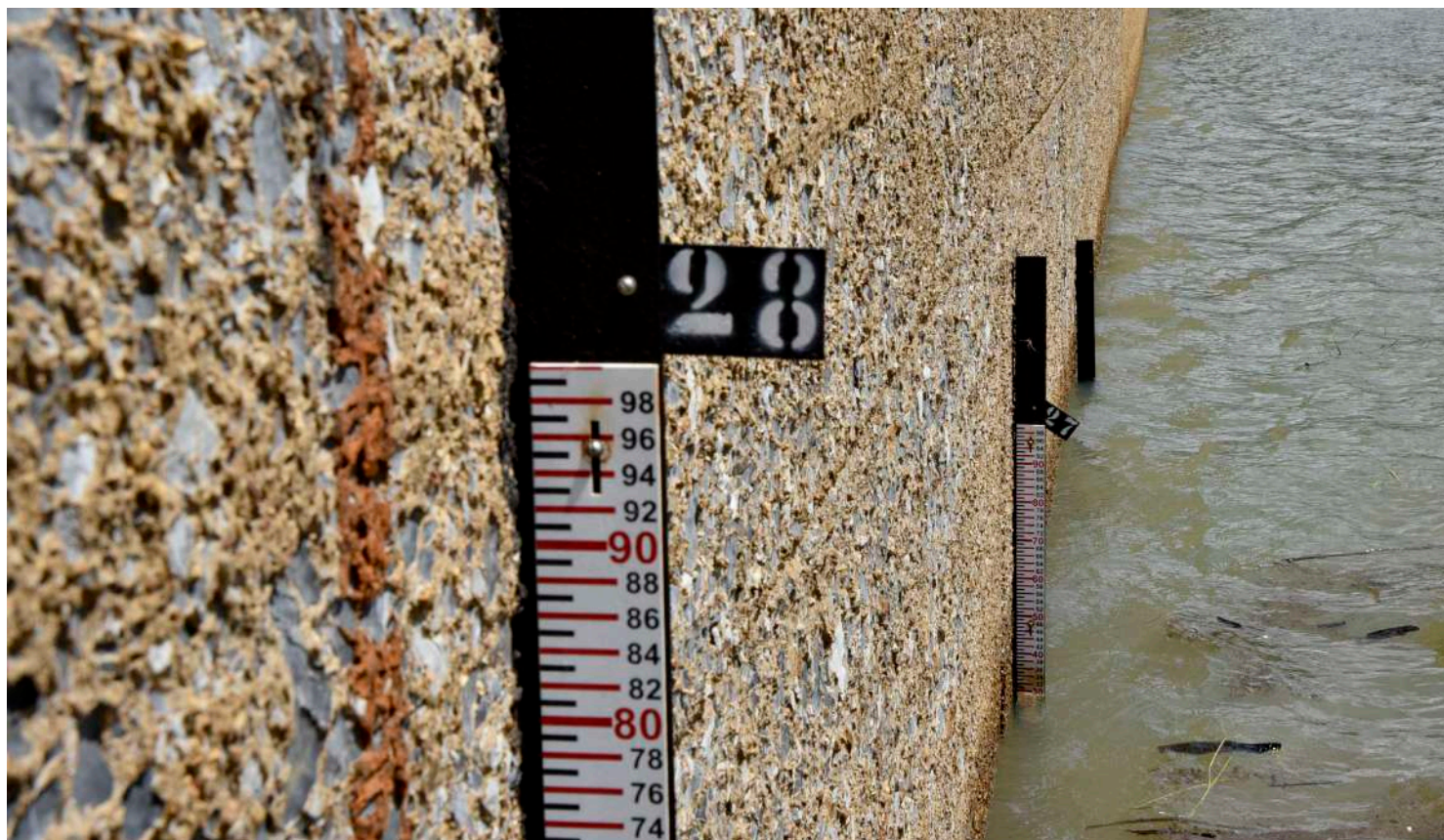
Essa ação deve considerar o fortalecimento e expansão do potencial já instalado localmente no Descoberto como, por exemplo, o trabalho em fase de implementação pela Associação de Agricultura Ecológica (AGE), uma das pioneiras na agricultura orgânica no Distrito Federal.

8. Compras públicas

Um dos principais instrumentos econômicos que podem viabilizar, já no curto prazo e sem grandes impactos orçamentários, o programa de desenvolvimento rural do Descoberto é a compra pública por parte do governo do Distrito Federal e dos governos municipais e estadual do lado de Goiás. As compras públicas de alimentos já realizados por estes entes, direcionadas, por exemplo, para as escolas públicas, poderiam priorizar e fortalecer as iniciativas que tiverem aderido às regras do programa.

Como se trata de um desembolso já previsto nos orçamentos públicos, não haveria necessidade de se criar um novo gasto. Pode haver uma revisão dos critérios para considerar a origem dos produtos rurais em áreas produtoras de água e mananciais, como é o caso do Descoberto. Esse instrumento, portanto, não enfrentaria grandes dificuldades de ser viabilizado, de modo que é possível planejar sua disponibilidade a partir do início de 2020, quando as primeiras unidades demonstrativas já estarão colhendo parte de sua produção, e deveria se manter ativo ao longo de todo programa, inclusive com a possibilidade de que seja expandido para demais áreas de mananciais.

Mais uma vez, essa foi uma estratégia adotada nos casos dos programas de desenvolvimento das áreas de manancial de Nova York e Munique.



9. Revisão tarifária da Caesb

A próxima revisão tarifária da Caesb deverá ser concluída em 2020, quatro anos após o último processo que permite rever toda a metodologia de custo e estrutura do funcionamento da tarifa de saneamento. Assim sendo, estima-se que ao longo dos anos de 2019 e 2020 haverá um debate profundo sobre as novas possibilidades de pensar a tarifa de saneamento no Distrito Federal. Esse processo, coordenado pela Adasa, prevê legalmente momentos de participação social, tais como audiência e consulta pública.

Os exemplos explorados ao longo deste trabalho demonstram que é possível e desejável incluir na precificação da tarifa aportes financeiros para as regiões de mananciais, de modo a promover iniciativas que garantam a perenidade e segurança hídrica. Considerando estas referências e a situação dos mananciais do Descoberto, é importante que essa possibilidade faça parte das possibilidades de inovação da tarifa aplicada pela Caesb.

Conforme demonstrado, a tarifa da Caesb tem um potencial de gerar recursos financeiros relevantes para suportar os investimentos necessários no Descoberto. Algo em torno de R\$ 25 milhões por ano, caso 1,5% da tarifa seja destinado para investimentos em mananciais, com um impacto da ordem de R\$ 2/mês na conta dos consumidores.

O fato de o Descoberto ser o principal manancial de abastecimento do Distrito Federal, responsável por prover água para 65% da população da capital do país, indica a necessidade de articulação entre o setor de saneamento com as demais realidades da bacia, entre elas a parte ambiental, de recursos hídricos e agricultura.

Além do elemento puramente técnico-econômico, a inclusão de um dispositivo dessa natureza está atrelada à estratégia de comunicação do programa de desenvolvimento rural sustentável da bacia, bem como de esforços dos órgãos de governo, em especial da Adasa, de esclarecer à sociedade a importância

desse investimento, de modo que o cidadão comum reconheça o valor e a importância de determinadas condições para que ele tenha acesso à água.

A Caesb é a principal captadora de água do Descoberto, e tem uma capacidade institucional muito forte, de modo que deve ser uma parceria estratégica para o programa.

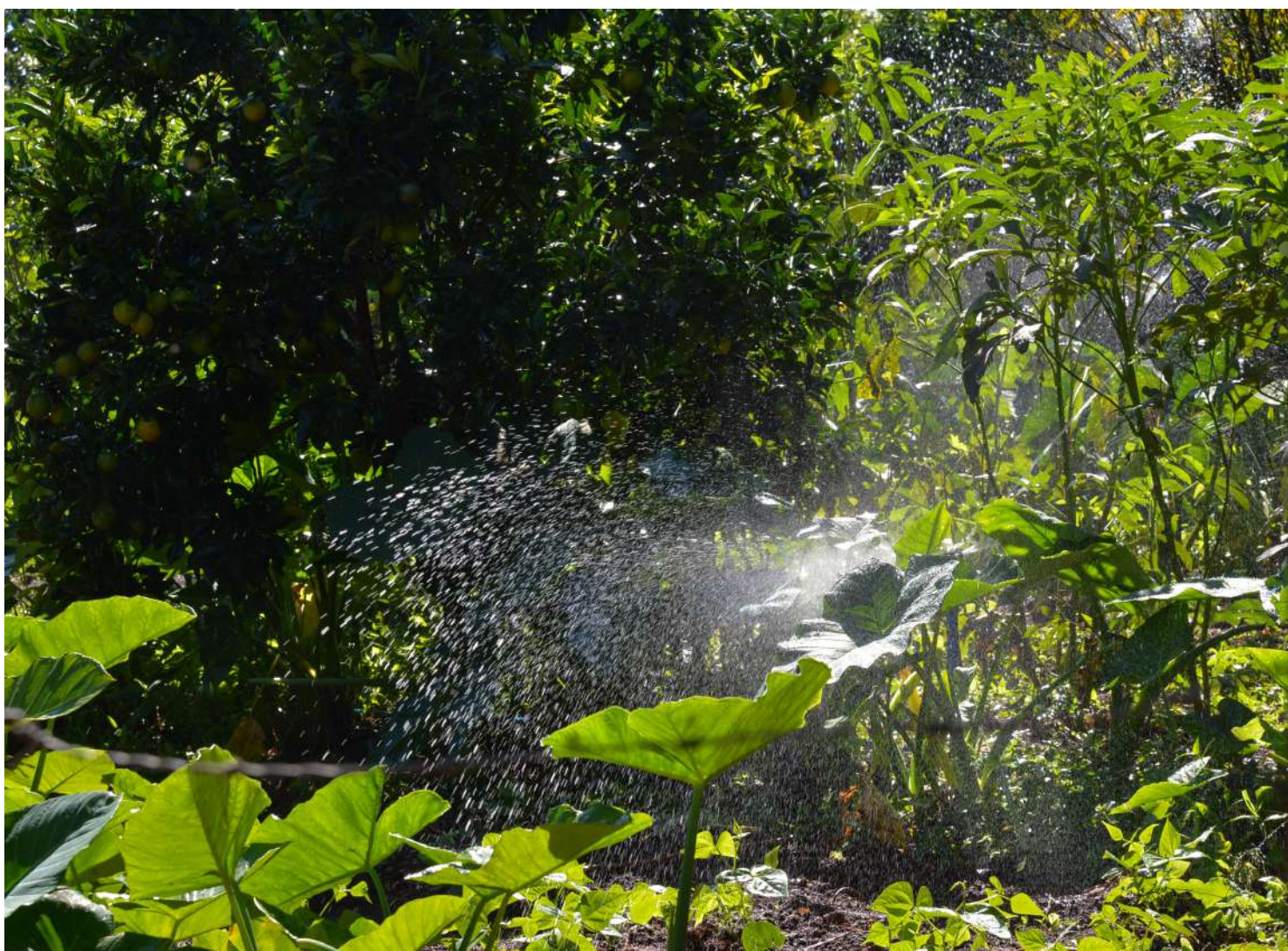
10. Avaliação das metas

Uma das condicionantes do governo, em contrapartida a uma maior liberdade de tomada de decisão dos agricultores ao longo da construção do programa, pode ser o estabelecimento de uma meta mínima de adesão ao final de 5 anos de projeto.

11. Fase 2 do Programa

Após 2 anos do início do programa piloto, com as intervenções ambientais e as unidades demonstrativas produtivas, é desejável que o projeto aumente seu escopo.

Ao avaliar os erros e acertos a abrangência do programa pode ser aumentada para um território maior que a bacia do Descoberto. Espera-se que os avanços da iniciativa impulsionem o interesse de novos produtores a integrar o programa. Incluir novas ações e novos produtores no programa exige viabilizar novos instrumentos econômicos que permitam aportar recursos suficientes para as necessidades, inclusive fundos internacionais (a fundo perdido ou mesmo crédito).



CRONOGRAMA

	2° sem/ 2018	1° sem/ 2019	2° sem/ 2019	1° sem/ 2020	2° sem/ 2020	1° sem/ 2021	2° sem/ 2021	1° sem/ 2022	2° sem/ 2022	1° sem/ 2023	2° sem/ 2023
Eleições 2018	■										
Articulação governamental		■									
Diálogo rural-urbano		■	■								
Estratégia de comunicação		■	■	■							
Certificadora e selos			■	■	■						
Compras públicas				■	■	■	■	■	■	■	■
Fase 1 - Programa piloto			■	■	■						
Revisão tarifária Caesb			■	■							
Fase 2 do Programa						■	■	■	■		
Eleições 2022									■		
Avaliação das metas					■						■



RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030

DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

SÍNTESE II



GRUPO DE TRABALHO
DA SOCIEDADE CIVIL
PARA AGENDA 2030

2018

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030

ORGANIZAÇÃO

GESTOS (Soropositividade, Comunicação e Gênero) | IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade)

TEXTOS

Abong (Associação Brasileira de Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns)

ACT Promoção da Saúde

ActionAid Brasil

Aldeias Infantis SOS Brasil

Artigo 19

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Campanha TTF Brasil

Casa Fluminense

Centro Brasil de Saúde Global

Cineclube Socioambiental "EM PROL DA VIDA"

Climax Brasil

Datapedia

FOAESP (Fórum das ONG-AIDS do Estado de São Paulo)

Fórum Brasileiro da Economia Solidária

Fundação ABRINQ

Fundação Grupo Esquel Brasil

GESTOS (Soropositividade, Comunicação e Gênero)

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos)

IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)

IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade)

Institute of Energy and Environment (IEE/USP)

International Energy Initiative IEI Brasil)

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos)

Instituto Igarapé

METRODS (Observatório Metropolitano ODS)

MNCP (Movimento Nacional das Cidadãs Positivas)

Observatório de Governança das Águas

Ouidoria do Mar

Oxfam Brasil

Parceria Brasileira Contra Tuberculose (STOP TB Brasil)

Plan International Brasil

Programa Cidades Sustentáveis

REBRAPD (Rede Brasileira de População e Desenvolvimento)

Rede MÁ

RNP+ (Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV e AIDS)

Transparência Internacional

Visão Mundial

AUTORIA DO RL 2018 POR ODS

gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2018-autoria/

ORGANIZAÇÕES QUE SUBSCREVEM O RL2018

gtagenda2030.org.br/subscricoes

EDIÇÃO

GESTOS (Soropositividade, Comunicação e Gênero)

Artigo 19

IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade)

DESIGN GRÁFICO

Claudia Inoue e Mariana Coan

DIREÇÃO DE CRIAÇÃO E ARTE

Claudio Fernandes

PATROCÍNIO

Friedrich Ebert Foundation

Plan Internacional Brasil

APOIO

Aldeias Infantis SOS Brasil

Artigo 19

Open Society Foundations



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada.

<http://www.gtagenda2030.org.br>

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030	4
APRESENTAÇÃO	5
ODS 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	6
ODS 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	9
ODS 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	13
ODS 4 Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	18
ODS 5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	23
ODS 6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	28
ODS 7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	33
ODS 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	37
ODS 9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	43
ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	47
ODS 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	51
ODS 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	55
ODS 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	59
ODS 14 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	64
ODS 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	67
ODS 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	71
ODS 17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	75
ACESSO À JUSTIÇA EM PERNAMBUCO – ODS 16	79



SOBRE O GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, GTSC A2030, foi formalizado em 9 de setembro de 2014 e é resultado do constante encontro entre organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras durante o seguimento das negociações da Agenda pós-2015 e seus desdobramentos. Desde então, atua na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030, assim como da Agenda de Ação de Adis Abeba, em âmbitos local, nacional e internacional.

O GTSC A2030 tem cerca de quarenta membros de diferentes setores que, juntos, cobrem todas as áreas da Agenda 2030. O Grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente a Organização das Nações Unidas, promovendo o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão. Para tal, o GTSC A2030 comunica e visibiliza a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o potencial impacto da sua

implementação sobre as pessoas e os territórios, além de reunir, analisar e produzir conteúdos que informam sua incidência e ações de controle social, o que inclui a produção, a cada ano, deste Relatório Luz.

Atualmente o GTSC A2030 é facilitado pelas seguintes organizações: Gestos (*Soropositividade, Comunicação e Gênero*), Instituto Democracia e Sustentabilidade e Aliança de Controle ao Tabagismo e Promoção à Saúde (ACT+).

NOSSOS PRINCÍPIOS

As organizações, redes ou movimentos vinculados ao GTSC A2030 têm como missão a defesa de direitos e bens comuns, ou seja, aqueles cujo benefício não pode excluir qualquer membro da coletividade. O GTSC A2030 se pauta pelos princípios da igualdade, diversidade, solidariedade, respeito à pluralidade, autonomia, transparência e confidencialidade.

Conheça aqui as organizações que compõem o GTSC A2030: <https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>

BRASIL: UM GIGANTE QUE FICARÁ PARA TRÁS?

É com profunda preocupação que o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030, GT SC A2030, apresenta o Relatório Luz 2018. Construído a partir dos dados oficiais disponíveis, ele analisa 121 (das 169) metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aponta que o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030.

Apesar do funcionamento da Comissão Nacional dos ODS¹ – que já conta com seu plano de ação – e o fomento à criação das comissões subnacionais, espaços estratégicos para fomentar a incorporação da Agenda 2030 ao planejamento e implementação de políticas públicas, muito mais há de ser feito para reverter as atuais crises política e econômica nas quais o País está mergulhado.

Os desafios são muitos, estruturantes e complexos. Os orçamentos de políticas e programas importantes para a sociedade e para o meio ambiente estão menores ou zerados, enquanto crescem o endividamento público, a pobreza e a fome. Os abismos sociais entre ricos e pobres se aprofundam, consolida-se a exclusão histórica baseada em raças, etnias, identidade de gênero e orientação sexual; continuam os ataques às Unidades de Conservação, à legislação ambiental. Os índices brasileiros de violência e desigualdades seguem entre os maiores do mundo e os problemas intensificam-se à medida em que as lideranças políticas progressistas não conseguem produzir convergências, a sociedade civil é alimentada por *fake news* e o desmonte dos principais mecanismos de proteção social e ambiental, conquistados ao longo de décadas, avança.

As evidências trazidas por este Relatório, portanto, tornam frágil o discurso dos poderes executivo e legislativo de adesão aos ODS. A flexibilização das leis trabalhistas e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 são símbolos irrefutáveis do descompromisso atual. Aliados à opacidade dos arranjos público-privados e ao rechaço às propostas de tributação progressiva, evidenciam os desafios de implementar uma política econômica voltada à sustentabilidade e ao bem-estar. Quando o governo federal e o Congresso Nacional, não representativos dos perfis de gênero, raça e condição social da população brasileira,

portanto distantes de sua realidade, optam por limitar pelos próximos 20 anos os gastos públicos em áreas críticas como saúde e educação e por manter subsídios a combustíveis fósseis e setores intensivos em emissões de gases de efeito estufa e uso de recursos não renováveis, estão, obviamente, escolhendo o rumo da insustentabilidade e do retrocesso.

É esta realidade que nós, do **GT SC A2030**, trabalhamos para transformar, superando a falta de recursos, a imposição de padrões de funcionamento que limitam nossa ação social a projetos e, cotidianamente, enfrentando grupos privados de grande poder político e econômico cuja relação predatória com o Estado formam barreiras à implementação da Agenda 2030. E é urgente implementar a Agenda 2030, pois é urgente mudar a direção do Brasil. O que queremos é possível e viável: políticas públicas planejadas para curto, médio e longo prazo fundamentadas na equidade e participação, na ética, no respeito aos bens comuns, às pessoas e ao planeta, que resultem, um dia, em sociedades pacíficas e prósperas. Esse futuro, apenas novos arranjos transparentes e inclusivos, entre todos os setores do Estado, poderão nos garantir. Sim, seguiremos articuladas e monitorando essa Agenda, sim, um outro Brasil, sustentável e justo, é possível.

Finalmente, agradecemos – em nome das organizações que escreveram este Relatório Luz 2018 – o apoio das parcerias que o tornaram possível. Esperamos que nossas Recomendações inspirem uma radical mudança de rumo do País, sem a qual o desenvolvimento sustentável ficará apenas em sonhos e metas.

O Brasil tem imensas potencialidades, é um gigante que não pode ser deixado para trás.

Contamos com a sua indignação.

*Alessandra Nilo
Fabio Almeida Pinto*

Co-facilitadores do GT SC A2030

1. Com composição paritária entre sociedade civil e Estado, a Comissão Nacional é a instância máxima consultiva e orienta a implantação da Agenda 2030 no Brasil.

ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ERRADICAR A POBREZA, EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

Não bastará ao País retomar o crescimento econômico para deter a expansão da pobreza e da extrema pobreza, pois o conjunto atual de emendas na Constituição e de leis aprovadas no Congresso Nacional beneficiam os interesses privados e não propõe meios de impedir o processo em curso de transferência de renda da camada inferior da pirâmide social para o seu topo, os 5% mais ricos. A análise deste ODS indica que muitos programas e ações da área social, que vinham contribuindo para a redução da pobreza, sofreram cortes orçamentários drásticos ou foram descontinuados. Seguir este caminho, sem reorientar o modelo de desenvolvimento para um projeto efetivamente social, econômico e ambientalmente sustentável, não permitirá que o Brasil cumpra seu compromisso referente ao Objetivo 1 da Agenda 2030.

Enfrentar a extrema pobreza e a pobreza no Brasil (**Meta 1.1**)² passa obrigatoriamente por enfrentar as

desigualdades – raciais e étnicas, de gênero e regionais, entre outras – que se abrigam em diversas modalidades da pobreza. Até 2014, o Brasil foi exitoso e atingiu antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza, rota interrompida com a mudança das forças políticas que governam o País. Uma das ações mais opostas à Agenda 2030 promovida pelo atual governo foi a aprovação, em dezembro de 2016, da Emenda Constitucional 95, que limitou o aumento dos gastos públicos à variação da inflação por vinte anos, seguida por uma série de outras propostas ao Congresso Nacional, algumas já aprovadas, como a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) a mais danosa aos interesses e direitos dos e das trabalhadoras pois, entre outras coisas, rebaixa a capacidade de negociação dos sindicatos e fragiliza o Trabalho diante do Capital, num contexto de crise e ameaça de desemprego (ver detalhes no capítulo sobre **ODS 8**, desta publicação). A Lei da Terceirização também seguiu a mes-

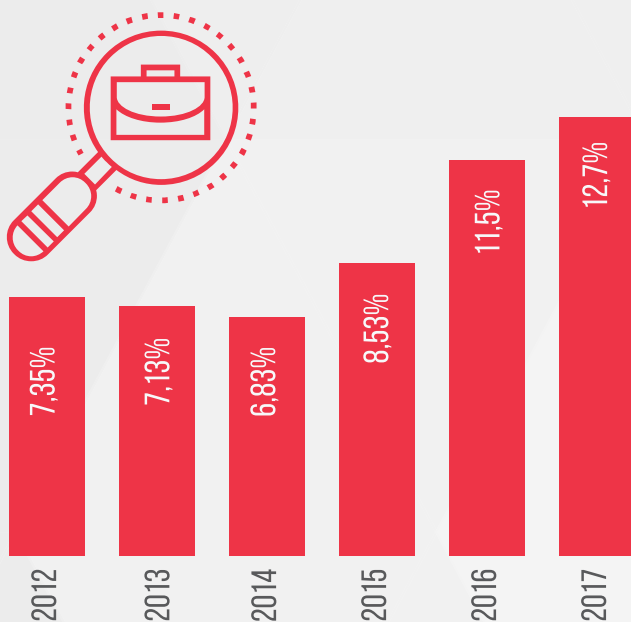
2. Meta 1.1: Até 2030, erradicar a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 por dia) para todas as pessoas em todos os lugares.

ma direção, fazendo-nos voltar a condições similares às de setenta anos atrás.

Assim, em vez de implementar medidas e sistemas de proteção social apropriados, incluindo pisos para atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis até 2030 (**Meta 1.3**), a atual proposta de Reforma da Previdência baseia-se na falsa hipótese de que o modelo previdenciário vigente é responsável pelo déficit público e compromete o futuro de quem contribui. Tal proposta sofreu tamanha rejeição da sociedade que, por enquanto, ainda não avançou.

Enquanto isso, a política fiscal adotada atingiu gravemente a receita e alongou a recessão iniciada anos antes, nos colocando na direção contrária às **Metas 1.4³ e 1.5**. Os investimentos públicos se tornaram exíguos, ao mesmo tempo em que os aguardados investimentos privados pouco apareceram. Desse conjunto de políticas contracionistas e frustrações de expectativas resultou um quadro de desemprego, que muito impacta a população negra e as mulheres, que inverteu a tendência mantida até 2014, quando quase chegou à situação de pleno emprego: 2017 teve o pior resultado, com o gravíssimo índice médio de

Tabela 1. **BRASIL - TAXA DE DESOCUPAÇÃO - 2012/17**

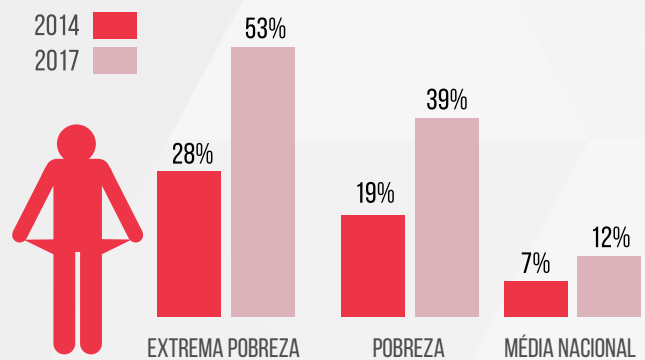


Fonte: IBGE – Pnad Contínua

12,7% de trabalhadores desocupados (Tabela 1).

Pior ainda é a situação da população em condição de pobreza e extrema pobreza, com enorme dificuldades em se colocar no mercado de trabalho e com taxas elevadíssimas de desocupação, o que agrava ainda mais sua condição de vulnerabilidade. O Gráfico a seguir (1) mostra os resultados correspondentes ao indicador do percentual da população empregada abaixo da linha internacional de pobreza de US\$1.90 por dia (trabalhadores pobres).

Gráfico 1. **TAXA DE DESOCUPAÇÃO PARA EXTREMA POBREZA, POBREZA E MÉDIA NACIONAL - 2014/17**



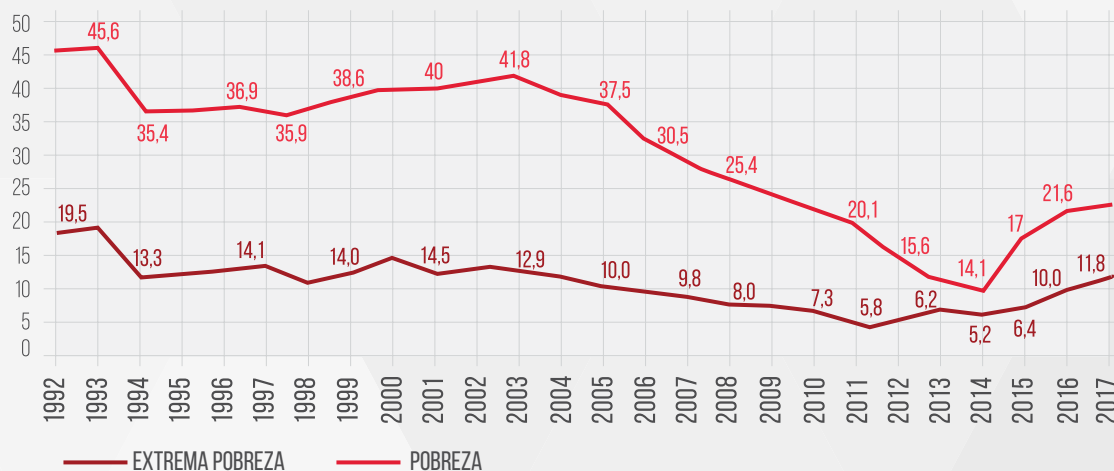
Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2014 e 2017

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua, no módulo de Rendimentos, divulgado pelo IBGE, comprova o acelerado crescimento da pobreza e da extrema pobreza nos dois últimos anos. O Gráfico a seguir (2), correspondente ao indicador que se refere ao percentual da população abaixo da linha nacional de pobreza e demonstra esse quadro.

Os dados mostram que, em relação à extrema pobreza, o país volta aos números de 2005 e, em relação à pobreza, aos de 2009. Ou seja, houve uma perda que se deu em tempo bem mais rápido do que o tempo levado para avançar. A pesquisa mostrou ainda que os 10% mais bem remunerados detinham 43,3% da massa de rendimentos, enquanto os 10% de menor renda ficaram com apenas 0,7% desta. O 1% mais rico teve rendimento 36,1 vezes maior do que o rendimento médio da metade de baixo da pirâmide social.

3. Meta 1.4: Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente aqueles mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

Gráfico 2. **BRASIL - POBREZA E EXTREMA POBREZA (MILHÕES) - 1992/2017**



Fonte: IBGE-PNAD Contínua (a partir de 2012); IBGE/PNAD (de 1992 a 2012)

Importante notar que a pobreza também se acentua a partir do modelo econômico, ancorado – entre outras monoculturas primárias –, no extrativismo mineral, que cresce de forma acelerada, incentivada e desorganizada em determinadas regiões, gerando graves impactos socioeconômicos, com forte aumento da desigualdade e gerando um crescimento econômico que concentra a renda. O crescimento populacional nessas áreas, advindo das migrações, é acompanhado pela carência de serviços básicos, pela grande especulação

imobiliária, pela ocupação irregular do solo, pelo aumento da exploração sexual (sobretudo de adolescentes) e das violências, seguido de declínio das atividades tradicionais. Tal movimento alimenta a dependência da continuidade da atividade extrativista e desorganiza a economia e culturas locais. Esse é um panorama típico de regiões que vivenciam um *boom* nos preços de *commodities*⁴, o que nos indica que a atividade contribui para ampliar a pobreza e as desigualdades nos microterritórios onde se instala.

RECOMENDAÇÕES

Para não deixar ninguém para trás e retomar o avanço das políticas distributivas e da assistência às pessoas mais pobres, exigimos ações coordenadas e interdependentes, como:

1. Convocar plebiscito revogatório das emendas constitucionais e legislações contrárias aos interesses populares (EC-95; Lei 13.467- Reforma Trabalhista, Lei 13.429 e Lei da Terceirização).
2. Reconstruir as políticas de enfrentamento da pobreza e das desigualdades no meio rural, com representativa participação social de agricultores familiares, camponeses, assentados de reforma agrária, populações indígenas, extrativistas, quilombolas e populações tradicionais, mulheres e juventude, com reativação institucional e aporte

orçamentário necessários ao conjunto de programas e ações correspondentes.

3. Construir política que assegure a inserção social e econômica da juventude rural, tais como o acesso à terra, à educação contextualizada e aos canais de comercialização.
4. Assegurar a ampliação do orçamento para viabilizar apoio técnico e financeiro, conforme as peculiaridades regionais e territoriais em todo o país.
5. Reformar a legislação tributária, introduzindo mecanismos de tributação progressiva.
6. Prosseguir na recuperação do valor real do salário mínimo.
7. Abordar a pobreza a partir da perspectiva multidimensional, incluindo nas políticas e em todos os programas para seu combate os diversos marcadores sociais que reforçam as condições de pobreza, tais como raça, etnia e gênero.

4. São bens usados em escala industrial cujos preços são definidos via bolsa de títulos financeiros de alcance global.



ODS2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

RESUMO EXECUTIVO:

Em 2017, nosso Relatório Luz⁵ afirmou que os avanços contra a fome foram possíveis via combinação entre processos de desenvolvimento com inclusão social e a implementação bem sucedida de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, estratégia que começa a parar em 2015 e sofre uma inflexão a partir de 2016. Advertimos que o Brasil poderia retornar ao *Mapa da Fome*, do qual saíra em 2014, como reconhecido pela ONU. Os dados necessários para confirmar tal advertência serão disponibilizados em 2019⁶, mas as preocupações aumentam diante do avanço das tendências identificadas em 2017.

A vulnerabilidade à fome está diretamente relacionada com a condição de extrema pobreza – e, como analisado no **ODS 1** deste relatório, tal condição se agrava com a perda de direitos sociais e a crescente omissão do Estado em garantir proteção social aos grupos mais vulneráveis. Desde 2016, acentuam-se os cortes orçamentários nos programas de segu-

rança alimentar, no apoio à agricultura familiar e camponesa e na regularização dos territórios indígenas e quilombolas. Com a crise econômica nacional, alguns programas estaduais e municipais vêm sendo descontinuados, agravando ainda mais o quadro de desproteção dos mais pobres. Programas de distribuição de alimentos, que antes já vinham sendo reduzidos, estão sendo extintos, ao mesmo tempo em que vários equipamentos, como é o caso de restaurantes populares, têm sido fechados por causa da crise. Registre-se, ainda, a situação de crescimento acelerado de refugiados nas fronteiras do país (ver **ODS 10**), que passam a ser um novo grupo com grande vulnerabilidade à fome.

Um conjunto de ações criadas ou fortalecidas nos últimos quinze anos, decisivas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER), tornaram-se vítimas do atual desmonte de políticas para a agricultura familiar e camponesa, atestando que o Brasil está na contramão da **Meta 2.1**⁷.

5. <http://www.gtagenda2030.org.br/2017/10/24/relatorios-luz-sintese-e-completo>. 6. A pesquisa que utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) será aplicada no segundo semestre de 2018, junto com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Seus resultados serão anunciados em 2019. 7. Meta 2.1: Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular pobres e em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Em 2012, por exemplo, o PAA executou R\$ 800 milhões e atendeu 180 mil agricultores. Em 2016 seu contingenciamento reduziu esse total a 75 mil e, em 2017, um novo contingenciamento promoveu um drástico corte, baixando o número de agricultores beneficiados para 25 mil. Em 2018, a perspectiva é praticamente de extinção, com um orçamento de R\$ 750 mil. A PNATER, por sua vez, particularmente importante para a agricultura familiar por estimular o desenvolvimento sustentável e a produção de base agroecológica – e também por ser a porta de entrada para o acesso desses agricultores a outras políticas públicas – teve, em 2018, um corte orçamentário de 85% em relação a 2017, que já havia sido significativamente reduzido. Tais perdas terão efeitos muito negativos para a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

São várias as barreiras para que o Brasil alcance a **Meta 2.3**⁸, entre elas o ataque aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no Brasil para quem, apesar dos avanços até 2015, a segurança alimentar e nutricional nunca chegou de fato. O direito à terra é a questão mais crucial para essas populações: os processos de demarcação e titulação das terras indígenas e dos territórios quilombolas permanecem estagnados, enquanto multiplicam-se mandados judiciais de reintegração de posse aonde existem conflitos fundiários, resultando no agravamento da violência local. Além disso, há crescente enfraquecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), bem como significativa redução

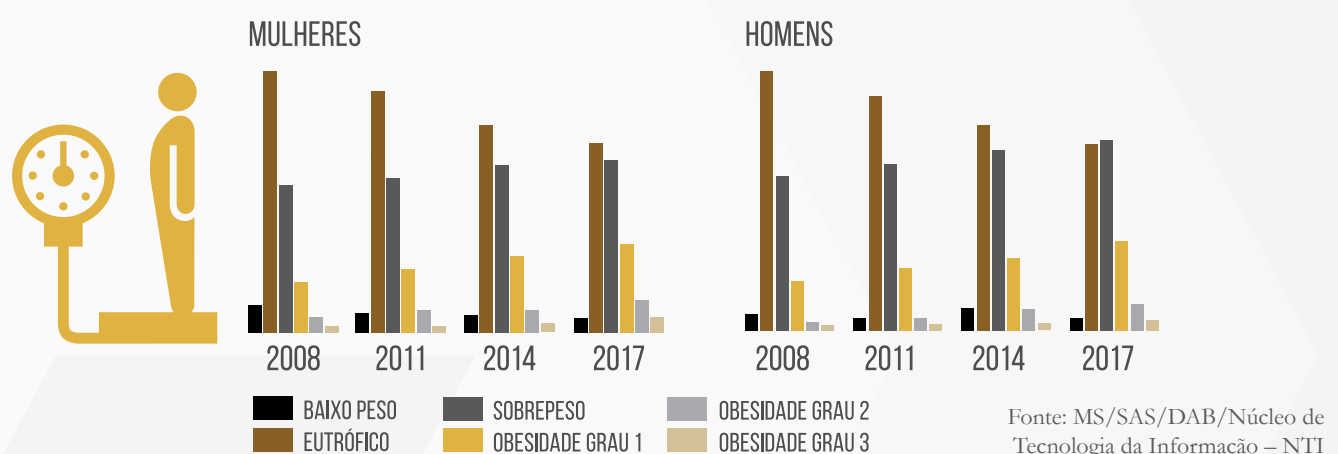
(e até extinção) de rubricas orçamentárias de programas específicos destinados a estas populações. O Programa Bolsa Verde⁹, por exemplo, de grande importância para os pequenos extrativistas na região amazônica, teve seus recursos orçamentários zerados para 2018 e foi extinto.

Tal realidade de desafios e violência empurra os povos indígenas, as populações e comunidades tradicionais para a condição de maior vulnerabilidade frente à fome, hoje, no Brasil.

Alcançar a **Meta. 2.2**¹⁰ também exigirá esforço dobrado: a desnutrição e o baixo peso seguem como desafios persistentes no Brasil. Em 2015, 326.262 crianças menores de 5 anos apresentavam baixa estatura para a idade (7,1% do total nessa faixa etária) e outras 249.286 (5,4%) foram classificadas como muito baixas para a idade. Em 2016 os números absolutos cresceram para 327.217 crianças (6,9%) e 270.540 crianças estavam com muita baixa altura em relação a idade (5,7%). Também houve aumento da desnutrição grave. Em 2015, 132.182 (2,9%) crianças menores de 5 anos estavam com peso baixo para a idade, e 51.335 (1,1%) tinham muito baixo peso para a idade. Em 2016, estes números foram 139.764 (3,0%) e 59.116 (1,3%) respectivamente.

Segundo o Ministério da Saúde a **tendência ao crescimento do sobrepeso e obesidade se confirma a cada ano**, numa progressão lenta, mas também contínua nos últimos dez anos (Tabela 1). Ao mesmo tempo, o baixo peso cumpriu em dez anos uma trajetória inversa, o que pode se atribuir ao maior acesso à alimentação, propiciada

Gráfico 3. **BRASIL - ESTADO NUTRICIONAL - ADULTOS - IMC EM %**

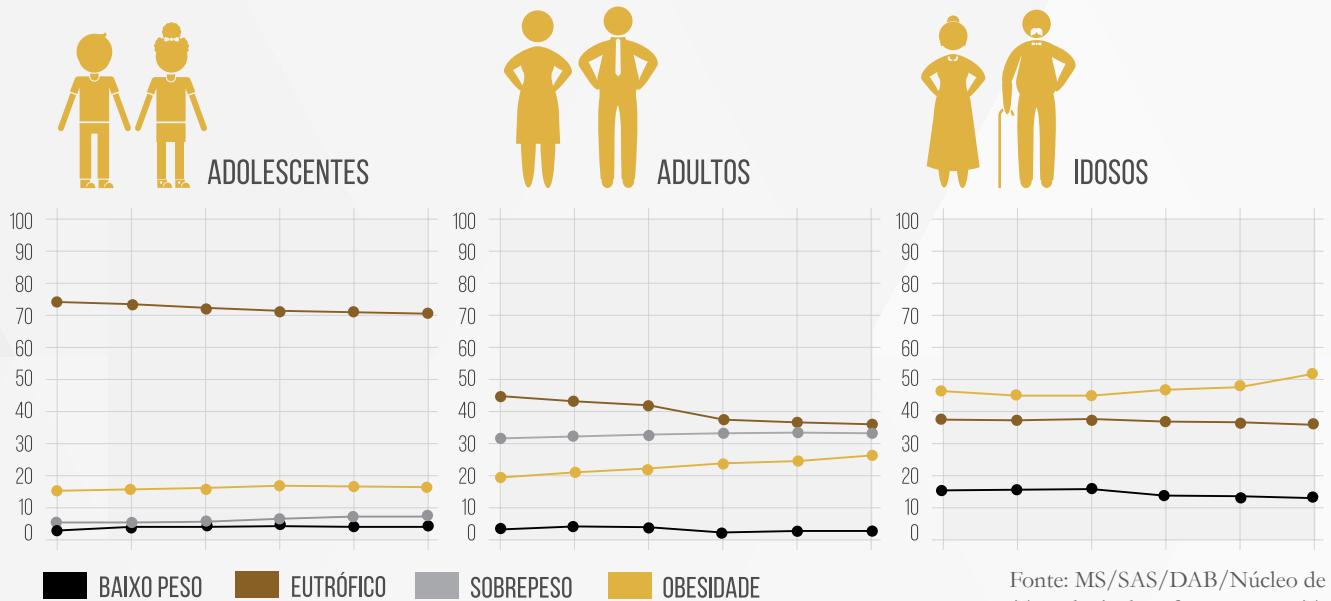


8. Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola. 9. <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde> 10. Meta 2.2: Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

pelas políticas implementadas a partir de 2003. Na contramão do que necessita ser feito, programas estratégicos no campo da saúde têm sido fragilizados, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e os de suplementação de Vitamina A

e Ferro. Por outro lado, persiste a abordagem com viés biológico nas iniciativas de educação alimentar e nutricional, desconsiderando outras dimensões como as relacionadas à produção, abastecimento e meio ambiente.

Tabela 2. **BRASIL. ESTADO NUTRICIONAL DOS INDIVÍDUOS ACOMPANHADOS POR PERÍODO, FASE DO CICLO DA VIDA E ÍNDICE - IMC X IDADE**



Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Comer com qualidade no Brasil custa caro, o que é um problema. A alimentação consome mais do que a metade do orçamento doméstico, inexistindo uma política efetiva de isenções de impostos da cesta básica. Assim, a maior parte da população antes de diminuir o volume consumido opta por alimentos densamente calóricos e mais pobres em nutrientes por serem mais baratos.

A água é um bem comum e determinante central para segurança alimentar e nutricional. Seus mananciais não poderiam ser objeto do atual projeto nacional de privatização, que inclui as vendas de companhias estaduais de água e saneamento. No semiárido nordestino, o Programa de Cisternas, apesar de premiado internacionalmente, teve seu orçamento reduzido e os recursos repassados pela União em 2017 corresponderam apenas a 8,1% do valor recebido em 2014, o que indica a destruição de uma política pública gerida por organizações da sociedade civil. Ameaça não menos importante é a poluição dos recursos hídricos e a contaminação por agrotóxicos e resíduos industriais, num contexto de agravamento

das condições socioambientais que fustigam o País.

Tal realidade é obstáculo ao alcance da **Meta 2.4**,¹¹ e, no mesmo sentido, preocupa o movimento pela “flexibilização das leis ambientais” no Congresso Nacional para que um substitutivo do Projeto de Lei 3.729/2004, defendido pelo agronegócio e pela bancada parlamentar que defende a pauta de grandes proprietários de terras (ruralistas), mude significativamente as regras de licenciamento para as atividades agropecuárias, criando a categoria do licenciamento “autorregulatório” e repassando para os estados e municípios a definição sobre as regras de licenciamento ambiental. Outra ofensiva grave contra a alimentação saudável é o Projeto de Lei 3.200/2015 que visa substituir a lei de agrotóxicos vigente e passar a denominá-los como “defensivos fitossanitários”, submetendo os atos do Ibama e da Anvisa aos pareceres técnicos da Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito). O projeto ainda autoriza a liberação de agrotóxicos genéricos.

11. Meta 2.4: “até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo”.

RECOMENDAÇÕES

1. Mapear e identificar nas áreas e territórios indígenas e quilombolas as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional grave e moderada, priorizando-as para a demarcação e titulação dos territórios.
2. Adotar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019 como referência para a política no setor.
3. Reinstaurar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e assegurar arcabouço institucional apropriado para o conjunto de políticas e programas que antes eram de sua responsabilidade.
4. Reverter a atual configuração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), para que volte a ser espaço de participação dos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas.
5. Reconfigurar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para que assuma o papel institucional de garantia do abastecimento alimentar do país.
6. Fortalecer a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/Anater e regularizar o seu Conselho Assessor Nacional, garantindo a participação das OSC da agricultura familiar e camponesa.
7. Reinstaurar a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura.
8. Revitalizar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e suas unidades descentralizadas para que retome seu papel de instituição responsável pela gestão de políticas indigenistas, com atuação nos programas de agricultura familiar e compras públicas para povos indígenas.
9. Atualizar os índices de produtividade necessários à fiscalização do cumprimento da função social da propriedade e a regulamentação administrativa da desapropriação por descumprimento da função social nas dimensões do trabalho, meio ambiente e bem-estar social.
10. Retomar a busca ativa e mapeamento dos grupos mais vulneráveis e em situação de insegurança alimentar grave, incorporando-os no Cadastro Único e garantindo-lhes imediato acesso aos programas.
11. Descontingenciar o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e ampliar as compras públicas da agricultura familiar até a meta de R\$ 2,5 bilhões.
12. Priorizar orçamentária e institucionalmente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) impulsionando programas e ações indutores da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.
13. Aprovar e implementar o PL 6.670/2016, sobre a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara) e rejeitar o PL 3.200/2015, que substitui a lei de agrotóxicos vigente.
14. Recompôr o orçamento do Programa Água para Todos, com foco no prosseguimento do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).



ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODAS AS PESSOAS, EM TODAS AS IDADES

Desde a década de 1940, a expectativa de vida do Brasil vem aumentando, resultado de campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, incentivo ao aleitamento materno, programas de agentes comunitários de saúde e de nutrição infantil, associados às melhorias nos indicadores econômicos e sociais, como ampliação dos anos na escola, saneamento básico e enfrentamento à pobreza. No entanto, várias medidas em curso ameaçam estas conquistas e indicam retrocessos. O acesso à saúde da população brasileira será duramente impactado, por exemplo, pela Emenda

Constitucional 95 que, se não revogada, impedirá o alcance dos compromissos assumidos com relação à Agenda 2030.

Houve melhoras nos dados de **mortalidade materna**¹² (Meta 3.1¹³, 3.2¹⁴ e 3.7¹⁵): em 2017 registrou-se 57.560 óbitos versus os 63.590 de 2015, mas estes índices são ainda significativamente altos. Apesar das regiões mais pobres continuarem com as piores taxas, devido às suas condições socioeconômicas e de raça/cor, a mortalidade infantil caiu 3,7% entre 2015 (de cada mil nascidos vivos 16,1 não completaram os 5 anos de idade) e 2016 (15,5 mortes por mil

12. Fontes: Painel de Mortalidade do Ministério da Saúde, atualizado em 2018. Tem como fonte o Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM; A Criança e o Adolescente nos ODS: marco zero dos principais indicadores brasileiros (ODS 1, 2, 3 e 5). Fundação Abrinq; São Paulo, 2017; ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf; *Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS*, 1/12/17 13. Meta 3.1: Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global (< 70 mortes por 100.000 nascidos vivos) 14. Meta 3.2: Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12/1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25/ 1.000 nascidos vivos. 15. Meta 3.7: Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. 16. Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

nascidos vivos). Em 2017, foram registrados 22.349 óbitos (cerca de 78% destes neonatal) e, destes, 1,5% ocorreu na população indígena. Em 2015, 18,1%, das mães tinham menos que 19 anos e ao menos um em cada cinco partos foi de mãe adolescente. Destas, a cada cinco, três não trabalhavam ou estudavam; sete, em cada dez, eram negras e cerca da metade vivia no Nordeste.

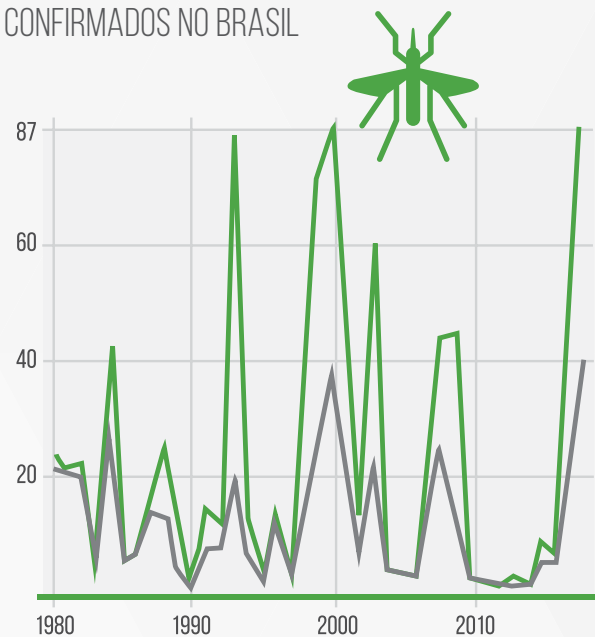
Sobre as **doenças transmissíveis (Meta 3.3¹⁶)**, entre 1980 a 2017¹⁷, o Brasil registrou 882.810 casos de AIDS. Apesar da terapia antiretroviral ser disponibilizada universalmente (ainda que com falhas na distribuição e acesso) e apesar da queda na mortalidade (que passou de 5,9 para 5,2 óbitos por 100 mil hab. no período), a situação preocupa. Há coeficientes acima da média em vários estados da federação e, entre 2006 e 2016, a incidência quase triplicou entre os homens de 15 a 19 anos (de 2,4 para 6,7 casos por 100 mil hab.), passando de 16 para 33,9 por 100 mil/hab. entre a faixa de 20 a 24 anos. Houve aumento também entre as mulheres na faixa de 15 e 19 anos (de 3,6 casos para 4,1 por 100 mil hab.); as gestantes com HIV passaram de 2,1 casos por 1.000 hab. para 2,6 por mil no período. Em 2016, a prevalência do HIV entre homens que fazem sexo com homens (HSH) foi de 19,8% na faixa acima dos 25 anos e de 9,4%, na faixa de 18 a 24 anos; entre os conscritos a taxa foi de 0,12%. A população de travestis e mulheres *trans* apresentou prevalência de 30% em 2017¹⁸ e a transmissão vertical foi responsável por 20,5% dos casos de HIV em crianças menores de 5 anos, dados que indicam uma grave crise na resposta brasileira ao HIV, antes considerada um exemplo para o mundo.

Em 2017 o Brasil registrou 69,5 mil novos casos de tuberculose (TB), dos quais 13.347 foram de pessoas que voltaram ao sistema por abandono do tratamento ou por sofrerem algum insucesso terapêutico. O Brasil é responsável por 33% das pessoas vivendo com TB nas Américas e tem 33,5 casos de TB por cada 100 mil habitantes, taxa bem acima da meta da Organização Mundial de Saúde (10 casos/100 mil). Segundo o Ministério da Saúde, a população privada de liberdade respondeu por 10% dos novos casos. Tivemos 4.426 óbitos por TB e a proporção da coinfeção TB-HIV foi de 9,4% em 2016

– 6,5 mil, dos 69 mil novos casos de TB foram positivos para o HIV. Verifica-se uma redução média anual de 2% nas mortes de 2007 a 2016.

Sobre as **doenças tropicais negligenciadas**, depois de sete anos em queda, a **malária volta a crescer**: de cerca de 143 mil casos em 2015 para 194 mil em 2017. A área endêmica da doença é focada na região amazônica, afetando populações historicamente mais vulneráveis. O número de casos e de mortes por Febre Amarela também cresceu: 464 casos e 154 óbitos entre julho/2017 e fevereiro/2018, causando insegurança na sociedade. Com relação às infecções pelos vírus da dengue, chikungunya e zika, após a grave crise em 2016, houve queda significativa de casos em 2017, conforme mostra o gráfico 5. Ressaltamos, contudo, que a resposta governamental à

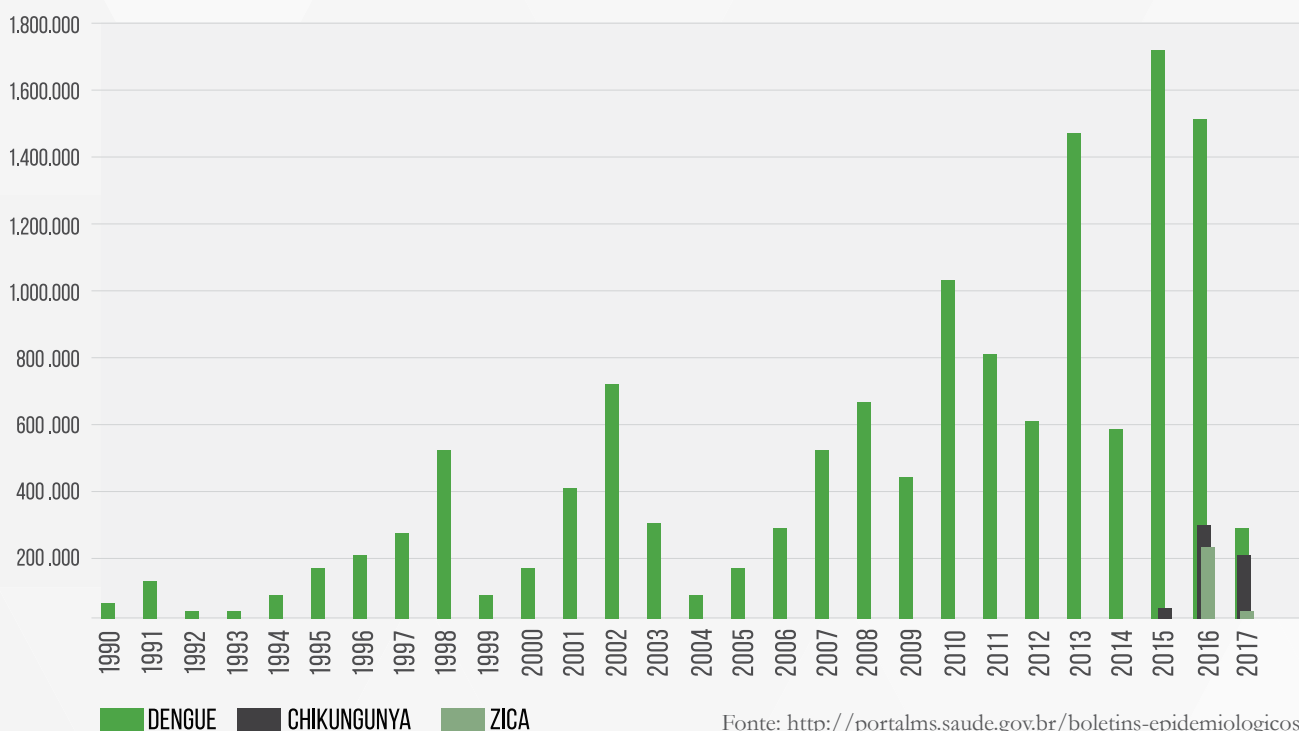
Gráfico 4. **MAIOR SURTO DA SÉRIE HISTÓRICA**
EVOLUÇÃO DOS CASOS DE FEBRE AMARELA
CONFIRMADOS NO BRASIL



Fonte: Ministério da Saúde. Atualizado em 27 de janeiro de 2017.
* O número de casos inclui o número de mortes

17. Fontes: <http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/23/2017-V-48-N-8-Indicadores-priorit-rios-para-o-monitoramento-do-Plano-Nacional-pelo-Fim-da-Tuberculose-como-Problema-de-Sa-de-P-blica-no-Brasil.pdf>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/28/infestacao-do-aedes-aegypti.htm>; <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42558-ministerio-da-saude-atualiza-casos-de-febre-amarela-6>; 18. <http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/abril/04/Minuta-Agenda-Estrategica-Populacao-Chave.pdf> 19. Fontes: <http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/23/2017-V-48-N-8-Indicadores-priorit-rios-para-o-monitoramento-do-Plano-Nacional-pelo-Fim-da-Tuberculose-como-Problema-de-Sa-de-P-blica-no-Brasil.pdf>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/28/infestacao-do-aedes-aegypti.htm>; <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42558-ministerio-da-saude-atualiza-casos-de-febre-amarela-6>; Boletim Epidemiológico, Vol.48 N° 38 - 2017. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde

Gráfico 5. **CASOS DE DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZICA NO BRASIL**



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>.

zika permanece centrada predominantemente no combate ao *Aedes aegypti*, sem destacar que o mosquito comum (*Culex*) pode transmitir o vírus e que este pode ser transmitido também pela via sexual. O papel de determinantes sociais e econômicos da saúde, como o saneamento básico e desigualdade social na geração de condições que fomentam e permitem repetidos ciclos epidêmicos têm sido destacados pela sociedade civil¹⁹.

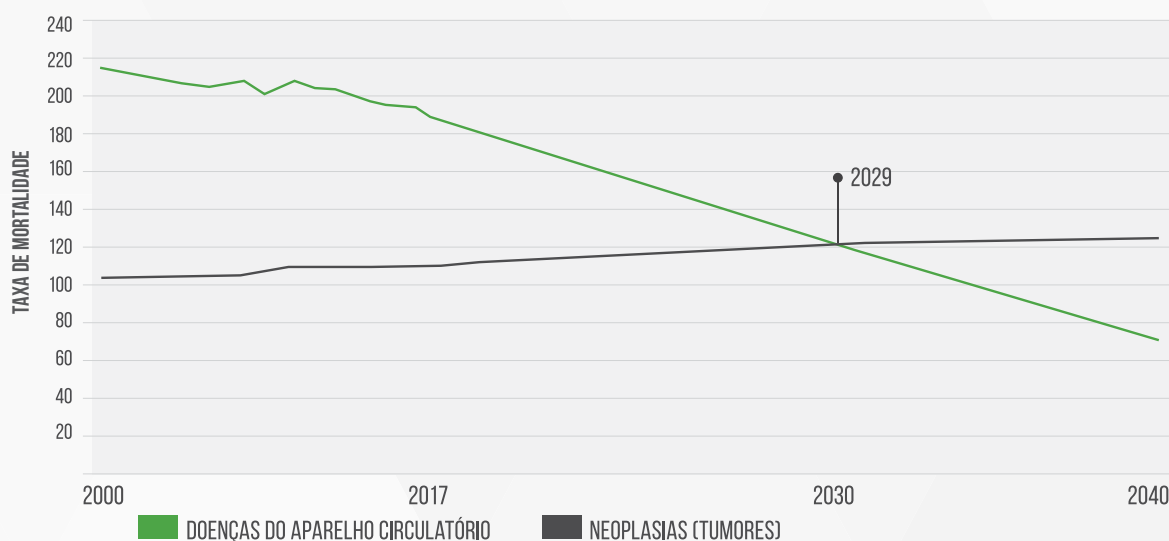
Sobre as **doenças ambientais**, como já indicado nos **ODS 1 e 2**, cresceu a população abaixo da linha da pobreza e são graves os indicadores de acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo. Mais de 4 mil mortes por ano poderiam ser evitadas se os lares brasileiros que utilizam carvão ou madeira para cozinhar os substituíssem por alternativas limpas (ver capítulo sobre o **ODS 7**). Sobre a **Meta 3.9**²⁰, destacamos que poluição ambiental causou mais de 11 mil mortes precoces em 2017.

O tratamento e prevenção das **doenças crônicas não transmissíveis** (DCNT) continuam a desafiar o al-

cance das **Metas 3.4**²¹ e **3.a**²², pois respondem por cerca de 74%²³ dos óbitos no Brasil. Parte significativa de mortes prematuras são decorrentes de doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, que têm fatores de risco comuns como o tabagismo, o consumo nocivo de álcool, a alimentação inadequada e a inatividade física. Entre 2011 e 2016, houve declínio significativo da proporção de adultos fumantes (em 2011, a prevalência era de 14,8%, e em 2016, 10,2%), mas o impacto do tabagismo na saúde pública ainda é extenso: 156 mil mortes ao ano e R\$ 56,9 bilhões de custos anuais para o Sistema Único de Saúde. No mesmo período, cresceu significativamente a prevalência de sobrepeso e de obesidade (em 2011 foi de 48,5% e 15,8%, respectivamente e, em 2016, as prevalências eram de 53,8% e de 18,9%), indicando a necessidade de adotar políticas para conter este avanço. O consumo nocivo do álcool aumentou 12,4% no período e menos de 40% dos brasileiros praticam atividade física. Mais de 16 milhões de adultos (8,9%) sofrem de diabetes, cuja taxa de incidência

20. Meta 3.9: Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo. 21. Meta 3.4: Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. 22. Meta 3.a: Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado. 23. Fontes: Vigitel, 2011, 2016; Pnad IBGE, 2015; <https://observatoriodeoncologia.com.br/2029-ano-em-que-o-cancer-sera-a-primeira-caoa-de-morte-no-brasil/>

Gráfico 6. **CÂNCER VERSUS DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO**



Fonte: <https://observatoriodeoncologia.com.br/2029-ano-em-que-o-cancer-sera-a-primeira-caoa-de-morte-no-brasil/>

creceu 61,8% nos últimos dez anos. Doenças respiratórias causaram 22.767 mortes em 2015 – um aumento de 24% em relação a 2006. Doenças cardiovasculares (DCV) são as principais causas de morte na população, tendo causado, em 2016, 349.938 óbitos. Foram registrados 596 mil casos novos de câncer em 2016, número preocupante já que os óbitos por neoplasias crescem no país e estima-se que possam superar as mortes por DCV a partir de 2029.

Sobre a **saúde mental e uso de substâncias**²⁴ (Meta 3.5), o Brasil é recordista mundial na prevalência de transtornos de ansiedade que, segundo a OMS, atingem 18,6 milhões de pessoas, ou 9,3%²⁵ da população. A depressão afeta 5,8% dos(as) brasileiros(as) e a mortalidade por suicídio cresceu: 11.736 casos foram registrados em 2015. Em relação aos **acidentes de trânsito**²⁶, Meta 3.6, o aumento de veículos motorizados é um desafio para a redução de acidentes, que cresceram 23% entre 2015 e 2017 (42 mil e 52 mil registros, respectivamente).

Sobre o **SUS e financiamento da saúde**²⁷, como preconizado nas **Metas 3.8**²⁸ e **3.c**²⁹, vale refletir sobre os rumos

atuais do Brasil que, segundo a OMS destina apenas 7,7% de seu orçamento à saúde, taxa inferior à média mundial e uma das mais baixas das Américas (à frente somente de Barbados, Haiti e Venezuela). Esse baixo investimento impede que o SUS exerça sua missão de garantir saúde de forma universal, integral e com equidade, situação agravada em 2017, com a queda em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) pelo Governo Federal em decorrência do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95, como já apontado em outros capítulos deste Relatório Luz. Houve desfinanciamento da saúde pública no país e há projeções de queda significativa dos recursos federais para o SUS.

Também preocupa a análise do gasto tributário associado aos planos privados de saúde que, ao contrário do SUS, atendem somente 25% da população brasileira, mas tiveram gasto tributário de R\$ 8 bilhões em 2015. Apesar dos benefícios fiscais, planos e seguros de saúde continuam devendo milhões: em 2018 o Supremo Tribunal Federal condenou os Planos Privados a pagarem R\$ 5,6 bilhões devidos ao SUS, desde 2001³⁰.

24. Meta 3.5: Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool 25. Fontes: OMS, 2017 26. Fonte: Datasus 27. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/180326_NT_48_Disoc.pdf e <https://www.cmb.org.br/cmb/index.php/noticias/2347-efeitos-negativos-da-emenda-constitucional-95-2016-sobre-a-execucao-orcamentaria-e-financieira-de-2017-do-ministerio-da-saude>. & <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2018/05/17/orcamento-para-a-saude-no-brasil-e-similar-ao-africano-diz-oms.htm> 28. Meta 3.8: Attingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. 29. Meta 3.C: Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. 30. www.bbc.com/portuguese/brasil-42176003

Finalmente, mas não menos importante, o percentual do orçamento para Pesquisa e Desenvolvimento, no Brasil (**Meta 3.b**)³¹, está estagnado próximo a 1% do PIB³², quase 3 vezes menos do que China, EUA e União Europeia. O or-

çamento para 2018 é cerca de apenas 40% do orçamento de 2013 corrigido pela inflação, o que tem mobilizado a comunidade científica nacional. Faltam recursos e não há planejamento em curso para mudar tal situação.

RECOMENDAÇÕES

1. Garantir educação sexual integral e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos a todos(as).
2. Financiar o SUS de forma a garantir sua cobertura universal, integralidade e equidade.
3. Ampliar e garantir o orçamento público (e recursos técnicos) para respostas efetivas ao HIV, às Infecções Sexualmente Transmissíveis, à TB e às doenças crônicas não transmissíveis.
4. Garantir recursos técnicos e financeiros para implantar o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose.
5. Prevenir e controlar as doenças tropicais negligenciadas.
6. Garantir financiamento público e transparente, conforme o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), para que a sociedade civil atue no controle social da saúde, fortalecendo a organização de populações historicamente deixadas para trás como as pessoas vivendo com HIV, LGBTI+, trabalhadores/as do sexo, mulheres, adolescentes e jovens, populações rurais, indígenas, negras e quilombolas.
7. Os governos devem respeitar a Constituição e acatar integral e efetivamente as deliberações dos Conselhos de Saúde nos três níveis de administração pública.
8. Fomentar a participação da sociedade civil, com especial atenção ao movimento de mulheres, femi-

nistas e ativistas do campo da saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos, na resposta à epidemia de zika.

9. Garantir ao menos 7 consultas de pré-natal de qualidade, especialmente para as negras, quilombolas e indígenas.

10. Garantir leitos para UTI neonatal e programas de aleitamento materno até os 6 meses.

11. Ampliar o saneamento básico em âmbito nacional e promover campanhas informativas e medidas de prevenção de doenças ambientais.

12. Implementar as Convenções-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e Controle do Tabaco (CQCT) e honrar compromisso com a Década de Nutrição, da ONU.

13. Incluir a educação ambiental, a prevenção e promoção da saúde como prioridades nos investimento de iniciativas e programas de redução da pobreza e desenvolvimento.

14. Garantir mecanismos inovadores para financiar a Agenda 2030, como a tributação de produtos não saudáveis (ex. tabaco, bebidas alcóolicas, bebidas açucaradas, produtos alimentícios ultraprocessados) e impor limites à publicidade e sua promoção.

15. Promover e monitorar a implementação da Política Nacional de Saúde Mental e o Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas.

16. Melhorar vias de trânsito e segurança, e desenvolver campanhas educativas efetivas para alcançar as metas preconizadas na Agenda 2030.

31. Meta 3.b: Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis (...), proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública(...) para proteger a saúde pública e (...) proporcionar o acesso a medicamentos para todos 32. Fonte: <http://revista-pesquisa.fapesp.br/2017/06/20/o-orcamento-de-ct-e-alem>

ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

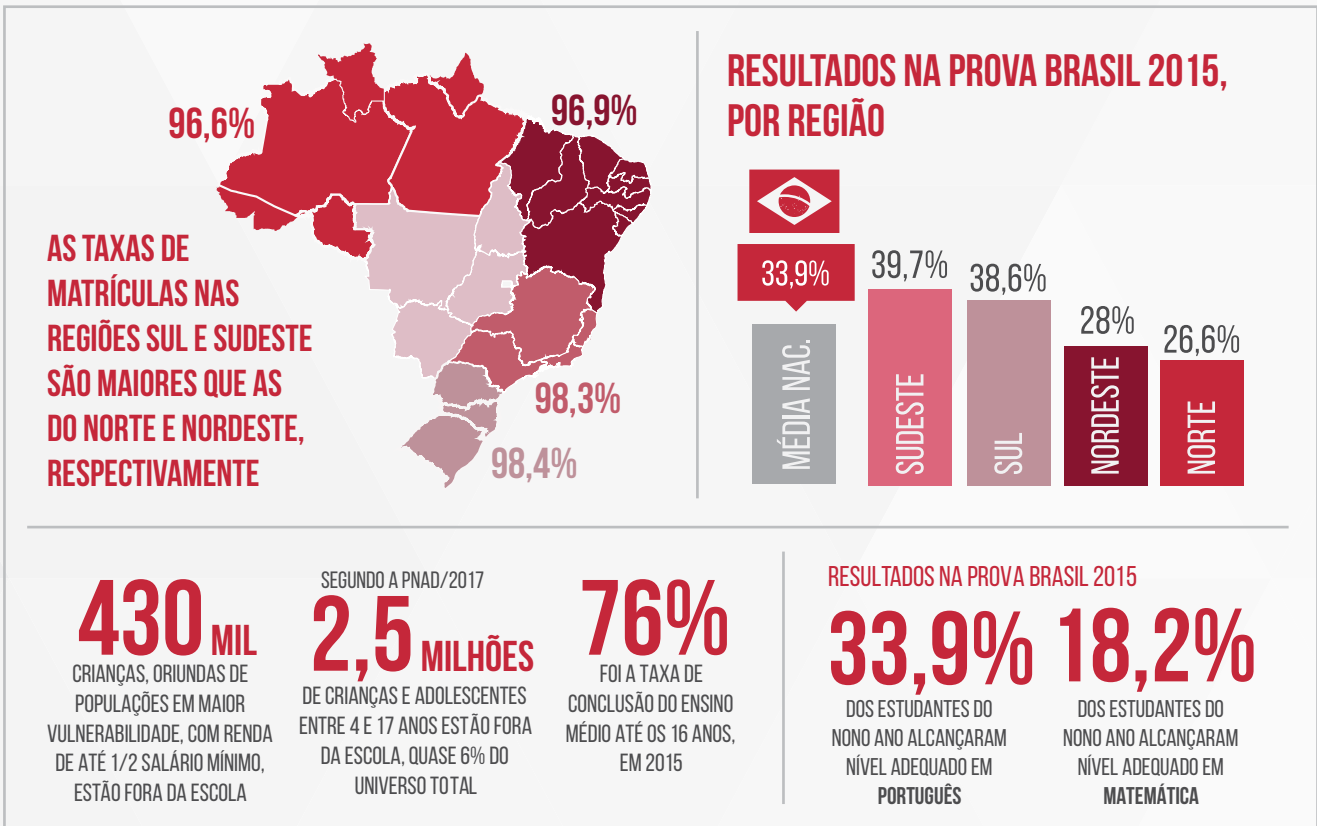
No Brasil 2,5 milhões³³ de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, estão fora da escola. Segundo as organizações defensoras do direito humano à educação³⁴, há poucos avanços no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja implementação está em risco diante das recentes medidas econômicas do Governo brasileiro, como a aprovação da EC 95. Os investimentos em educação representam cerca de 4,9% do PIB. Em 2016 R\$136,9 bilhões foram investidos pelo FUNDEB na educação básica pública mas, para implementar o *Custo Aluno Qualidade Inicial* (estratégia da meta 20 do PNE), seria necessário um acréscimo de

R\$50 bilhões no orçamento anual. Este capítulo também evidencia, além das disparidades regionais, como o racismo é fundante de nossas desigualdades: a PNAD Contínua 2016 indica que a taxa de analfabetismo brasileira é de 7,2%, mas entre pretos e pardos é de 9,9% em contraste com os 4,2 % entre brancos. A média brasileira é de 8 anos de escolaridade e, se entre a população branca esta média sobe para 9 anos, ela cai para 7,1 anos entre pretos e pardos.

Sobre a universalização do Ensino Fundamental (Metas 4.1³⁵ e 4.5³⁶), há um crescente volume de matrículas que chega a 97,7% de alunos(as) entre 6 e 14 anos.

33. Fonte: PNAD, 2017. 34. Ameaça ao direito à educação no Brasil: notas para a Revisão Periódica Universal da ONU – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa, Campanha Latinoamericana por el Derecho a la Educación, ANCED. 35. Meta 4.1: Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário. 36. Meta 4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Figura 1.



(Metas 4.2³⁷) O acesso das crianças entre 0 a 3 anos às creches tem lento crescimento desde 2005, e este é o segmento da educação com maior déficit (cerca de 2,4 milhões³⁸) de oferta e número de matrícula. Segundo a PNAD/IBGE 2016, apenas 30,4% da demanda foi atendida, sendo que, enquanto no Sul 38% destas crianças estão em creches, no Norte elas são apenas 14,4%. A meta de atendimento era de 50% em 2005, para o Plano Nacional de Educação 2001 – 2010, postergada para o atual PNE que encontra-se sem

perspectivas de alcance, em razão dos cortes orçamentários, desvinculações de recursos da União e do impacto já previsto pela Emenda Constitucional 95, que impossibilitará a construção de novas escolas e a ampliação de vagas neste e em outros segmentos da educação básica. Os dados do Censo Escolar 2015 indicam que 90,5% das crianças desta faixa etária frequentam a escola, mas ainda resta alcançar cerca de 430 mil.

Figura 2.

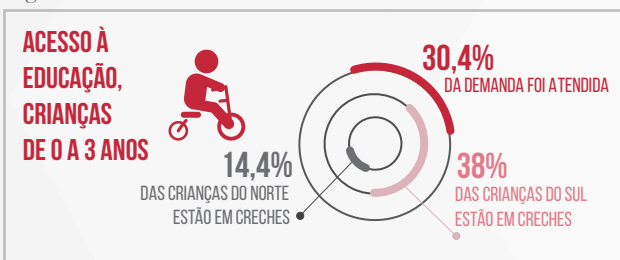
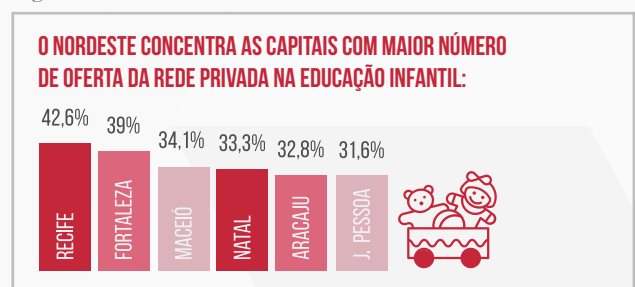


Figura 3.

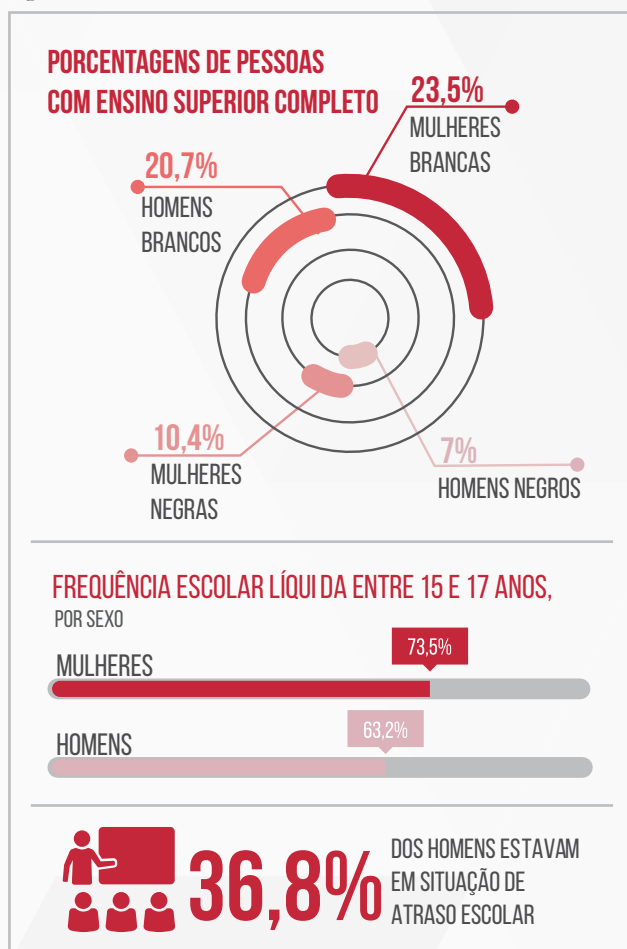


37. Meta 4.2: Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário. 38. Fonte: Observatório do PNE.

Quanto à infraestrutura, **Meta 4.a**³⁹, apenas 6,9% das escolas da educação básica tem condições apropriadas para proporcionar formação educacional, de acordo com a Lei 13.005/2014. Essa média nacional para escolas públicas é de 4,8% e as escolas da zona rural sofrem as piores condições de infraestrutura: apenas 0,1% delas tem infraestrutura adequada. Entre as regiões, o Norte (1,0%) e Nordeste (2,6%) apresentam os piores índices do país.

Sem recursos adicionais e suficientes para a educação pública, será impossível alcançar, de forma equitativa, a **Meta 4.3**⁴⁰. Apesar das mulheres serem mais escolarizadas que os homens, frequentando a escola no nível de ensino adequado às suas faixas de idade, o recorte racial apresenta desigualdade no acesso e permanência na educação.

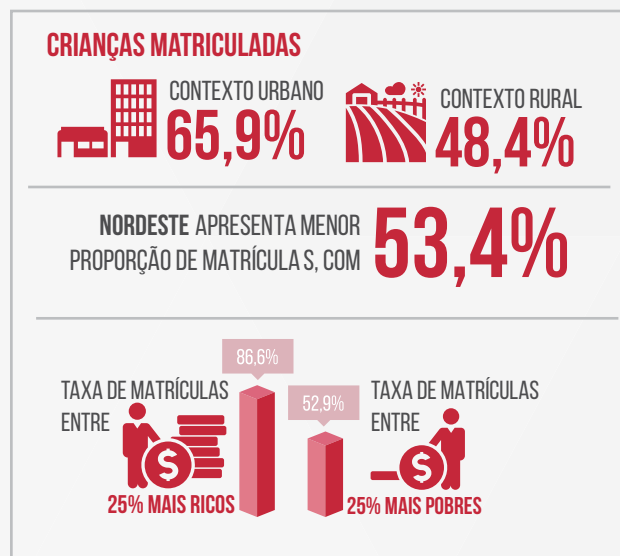
Figura 4.



Não há dados para monitorar a meta do PNE sobre inclusão de crianças e adolescentes com algum transtorno ou deficiência, a não ser por cruzamento de outros dados já que, por descaso histórico, não se produziu dados suficientes para construção de indicadores para a meta.

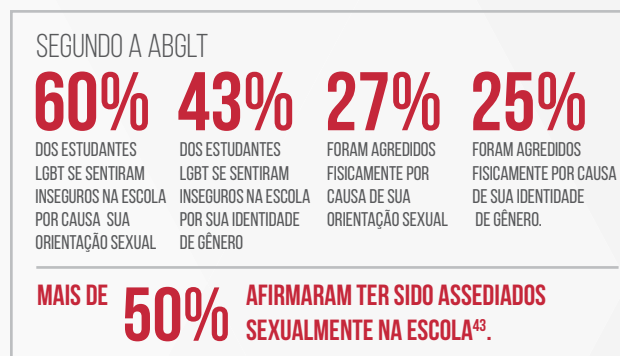
Metas 4.4⁴¹ e **4.5**⁴² – A linha histórica dos últimos 14 anos sobre a proporção de adolescentes entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio indica aumento de 21,5% na média geral, com 71% de pessoas brancas dessa faixa etária matriculadas no ensino médio, mas apenas 56,8% de negras.

Figura 5.



No Brasil, a população LGBTI+ tem seu direito à educação afetado pelas LGBTI+ fobias nos sistemas educacionais, que limitam seu acesso e permanência na escola.

Figura 6.



39. Meta 4.a: Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes. 40. Meta 4.3: Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. 41. Meta 4.4: Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. 42. Meta 4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

De forma também grave, a ausência de políticas de promoção de gênero e educação sexual se reflete na taxa de gravidez na adolescência – mais de 500 mil partos/ano são de mães adolescentes⁴⁴ – o que compromete seu rendimento escolar: segundo o IPEA, entre as meninas entre 10 e 17 anos sem filhos, apenas 6,1% não estudam mas entre as com filhos, a proporção é de 75,7%⁴⁵. Outro reflexo da ausência de adequada educação sexual é que o aumento de novas infecções por HIV entre adolescentes de 15 a 19 anos mais do que triplicou entre 2007 e 2017, como informado no capítulo do ODS 3⁴⁶.

Meta 4.c - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, em seu artigo 62, determina a formação em nível superior para lecionar na educação básica. De acordo com o INEP, em 2014 a proporção de professores e professoras da Educação Infantil sem magistério ou nível superior era de 15,3%.

Entre 2008 e 2016 há um processo de reversão deste cenário, chegando a 77,5% a proporção nacional de professores da educação básica com formação superior em 2016. Ao analisar por região, o Nordeste aparece com a menor proporção, 64,7%.

RECOMENDAÇÕES

1. Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 e disponibilizar recursos adequados para garantir o direito à educação de qualidade, conforme prevê a Constituição Federal e o Plano Nacional de Educação; ampliar a complementação orçamentária da União ao FUNDEB de 10% para 50%.
2. Garantir a oferta de educação pública de qualidade, a formação inicial e continuada e a valorização dos(as) profissionais da educação.
3. Garantir o direito à educação para todas e todos como um bem público, com qualidade socialmente referenciada, e reter o avanço da privatização da educação, que ameaça o direito à educação.
4. Suspender a Reforma do Ensino Médio e propor uma nova que garanta os direitos das(os) estudantes, a defesa irrestrita da educação pública de qualidade para todas e todos e a redução das desigualdades educacionais.
5. Revogar todas as leis aprovadas com a finalidade

de proibir que profissionais de educação abordem gênero e sexualidade nas escolas, assegurar e promover a discussão de gênero e diversidade sexual, baseada nos direitos humanos, nos ambientes escolares, assim como uma adequada educação sexual.

6. Efetivar um intenso processo de Educação Ambiental que dialogue com a sociedade, esclareça e guie as ações de implementação da Agenda 2030, orientado pelo **Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**.*

7. Resgatar, fortalecer e valorizar metodologias participativas e Coletivos relevantes na luta histórica do campo socioambiental brasileiro: os Fóruns DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), os Núcleos Territoriais para Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os processos de Agenda 21 Local e Escolar.*

* A partir das recomendações do IX FBEA – Fórum Brasileiro de Educação Ambiental⁴⁷ – 2017

43. Pesquisa Nacional de Estudantes LGBT e Meio Ambiente Escolar 2016, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. 44. <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil> 45. http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1091:catid=28&Itemid=23 46. Ministério da Saúde, 2017: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hivaids-2017> 47. IX FBEA: “Diálogos de Saberes e Fazeres: Uma releitura dos 25 anos da trajetória da Educação Ambiental brasileira” - ICEP EDITORA, 2017. <http://www.icepsc.com.br/editora/ebook/livro09/livro09.pdf>

RECOMENDAÇÕES DA ONU AO ESTADO BRASILEIRO^{48 49}

1. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, incluindo o acesso à água e saneamento, particularmente em áreas rurais e remotas e alocar recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, proporcionando formação de qualidade para professores(as) para garantir a acessibilidade e a qualidade da educação às crianças indígenas.
2. Abordar as causas do abandono escolar entre as crianças das áreas urbanas, incluindo a pobreza, a violência familiar, trabalho infantil e gravidez na adolescência, e desenvolver estratégia abrangente que inclua apoio para adolescentes grávidas e mães adolescentes não abandonarem a escola.
3. Aumentar os fundos para o setor da educação, a fim de fortalecer a educação pública e priorizar a im-

plementação do Plano Nacional de Educação e, ao fazê-lo, assegurar que, em casos de escassez de recursos, atribuições às instituições de ensino públicas devem ser priorizadas.

4. Desenvolver as políticas de atenção à primeira infância e o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024.
5. Intensificar esforços para combater a discriminação, a exclusão social e a estigmatização das crianças em situação de rua, das que vivem na pobreza em áreas urbanas marginalizadas, como favelas, bem como das crianças e as meninas afro-brasileiras e indígenas.
6. Dar sequência ao projeto “Escolas sem Homofobia” e decretar legislação para proibir a discriminação e a incitação da violência com base na orientação sexual e na identidade de gênero.
7. Priorizar a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, nomeadamente através de programas educacionais e de sensibilização.

48. <http://campanha.org.br/direitos-humanos/onu-inclui-recomendacoes-da-campanha-em-relatorio-para-revisao-periodica-universal/>

49. http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fBRA%2fCO%2f2-4&Lang=en



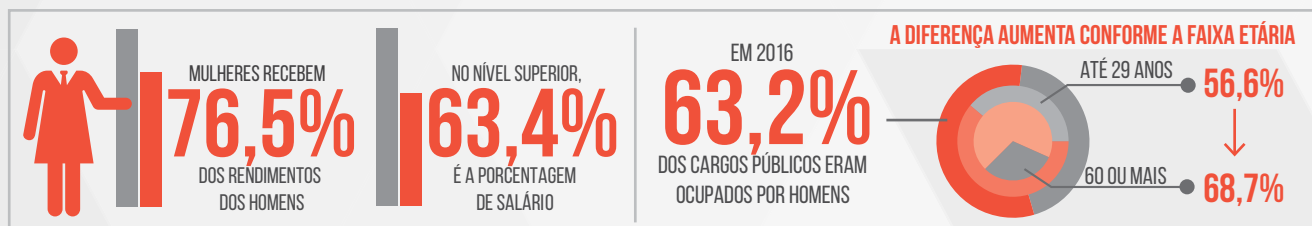
ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS

Com a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2016, e com as sérias restrições orçamentárias das secretarias dedicadas às temáticas de gênero, todas políticas nesta área estão em colapso. O desempenho brasileiro de mulheres nos parlamentos, por exemplo, é inferior aos da África Subsaariana e dos Países Árabes e não alcança sequer a média mundial de 1990, um atraso de 30 anos. Segundo o Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI)⁵⁰, no ritmo atual, a igualdade de gênero no Congresso Nacional só ocorrerá em 2080, daqui a 15 legislaturas.

ras. O Relatório Nacional Voluntário do governo do Brasil de 2017 escondeu a gravidade da situação em que vivem meninas e mulheres no país⁵¹, como indicado a seguir.

A Meta 5.1, que visa acabar com a discriminação contra todas as mulheres e meninas, em todos os lugares⁵², tem poucos avanços. Apesar da Constituição Federal e várias normativas proibirem a discriminação e o tratamento diferenciado em razão do sexo, mesmo trabalhando mais e tendo um nível educacional maior, as mulheres recebem, em média, 76,5% dos rendimentos dos homens.



50. Ranking de Presença Feminina no Parlamento, 2017, <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>. Última visita em 03/05/2018. 51. Ver: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf 52. Meta 5.1: Até 2030 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

Ainda assim, o Governo Federal, conforme já mencionado, promove reformas como a Trabalhista e a Previdenciária que aumentarão, ainda mais, a desigualdade de gênero⁵³.

Sobre eliminar todas as formas de violência (**Meta 5.2**), os dados gritam a gravidade da situação. O orçamento da “Política Para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência” caiu 32,5%⁵⁴ – de R\$ 87,5 milhões em 2016 para R\$59,1 milhões em 2017 – enquanto aumentam as denúncias de violências na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que teve 140.350 registros⁵⁵. Em relação a 2015, cresceram 54% as denúncias de cárcere privado (cerca de 16,7 registros/dia); 121% as de estupro (média de 16,51 relatos/dia)⁵⁶; 69,40% as de exploração sexual; e 67,58% as de abuso sexual.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos⁵⁷, em 2017, registrou 3.329 denúncias via Central de Atendimento à Mulher. As vítimas do gênero feminino das denúncias via Disque Direitos Humanos (Disque 100) eram: 48% crianças e adolescentes; 64% idosas; 51% portadoras de deficiência; 58% LGBT⁵⁸; 44% negras e de comunidades tradicionais; 28% em situação de rua e 7% encarceradas. Mais grave, portanto, é o dado do estudo do INESC, Oxfam e CESR que nos informa que a Central de Atendimento da Mulher, que já tinha sofrido cortes em 2017, sequer tem orçamento para 2018, ficando apenas com restos a pagar.

Figura 8.

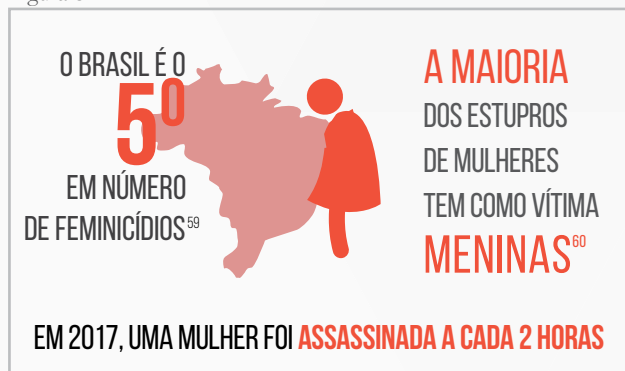


Figura 9.



Entre 2005 e 2015, os registros de assassinatos de mulheres negras aumentaram em 22%⁶². Apesar da violência doméstica ser a mais frequente, em uma pesquisa da Action Aid (2016), 87% das mulheres pesquisadas afirmaram já terem sofrido assédio sexual em público⁶³. Tais dados podem ser maiores e a subnotificação pode ser fruto do desconhecimento do sistema de denúncia, do medo, ou pela não percepção de que determinada prática é violência.

O País ocupa o quarto lugar em maior número absoluto de casamentos infantis (sua eliminação é parte da **Meta 5.3**), atrás da Índia, Bangladesh e Nigéria. Em 2016, foram realizados 137.973 casamentos prematuros de meninas e meninos até 19 anos; 28.379 de meninos e 109.594 uniões de meninas, números que podem ser mais altos em razão das subnotificações, principalmente, das uniões sem cerimônia civil ou religiosa que prevalecem e são marcadas pela coabitação do casal junto a membros de uma das famílias. A maior ocorrência se dá em áreas rurais e em famílias em situação socioeconômica vulnerável, condição alimentada pelo aumento de pobreza, falta de oportunidades laborais para jovens; gravidez não planejada; violência sexual, insuficiência legal e de políticas públicas.

Sobre a **Meta 5.4**⁶⁴, somando as horas de trabalhos remunerados às de cuidados de pessoas e do lar, as mulhe-

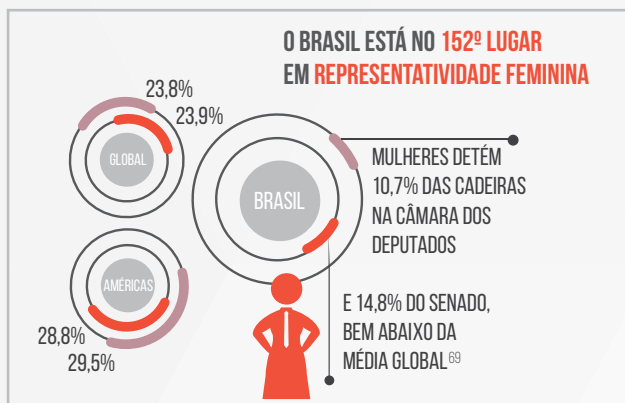
53. Ver: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec171MulherPrevidencia.pdf> 54. Ver: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado> e <http://www.contasabertas.com.br/> 55. 50,70%, violência física; 31,80%, psicológica; 6,01%, moral; 1,86%, patrimonial; 5,05%, sexual; 4,35% de cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas. 56. Ver: http://d3vb7h9zygb7zj.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/03/balan%C3%A7o-Anual-180_2016-1.pdf 57. Ver: <http://www.mdh.gov.br/disque100/RELATRIOBALANODIGITAL.pdf> 58. No caso da população LGBT esse percentual se refere a pessoas com o sexo biológico feminino, uma vez que a identidade de gênero dessa população não pode ser reduzida a “masculino” e “feminino”. 59. Ver: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> 60. Ver: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>, Ipea, com base em dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde e <http://www.semanaon.com.br/conteudo/7655/governo-federal-corta-quase-um-terco-da-verba-de-politicas-para-mulheres>. 61. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml> 62. Ver: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017> 63. Ver: <http://actionaid.org.br/namidia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/> 64. Meta 5.4: Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, disponibilizando serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social e promovendo a responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

res continuam a trabalhar em média, 54,4 horas semanais *versus* 51,4 horas semanais dos homens. Em 2016, segundo a PNAD⁶⁵, as brasileiras dedicaram quase 73% mais tempo que os homens ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos (18,1h contra 10,5h), sendo a região Nordeste a mais desigual: elas dedicaram 19 h/semana, 80% a mais do que os homens. As pretas ou pardas registraram 18,6 horas semanais.

A proporção de mulheres em trabalhos de tempo parcial (até 30 horas semanais) é o dobro do de homens (28,2% versus 14,1%) mas este número passa de 35% nas regiões Norte e Nordeste. Em 2016, 31,3% das mulheres pretas ou pardas tiveram este tipo de ocupação *versus* 25% das mulheres brancas.

Sobre a liderança das mulheres na vida política (**Meta 5.5**⁶⁶), o Brasil ocupa a 161ª posição de um ranking de 186 países sobre a Presença Feminina no Poder Executivo⁶⁷ e em 2017 teve a sua representação mais baixa: entre 2005 e 2016⁶⁸ as mulheres ocuparam 27% dos cargos de ministras, *versus* 3.5% em 2017.

Figura 10.



Sem acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, como previsto na **Meta 5.6**⁷⁰, as brasileiras seguem enfrentando altos índices de gestações não planejadas e de mortes em decorrência de complicações durante a gravidez, o parto e o pós-parto e entre elas cresce a incidência de infecções de doenças sexualmente transmissíveis (ver ODS 3, desta publicação). O IBGE indica que 7 em cada 10 das mães com idade entre 15 e 19 anos são negras⁷¹. Em 2016, dos 2.854.380 nascimentos registrados, 500.630 foram de mães com menos de 19 anos, das quais 16,7% portavam o vírus do HIV, a taxa que manteve-se praticamente igual em relação ao ano anterior.

O acesso à propriedade e o controle sobre a terra (**Meta 5.a**⁷²), continuam razão de duros e violentos conflitos. O processo demográfico da redução da população rural no país e a diminuição da população rural feminina continua a ocorrer, inclusive, pelas relações assimétricas de gênero nos espaços privado e público das famílias.⁷³ A dependência e a fragilidade econômica destas mulheres e as múltiplas violências de gênero que sofrem são desafios que o Brasil não tem enfrentado. Segundo a OXFAM, cerca de 12% das terras no Brasil pertencem às mulheres, pouco mais de 5% das áreas rurais⁷⁴. Ademais, as mulheres permanecem impedidas de acessar a maioria dos instrumentos financeiros.

“Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres” (**Meta 5.b**) será difícil num contexto onde o número de profissionais mulheres nas áreas de Tecnologias de Informação (TI) e Comunicação segue muito baixo. Em 2017, elas representavam apenas 11,3% das 250 pessoas ingressantes da carreira de Computação na Universidade de São Paulo⁷⁵. Segundo a PNAD, entre mais de 580 mil profissionais de TI no país, apenas 20%

65. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres do Brasil, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Visitado em 03/05/2018. 66. Meta 5.5 – Garantir participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. 67. Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo – Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI) 2018: <http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf>. Última visita em 30/04/2018. 68. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1917143-temer-reduz-mulheres-no-alto-escalao-do-governo-ao-nivel-de-15-anos-atras.shtml> 69. Inter-Parliamentary Union, Women in National Parliaments (atualizado até 01/04/2018), disponível em <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Última visita em 03/05/2018. 70. Meta 5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. 71. Ver: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,onu-lanca-campanha-no-brasil-para-conscientizar-mulheres-sobre-direitos-sexuais-e-reprodutivos,70002284799> 72. Meta 5.a – Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. 73. Staduto, J. A. R., Alves Nascimento, C. y Souza, M. de (2017). Ocupações e Rendimentos de Mulheres e Homens nas Áreas Rurais no Nordeste do Brasil: uma análise para primeira década do século XXI. Mundo Agrário, 18(38), e056. <https://doi.org/10.24215/15155994e056>. Visitado pela última vez em 04/05/2018. 74. Ver: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos-desigualdade-brasil.pdf> Acesso: 8/5/2018. 75. Ver: http://acervo.fuvest.br/fuvest/2017/FUVEST_2017_qase_umatr_car_fuvest_2017.pdf

são mulheres⁷⁶. Segundo pesquisa da *Unlocking the Power of Women For Innovation and Transformation* (UPWIT), Catho e Revelo, com mais de mil profissionais da área de tecnologia em 2018, 19% dos homens foram promovidos mais de 3 vezes, contra 10% de mulheres; 51% delas afirmam já terem sofrido discriminação no trabalho, versus 22%⁷⁷ de homens.

O Brasil tem desconstruído as políticas de gênero, indo em direção contrária à **Meta 5.c**⁷⁸. Em 2016, a Lei 13.341 extinguiu todos os ministérios com agenda transversal (SEPIIR, Secretaria de Políticas para Mulheres, MDA) e, em 2018, avançam projetos de leis e normativas que retrocedem em direitos das mulheres, meninas, da população negra e população LGBTI, como as que visam

impedir o acesso à informação sobre o aborto seguro e criminalizam o aborto em qualquer situação (Ex.: PEC 181, votada por 18 homens e uma mulher⁷⁹); as que buscam revogar as disposições sobre a assistência às pessoas em situação de violência sexual; as que restringem o conceito de família à união entre um homem e uma mulher; as que estabelecem “proteção à vida” desde a concepção; as que proíbem a discussão de gênero e diversidade nas escolas e as que buscam diminuir o acesso à proteção social.

Finalmente, o Governo Federal criou por decreto, em 2017, o Brasil Mulher, rede que visa conectar governos, setor empresarial, sociedade civil e organismos internacionais para o cumprimento da Agenda 2030, em especial do 5º ODS⁸⁰, mas até 2018, não foi implementada.

RECOMENDAÇÕES⁸¹

1. Destinar orçamento adequado às políticas públicas e programas para prevenir e reduzir a violência de gênero e garantir às mulheres e meninas acesso à educação de qualidade, profissionalização e emprego digno, em igualdade de condições.

2. Garantir a efetiva implementação da Lei Maria da Penha; da Lei do Feminicídio; Lei nº 13.431/2017 que protege crianças e adolescentes; do Princípio da organização de atendimento público especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica no SUS (Lei nº 13.427).

3. Sancionar leis que visem o fim da violência e desigualdade de gênero, tais como:

A) PL de criação do Sistema Nacional de Política para as Mulheres (SINAPOM), que contempla a criação de um Fundo Nacional de Políticas para Mulheres.

B) PL nº 14/2018, que obriga divulgar o serviço de denúncia da VCM (Disque 180).

C) PL nº 8.042/2014: Combate a exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras.

D) PL nº 6.895/2017: Protege meninas contra a exploração do trabalho infantil doméstico.

E) PL nº 123/17: Lei Maria da Penha nas Escolas.

F) PL nº 312/2017: Coibição de assédio e abuso sexual no transporte público⁸².

G) Projetos de Lei que tornam legal e acessível o aborto seguro em todas as situações e a todas as mulheres e meninas que assim o desejem, sem estigma e discriminação.

4. Garantir acesso fácil à informação e aos serviços de apoio e canais de denúncia de violências.

76. Ver: http://www.bbc.com/portuguese/geral-43592581?utm_source=Not%C3%ADcias+do+Ada&utm_campaign=0a2e12aff7-EMAIL_CAMPAIGN_2018_04_16&utm_medium=email&utm_term=0_74458d7e59-0a2e12aff7-260686257 77. Ver: <http://link.estadao.com.br/blogs/faca-voce-mesma/pesquisa-aponta-que-no-mercado-de-tecnologia-mulheres-sao-promovidas-tres-vezes-menos-que-os-homens/> 78. Meta 5.c: – Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis. 79. Ver: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/10/autora-da-lei-maria-da-penha-ve-retrocesso-em-direitos-das-mulheres-e-sugere-risco-de-burca.htm> 80. Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9223-6-dezembro-2017-785878-publicacaooriginal-154423-pe.html> 81. Reforçamos as recomendações feitas no Relatório Luz /2017 e acrescentamos novas.

5. Reformar o sistema político e cumprir a legislação eleitoral das cotas de representação por sexo por partido ou coligação e fomentar novas lideranças entre mulheres.

6. Ofertar serviços de saúde integrais, amigáveis e não discriminatórios para meninas e mulheres, especialmente sobre seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

7. Garantir o acesso a métodos anticonceptivos e tornar o aborto legal, seguro e acessível à todas as mulheres e meninas que o queiram, sem estigma e discriminação.

8. Assegurar e promover a discussão de gênero e diversidade sexual, baseada nos direitos humanos, nos ambientes escolares.

9. Estabelecer marco teórico e técnico sobre o casamento na infância e na adolescência e sensibilizar

a população sobre suas consequências prejudiciais.

10. Criar, via instituições financeiras, produtos que tomem em conta a perspectiva de gênero, fortaleçam as competências das mulheres e promovam o crescimento de seus negócios⁸³.

11. Aumentar a proporção de mulheres usando e criando tecnologias via projetos e políticas públicas que estimulem e viabilizem a participação e formação de meninas e mulheres na área.

12. Implementar políticas baseadas na coleta, publicação e divulgação proativa de dados sobre a situação das mulheres, com dados desagregados por sexo, gênero, classe, raça/cor, status de deficiência, migratórios e outras categorias relevantes⁸⁴.

13. Aprovar e sancionar o PLC nº 56/2018, que proibirá o casamento de pessoas menores de 16 anos de idade.

82. Ver: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/01/mulheres-se-organizam-para-enfrentar-retrocessos-no-congresso> 83. Recomendação do relatório “inclusão financeira das mulheres na América Latina. <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1162>” 84. Exemplos de iniciativas que propõem indicadores de gênero: <http://www.equalmeasures2030.org/> e <http://www.data2x.org/>

ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

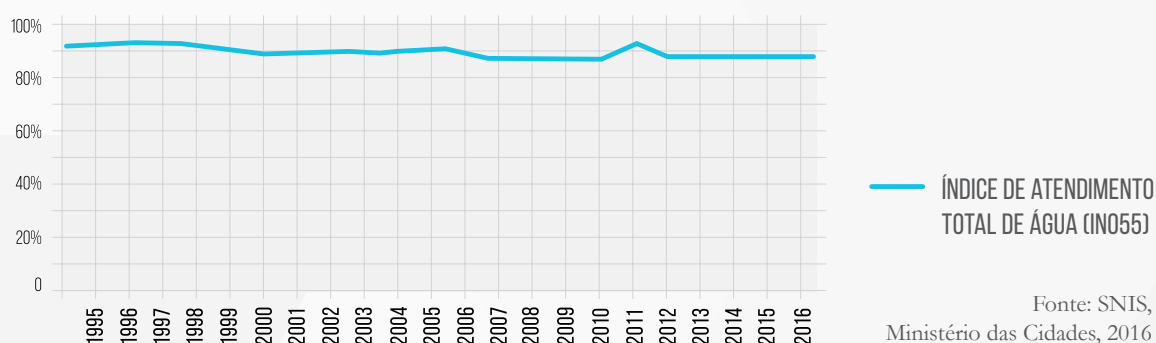
ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODAS AS PESSOAS

O direito de acesso à água potável e ao saneamento adequado é essencial para a vida humana digna e reconhecido como direito de todas as pessoas. Estes direitos devem ser garantidos de maneira universal e segura, especialmente aos grupos em situação de alta vul-

nerabilidade social. Mas esta não é a realidade do Brasil, como indica a análise deste ODS.

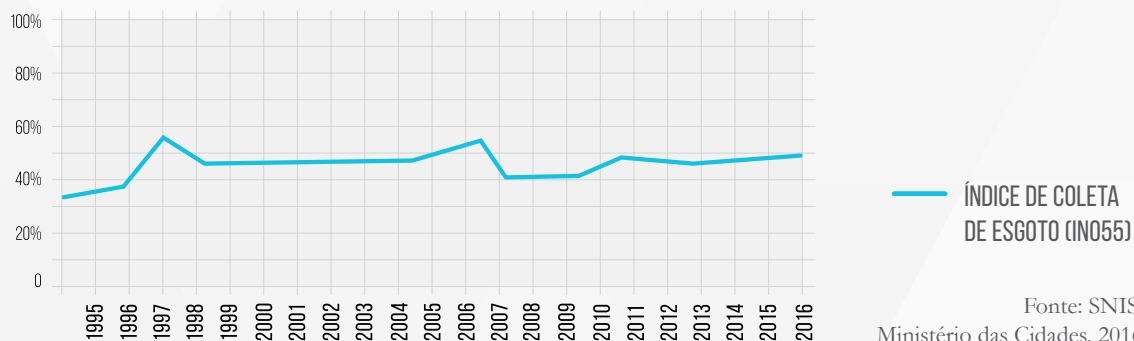
Para analisar onde estamos em relação às Metas 6.1⁸⁵ e 6.2⁸⁶, os dados oficiais apontam⁸⁷ (gráficos 7, 8, 9 e 10) que os índices brasileiros de atendimento de água e es-

Gráfico 7. MÉDIA BRASILEIRA DE ATENDIMENTO DE ÁGUA



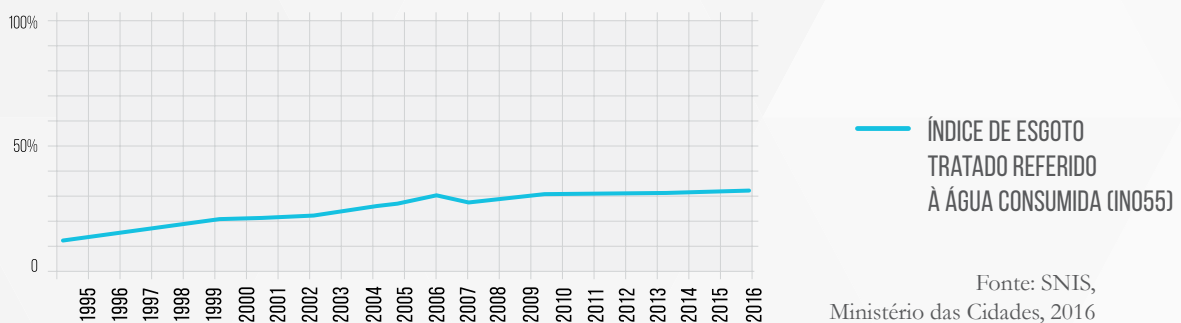
85. Meta 6.1: Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos 86. Meta 6.2: Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade 87. <https://goo.gl/DyS79o>

Gráfico 8. **MÉDIA BRASILEIRA DE COLETA DE ESGOTO**



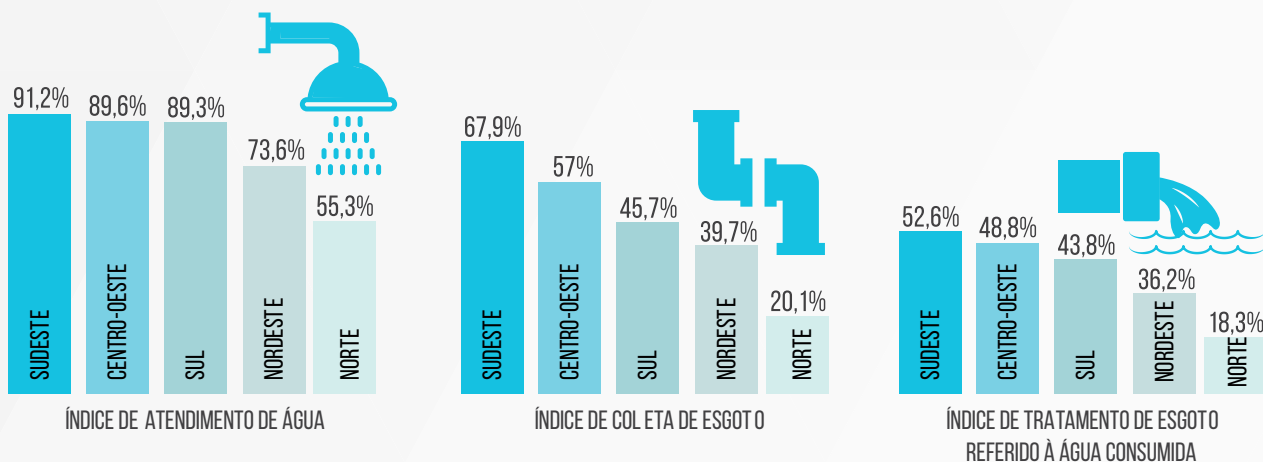
Fonte: SNIS, Ministério das Cidades, 2016

Gráfico 9. **MÉDIA BRASILEIRA DE TRATAMENTO DE ESGOTO**



Fonte: SNIS, Ministério das Cidades, 2016

Gráfico 10. **ÍNDICES DE SANEAMENTO POR REGIÃO**



Fonte: SNIS, Ministério das Cidades, 2016

gato estão estagnados ou pioraram. A evolução do índice de coleta de esgotos está praticamente estagnada (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, Ministério das Cidades, 2016), tendo apresentado queda nos últimos 11 anos – de 58,1%, em 2006 para 57% em 2016 – conforme o gráfico 8.

O tratamento de esgoto, embora tenha evoluído nos últimos dezoito anos, atingiu em 2016 o índice de apenas

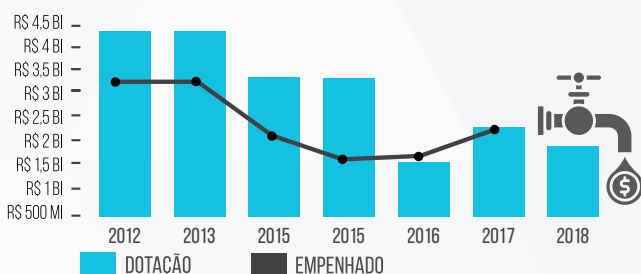
44,9% em relação ao total gerado no país (gráfico 9). Estes baixos índices do saneamento no país impactam diretamente a qualidade de vida e a saúde da população, principalmente das 34 milhões de pessoas que não têm acesso à água tratada e das mais de 100 milhões excluídas do serviço de coleta de esgoto em seus domicílios.

A piora no serviço, essencial, de abastecimento de água potável resultou na redução da população atendida de

93,3%, em 1995, para 83,3%, em 2016. O gráfico 10 também mostra grande diferença regional em termos de acesso, com atendimento melhor no Sudeste e pior no Norte do País.

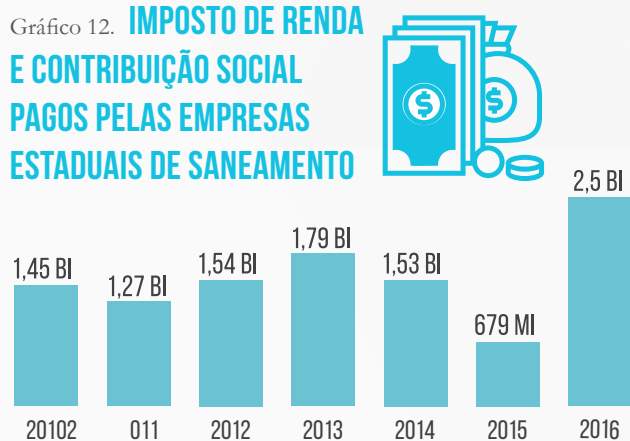
É fato: o Estado brasileiro tem historicamente se omitido de sua responsabilidade indelegável no saneamento. Os gráficos 11 e 12 indicam o investimento cada vez menor no setor, mesmo retirando largas quantias via tributos⁸⁸.

Gráfico 11. **ORÇAMENTO ANUAL DA UNIÃO. PROGRAMA TEMÁTICO DE SANEAMENTO BÁSICO**



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Gráfico 12. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS PELAS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO**



Fonte: Demonstrativos financeiros das respectivas empresas.

Portanto, apesar da meta dos ODS de universalização do saneamento até 2030 estar alinhada à meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o cenário é de desafios. As projeções (CNI, 2017), são de que, mantido o nível de investimento atual, somente em 2054 alcançaremos o acesso universal. Preocupa ainda que o Estado brasileiro trabalhe com o conceito de “áreas atendíveis”, especialmente nos planos municipais de saneamento e na contratação de prestação do serviço, fazendo com que áreas afastadas, zonas rurais, assentamentos precários, ocupações irregulares e favelas sequer sejam consideradas no longínquo horizonte de universalização.

Sobre a **Meta 6.3**⁸⁹, o Atlas do Esgoto (2017)⁹⁰, da Agência Nacional das Águas, ANA, informa que mais de 110 mil km de rios estão poluídos por terem contato direto com esgotos. Mas as agências reguladoras do serviço de saneamento, no geral, tampouco colaboram para a melhoria da qualidade das águas, uma vez que seus instrumentos normativos e econômicos não induzem as empresas de saneamento a investir em coleta e tratamento de esgoto, mas sim a sempre buscar novas fontes de água. Tal situação reflete a deturpação no Brasil sobre o conceito de segurança hídrica, divulgado pelas autoridades como a necessidade de se aumentar a oferta de água (desconsiderando os demais aspectos, como por exemplo a qualidade da água). Outro instrumento normativo que necessita ser aprimorado é a outorga de direito de uso de recursos hídricos, que pouco versa sobre ações para melhorar ou preservar a qualidade das águas. São poucas e incipientes as iniciativas decorrentes de políticas públicas para fomentar o reuso de águas residuárias como parte de estratégia e instrumentos de saneamento ambiental e gestão sustentável de águas. A escassez hídrica em algumas regiões do país proporcionou algumas oportunidades para iniciativas isoladas, por corporações diversas (indústrias, estabelecimentos comerciais e condomínios residenciais) para reuso de águas pluviais, mas ainda há que se avançar na promoção do reuso seguro de águas residuárias domésticas, industriais e agrícolas.

88. Fonte: Orçamento Anual da União. Programa temático de saneamento básico. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 89. Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente. 90. <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/noticias/atlas-esgotos-revela-mais-de-110-mil-km-de-rios-com-comprometimento-da-qualidade-da-agua-por-carga-organica> (acesso 24/05/2018) 91. Meta 6.4: Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água. 92. Resultante de iniciativa dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), Lei N° 12.873/2013, regulamentado pelo Decreto N° 8.038/2013 objetiva promover o acesso à água para o consumo humano e produção de alimentos, via implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo.

Sobre a eficiência no uso da água (**Meta 6.4**⁹¹) ainda há muito o que se fazer. Poucas ações foram implementadas, como por exemplo o premiado Programa Cisternas⁹² do Governo Federal, atualmente sob ameaça, como informado no capítulo sobre o **ODS 2** desta publicação. Em abril de 2018 o Senado Federal aprovou o PLS 51/2015 que permite o fornecimento de água potável por fontes alternativas, tais como reuso, água de chuva e águas residuais, passo importante mas que carece de concretude e regulação, outro exemplo das poucas medidas que avançaram. Uma demanda importante é fortalecer a governança e o monitoramento da Política Nacional de Irrigação (o setor é o principal usuário de água no país), incluindo instrumentos de indução às novas tecnologias que permitam o uso racional, como por exemplo o gotejamento.

Para implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis (**Meta 6.5**), necessitamos mais estudos e análises que indiquem as perdas econômicas para os diferentes setores usuários em decorrência da falta de água causada pela desproteção dos ecossistemas aquáticos, destacando a fundamental relação entre a meta do acesso à água e o desenvolvimento econômico.

O importante papel dos ecossistemas no ciclo da água ainda é, em geral, menosprezado no Brasil, dificultando o alcance da **Meta 6.6**⁹³. A escassez hídrica sem precedentes que atinge o país não se deve apenas a eventos extremos ou variações de curto prazo em torno de uma média supostamente constante, mas também ao desmatamento para plantar pastagens e monoculturas no norte e centro do Brasil. Esta mudança no uso da terra constitui um processo cumulativo, sem variação cíclica, e aumenta o escoamento superficial, devolvendo a água ao mar e reduzindo a infiltração que mantém o lençol freático e a subsequente reciclagem de umidade para a atmosfera por meio da evapotranspiração. É preciso preservar a vegetação existente e restaurar ecossistemas a fim de proteger as águas do país. Da mesma maneira, os ecossistemas também dependem

da preservação das águas para sua manutenção: a água em quantidade e qualidade é um dos pilares para a proteção das vidas humanas e da vida como um todo.

As chuvas também se tornam mais torrenciais por causa do aquecimento local decorrente do desmatamento e da urbanização, aumentando o escoamento e as enchentes. Os fluxos de umidade atmosférica para o sul fornecem grande parte da água para a maior parte do Brasil, bem como os países vizinhos, somando cerca da metade da América do Sul. Mesmo pequenas reduções em tais fluxos, causadas pela mudança no uso da terra, podem fazer diferenças críticas na segurança hídrica em grande escala e alcançar um ponto de inflexão com aumentos na seca, temperatura, perda de biomassa e incêndios fora de controle, processos que se reforçam mutuamente. É importante garantir a permanência das estruturas e da legislação ambiental favoráveis à proteção desses ecossistemas, muitas das quais estiveram e seguem em risco no contexto político atual, como é o caso dos projetos de lei que visam alterar os procedimentos do licenciamento ambiental, com o intuito de torná-los mais flexíveis (o que seria uma potencial ameaça aos ecossistemas). Sobre a **Meta 6.b**⁹⁴, são diversas as comunidades, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social, que não têm acesso aos mecanismos de participação social e de acesso à informação seja por falta de recursos próprios materiais ou por ineficiência do governo em garantir esses direitos. O acompanhamento da sociedade civil⁹⁵ identifica exemplos de obras que iniciam a consulta prévia às comunidades tradicionais que serão afetadas por estes projetos – situações nas quais são comuns a escassez de água ou a ausência de saneamento. Todavia não há dados sistematizados sobre os mecanismos de participação e consulta que estão sendo aplicados nem quantas são as comunidades beneficiadas por eles. Igualmente, não há dados sistematizados sobre a representação dessas comunidades em comitês de Bacia e noutros fóruns decisórios pelo País.

93. Meta 6.6: Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos 94. Meta 6.b: Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento. 95. Guia prático de acesso à informação em Água e Saneamento (2018); “Águas turvas, informações opacas: uma análise sobre a transparência dos programas de despoluição da Baía de Guanabara” (2016); “O Sistema Cantareira e a Crise da Água em São Paulo – falta de transparência, um problema que persiste” (2016), da ONG Artigo 19

RECOMENDAÇÕES

1. Garantir a participação social efetiva em todos os níveis de tomada de decisão sobre recursos hídricos e saneamento, com atenção à inclusão de comunidades tradicionais ou em vulnerabilidade social, estabelecendo e implementando estratégia para universalizar o acesso à água e aos serviços de saneamento.
2. Garantir a transparência em todas as instâncias da gestão pública dos recursos hídricos e saneamento, incluindo nos comitês de Bacias, órgãos estaduais e empresas com outorga de serviços.
3. Preservar a vegetação existente e restaurar ecossistemas a fim de proteger as águas do País. Nesse sentido, manter e aprimorar os mecanismos de proteção a ecossistemas e impedir os retrocessos em matéria ambiental que tramitam no Legislativo brasileiro (como a proposta de “flexibilização” do licenciamento ambiental e do uso de agrotóxicos).
4. Incorporar o direito ao saneamento básico no artigo 5º da Constituição Federal.
5. Promover estratégia nacional para o reuso e uso racional da água em todos os setores, agrícola, industrial, comercial, de serviços e residencial.
6. Incorporar a água e saneamento na NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil.

ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA PARA TODAS AS PESSOAS

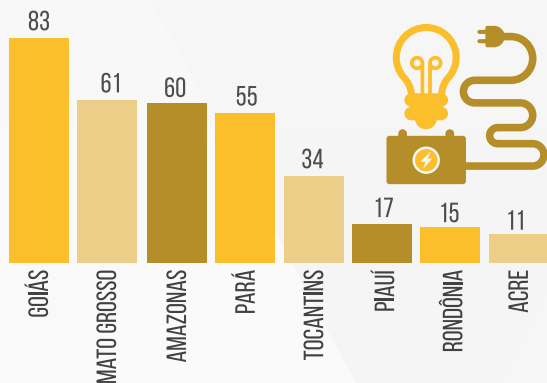
O Brasil tem um déficit de 555 mil domicílios sem acesso à energia elétrica e 12,3 milhões ainda utilizam carvão ou lenha para cozinhar seus alimentos⁹⁶. As fontes renováveis de energia compõem 43,5% da matriz energética nacional, segundo a EPE de 2016 do Balanço Energético Nacional (BEN). De modo geral, o alcance do ODS 7 exige atenção tanto para as metas com metodologia produzida, quanto para as que não têm dados ou metodologia. O planejamento energético é fator fundamental para que a agenda do desenvolvimento sustentável seja incorporada ao setor, mas o debate sobre a matriz energética é urgente. Apesar de “renováveis”, as hidrelétri-

cas, por exemplo, tem alto impacto socioambiental sem necessariamente produzir a energia suficiente prometida – Balbina e Belo Monte são exemplos do passado e do presente que não poderemos, jamais, esquecer.

Sobre a **Meta 7.1**⁹⁷, o Brasil tem 99,2%⁹⁸ dos domicílios com acesso à energia elétrica, restando ainda 555 mil domicílios⁹⁸. Embora a ONU tenha desenvolvido o indicador de universalização do acesso à energia, o entendimento de “acesso” também passa pela sua qualidade, por isso sugerimos analisar os indicadores de continuidade DEC¹⁰⁰ e FEC¹⁰¹ da ANEEL para responder melhor à confiabilidade do acesso à energia elétrica no País.

96. IBGE, 2017 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 97. Meta 7.1: Assegurar que até 2030 haja acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia. 98. IBGE, 2017 99. Há divergência nesse número quando verificamos o relatório Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (IBGE, 2015), é dito que, em 2015, 171 mil domicílios particulares permanentes rurais estariam sem iluminação elétrica em seus domicílios, porém a maior parcela da população sem acesso à eletricidade é rural e não urbana. Ainda assim, decidimos utilizar os dados do IBGE da PNAD Contínua de 2017 por ser o mais recente. 100. DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora 101. FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

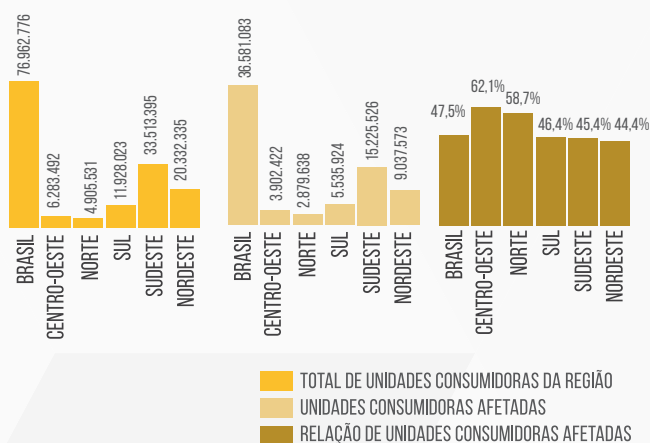
Gráfico 13. **NÚMERO DE MUNICÍPIOS PERTENCENTES ÀS ÁREAS RURAIS SEM ACESSO À ELETRICIDADE**



Fonte: ANEEL, s/d - modificado

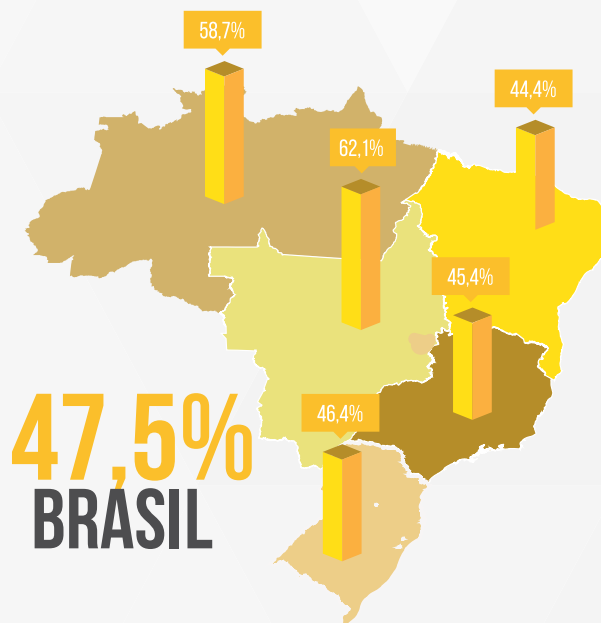
O gráfico 13 apresenta o número de municípios pertencentes às áreas rurais que não têm acesso à eletricidade (ANEEL, 2017), dos quais 52 % estão no Norte e 43% no Centro-Oeste. O gráfico 14 mostra que 36,5 milhões de Unidades Consumidoras, ou cerca de 109,5¹⁰² milhões de pessoas, não tiveram acesso adequado à eletricidade em 2017, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Para acabar com a exclusão elétrica no Brasil, garantir a universalização do acesso ainda é insuficiente.

Gráfico 14. **RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE UNIDADES CONSUMIDORAS AFETADAS PELA VIOLAÇÃO DOS LIMITES DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE DE SERVIÇO - EM %**



Fonte: ANEEL, 2017 - modificado

Figura 11. **RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE UNIDADES CONSUMIDORAS AFETADAS PELA VIOLAÇÃO DOS LIMITES DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE DE SERVIÇO - EM %**



Fonte: ANEEL, 2017 - modificado

Com o intuito de garantir energia acessível para todas as pessoas, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)¹⁰³ beneficiou 9 milhões de residências em 2017, com subsídio de R\$2,4 bilhões para a população de baixa renda. Porém ainda preocupa que os gastos com energia representou, em média, 1%¹⁰⁴ do salário mínimo¹⁰⁵ nacional, em 2017.

Atualmente, 17,6% dos domicílios utilizam combustíveis como lenha ou carvão para cocção dos alimentos, um acréscimo de 10,7% em relação a 2016 (1,1 milhão de domicílios a mais). A região Norte apresentou a maior taxa de aumento, com 16,19%, seguida do Sudeste com 13,34% e Nordeste com 10,17%. Cerca de 89% dos domicílios brasileiros utilizam ou gás de botijão (GLP), gás encanado ou energia elétrica para cozinhar. O uso da energia elétrica cresceu 23,35%, comparado com 2016, enquanto que o gás de botijão e o encanado apresentaram baixo crescimento, de apenas 0,77%.

Sobre aumentar a participação das renováveis na matriz energética, **Meta 7.2**¹⁰⁶, a participação de renová-

102. Considerando que o número médio de moradores de domicílios é de 3 habitantes (IBGE, 2017) 103. Benefício que corresponde a desconto na conta de energia elétrica, concedido aos clientes residenciais. 104. Considerando que o valor médio do consumo mensal de energia é de 163 kWh/mês e que a tarifa média é de R\$0,638/kWh, segundo dados da ANEEL, sem considerar cobranças adicionais pelas bandeiras tarifárias. 105. Foi considerado o valor do salário mínimo de 2017 de R\$ 937,00. 106. O Balanço Energético Nacional de 2017 refere-se às informações de 2016, sendo essa, a versão mais recente.

veis em 2016 foi de 43,5% (12,6% hidráulica, 17,5% cana e derivados, 8% lenha e carvão vegetal, 5,4% outras renováveis – solar, eólica e geotérmica), segundo a EPE (2017)¹⁰⁷, demonstrando que o País ainda precisa avançar, garantir transparência e políticas adequadas para uma transição sustentável da matriz energética, como exigido pelos acordos da Agenda 2030 sobre mudança climática.

A figura 12 mostra a participação de cada fonte de energia na matriz nacional, indicando as fontes renováveis e as não renováveis em cores diferentes. Petróleo e Derivados correspondem a 36,5% da matriz.

Figura 12. OFERTA INTERNA DE ENERGIA POR FONTE

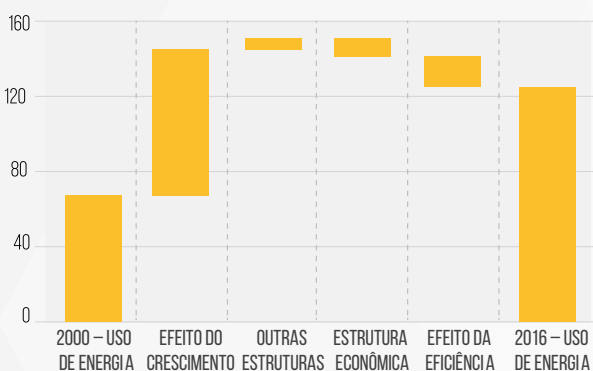


Fonte: EPE, 2017 - modificado

A participação das renováveis na matriz elétrica foi de 81,7%, sendo 68,1% hidráulica, 8,2% biomassa e 5,4% de solar e eólica, revelando que a fonte hidráulica detém a maior participação do país.

Para dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética (**Meta 7.3**)¹⁰⁸, um dos indicadores considera a Oferta Interna de Energia (OIE), que é a energia necessária para movimentar a economia do país, e o PIB ou o PPC¹⁰⁹, para comparação internacional. A OIE considera o consumo de energia de todos os setores¹¹⁰ da economia, o consumo próprio de energia e todas as perdas de energia nos processos do sistema elétrico brasileiro¹¹¹. A previsão para 2030 é que o Brasil estivesse no patamar de 0,26 tep/mil US\$ do indicador de intensidade energética. Para 2016, esse valor estava em 0,25 tep/mil US\$. Este indicador é inadequado para identificar ganhos de eficiência no uso da energia, pois ele também embute mudanças na estrutura da economia, no crescimento econômico e populacional, por exemplo. Dessa forma, recomenda-se o uso de decomposição do uso final da energia tal como o apresentado no gráfico 15, na qual se pode verificar o efeito da eficiência energética no consumo final de energia.

Gráfico 15. DECOMPOSIÇÃO DO USO FINAL DE ENERGIA



Fonte: IEA, 2017

108. Meta: 7.3: Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética 109. PPC: Paridade do Poder de Compra 110. Setor Energético, Residencial, Comercial, Público, Agropecuário, Transportes, Industrial, Não Energético 111. O sistema elétrico brasileiro está estruturado em três processos: geração (produção da energia), transmissão (transporte da energia até centros consumidores) e distribuição (a partir dos centros é distribuída para todos os consumidores). E considera, também, nos processos de transformação de energia.

RECOMENDAÇÕES

1. A política energética deve ser consistente com as metas e objetivos de obtenção de padrões sustentáveis de produção e consumo, de proteção do ambiente e dos recursos naturais, de uma sociedade de menor emissões de GEE – gases de efeito estufa e de cidades resilientes.
2. Promover e garantir transparência fiscal em todo o setor energético.
3. Revisão da política de subsídios existentes por meio dos gastos tributários e diminuir o número de domicílios que utilizam lenha e carvão para cocção de alimentos, considerando que a opção por este tipo de combustível possui relação direta com variação da renda familiar.
4. Qualificar melhor a análise de “renovabilidade”: por exemplo se lenha e carvão vegetal vem da exploração e exaurimento de florestas nativas ou de plantios de árvores (silvicultura) em atividades minero-industriais, industriais e em atividades domiciliares, ou a queima de resíduos sólidos que poderiam ser reciclados.
5. Incentivar a oferta descentralizada de energia, assim como sugere o PNE 2050, para que a infraestrutura urbana seja modificada para o sistema

ser mais sustentável e eficiente.

6. Incentivar as tecnologias de geração distribuída. Para tornar a matriz elétrica brasileira mais sustentável e barata. O incentivo à micro e mini geração distribuídas garantirá maior segurança energética e demandará menor quantidade de energia a ser gerada.

7. Modernizar as redes de energia elétrica para redes inteligentes, de forma a garantir qualidade adequada de energia e suportar situações de estresse¹¹² no sistema.

8. Estabelecer diretrizes claras a respeito da política de investimentos em eficiência energética para o longo prazo, implementar um plano condizente com essas diretrizes e monitorar e avaliar o impacto desse plano.

9. Aprimorar e utilizar os indicadores de continuidade de serviço DEC e FEC para mensurar a qualidade do acesso confiável à energia elétrica.

10. Implantar políticas mais audaciosas de transição da matriz ainda majoritariamente baseada em combustíveis fósseis e sistema hídrico de grande impacto ambiental e social para um modelo efetivamente sustentável e renovável. O Brasil por suas condições socioambientais tem capacidade de ir muito além do Acordo de Paris.

112. Situações em que a demanda por energia é maior do que a oferta gerada.



© Foto: Alessandra Nilo

ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO, E TRABALHO DECENTE PARA TODOS

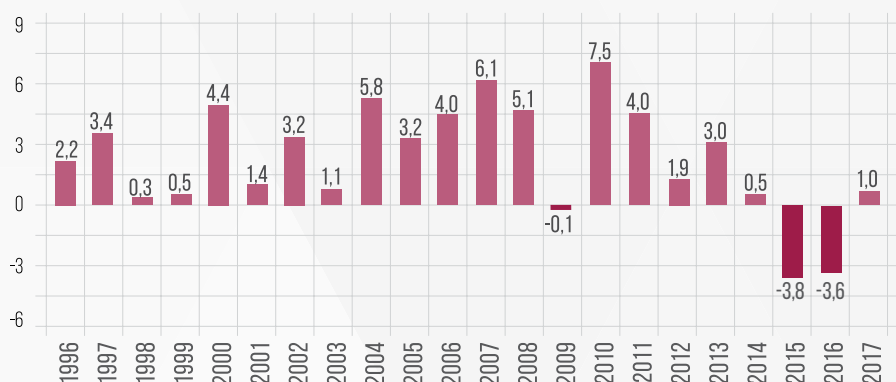
O sucateamento das políticas públicas de financiamento interno do governo brasileiro indicam austeridade fiscal danosa. Retira-se recursos de programas sociais, o que, aliado à recessão e estagnação dos últimos quatro anos, tem alto impacto no campo do trabalho e aumenta-se desigualdades, impedindo o acesso ao emprego produtivo e ao trabalho decente para todas as pessoas economicamente ativas. Tal contexto agrava-se pela Emenda Constitucional 95 que, como mencionado em outros capítulos, corta orçamento de políticas e serviços básicos estruturantes¹¹³. A Reforma Trabalhista, recentemente adotada no Brasil, tampouco, veio para

proteger direitos trabalhistas e sindicais ou promover ambientes de trabalho seguros e equânimes, como acordado na Agenda de Ação de Adis Abeba¹¹⁴.

Sobre Taxa de Crescimento do PIB per capita (**Meta 8.1**)¹¹⁵ – Segundo o IBGE, entre 1996 e 2008 houve variação positiva com exceção de 2009, quando a crise financeira mundial surtiu efeitos na economia nacional. Apesar de crescer em 2010, a partir de 2012 há queda acentuada e tendência recessiva, com leve volta positiva, em 2017. Houve crescimento do PIB per capita assim como o PIB nacional de 0,2% em relação a 2016 – R\$31.587 (US\$9.543)¹¹⁶.

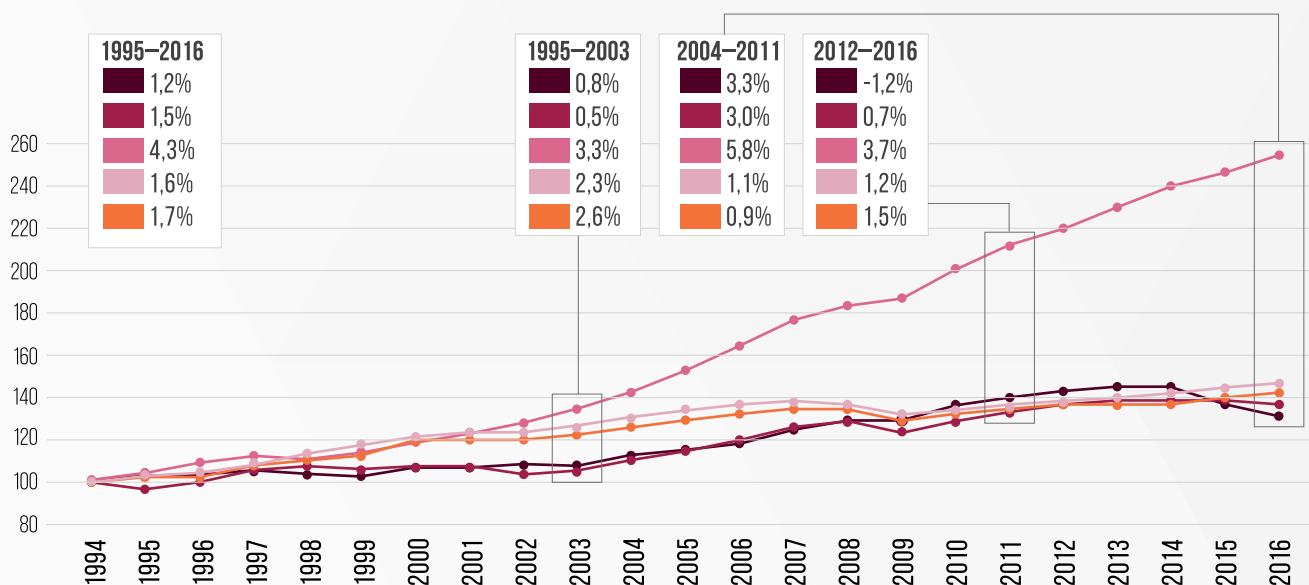
113. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm 114. Agenda de Ação de Adis Abeba, § 13. 115. Meta 8.1: Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos crescimento anual de 7% do PIBA nos países de menor desenvolvimento relativo. 116. Cotação do dólar em 31/03/2018: R\$ 1,00 = US\$ 3,31 – Fonte: Banco do Brasil <https://internacional.bb.com.br/displayRatesBR.bb>

Gráfico 16. **PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DO PIB ANO A ANO**



Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data.

Gráficos 17. **PIB PER CAPITA**
ÍNDICE: 1994 = 100

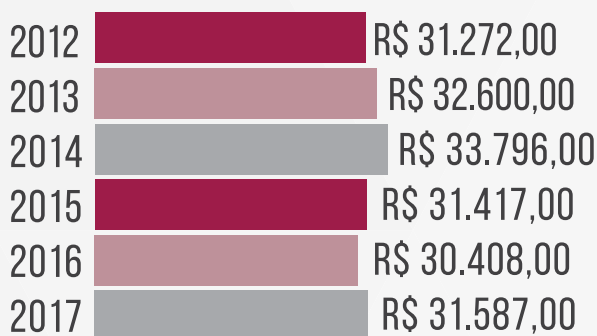


	BRASIL	AMÉRICA LATINA E CARIBE	MERCADOS EMERGENTES	OCDE	EUA	CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO
PIB PER CAPITA	1994	11.401	12.114	4.874	29.258	39.237
	2016	14.985	16.643	12.293	41.628	57.350
TAXA DE CRESCIMENTO TOTAL	31,4%	37,4%	152,2%	42,3%	46,2%	

Nota: PIB em US\$ de 2016, ajustado pela PPP. O índice 1994=100 significa que o valor da renda per capita em 1994 de cada economia foi normalizado para 100. Isso facilita a visualização das trajetórias de crescimento. Por exemplo, um valor de 150 corresponde a uma renda per capita 50% acima de seu valor no ano base de 1994. Fonte: Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

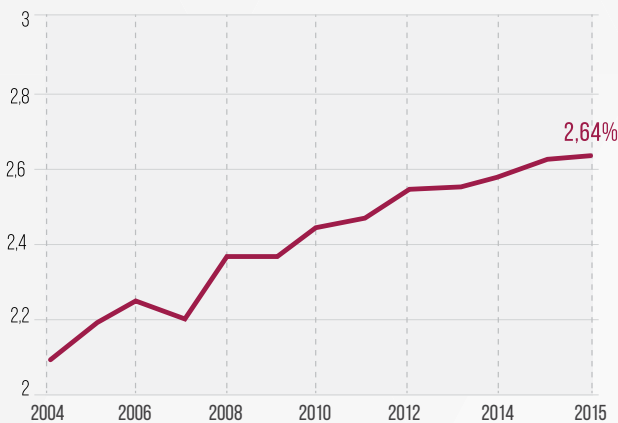
O PIB per capita não mostra o grau de desigualdade de renda da sociedade brasileira, altamente concentrada, como comentado em outros capítulos desta publicação. As barreiras para alcançar a **Meta 8.2**¹¹⁷ incluem o fato de que ainda estamos sob a hegemonia de setores controlados por oligopólios (comunicação, alimentos – e os produtos alimentícios ultraprocessados, danosos à saúde como indicado no capítulo sobre o **ODS 3** –, tabaco, maquinário mecânico, elétrico e eletrônico,

Gráfico 18. **BRASIL - PIB PER CAPITA POR ANO**



Fonte: IBGE.

Gráfico 19. **PARTICIPAÇÃO DO PIB CRIATIVO NO PIB BRASILEIRO, EM %**



Fonte: Mapeamento da indústria Criativa da Firjan (Federação das indústrias do Rio de Janeiro) - Dezembro/2016

siderurgia, metalurgia, automóveis, química e petroquímica), ou limitados pela monocultura exportadora (soja, café, carne, açúcar, tabaco, couro) e de consumo interno (milho, feijão, arroz, aveia). Há baixo investimento em ciência e tecnologia, o que gera pouca inovação (ver ODS 17).

Em 2015, segundo o Ministério do Trabalho tínhamos, por exemplo, 892,5 mil postos de trabalho no setor da economia criativa, representando 0,9% do total de pessoas empregadas. Novos negócios de economia criativa em mobiliário e design industrial começam a mostrar resultados em algumas praças, como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, mas tem participação geral tímida na economia nacional e em exportação (conforme gráfico 19).

Uma barreira para a **Meta 8.3**¹¹⁸ é acessar o serviço financeiro para empreender no Brasil, devido às altas taxas de juros dos órgãos financiadores (bancos comerciais públicos e privados).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) diferencia-se por praticar taxas de juros competitivas no mercado internacional (<2,5%), mas com oferta destinada a grandes empreendimentos (>5 milhões de Reais). As micro e pequenas empresas contribuem com 29% do PIB e são responsáveis por 52% dos empregos formais no Brasil, mas o crédito é caro e capitalismo de risco ainda é um nicho de classe territorializado em São Paulo. O *Doing Business Index* aponta que o Brasil está na posição 175 entre 190 países em termos de facilidade para se abrir uma empresa. Enquanto isso, a política tributária onera a produção e o trabalho como fato gerador, que é fonte de financiamento para a seguridade social e formação de poupança (PIS/Cofins, INSS, FGTS, FAT, este fonte de recursos para o próprio BNDES).

A **Meta 8.4**¹¹⁹ apresenta diversos desafios (e oportunidades) para o Brasil, cujo modelo de desenvolvimento é ancorado em atividades primárias, como o extrativismo mineral, monoculturas agrícolas e indústria petroquímica, trazendo externalidades negativas. A necessidade de reduzir os resíduos sólidos produzidos por padrões de embalagens de plástico e outros materiais para invólucro de produtos de consumo final retrata este grande desafio, demandando ações coordenadas dos setores de celulose ou

117. Meta 8.2: Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra. 118. Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. 119. Meta 8.4: Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

polipropilenos até com o de publicidade. No entanto, houve um crescimento de 1,7% de consumo interno de materiais, ultrapassando quatro (4) milhões de toneladas por ano e representando, em média, um **consumo per capita de 19 toneladas de material por ano**.

Importante medida de eficiência de recursos na economia, a pegada de *materiais no Brasil está em estado crítico* (entre 0.6 e 0.8 IEFI – Integrated Environmental Footprint Index) em grandes e médias cidades. Estudos de caso, como desenvolvido na Paraíba¹²⁰ em 2017, mostram a dificuldade de conter a pegada, por esta resultar da colusão de fluxos econômicos e capacidade biológica de absorção dos impactos das atividades humanas (SILVA et al: 2017). Por outro lado, pequenas cidades e comunidades indígenas e quilombola apresentam considerável redução de pegada de materiais (água, ecológico, carbono), mostrando que é possível fazer diferente.

O Brasil se encontra em 79º lugar no Índice Global de Pegadas de Materiais, porém esta posição é beneficiada por sua área geográfica e sua dimensão biológica, escondendo a diminuição de áreas naturais devido ao desmatamento (ver ODS 13 e 15), um claro sinal de dano à biosfera causado por sistemas produtivos não sustentáveis.

O ODS 8 também tem grande foco na questão do emprego e condições de trabalho. Em relação à **Meta 8.5**¹²¹, apesar da pequena elevação do PIB em 2017, não há indicadores que apontem para melhoria da qualidade do emprego no País. Segundo o IBGE¹²², a população economicamente ativa era de 92,1 milhões de pessoas em 2017, mas a maioria dos trabalhos disponibilizados foram no campo da economia informal e o ano fechou com 11,8% de pessoas em situação de desemprego em relação ao total da população economicamente ativa (PEA). **A taxa média de desemprego em 2017 foi 12,7%, a maior desde o início da série histórica em 2012, atingindo 13,2 milhões de pessoas, um recorde para o Brasil.**

Importante observar a ausência de dados sobre a economia informal, que também agrega um contingente nebuloso de pessoas que atuam em negócios ilícitos, de contra-

bando de cigarros a finanças na sombra (*shadow banking*), ou através do setor bancário paralelo (*factoring* de troca de cheques, câmbio paralelo, investimento de balcão etc.)

Sobre a **Meta 8.6**¹²³, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o IBGE informam que, em 2017, o Brasil teve taxa de desemprego de 30% entre a população jovem de 16 a 24 anos. Além da diferença salarial de gênero, já comentada no **ODS 5**, diferentes metodologias apontam para diversos índices percentuais da superioridade de salários de homens sobre mulheres. A qualidade da Educação é determinante para realizar esta meta, como afirmado no capítulo sobre o **ODS 4**.

Também muito ainda falta ser feito sobre erradicação do trabalho infantil (**Meta 8.7**¹²⁴). Em 2015, o Brasil tinha 2.671.893 pessoas jovens ocupadas na faixa etária de 5 aos 17 anos, das quais 1.815.894 estavam em atividades não agrícolas e 855.999 desempenharam atividades agrícolas. O principal grupo etário a exercer algum tipo de ocupação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tem entre 15 e 17 anos. Nas regiões Norte e Nordeste, o número de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos exercendo alguma ocupação é o maior do país: 231.579. Em 2015, foram notificados 2.824 acidentes de trabalho entre menores de 17 anos, concentrados, principalmente, em São Paulo (1.250 notificações).

A PNAD-Contínua apontou que em 2016 tínhamos 1,8 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, mas a mudança de metodologia da pesquisa excluiu da mensuração as 715.576 que trabalharam “para próprio consumo e/ou uso” (conforme nova metodologia), contrariando o que diz a Constituição Federal e excluindo crianças e adolescentes que trabalham na agricultura familiar e realizam trabalho doméstico, entre outros. Os movimentos da infância defendem que, para cumprir a Meta 8.7 dos ODS, o número de crianças e adolescentes que trabalham que deve ser considerado é o de 2.550.484.

A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 (Lei 13.467/2017), fez o oposto do que diz a **Meta 8.8**¹²⁵ e fundamenta-se na ideia de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atravança o crescimento econômico¹²⁶. Contrário a isso, movimentos sociais e sindicatos afirmam que, com

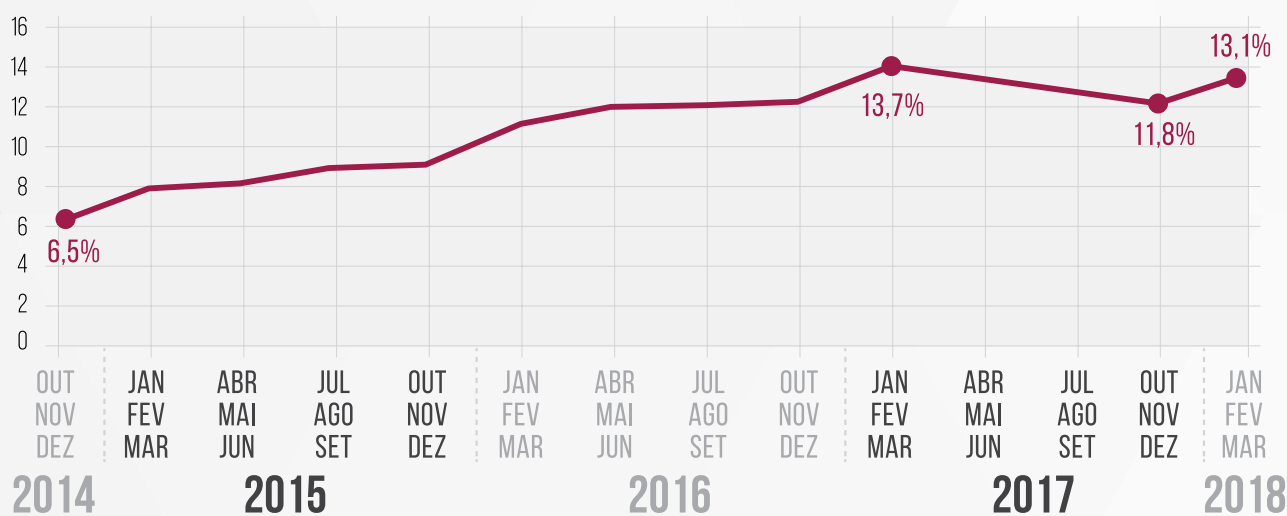
120. SILVA, Vicente de P. R. da; ALEIXO, Danilo de O.; CAMPOS, João H. B. da C.; ARAÚJO, Lincoln E.; SOUZA, Enio P. *Integrated Environmental Footprint Index: (Left): Model Development and Validation*. Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, Brasil. (vicente.paulo@ufcg.edu.br). 121. Meta 8.5: Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. 122. Dados de 31/01/2018– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/PNAD Contínua. 123. Meta 8.6: Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação. 124. Meta 8.7: Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas. 125. Meta 8.8: Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros. 126. Ver textos da CNI (101 Propostas para Modernização Trabalhista, 2012; Agenda Legislativa da Indústria, 2014; Caminhos da Modernização Trabalhista, 2016); CNA (Proposta da Bancada de Empregadores, 2016; Balanço 2016 e Perspectivas 2017).

mais direitos e renda, assalariados injetam bilhões de reais na economia e aumentam o consumo interno, gerando mais empregos. A Reforma flexibilizou contratos, criando incentivos para emprego temporário e pressionou a sustentabilidade das entidades sindicais. O gráfico (CNI, 2018)¹²⁷ indica que a produtividade da indústria brasileira cresce sistematicamente há décadas. Mas não há indicadores que demons-

trem que é a CLT que torna os produtos brasileiros pouco competitivos no mercado internacional.

Segundo o Banco Central do Brasil, 87,1% da população de 15 anos ou mais estava inserida no sistema financeiro formal em 2016, com conta bancária ou utilizando serviços financeiros (**Meta 8.10**¹²⁸).

Gráfico 20. **TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)**
PNAD - CONTÍNUA



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa, DPE.

RECOMENDAÇÕES

1. Implementar estratégia de transição para um modelo de economia circular nos principais setores da economia brasileira, com foco em modelos de negócios regenerativos e na conservação da biodiversidade.
2. Aumentar recursos para a economia criativa, investir de forma adequada em C&T e na educação

em tecnologia, design e produção cultural e aumentar o financiamento para ciência e tecnologia em diversas áreas.

3. Estabelecer política de reutilização de resíduos sólidos, incentivando a indústria de reciclagem de materiais no Brasil de forma descentralizada; incentivar o uso de embalagens biodegradáveis; incentivar a indústria de consumo a diminuir seu uso de embalagens (reengenharia comunicacional sobre diferenciação em marketing) e incentivar a

127. Indústria em números – Maio 2018 – CNI – www.cni.org.br/indicadorescni 128. Meta 8.10: Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.

reflexão nos centros de formação de profissionais em publicidade, design, marketing e administração.

4. Estabelecer força tarefa para erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado no Brasil, aumentando a fiscalização e garantindo a eficiência do sistema de garantia de direitos.

5. Reestruturar e modernizar os programas governamentais destinados à resolução de questões referentes a oferta e procura, emprego, desemprego, precarização, hierarquização e segmentação, com atenção

especial às políticas voltadas às mulheres visando à equidade de gênero, e garantindo condições de trabalho dignas a toda a população brasileira.

6. Garantir a implementação da Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e o artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): a contratação de adolescentes em estado de aprendizagem deve ser feita por meio de contrato, com carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados, enquanto seguem estudando e se desenvolvendo.

ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

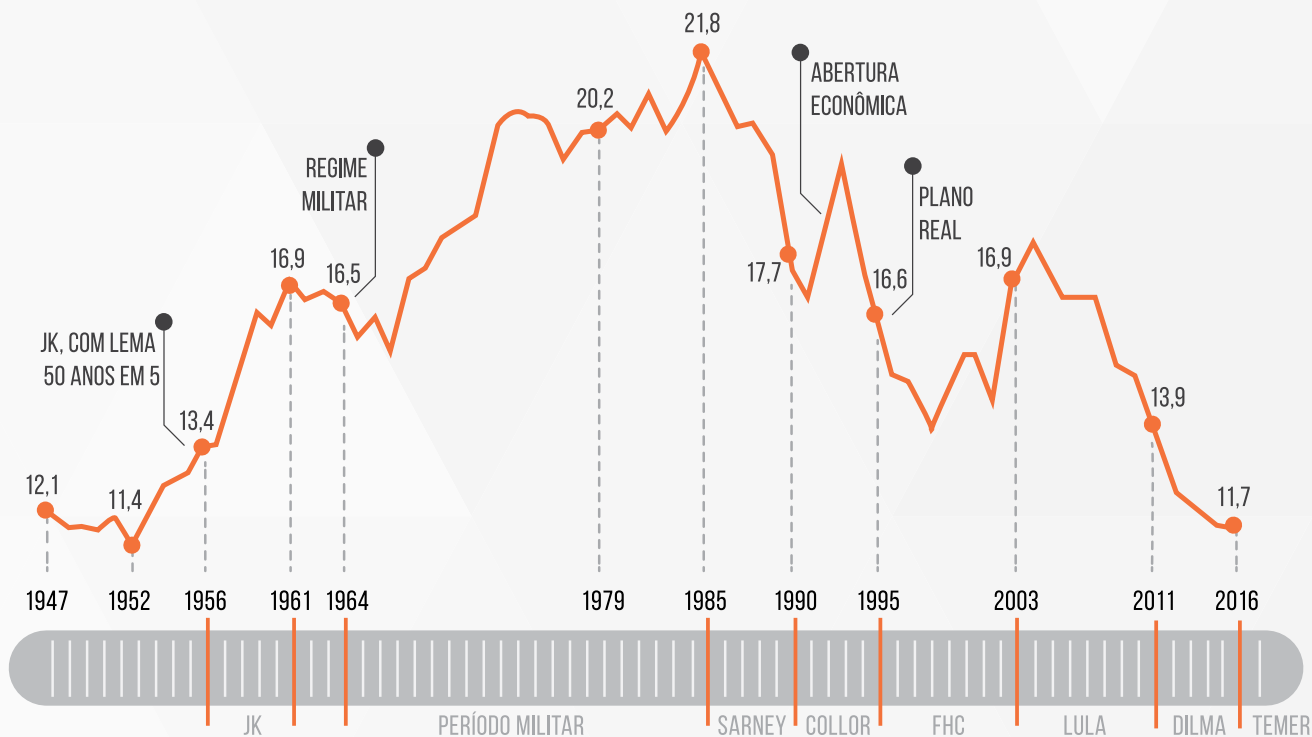
As políticas industriais, de inovação e de expansão e modernização de infraestrutura são fundamentais para o desenvolvimento e, de fato, os países que atingiram elevados níveis de bem-estar social passaram por importantes ciclos que incorporaram, em menor ou maior grau, essas três variáveis. O Brasil, porém, vem há décadas apresentando desempenho muito aquém de outros países emergentes e desenvolvidos e segue carente de uma política industrial robusta, frequentemente fazendo uso de incentivos para ganhos de curto-prazo e desconsiderando as questões socioambientais. O campo da inovação padece da mesma miopia estratégica, com inúmeras barreiras à efetividade das iniciativas de pesquisa e desenvolvimento e à introdução de novas tecnologias, bem como pouca articulação entre os principais segmentos nelas envolvidos. Somados à carência

de infraestrutura de qualidade, tal quadro se traduz em uma baixíssima produtividade, baixo retorno no investimento público e reduzidos índices de competitividade em grande parte dos setores da economia nacional.

A análise da **Meta 9.2**¹²⁹ evidencia a perda de importância da indústria de transformação brasileira na composição do Produto Interno Bruto (PIB), refletindo o baixo nível de competitividade que se intensificou nos últimos anos. O setor, que chegou a representar 17,8% do total de bens e serviços produzidos no Brasil em 2004, representou em 2015 somente 12,2% do total. No setor industrial como um todo, que considera também os segmentos extrativos, de construção e de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos, essa participação caiu de 28,6% para 22,5% no mesmo período.

129. Meta 9.2: Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.

Gráfico 21. **EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA NO PIB (1947 A 2016)**
CRISE NA INDÚSTRIA - PARTICIPAÇÃO DO SETOR EM 2016 É O MAIS BAIXO DESDE 1952



Fonte: Panorama da Indústria de Transformação Brasileira (FIESP) – 14ª Edição

Os momentos positivos das indústrias de construção civil e extrativa durante os anos 2000 contribuíram para sustentar um certo nível de atividade da indústria nacional, porém as tentativas governamentais de lidar com as crises posteriores fracassaram. Passados os momentos favoráveis das *commodities*, com os escândalos envolvendo as principais empresas no setor da construção, a gravidade da situação ficou evidente. Exemplo desses fracassos foi a política das ‘campeãs nacionais’, focada em favorecer as grandes empresas da indústria nacional com potencial de internacionalização via empréstimos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, mas que teve como efeito colateral a proteção a empresas ineficientes, bem como o prejuízo à produtividade e ao desenvolvimento de setores mais inovadores, contribuindo ainda mais para o desequilíbrio fiscal.

Pouco se fez em relação às barreiras estruturais que limitam a produtividade e a competitividade do Brasil,

cujos desempenhos sofríveis têm grande impacto sobre a indústria. O Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial 2017-2018¹³⁰, por exemplo, posiciona o Brasil na 80ª posição entre os 137 países avaliados pela qualidade geral de sua infraestrutura, considerando transportes, energia e telefonia. Já o ranking “*Doing Business*”¹³¹, do Banco Mundial, que avalia a facilidade de se fazer negócios em 190 países do mundo, tem o Brasil ocupando o 125º lugar. O país ainda encontra-se entre os 10 piores do mundo em relação à carga de tributos e entre 15 piores para se começar um negócio.

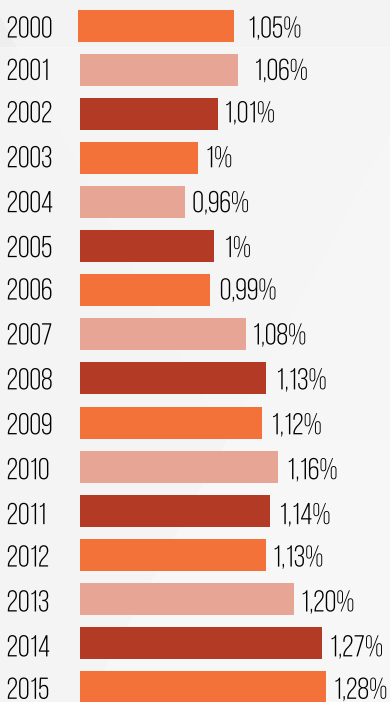
Estas condições são barreiras ao empreendedorismo e à inovação no Brasil. No primeiro caso, a negligência com os pequenos negócios e *startups* tem em um de seus expoentes a prioridade de acesso a crédito pelos bancos públicos. A carteira de empréstimos do BNDES, por exemplo, teve participação histórica deste segmento, sempre inferior a 25% até 2016. Em 2017, entretanto, este valor chegou a

130. <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2017-2018> 131. <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo9/indicador922>

42%, o valor mais alto da série histórica. Embora influenciado pela redução do desembolso total do banco (-)19% em relação a 2016, a mudança pode ser encarada como um avanço em relação à **Meta 9.3**¹³².

Já no caso da inovação, refletida nas **Metas 9.4**¹³³ e **9.5**¹³⁴, incentivos como a consolidação de um marco legal e mecanismos como a Lei de Inovação e os Fundos Setoriais para Inovação, esbarram na falta de uma visão estratégica de longo prazo que articule diferentes políticas e setores, o que resulta na fragmentação e ineficiência de esforços. O baixo investimento, tanto privado quanto público, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) também é um elemento da ineficácia das políticas voltadas à inovação no Brasil.

Gráfico 22. **DISPÊNDIO EM P&D EM PROPORÇÃO DO PIB - BRASIL - 2000-2015**



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais - CONAC; e Estimativas da População - COPIS- Dispêndio em P&D em proporção do PIB

Os resultados deste cenário se expressam no **Índice Global de Inovação**, divulgado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), **no qual o país ocupa apenas a 69ª posição, não tendo apresentado qualquer avanço entre 2016 e 2017**. Além das dificuldades no ambiente de negócios, o relatório ainda traz uma série de dados negativos em comparação com outros países, tais como o acesso ao ensino superior, investimento, mercado de crédito e impacto das novas patentes no crescimento da economia.

As deficiências da infraestrutura nacional completam o cenário desafiador para o desenvolvimento, se apresentando como um eixo transversal que afeta diversos setores da economia e o bem-estar da população, tema da **Meta 9.1**¹³⁵. Apesar da restrição de dados existentes para avaliar o desempenho brasileiro e subnacional em relação a esta meta, desastres como o ocorrido na cidade de Mariana (rompimento da barragem de dejetos minerais que invadiu o Rio Doce em Minas Gerais), em 2015, evidenciam a negligência no trato destes projetos e a prevalência dos interesses econômicos sobre as questões socioambientais que afetam a vida de milhões de pessoas.

O Brasil, assim, segue sem aproveitar as oportunidades para promover um novo modelo de desenvolvimento, pautado na economia circular, com investimentos em tecnologias verdes e uso estratégico de seus recursos naturais integrado à indústria. Frequentemente são tomadas medidas de curto prazo voltadas ao favorecimento de setores específicos, sem que questões estruturais do ambiente de negócios e o do desenvolvimento sejam abordadas. Neste contexto, o desafio é ainda maior em 2018. O país enfrenta um déficit fiscal alto e o setor privado, diante da instabilidade política e insegurança jurídica, tampouco demonstra apetite por investimentos de longo prazo. Será fundamental a articulação, transparente e responsável, entre os diversos setores, para construir um planejamento de longo prazo que permita a superação desta crise e entrada do Brasil no caminho da sustentabilidade. As metas trazidas pelo ODS 9 podem ter um grande papel nesta transição.

132. Meta 9.3: Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados. **133.** Meta 9.4: Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades. **134.** Meta 9.5: Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento. **135.** Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

RECOMENDAÇÕES

1. Garantir a isonomia de condições de competitividade no país, com o Estado exercendo seu papel por meio de ajustes que visem corrigir as distorções de mercado, com vistas ao desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

2. Redefinir a política de investimento dos bancos de desenvolvimento rumo ao apoio à inovação, às pequenas e médias empresas e para consolidação de uma estrutura produtiva e de consumo voltada a um novo modelo econômico, pautado na justiça social e na baixa emissão de gases de efeito estufa, alinhada aos ODS.

3. Aumentar os investimentos em infraestrutura verde de transportes e comunicação, visando à integração regional e à superação dos gargalos de competitividade da economia nacional relacionadas a estas áreas.

4. Garantir um ambiente de negócios pautado pela estabilidade jurídica e institucional.

5. Fomentar a pesquisa em economia circular e formas de valorizar os materiais dentro das cadeias de valor, por meio de incentivos tributários, padrões mínimos de eficiência e valoração de ciclo de vida.

6. Facilitar o acesso a crédito e à formalização às micro e pequenas empresas, incluindo aquelas voltadas às novas tecnologias.

7. Desenvolver e implantar uma política de inovação de longo prazo orientada por missões e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

8. Promover mecanismos de incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa na indústria e demais setores da economia nacional, seja via alocação de emissões, seja por meio de incentivos tributários, que garantam o investimento em tecnologias não poluentes.



ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

As medidas fiscais pró-cíclicas adotadas pelo Brasil têm resultado em retrocessos sociais, econômicos e ambientais e violado direitos básicos da população brasileira à alimentação, à saúde e à educação, entre outros, ao mesmo tempo em que aprofundam as desigualdades de gênero, raça e etnia, e renda (ver capítulos ODS 1, 2, 4, 5, 8), impossibilitando o cumprimento do ODS 10. Exemplo disso, e um fator determinante e contrário à implementação da Agenda 2030, é a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos, inclusive os sociais, por 20 anos.

Enquanto se exacerbam os níveis extremos de desigualdade, o Governo Federal segue ignorando opções como a tributação progressiva e a auditoria da dívida pública, cuja amortização e juros alcançaram 519 bilhões de reais em 2017, ou 34% do PIB do mesmo ano.

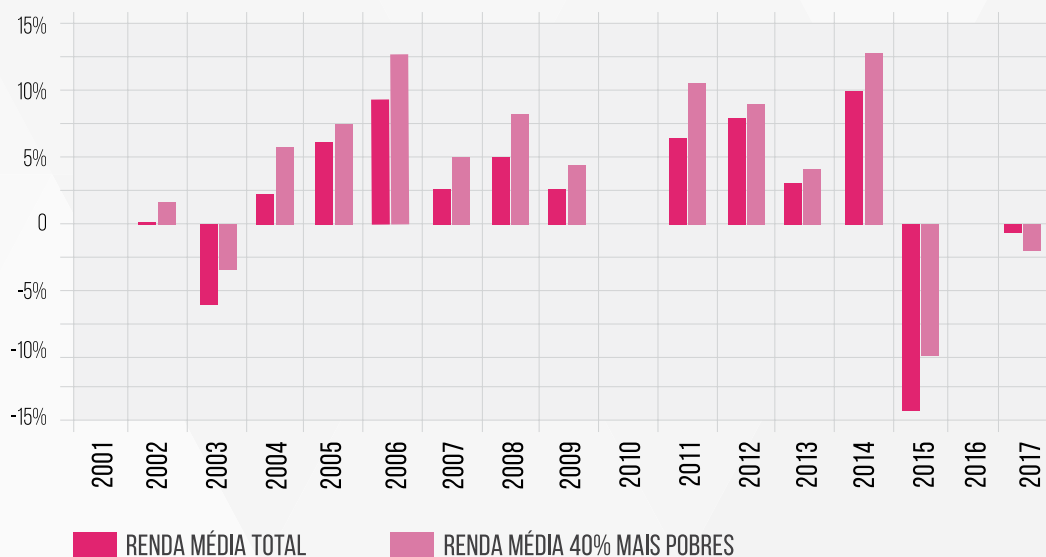
Os retrocessos já apresentados nesta publicação re-

presentam barreiras para que se alcance e se sustente progressivamente, até 2030, o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional, como previsto na **Meta 10.1**¹³⁶. Entre 2001 e 2014 a renda média dos 40% mais pobres variou acima da média nacional, caindo gravemente a partir de 2015: **na variação 2016/2017, os 40% mais pobres perderam mais do que a média**¹³⁷.

Importante destacar que a concentração de renda do 1% de brasileiros super ricos é a maior do mundo¹³⁸. Em 2017 estes recebiam, em média, 36,1 vezes mais que a metade da população com os menores rendimentos (R\$ 754). Os 10% mais ricos detiveram 43,3% do total de rendimentos do país, enquanto os 10% mais pobres detinham somente 0,7%. Os dados regionais também revelam desigualdades: no Nordeste essa razão foi de 44,9 vezes e na região Sul, 25 vezes.

136. Meta 10.1: Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional. 137. Não foi possível comparar 2016 com 2015 por descontinuidade das PNADs anuais. 138. Direitos Humanos em Tempos de Austeridade. Inesc, CESR e Oxfam Brasil (2017) https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Fact_Sheet_2_Portugues_V_digital_2.pdf

Gráfico 23. **BRASIL - VARIAÇÃO DE RENDA MÉDIA DOS 40% MAIS POBRES**

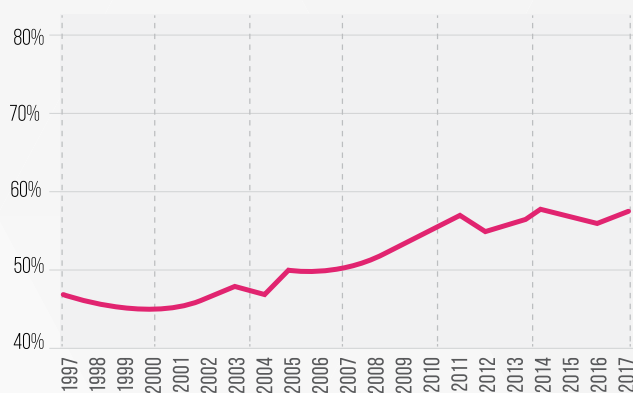


Fonte: Ipeadata/PNAD e IBGE/PNAD Contínua 2016 e 2017

Tal realidade é um desafio também para alcance da **Meta 10.2**¹³⁹. Como já apresentado no **ODS 1**, depois de consistente período de queda, o número de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou 11,2%, passando de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, ano em que, em média, houve queda de 0,56% no rendimento mensal real na comparação com 2016. O rendimento proveniente do trabalho caiu 1,36%¹⁴⁰, demonstrando tendência de estagnação e redução da média salarial no Brasil. Adiciona-se à perda do valor real da renda do trabalho, a inflação acumulada em 2017, de 2,95%.

Da mesma forma, **as desigualdades raciais seguem abissais**, com a renda dos(as) trabalhadores(as) negros(as) correspondendo a 56% da dos brancos. Apesar da ligeira melhora nas últimas duas décadas (em 1995 o percentual era de 45%), a partir de 2011 não se observam avanços. As desigualdades de renda também afetam as pessoas jovens, especialmente aquelas em regiões mais vulneráveis: segundo o IBGE, em 9 das 27 Unidades da Federação a renda dos trabalhadores de 14 a 17 anos é inferior a 50% da renda média nacional para essa faixa etária; sete desses estados são da Região Nordeste e um da Região Norte. No caso das mulheres, apesar de trabalharem mais e terem nível educacional mais alto, elas recebem, em média, 3/4 (76,5%) dos rendimentos dos homens¹⁴¹, como apresentados nos **ODS 5 e ODS 8** desta publicação.

Gráfico 24. **PROPORÇÃO DE RENDA ENTRE NEGROS E BRANCOS**



Fonte: IPEA Retratos 2014, PNAD Contínua.

“Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas”, como pede a **Meta 10.3**, não parece fazer parte da agenda prioritária do Brasil. Em 2015, segundo levantamento da Oxfam a partir de dados da Câmara Federl, foram aprovadas um total de 389 normas legais. Destas, ao menos 23 impactam o sistema tri-

139. Meta 10.2 :Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. 140. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> 141. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

butário e as políticas sociais, e a maioria expressa retrocessos, na medida em que flexibilizam as relações de trabalho, extinguem órgãos voltados para a promoção da igualdade de gênero e raça/etnia e afrouxam normas ambientais, entre outras, como já dito nos capítulos anteriores deste relatório. Merecem destaque:

- A Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016, que estabelece um limite de reajuste no orçamento público federal (incluindo gastos sociais), com exceção dos gastos financeiros, indexado ao percentual de inflação do ano anterior;
- A Lei 13.341, de 29/09/2016, que extingue todos os ministérios de agenda transversal (SEPPPIR, Secretaria de Políticas para Mulheres, MDA);
- A Lei 13.467, de 28/07/2017, que institui a Reforma Trabalhista e;
- A Lei 13.465, de 11/07/2017, conhecida como “MP da grilagem”, que consolida invasões de grandes proprietários em terras públicas na Amazônia.

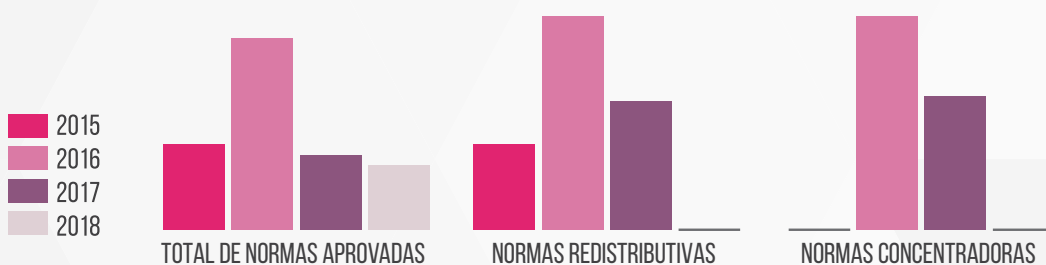
Dentre as normas legais progressistas aprovadas neste período, vale destacar que:

- A Lei 13.362, de 23/11/2016 amplia o alcance do SUS a mulheres com deficiência;
- Lei 13.333, de 12/09/2016 prorroga o Programa “Mais Médicos”.

Na mesma linha, contrário ao previsto na **Meta 10.4**¹⁴², o Brasil segue como um dos mais desiguais do mundo, mesmo com carga tributária (33% do PIB) próxima à média da OCDE (34%) e acima da média da América Latina (22%)¹⁴³. O País segue com uma política tributária regressiva baseada em tributos indiretos e seu subfinanciamento de programas sociais é ineficiente, num contexto de recessão econômica: entre 2014 e 2016, as políticas públicas na área social tiveram redução orçamentária de até 83%. A área mais impactada foi a de direitos da juventude, seguida dos programas de segurança alimentar, mudanças climáticas, moradia digna e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes¹⁴⁴. Vale enfatizar que, com a EC 95/16, a previsão de crescimento do PIB é menor do que sem ela, e a previsão de resultado fiscal com ou sem a EC 95 é praticamente igual (Albano, 2017).

Sobre a **Meta 10.5**, de *melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações*, destacamos que apesar de no Brasil haver regulação financeira ordenada sob controle do Banco Central e das outras instituições que compõem o sistema financeiro, há uma expansão envolvendo o mercado de atividades “sombra”, ou *shadow-banking* e os fluxos ilícitos de capital, não apenas oriundos de corrupção mas, também, de truques contábeis corporativos para a elisão fiscal, segundo o Global Financial Integrity e a Eurodad¹⁴⁵. Além disso, as instituições financeiras internacionais, estão isentas do pagamento de imposto de renda sobre os ganhos com aplicações em títulos públicos federais, pela Lei nº 11.312/2006, instituído com o instrumento de Medida

Gráficos 25. **BRASIL - NORMAS FEDERAIS PUBLICADAS DESDE A ASSINATURA DOS ODS, TOTAL E POR TEOR (REDISTRIBUTIVO OU CONCENTRADOR DE RENDA MONETÁRIA OU NÃO MONETÁRIA)**



Fonte: Câmara dos Deputados (maio/2018), com elaboração de Oxfam Brasil

142. Meta 10.4: Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

143. Efeito Redistributivo da Política Fiscal do Brasil (2017) http://seae.fazenda.gov.br/destaques/redistributiva/efeito_redistributivo_12_2017.pdf. Acesso: 5 /05/ 2018 144. Direitos Humanos em Tempos de Austeridade. Inesc, CESR e Oxfam Brasil (2017) https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Fact_Sheet_2_Portugues_V_digital_2.pdf Acesso: 12/5/ 2018 145. KAR, Dev (2014). Brazil: Capital Flights, Illicit Flows, and Microeconomic Crisis, 1961-2012 (Washington, DC)

Provisória (nº 281/2006), sem a devida discussão com a sociedade, o que também demanda o aprimoramento da regulamentação.

Também identificamos desafios para alcance da **Meta 10.6**¹⁴⁶, pois apesar de algumas reformas nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) aumentarem um pouco o direito à voto das economias emergentes, as insatisfações permanecem. A participação decisória do Brasil no FMI e no Banco Mundial aumentou, passando de pouco mais de 1% para percentual ligeiramente superior a 2%, mas isso é muito aquém do desejado. No geral, pouco se sabe sobre qual é a agenda defendida pelo Brasil nas IFI pois, além de não haver consultas formais, não há qualquer espaço institucional para prestação de contas à sociedade. Sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), por exemplo, preocupa a falta de transparência sobre as estratégias do País. Não se sabe se estas contribuirão para a promoção de um desenvolvimento inclusivo; não há definições específicas do que seja “desenvolvimento sustentável”; não existem evidências de salvaguardas sociais e ambientais que anulem ou mitiguem os impactos negativos das ações financiadas; não existem mecanismos formais de participação da sociedade civil ou das pessoas

que serão impactadas pelos projetos e se desconhece as estratégias de alinhamento à Agenda 2030.

Em relação à **Meta 10.7**¹⁴⁷, o Brasil possuía legislação sobre refúgio – a Lei n. 9.474/1997 (BRASIL, 1997) – e adotava políticas de acolhimento humanitário, como no caso de haitianos. Mas só em 2017 foi sancionada a lei de migração (13.445/2017) que acabou com o Estatuto dos Estrangeiros, aparato jurídico da época do regime militar baseado na doutrina da segurança nacional. A lei prevê a adoção de residência, por causa humanitária, com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, das imigrantes, visitantes e estabelecendo a definição de apátridas, para acolher as que perdem sua nacionalidade. O decreto 9.199/2017¹⁴⁸ que regulamenta a lei, porém, tem sido duramente criticado, inclusive pela Defensoria Pública da União (DPU), que solicitou 47 modificações ao texto por impedirem, na prática, avanços previstos na lei¹⁴⁹. Segundo a ONU Brasil, no caso da crise de migração da Venezuela¹⁵⁰ a Polícia Federal informou que foram feitos 32.859 pedidos de refúgio por venezuelanos até abril/2018, (96% deles desde 2016) e que o Governo Federal já emitiu 16.941 vistos de residência¹⁵¹.

RECOMENDAÇÕES

1. Revogar imediatamente a Emenda Constitucional 95.
2. Promover reforma tributária progressiva, participativa e inclusiva. Para promover o desenvolvimento sustentável e consistente, a tributação deve

ser progressiva e os gastos alinhados aos princípios da Agenda 2030, com realização progressiva dos direitos e de não discriminação.

3. Criar o Conselho Nacional de Política Externa.
4. Garantir acolhimento humano e democrático aos e às migrantes, assegurando-lhes direitos e tratamento digno.

146. Meta 10.6 :Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas 147. Meta 10.7: Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas 148. http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.199-2017?OpenDocument 149. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1936866-lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-e-alvo-de-criticas.shtml> 150. <https://gestos.org.br/noticias/anais-pede-ajuda-ao-governo-brasileiro-para-migrantes-venezuelanos-sem-acesso-ao-tratamento-do-hivaid/> 151. <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-apoia-nova-interiorizacao-de-cidadaos-venezuelanos-para-cuiaba/> acessado em 5/05/2018



© Foto: creative commons

ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

No Brasil, a moradia é um direito fundamental previsto na Constituição com o qual o país está falhando há décadas na resolução de um dos seus problemas mais graves e urgentes, como mostra a análise deste ODS.

Garantir o acesso a moradia segura para todas as pessoas, como preconiza a **Meta 11.1**¹⁵² exigiria priorizar e articular áreas diversas da administração pública, enfrentando questões políticas, urbanísticas e fundiárias, o que ainda não ocorreu no País. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o número de habitantes dos chamados “aglomerados subnormais” – classificação do IBGE¹⁵³ –, cresceu

mais de 60%, passando de menos de 7 milhões em 1991 para 11,4 milhões em 2010, um total de 3,2 milhões de domicílios. Outras estatísticas, no entanto, estimam o déficit habitacional em mais de 6,3 milhões de moradias, concentrado¹⁵⁴, sobretudo, nas zonas urbanas (88% em vinte regiões metropolitanas).

Das pessoas que vivem em moradias precárias, mais de 31,6% têm rendimento domiciliar per capita de até meio salário mínimo e apenas 0,9% conta com rendimento domiciliar per capita superior a cinco salários mínimos; 27,8% dos(as) trabalhadores(as) não têm carteira

152. Meta 11.1: Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas. 153. Os aglomerados subnormais incluem favelas, ocupações, grotas, mocambos, palafitas e outros assentamentos irregulares. 154. A Fundação João Pinheiro inclui as habitações que precisam de reformas e adequações por causa de suas condições precárias e desgastes estruturais; as improvisadas, construídas em locais sem fins residenciais, como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc.; as que se caracterizam como coabitação familiar e apartamentos alugados com alta densidade (pelo menos três pessoas por dormitório); e aquelas em que famílias com renda mensal de até três salários mínimos usam mais de 30% do orçamento com moradia, por mais habitável que seja, configurando o chamado ônus com o aluguel.

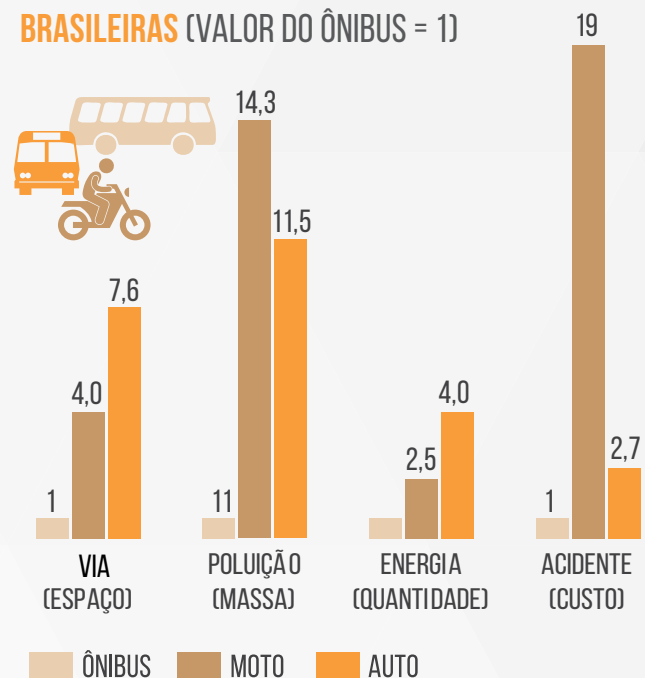
assinada e mais de 3,9 milhões (15,5% do total) têm entre 0 e 17 anos de idade. Sobre as casas nesses assentamentos, 67,3% têm rede de coleta de esgoto ou fossa séptica, 72,5% recebe energia elétrica com medidor exclusivo, 88,3% são abastecidas por rede de água; e 95,4% têm o lixo coletado diretamente ou por caçamba. As regiões Norte, com 11,7% (1.849.604 pessoas); Sudeste, com 7,0% (5.580.869 pessoas); e Nordeste, com 6,2% (3.198.061 pessoas), são as que apresentam o maior número de moradores em favelas¹⁵⁵. Diante deste quadro, resolver o déficit habitacional Brasil deveria ser uma prioridade, estabelecida a partir de múltiplas estratégias e com um olhar integrado para o território, inclusive com ênfase na restrição da especulação imobiliária e fundiária.

As leis que promovem o acesso ao transporte não foram implementadas efetivamente em todos os níveis da federação¹⁵⁶. Os transportes não motorizados (transporte a pé e bicicleta) e o coletivo não tem sido priorizados e as tarifas dos ônibus tiveram aumento acima da inflação nos últimos quinze anos (IPEA, 2016). Além de ser um obstáculo ao alcance da **Meta 11.2**¹⁵⁷, isso prejudica toda a população, uma vez que o transporte representa o terceiro maior gasto das famílias e o auxílio-transporte é dado apenas a quem tem trabalho formal. A população mais pobre compromete até 11% da sua renda com as tarifas de transporte coletivo (IPEA, 2016)¹⁵⁸ e gasta em média 12% a mais de tempo de deslocamento para o trabalho nas regiões metropolitanas (IBGE, 2012)¹⁵⁹. Igualmente, prejudica mais as mulheres, as que mais utilizam o transporte coletivo (Svab¹⁶⁰, 2016; ou ITDP¹⁶¹, 2018, PNAD/IBGE 2016¹⁶²) e, especificamente, as mulheres pretas e pardas, que sofrem maior desigualdade de renda¹⁶³. Com relação à segurança viária, entre 1999 e 2012, houve um aumento de 159% das mortes por acidentes de carro e 1.080% por acidentes de moto. Os acidentes de trânsito custam R\$40 bilhões por ano para a sociedade brasileira (IPEA, 2015¹⁶⁴). Finalmente, sobre segurança de

gênero, 68% das mulheres declaram ter medo de assédio no transporte público (YouGov, 2016).

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) é o principal instrumento de planejamento, mas não obriga aos municípios declarem a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (PMU) ao Ministério das Cidades. Segundo a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana desde 2014, entre os 3.342 municípios que devem apresentar seus PMU, apenas 193 declararam possuir Plano de Mobilidade Urbana elaborado.

Gráficos 26. CONSUMOS E IMPACTO RELATIVOS COM USO DE ÔNIBUS, MOTOS E AUTOS EM CIDADES BRASILEIRAS (VALOR DO ÔNIBUS = 1)



Fonte: Dados de março de 2010 – Sistema de informações da mobilidade urbana – ANTT¹⁶⁵

155. O Pará, com 1.267.159 pessoas (16,7%); Amapá, com 108.086 (16,2%); Rio de Janeiro, com 2.023.744; Amazonas, com 381.307 (11%); e Pernambuco, com 875.378 pessoas (10,0%), são os Estados que possuem o maior contingente populacional residindo nesses locais. 156. Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNU) (12.587/2012) e a Lei de Acessibilidade (10.098/2000 e 10.048/2000). Segundo o Ministério das Cidades, dos 3.342 municípios que se encontram no escopo da lei, apenas 171 concluíram seus PNU até 2016. Se não entregaram até abril/2018, não receberão verbas federais para mobilidade urbana. Em 2015 o transporte tornou-se direito social na Constituição o que, até agora, não foi regulamentado. 157. Meta 11.2: Até 2030, proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária via expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas c/ deficiência e idosos. 158. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6635/1/td_2192.pdf 159. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_defaultpdf_rendimentos.shtm 160. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3138/tde-30092016-142308/pt-br.php> 161. http://2rps5v3y8o843iokettbxny.wengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2018/01/ITDP-Brasil_-O-Acesso-de-Mulheres-e-Crianças-a-Cidade_-JAN-2018-1.pdf 162. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> 163. ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf 164. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7456/1/RP_Estimativa_2015.pdf 165. http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/04/11/D5673001-9B49-4562-B5CB-6266DEACE37E.pdf

Vale registrar que 63% dos municípios brasileiros não têm centros culturais, sendo o Nordeste a região com menos equipamentos, um indicador contrário à **Meta 11.4** de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural. Sobre o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, como previsto na **Meta 11.7**¹⁶⁶, apesar de 23,91% da população brasileira ter algum tipo de deficiência, não há ações públicas de valorização e melhoria das calçadas. Ao mesmo tempo, 86% das mulheres têm medo de serem assediadas nos espaços públicos segundo pesquisa da Action Aid¹⁶⁷: 50% já foi seguida nas ruas, 44% tiveram seus corpos tocados e 8% foram estupradas.

Sobre a **Meta 11.a**¹⁶⁸, a Constituição Federal define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) tornou obrigatória a aprovação de Planos Diretores em formato de lei pelas Câmaras Mu-

nicipais, com revisão a cada dez anos nos municípios com mais de 20 mil habitantes ou que façam parte das 83 regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país, estas últimas também comprometidas com as diretrizes dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), exigidos pelo Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015¹⁶⁹). Mas, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE, 2015), apenas 50% (2.786) dos municípios tinham Plano Diretor, percentual igual ao de 2013. Estavam elaborando o Plano 12,4% (691) dos municípios, e 37,6% (2.092) não o tinham¹⁷⁰. Quanto aos PDUI, segundo o IPEA¹⁷¹ apenas a Região Metropolitana da Grande Vitória, entre as 83 regiões estabelecidas por lei, cumpriu o Estatuto e tem seu Plano aprovado pela governança e pela Assembleia Legislativa. O prazo de aprovação dos PDUIs era janeiro/2018. A MP em discussão o altera para dezembro de 2021.

RECOMENDAÇÕES

1. Adaptar e criar indicadores oficiais com metodologia de coleta de dados para o ODS 11.
2. Implementar estratégias diversas e integradas para reduzir o déficit habitacional, como a construção de novas unidades, produção de lotes urbanizados, urbanização de favelas, cesta de materiais de construção, regularização fundiária, locação social, uso de imóveis e terrenos desocupados/subutilizados de instituições públicas.
3. Retomar o financiamento público federal a Estados e municípios para projetos de urbanização de favelas, por meio da reativação dos processos públicos de seleção de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social¹⁷², incluindo recursos

para elaboração de projeto, assistência técnica e regularização fundiária.

4. Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Código de Trânsito Brasileiro.
5. Regulamentar o Transporte público como direito social, utilizando meios orçamentários para o financiamento para além dos tarifários, visando a justiça social com a progressividade do sistema de cobrança.
6. Reduzir as velocidades nas cidades e promover o uso racional do automóvel.
7. Aprovar os planos diretores e de mobilidade municipais, conforme regulamentação das leis¹⁷³, definir as funções sociais das cidades e propriedade urbana e promover a acessibilidade.
8. Melhorar a infraestrutura para o transporte coletivo e mobilidade ativa (bicicletas e andar a pé), priori-

166. Meta 11.7: Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. 167. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/pesquisa-mostra-que-86-das-mulheres-brasileiras-sofreram-assedio-em> 168. Meta 11.a: Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento 169. Uma revisão do Estatuto da Metrópole está em debate no Congresso Nacional via Medida Provisória nº 818/2018, que altera o Estatuto e prevê modificações nos prazos e diretrizes dos Planos de Mobilidade Urbana. 170. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>. 171. <http://www.cidades.gov.br/component/content/article?id=4398> http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32908&Itemid=433 172. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) criado pela Lei 11.124/2005, tem o objetivo de centralizar e gerenciar orçamentos para os programas do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS para implementar políticas habitacionais para a população de menor renda.

zando, criando e financiando políticas de acessibilidade e ações públicas de valorização das calçadas e ampliação de infraestrutura cicloviária urbana.

9. Formular e implementar políticas públicas contra a violência de gênero no espaço público com abordagens integrais, para além das ações com viés segregatório¹⁷⁴, capacitar servidores e estabelecer sistema de denúncia eficiente para o acolhimento das vítimas de violência de gênero no espaço público.

10. Estimular a população do território a implementar metodologias baseadas na troca de sabe-

res e experiências, com “diálogos intergeracionais para a sustentabilidade” que ajudem a refletir sobre necessidades presentes e futuras, implementando processos participativos da sociedade civil nos quais Arte e Cultura levem a práticas inovadoras de construção de sociedades sustentáveis.

11. Estimular gestores públicos a assumirem compromissos com a implementação e a municipalização dos ODS, inclusive por meio do Programa Cidades Sustentáveis (www.cidadessustentaveis.org.br).

173. Estatuto da Cidade (Lei10.257/2001), Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/2012) e Lei de Acessibilidade (10.098/2000 e 10.048/2000). **174.** A exemplo dos vagões exclusivos para mulheres no transporte público.



ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O atual padrão de consumo de bens e serviços é insustentável para um mundo com 7 bilhões de pessoas. O Brasil já soma mais de 209 milhões de habitantes e tem papel significativo no impacto ambiental do planeta. Ao mesmo tempo, possui grandes dificuldades para implementar políticas de cumprimento do ODS 12. A maior parte dos indicadores propostos não pode ser aplicada de forma precisa e consistente, em razão da falta, no País, de bancos de dados adequados e de critérios e metodologias de medição padronizados no mundo.

Sobre a **Meta 12.1**¹⁷⁵, apesar de o governo brasileiro ter lançado em 2011 o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do país, o mesmo ainda não foi implementado. Além disso, não atribui responsabilidades e nem inclui prazos, prejudican-

do o acompanhamento da execução de atividades para se atingir objetivos e metas. Já o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, pronto desde 2011, ainda sofre dificuldades para ser colocado em prática, e o Plano Brasil Maior funcionou apenas entre 2011 e 2014, não tendo continuidade.

O Brasil é ineficiente na gestão dos seus recursos naturais, que são abundantes e, a continuar assim, não alcançará a **Meta 12.2**¹⁷⁶. Observa-se intenso desperdício em atividades industriais e domésticas, incluindo falhas severas nos serviços públicos, como a distribuição de água. Segundo o Instituto Trata Brasil, 17% da água já coletada e tratada no país é perdida com vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas no consumo, resultando em um prejuízo da ordem de R\$ 8 bilhões. Dados da ONU sobre pegada material e o consumo doméstico de materiais (CDM) mostram que, entre 2000 e 2010, apesar de

175. Meta 12.1: Implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento 176. Meta 12.2: Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais

ter aumentado sua produtividade nas atividades econômicas, o País não diminuiu o uso de matérias-primas e recursos naturais (como detalhado no capítulo que analisa o **ODS 8**).

Obter dados sobre desperdício de alimentos (**Meta 12.3**¹⁷⁷) é desafio no Brasil e os que estão disponíveis são genéricos e questionáveis. A própria Embrapa reconhece que o País não possui informações precisas de abrangência nacional. O World Resources Institute Brasil (WRI Brasil) estima que o País desperdice 41 mil toneladas de alimentos por ano e que está entre os 10 que mais perdem alimentos no mundo.

O consumo e a produção sustentáveis estão intrinsecamente ligados ao manejo saudável dos produtos químicos e resíduos. O Brasil é signatário de todos os acordos ambientais multilaterais (AMA) que são considerados como indicadores na **Meta 12.4**¹⁷⁸: as Convenções de Basileia, de Estocolmo, de Roterdã, de Minamata e o Protocolo de Montreal. Além do cumprimento dos compromissos internacionais, é também importante avaliar o cenário em âmbito local, como a utilização alta e indiscriminada de agrotóxicos pelo Brasil, cujo volume total equivale a mais de 7 litros por habitante

por ano. Vale ressaltar ainda que a Convenção de Minamata levou quatro anos para ser ratificada (em 2017) e tem dificuldades de implementação, já que não existe no Brasil levantamento das fontes e emissões de mercúrio. Sobre a Convenção de Estocolmo que trata de Poluentes Orgânicos Persistentes, faltou uma consulta pública ampla para adoção e divulgação do Plano Nacional de Implementação (PNI), requisito previsto no processo de implementação, conforme denunciado por movimentos sociais e ambientais em 2015.

Sobre a **Meta 12.5**¹⁷⁹, estima-se que, no Brasil, gera-se por dia em torno de 160 mil toneladas de resíduos sólidos dos quais cerca de 40% são passíveis de reaproveitamento e reciclagem. Porém, segundo o IPEA, em 2017 apenas 13% dos resíduos sólidos urbanos foram reciclados. Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ter estabelecido as responsabilidades dos produtores sobre o ciclo de vida de seus produtos, muito pouco foi feito nesse sentido. Os municípios são responsáveis por elaborar os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, mas não foi possível encontrar um sequer que considere a coleta seletiva diferenciada em três tipos (Re-

Tabela 3. **O COMPROMISSO BRASILEIRO NOS ACORDOS MULTILATERAIS AMBIENTAIS**

Nome do Acordo Multilateral Ambiental	Data ratificação do Brasil	Instrumento de internalização	% Compliance do Brasil (ONU, 2015)
Convenção de Basileia para o Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Disposição (1989)	01/10/1992	Decreto Nº 875/1993, Decreto Nº 4.581/2003 e Resolução Conama Nº 452/2012	66.7%
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (2001)	16/06/2004	Decreto Legislativo nº 204/2004 e Decreto nº 5.472/2001	66.7%
Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (1998)	16/06/2004	Decreto Legislativo nº 197/2004 e Decreto nº 5.360/2005	100%
Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2013)	08/08/2017	Decreto Legislativo nº 99/2017 e Decreto nº 114/2017	Sem informações
Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (1987)	19/03/1990	Decreto nº 99.280/1990	100%

Fonte: UN Data(2015)

177. Meta 12.3: Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita **178.** Meta 12.4: Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. **179.** Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

cicláveis, Orgânicos e Rejeitos). Ao mesmo tempo, os acordos setoriais realizados (embalagens em geral, embalagens de óleos lubrificantes e lâmpadas), que poderiam avançar na responsabilização dos fabricantes pelo ciclo de vida de seus produtos, tiveram metas tímidas, que não contribuem, de fato, para uma redução da quantidade de resíduos gerada.

Analisar a implementação da **Meta 12.6**¹⁸⁰ é desafiador pois o Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SNIR) está desatualizado e conta com incongruências, nos impelindo a utilizar os dados das próprias empresas que geram os resíduos ou tem algum conflito de interesse. Verifica-se também descumprimento da PNRS, onde a ordem de prioridade da gestão de resíduos não é respeitada, ou seja, a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem não são consideradas no processo de tomada de decisão, enquanto continua-se aterrando materiais compostáveis e recicláveis, ou insistindo em tecnologias que esgotam os recursos naturais e impactam a saúde, como a incineração. No Brasil, faltam dados sobre relatórios de sustentabilidade de empresas. Identificou-se somente uma iniciativa da Global Reporters que, em 2008 e 2010, lançou avaliações de relatórios de sustentabilidade de empresas no País.

Sobre a **Meta 12.7**, observam-se esforços governamentais para promover práticas de compras públicas sustentáveis, como foi a criação do Portal de Contratações Públicas Sustentáveis pelo Ministério do Planejamento. Além disso, o PPCS tem esse entre os seus temas prioritários. O setor de compras governamentais tem participação de cerca de 15% no Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo o Ministério do Meio Ambiente¹⁸¹, o governo brasileiro despende anualmente mais de R\$600 bilhões com aquisição de bens e contratações de serviços.

Também preocupa que, no Brasil, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) ainda está em fase preliminar, e o governo ainda se apoia muito na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura) para elaborar políticas e ações fundamentais para o alcance da **Meta 12.8**¹⁸². No campo da educação ambiental, requer-se ampliar esforços para fortalecer capacidades de educadores e instituições de ensino e para implementar a Política Nacional de Educação Ambiental (ver recomendações no **ODS 04** desta publicação).

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) têm caído por conta da crise política e econômica dos últimos anos, tanto em âmbito privado como público. Exemplos disso foram os cortes orçamentários¹⁸³ do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 44% em 2017, comparado com 2014, e de extensões universitárias cenário que dificulta o alcance da **Meta 12.a**¹⁸⁴. Apesar do Brasil ser o 13º país no ranking mundial de produção científica, está na 69ª posição no Global Innovation Index, que trata de inovação científica (ver também **ODS 17**).

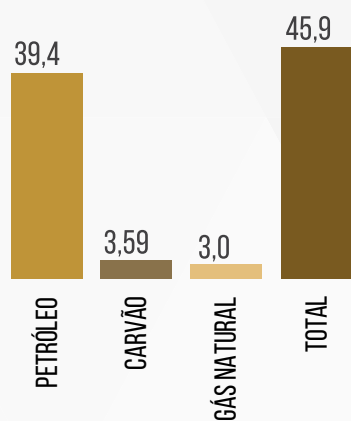
Apesar do Brasil ter grande potencial para o turismo sustentável, como previsto na **Meta 12.b**¹⁸⁵, este é subutilizado. Desde 2015, o Ministério do Turismo desenvolve e participa de algumas iniciativas, como o Mapa da Sustentabilidade e também o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade. Ainda assim, persistem desafios, tais como: ampliação da sustentabilidade das instalações de hospedagem; implantação de sistemas e parâmetros para aferição da capacidade de suporte de visitação nas atividades de turismo ecológico; e estímulo da certificação, com transparência, do turismo sustentável.

Finalmente, outro desafio para a produção e consumo sustentáveis no Brasil e alcance da **Meta 12.c**¹⁸⁶, é o setor energético. Como detalhado no capítulo sobre o **ODS 7**, apesar de haver cada vez mais investimento em energias renováveis, o subsídio aos combustíveis fósseis ainda é muito significativo (US\$46 bilhões em 2015, cerca de 2% do PIB, segundo último relatório do FMI)¹⁸⁷ e contrário à Agenda 2030.

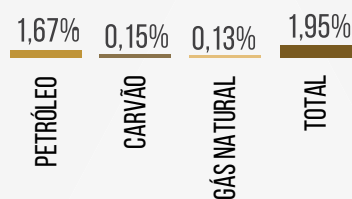
180. 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. **181.** <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526> **182.** Meta 12.8: Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza **183.** <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/06/19/financiamento-em-cri-se/> **184.** Meta 12.a: Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo. **185.** Meta 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais. **186.** Meta 12.c : Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas **187.** <http://www.imf.org/external/np/fad/subsidies/data/codata.xlsx>

Gráfico 27. **SUBSÍDIOS APÓS IMPOSTOS - BRASIL (2015)**

EM BILHÕES DE DÓLARES (NOMINAL)



COMO PORCENTAGEM DO PIB



Fonte: FMI (2015)

RECOMENDAÇÕES

1. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis foca no consumo, mas pouco trata sobre a produção. O ciclo de vida dos produtos deve ser considerado desde o design, com atribuição de responsabilidades e prazos para os agentes.
2. Implementar estratégia de transição para um modelo de economia circular nos principais setores da economia brasileira, com foco em modelos de negócios regenerativos e na conservação da biodiversidade, conforme também apresentado no ODS 8.
3. Fortalecer o Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) como fonte de dados oficiais de reciclagem no Brasil.
4. Atribuir ao setor privado sua responsabilidade sobre materiais recicláveis que são destinados incorretamente (aterros, lixões, rios e mares).
5. Promover a redução do uso de embalagens plásticas e incentivar o uso de embalagens biodegradáveis.
6. Proibir incentivos para queima de plásticos,

isso inclui gaseificação, pirólise, fornos de cimento, combustíveis derivados de resíduos e outras instalações que, ao destruir materiais passíveis de retorno para a cadeia produtiva, esgotam recursos naturais e aceleram as mudanças climáticas.

7. Instituir, por lei, a Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos, incorporando ordem de prioridade (não geração, redução, reutilização e tratamento (compostagem e biodigestão) e considerando o desperdício feito pelos consumidores finais, pois grande parte dos resíduos destinados aos aterros ainda são orgânicos.
8. Fornecer ao consumidor(a) todas as informações relevantes sobre os produtos consumidos – no mínimo sua pegada hídrica, pegada de carbono, quantidade de agrotóxico presente/usado e presença de transgênicos em sua composição.
9. Criar base de dados nacional na qual as empresas disponibilizem seus relatórios de sustentabilidade.
10. Realizar ampla consulta pública para a avaliação do Plano Nacional de Implementação (PNI) da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.



ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS IMPACTOS

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios da humanidade. O aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE), intensificado pela ação humana desde a Revolução Industrial e com enorme crescimento ao longo do século XX, impacta todo o mundo. Estes impactos são evidenciados pela maior frequência de eventos climáticos como secas, enchentes e ventos fortes, as alterações nos ciclos hidrológicos e as consequentes mudanças nos padrões de produtividade agrícola. Responder a tais mudanças exige avançar em dois eixos principais: na mitigação, via ações de redução de emissões de GEE, e na adaptação para resiliência dos sistemas humanos e naturais às variações do clima. O Brasil apresentou evolução na década passada, com uma redução de 80% no desmatamento da Amazônia, mas o uso da terra foi e segue sendo a principal fonte de emissões de GEE no Brasil, principalmente pela perda de florestas. Infelizmente a volta do crescimento das taxas de desmatamen-

to e as constantes ações de membros do Congresso Nacional ligados à bancada ruralista, para reduzir as áreas de Unidades de Conservação (UC) e afrouxar a legislação ambiental, seguem ameaçando estes ganhos.

Sobre as políticas voltadas aos dois eixos de combate às mudanças climáticas citados (**Meta 13.2¹⁸⁸**), o Brasil implantou, em 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), prevendo uma governança que envolve planos setoriais, compromissos e instrumentos de viabilização. Embora pouco ambiciosa, já que as metas foram estabelecidas sobre uma projeção de emissões crescente, num cenário em que nada fosse feito, destacou-se por permitir a mobilização de atores em torno do tema. Exemplos marcantes de políticas públicas decorrentes da PNMC são o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC),

188. Meta 13.2: Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

em operação há alguns anos, e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA). O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) também pode ser considerado um avanço, em termos de mecanismos de implementação. No âmbito internacional, em 2016 o Brasil ratificou o Acordo de Paris que, como dito, engloba as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). Como um dos 15 maiores emissores globais de GEE¹⁸⁹, o Brasil apresentou sua NDC com compromissos articulados entre os setores de energia, florestas e mudança no uso da terra, agrícola, industrial e de transportes, muitos destes ligados à implantação do Código Florestal. Apesar de as alterações do Código em 2012 terem negligenciado questões científicas sobre questões climáticas, de serviços ecossistêmicos e de conservação da biodiversidade, sua não consolidação será altamente danosa ao combate às mudanças climáticas no País, diante do perfil nacional de emissões.

O desafio brasileiro inicia, assim, pela efetiva execução dos mecanismos existentes. Praticamente em todos os casos os resultados são aquém do necessário. O Plano ABC ganhou relevância, mas tem dificuldades em tornar as tecnologias de baixo carbono a tendência predominante no meio rural. O PNA, lançado só em 2016, apresenta poucos resultados nos 11 temas de interesse nacional que identifica. O MBRE sequer foi regulamentado e existe apenas no

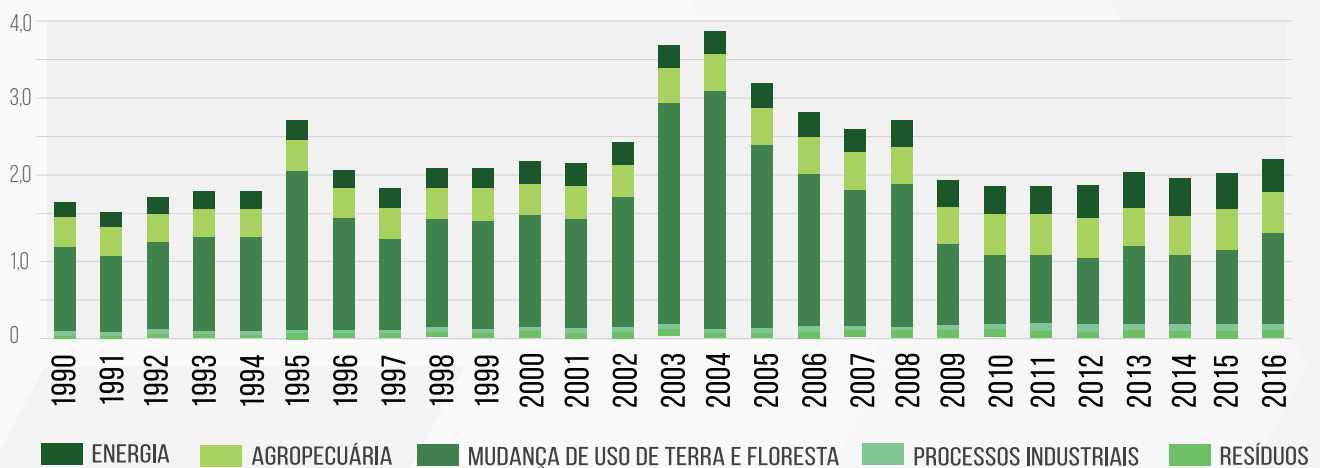
texto da PNMC, mesma situação dos Planos de Regularização Ambiental (PRA) e da Cota de Reserva Ambiental (CRA), previstos no Código Florestal.

Em relação aos avanços, destacamos os resultados expressivos de adesão de propriedades rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), também previsto no Código Florestal; a criação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), que oferece caminhos para alcançar a meta de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030; e o lançamento da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) que visa aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira.

Particularmente sobre resiliência e adaptação (Meta 13.1¹⁹⁰), um grande desafio é melhor lidar com os riscos de desastres naturais. Apesar de não sofrer com terremotos, tsunamis e outros tipos de desastres de grande magnitude, o Brasil está exposto a uma série de desastres naturais, em sua maioria eventos recorrentes de natureza hidrometeorológicos, como secas, chuvas torrenciais e deslizamentos de terra.

Segundo dados do Instituto Igarapé, baseados em informações das Defesas Civas de estados e municípios ao Governo Federal, por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), **nos últimos 18 anos cerca de 6,4 milhões de pessoas ficaram desabrigadas ou desa-**

Gráfico 28. **EMISSIONES TOTAIS DE GEE NO BRASIL, POR SETOR (EM GT DE CO2E)**



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) – Observatório do Clima

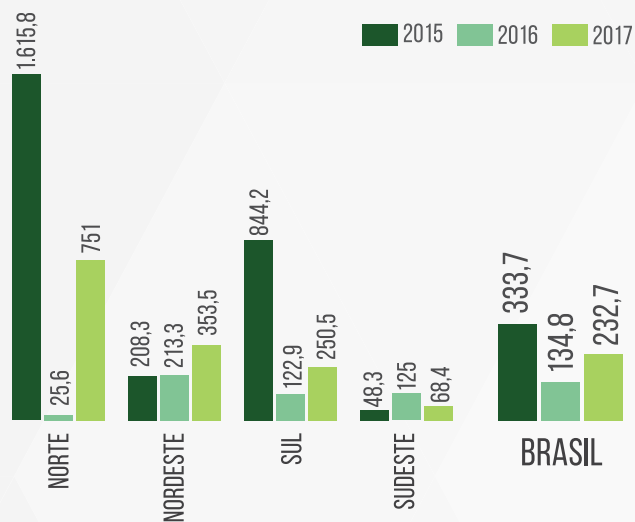
189. Fonte: <http://edgar.jrc.ec.europa.eu/overview.php?v=CO2andGHG1970-2016&sort=des8> 190. Meta 13.1: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

lojadas por desastres naturais no Brasil. A desigualdade regional, também é evidente nos dados desagregados de impacto dos desastres sobre a população. Estudo do Banco Mundial e da Universidade Federal de Santa Catarina estimou que, **entre 1995 e 2014 as perdas financeiras decorrentes de desastres no Brasil chegaram a R\$183 bilhões, ou R\$800 milhões por mês**¹⁹¹. O primeiro Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais foi lançado em 2012, com uma estrutura bastante completa. Porém, até agora, dos mais de R\$15 bilhões previstos no âmbito do Plano, só cerca de metade foram efetivamente gastos¹⁹². Igualmente, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, de 2012, até hoje não regulamentada, indica o descaso do Governo Federal com o tema. Nos âmbitos estadual e municipal, menos da metade dos governos locais possuem alguma estratégia implantada de redução de risco de desastres, alinhados às estratégias nacionais¹⁹³.

Em termos de educação ambiental (**Meta 13.3**¹⁹⁴) a principal referência no país é o Tratado de Educação Am-

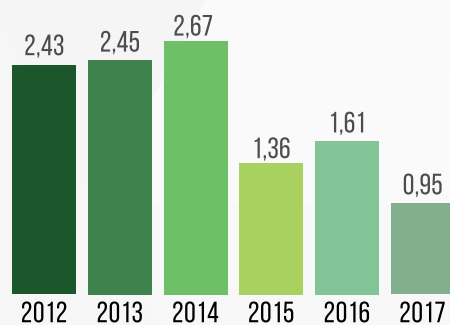
biental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que ainda não resultou, porém, na efetiva incorporação do tema das mudanças climáticas nos planos de ensino nacionais. O tema sequer aparece em pesquisas de opinião sobre as prioridades das pessoas candidatas a cargos eletivos, que centram-se em questões sociais, corrupção e desempenho econômico¹⁹⁵ (ver mais sobre o tema nos ODS 4 e ODS 12).

Gráfico 29. **NÚMERO DE MORTES, PESSOAS DESAPARECIDAS E PESSOAS DIRETAMENTE AFETADAS ATRIBUÍDO A DESASTRES* POR 100 MIL HABITANTES**



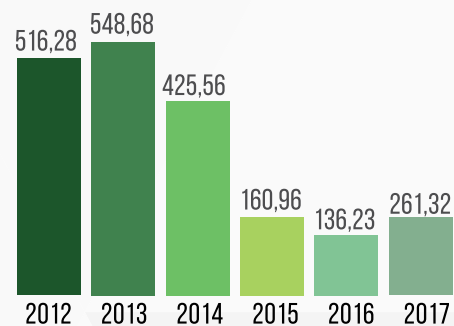
Fonte: IBGE (<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo13/indicador1311>)

Gráfico 30. **GASTOS COM OBRAS DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS POR ANO, EM R\$ BILHÕES**



Fontes: Ministérios do Planejamento e da Integração Nacional e Cemaden

Gráfico 31. **OBRAS COM RELAÇÃO DIRETA COM A PREVENÇÃO DE DESASTRES EM ÁREAS URBANAS, COMO DRENAGEM E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM R\$ MILHÕES***



* Valores referentes à Sigla 2040: Gestão de Riscos e de Desastres. Fontes: Ministérios do Planejamento e da Integração Nacional e Cemaden

191. Fonte: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/01/111703-WP-CEPEDRelatoriosdeDanoslayout-PU-BLIC-PORTUGUESE-ABSTRACT-SENT.pdf> 192. Fonte: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/introducao/politica-de-prevencao-de-desastres-naturais-definha-no-pais.shtml> 193. Fonte: <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo13/indicador1313> 194. Meta 13.3: Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.

Sobre o fortalecimento da capacidade institucional e compartilhamento de tecnologia, o Programa Piloto de Patentes Verdes logrou redução considerável no período de análise dos pedidos de novas patentes. Segue fundamental criar mecanismos de governança e controle das causas de emissões de GEE por meio da melhoria das tecnologias de elaboração de inventários e via monitoramento contínuo de desvios, como no caso de focos de desmatamento ilegal.

O Brasil deu um importante passo para viabilizar acesso a recursos para as frentes de mitigação e adaptação ligadas às mudanças climáticas (**Metas 13.a**¹⁹⁶), com o lançamento do Programa País para o Fundo Verde do Clima (Global Climate Fund)¹⁹⁷, após consulta pública, que definiu as prioridades nacionais e apresentou a estratégia para engajamento com o Fundo, a apropriação pelos países em desenvolvimento dos resultados dos projetos e programas a serem financiados com uso de seus recursos. Por outro lado, o País perdeu parte de capacidade de combate às mudanças climáticas com a redução dos recursos doados pela Noruega para o Fundo Amazônia por causa do aumento

recente das taxas de desmatamento, o que demonstra menor compromisso nacional com o tema; na década passada o Brasil foi referência internacional pela redução expressiva da perda de sua vegetação.

Além de afetar desproporcionalmente mais as populações em condições de vulnerabilidade socioeconômica, as evidências sugerem que as variações nas temperaturas de longo prazo e o aumento da incidência de desastres meteorológicos estão também associados à piora nas condições econômicas e direitos sociais das mulheres¹⁹⁸ (**Meta 13.b**¹⁹⁹). O Brasil tem limitado recorte populacional para os efeitos das mudanças climáticas e, tanto no PNA quando na NDC, a questão de gênero é citada apenas uma vez, como algo a ser considerado nas ações, porém sem estratégia definida para abordá-la. A PNA tem uma estratégia específica para as comunidades locais e populações vulneráveis, em articulação entre MMA, a Fundação Nacional do Índio e o Ministério do Desenvolvimento Social.

RECOMENDAÇÕES

1. Regulamentar e operacionalizar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
2. Disponibilizar recursos orçamentários adequados para implantar a Política Nacional de Adaptação (PNA) e garantir o investimento necessário na prevenção de desastres e na resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas.
3. Reduzir o custo de capital de instrumentos de financiamento público, inclusive do BNDES, para investimentos que promovam remoções ou menores

- emissões de GEE e eliminar subsídios e incentivos fiscais aos combustíveis fósseis e a agentes de mercado que não cumpram com a legislação ambiental.
4. Instituir metas de renovabilidade para a matriz energética e cadeias produtivas para além dos compromissos assumidos na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês), viabilizadas pela criação de mercado de certificados lastreados na produção de energia ou produtos de base renovável.
5. Produzir relatório anual de desmatamento englobando todos os biomas brasileiros.
6. Implantar a legislação ambiental no país, regulamentando, de forma participativa e transparente,

195. Fonte: https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0d/c4/0dc466d0-a5c8-46cb-bbac-0e846860deba/retratosdasociedade-brasileira_43_perspectivasparaaseleicoesde2018.pdf 196. Meta 13.a: Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

197. http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/marco/secretaria-de-assuntos-internacionais-lanca-programa-pais-do-brasil-para-o-fundo-verde-do-clima/ProgramaPasdoBrasilparaoGCF_versofinal.pdf 198. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X18300664> 199. Meta 13.b: Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

os Programas de Regularização Ambiental (PRA) e as Cotas de Reserva Ambiental (CRA), previstos no Código Florestal.

7. Atuar sobre os principais gargalos da Agricultura de Baixo Carbono, expandindo a assistência técnica, extensão rural e difusão de tecnologia em sinergia com outras fontes e mecanismos nacionais e internacionais.

8. Garantir recursos orçamentários para implantação das medidas do Planaveg e cumprir os com-

promissos assumidos na NDC para recuperação e restauração de vegetação nativa.

9. Promover e implementar o Renovabio, a fim de superar os objetivos de renovabilidade da matriz energética estabelecidos na NDC.

10. Desenvolver e financiar um projeto de educação ambiental orientado pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

ODS 14: VIDA NA ÁGUA

CONSERVAR E USAR SUSTENTAVELMENTE OS OCEANOS, OS MARES E OS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como maior ecossistema do planeta, os oceanos estão vinculados a processos socioecológicos e serviços ecossistêmicos fundamentais para a manutenção da vida, regulando o sistema climático e fornecendo alimento (pesca e aquicultura), transporte e lazer, entre outros elementos essenciais para a saúde e bem-estar humano. Na Conferência dos Oceanos (junho, 2017), o Brasil e outros 192 países reafirmaram os Compromissos Voluntários para implementação do ODS 14 e a necessidade de elaboração de abordagens integradas à participação direta das organizações e movimentos sociais na definição, implementação e monitoramento das suas metas e indicadores. Grande parcela da população brasileira vive na zona costeira e o crescimento populacional dos últimos séculos associado à exploração econômica (e.g. minérios e energia), à poluição gerada pela má administração de resíduos e às poucas políticas pú-

blicas para o setor têm resultado na rápida deterioração da qualidade e saúde dos recursos hídricos, costeiros e mares brasileiros. Os ecossistemas têm um limiar de tolerância para absorver e se adaptar aos impactos sociais e ambientais e, dentre os muitos desafios do Brasil, destacamos a necessidade urgente de desenvolver uma governança que integre as variadas dimensões da sustentabilidade, orientada para a evolução de uma economia azul de baixo carbono.

Considerando que o primeiro relatório de Avaliação Global do Oceano organizado pela ONU (dezembro, 2015), indica a degeneração dos ecossistemas marinhos brasileiros e do Atlântico Sul, destacamos o baixo esforço para entender e agir sobre os efeitos das mudanças ambientais globais nesta região, dificultando o alcance de todas as metas acordadas, inclusive a **Meta 14.1**²⁰⁰.

A baixa capacidade de gestão dos recursos mari-

200. Meta 14.1: Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

nhos que sustentam o uso extrativo (pesca artesanal) ou não extrativo (turismo ecológico ou mergulho) do estado brasileiro é demonstrada pela falta de planejamento setorial e intersetorial, pela ausência de implementação articulada e efetiva das diferentes instituições responsáveis e níveis (local, regional, nacional e global) e pelas graves deficiências na fiscalização e no monitoramento dos processos de uso, assim como a ausência de avaliações de efeitos cumulativos, sinérgicos e a capacidade de suporte.

Assim, destacamos a ausência de objetivos e indicadores específicos e mensuráveis nos comprometimentos do estado brasileiro (principalmente para as **Metas 14.2**²⁰¹, **14.4**²⁰², **14.a**²⁰³ e **14.c**²⁰⁴), que permitam o monitoramento da equidade social e ecológica, acesso ao mercado, atenção a cadeia produtiva, esforços de ordenamento do espaço marinho e melhorias da governança relacionadas à pesca.

Também é gritante a ausência de mecanismos de financiamento apropriados para alcance e controle social das metas, dificultando a efetiva implementação das ações da agenda. É urgente a necessidade de, para garantir a sustentabilidade do ecossistema e recursos marinhos, reforçar instrumentos como as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos, a integração com as Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, a estruturação do zoneamento econômico-ecológico, o aprimoramento e o fortalecimento dos mecanismos do licenciamento ambiental, a realização de monitoramentos ambientais regulares e efetivos sobre a qualidade e estado de conservação dos ecossistemas litorâneos, bem como a efetivação dos demais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.

RECOMENDAÇÕES

1. Planejar e proteger as áreas marinhas viabilizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio de processos participativos, respeitando os distintos instrumentos brasileiros e internacionais que versam sobre essa participação e sobre os usos do território por populações tradicionais.
2. Interceder, junto às respectivas instâncias, para que a Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos avance no conceito de importância da água como um recurso limitado e componente integral dos ecossistemas costeiros, dotado de valor econômico, mas também como matriz dos diversos serviços ecossistêmicos fundamentais para sobrevivên-

cia e bem-estar de todas as espécies, fortalecendo, assim, programas como a Rede RAMSAR.

3. Fortalecer o diálogo em nível municipal, estadual e federal, garantindo a participação direta, ativa e plural da sociedade, sobre a implementação da Agenda 2030 junto a representantes dos comitês do governo como o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, da sociedade civil e academia, garantindo a participação e controle social dessas políticas públicas.

4. Assegurar recursos (inclusive financeiros) necessários à realização de todas as atividades prioritizadas nas Ações nº. 15 e 16 do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (2017-2019), ambas sob a responsabilidade da sociedade civil organizada, além de desenvolver indicadores quali-quantitativos, ban-

201. Meta 14.2: Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos. **202.** Meta 14.4: Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas. **203.** Meta 14.a: Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo. **204.** Meta 14.c: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

cos de dados e estudos colaborativos sobre a interação entre os ODS e desenvolvimento da economia azul de baixo carbono; definir conceitos, diretrizes e normas para o “Uso Compartilhado do Ambiente Marinho” (Resolução CIRM nº 1/2013) e outras que por ventura sejam relacionadas ao ODS 14.

5. Ampliar e qualificar tecnicamente as discussões e iniciativas para aprovar uma política pública de conservação e uso sustentável do bioma marinho brasileiro (Projeto de Lei nº. 6969/2013) junto ao governo, órgãos públicos setoriais, sociedade civil e entidades do setor.

6. Considerar as disposições sobre os impactos ambientais, o ordenamento das atividades pesqueiras e as medidas de conservação dos recursos vivos marinhos na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (CNU-DM) e do Código de Conduta da Pesca Responsável (CCPR), bem como outros dispositivos internacionais relevantes, como a Convenção de Espécies Migratórias (CMS) e Comissão Internacional da Baleia (IWC), além de uma agenda consistente para a implementação das Diretrizes Nacionais para a Pesca Artesanal, conforme elencado no relatório “Pesca Vital”, elaborado por pescadoras de todo Brasil.

7. Construir, com ampla participação das comunidades costeiras, políticas públicas voltadas para a promoção do uso não extrativo sustentável dos recursos marinhos, em particular do Ecoturismo de base comunitária e em Unidades de Conservação.

8. Na temática do lixo no mar, criar e implementar políticas públicas e estratégias de comunicação e educação; padronizar e aprimorar o banco de dados integrador e propositivo e metodologias de coleta e análise de lixo marinho; fortalecer a pesquisa interdisciplinar e iniciativas de gestão de resíduos para reduzir perdas econômicas relacionadas à poluição marinha e; estabelecer um Observatório do Lixo no Mar.

9. Fortalecer os Comitês de Gestão do Projeto Orla nos municípios costeiros, considerando suas distintas escalas e respeitando os instrumentos e estratégias aqui citados, especialmente considerando as agendas dos colegiados costeiros dos comitês de bacias hidrográficas.

10. Fortalecer e fomentar parcerias da sociedade civil com a iniciativa do IBGE que instituiu uma plataforma de acompanhamento de indicadores de avanço dos ODS no Brasil.

ODS 15: VIDA TERRESTRE

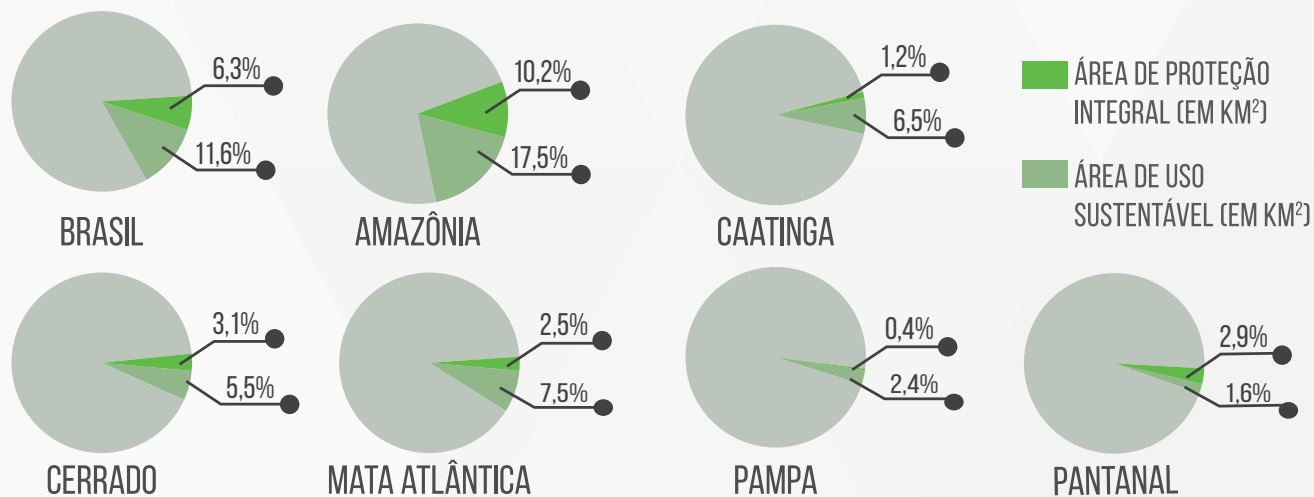
PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA, E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é tradicionalmente dividida em três níveis: os ecossistemas, a diversidade de espécies e a diversidade genética, elementos que têm garantido as condições apropriadas à vida humana como, por exemplo, a disponibilidade de água potável, de alimentos e a qualidade do ar. O Brasil é um dos países classificados como megadiverso, com uma vasta quantidade de espécies endêmicas e seus ecossistemas têm grande influência no equilíbrio climático. Tal diversidade genética oferece inúmeras oportunidades de gestão sustentável dos recursos naturais para fins econômicos, mas as constantes ameaças a este grande ativo, via desmatamento, uso de agrotóxicos, degradação de solos, entre

outras, são um grande prejuízo às condições de vida da população no País, com impactos que extrapolam as fronteiras nacionais. Neste sentido, as populações mais vulneráveis são aquelas mais afetadas pela degradação, pois são as que dependem mais diretamente dos recursos naturais e serviços ambientais.

Retrato deste preocupante cenário é o baixo cumprimento das Metas Nacionais para Biodiversidade, alinhadas com as Metas de Aichi. No primeiro período de compromissos assumidos no âmbito da Convenção para Diversidade Biológica (CDB), expirado em 2010, o Brasil cumpriu apenas 2 das 51 metas nacionais. É certo constatar que a falta de políticas articuladas e as contínuas ameaças

Gráfico 32. **PERCENTUAL DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL POR BIOMA**



Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)/Ministério do Meio Ambiente (MMA)

à biodiversidade brasileira remetem à permanência deste cenário no período que terminará em 2020.

Sobre a **Meta 15.1**²⁰⁵, 58% do território do Brasil é coberto por florestas naturais e plantadas. A Amazônia representa mais de 70% desse total²⁰⁶ e é a segunda maior área florestal do mundo, atrás apenas da Rússia. A preservação destas áreas é regulada por diferentes políticas, dentre as quais o Código Florestal, que prevê as Áreas de Preservação Permanentes (APP) e a Reserva Legal como principais mecanismos de preservação da vegetação nativa. Além disso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000, que possui diversas categorias para proteção integral e uso sustentável dos territórios. Da mesma forma, para proteção dos ecossistemas e da biodiversidade as Terras Indígenas são de fundamental importância para proteção dos ecossistemas e da biodiversidade.

Internacionalmente, o Brasil assumiu importantes metas de recuperação de florestas, sobretudo por meio de sua Contribuição Nacional Determinada (NDC), no âmbito do Acordo de Paris. A principal delas é de restaurar e reflorestar para múltiplos usos 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Para tanto, seu principal instrumento de execução é o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação

Nativa (Planaveg), lançado em novembro de 2017. A NDC brasileira se compromete a fortalecer o cumprimento do Código Florestal e de chegar ao desmatamento ilegal zero, mas a realidade, porém, é outra. Tem sido lenta a implementação do Código Florestal e as Unidades de Conservação (UC) estão sob constante ameaça do Congresso Nacional, com seguidas tentativas de redução de suas áreas, como no caso da Floresta Nacional do Jamaxim, que lidera a lista das 50 UC federais mais desmatadas de 2012 a 2015 em toda a Amazônia.

Estes processos são barreiras para alcançar a **Meta 15.2**²⁰⁷ de proteção das florestas e combate ao desmatamento. O Brasil ainda explora pouco seu potencial de geração de renda e desenvolvimento via a conservação e manejo florestal. A despeito de avanços em iniciativas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), com criação da Comissão Nacional para REDD (Conaredd+), os resultados ainda são irrisórios, frutos de uma estrutura interna desequilibrada da Comissão, com pouca participação da sociedade civil e populações interessadas. Tampouco avançamos em pontos essenciais, como a criação de um registro público e transparente das reduções e transações realizadas e a possibilidade de compensação de emissões em

205. Meta 15.1: Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais. 206. http://www.florestal.gov.br/snif/images/stories/RecursosFlorestais/boletim_snif_recursos%20florestais_dez2016_final.pdf 207. Meta 15.2: Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

outros setores por aquisição de créditos de REDD.

A destruição dos ecossistemas naturais potencializa a perda de diversidade genética e de espécies. Em relação à **Meta 15.5²⁰⁸**, estima-se que **9,6% da fauna e 45,9% da flora no Brasil estão ameaçadas em distintas categorias de risco**, segundo os “livros vermelhos” publicados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A principal medida para enfrentar esta situação é a elaboração dos Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN). Porém, este esforço, que deveria ser contínuo, é pouco efetivo quando as principais causas da perda de biodiversidade se intensificam, sobretudo a agricultura não sustentável, com uso excessivo de agrotóxicos e o desmatamento ilegal, além da sobre-exploração de recursos naturais subterrâneos. O País pouco considera também os riscos relacionados a espécies invasoras (**Meta 15.8²⁰⁹**), sobre o qual dispomos poucos dados.

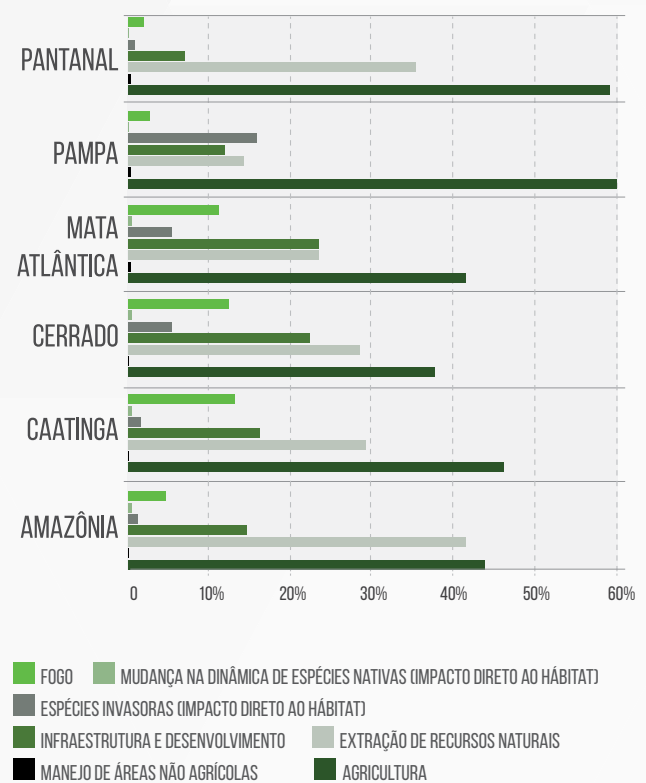
A falta de visão estratégica sobre o patrimônio genético brasileiro (**Meta 15.6²¹⁰**) e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento, corrobora com este cenário. Mesmo sendo megadiverso, o Brasil reluta em ratificar o Protocolo de Nagoya, principal acordo global sobre o tema. Nem mesmo a definição de um marco legal nacional para o acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios para as populações tradicionais residentes nessas regiões (Lei da Biodiversidade 13.123/2015), foi suficiente para fazer a matéria avançar, inclusive confrontando alguns preceitos da CDB e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Sobre a **Meta 15.3²¹¹** segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), 16% do território brasileiro está suscetível à desertificação, onde vive uma população em grande parte sob condições de vulnerabilidade socioeconômica. As ações de combate à desertificação concentram-se no MMA, mas a demanda de articulação entre diversos ministérios e setores da sociedade não tem sido respondida, o que limita o alcance das políticas. A Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), criada em 2008 não trouxe os resultados esperados. Auditoria do Tribunal de

Contas da União (TCU), em 2013, no então Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, evidenciou as fragilidades da governança nacional para estes temas e sua consequente baixa eficiência.

Embora não existam dados consolidados em relação à conservação de ecossistemas de montanhas no Brasil (**Meta 15.4²¹²**), existe arcabouço legal que protege essas áreas, sendo o principal o Código Florestal, que define as características que levam a que áreas de morros, montes, montanhas e serras sejam consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP). Entretanto, a mesma lei estabele-

Gráfico 33. **CAUSAS DA PERDA DE HABITAT EM CADA BIOMA BRASILEIRO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DE AMEAÇA DO CMP/UICN VERSÃO 2.1**



Fonte: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Livro vermelho da flora do Brasil

208. Meta 15.5: Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas. 209. Meta 15.8: Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias. 210. Meta 15.6: Garantir repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos. 211. Meta 15.3: Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

ce que nas APP é permitida a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural consolidadas até 22 de julho de 2008. Esta possibilidade estava em questionamento via uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou em fevereiro de 2018, consolidando o enfraquecimento dos mecanismos de proteção para estas áreas.

Em relação aos mecanismos de viabilização (Metas 15.a²¹³, 15.b²¹⁴ e 15.c²¹⁵), observa-se uma redução dos inves-

timentos na proteção ambiental, com consequentes efeitos na perda de biodiversidade em todos os biomas brasileiros. **O orçamento do ICMBio, responsável pela manutenção das Unidades de Conservação federais, sofreu corte de 44% em 2018, com relação aos valores de 2017. Esta tendência vem se confirmando ano após ano, como demonstra a perda superior a 25% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre 2013 e 2018.**

RECOMENDAÇÕES


1. Suspender os processos de redução de unidades de conservação e os que ameaçam os direitos territoriais indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.
2. Ratificar imediatamente o Protocolo de Nagoya, que regulamenta o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização.
3. Criar plano de desenvolvimento econômico pautado na valorização dos recursos genéticos e produtos florestais não madeireiros, promovendo a criação de bioindústrias.
4. Eliminar das cadeias produtivas brasileiras a produção oriunda de desmatamento ilegal ou de exploração ilegal, imputando a corresponsabilidade a compradores de produtos de base florestal ilegais e não rastreáveis.

5. Implantar multa pecuniária correspondente ao valor do carbono emitido pela conversão ilegal do uso da terra, com sobretaxa aplicável a ecossistemas ameaçados e *hotspots*.
6. Ampliar a composição da Conaredd²¹⁶ e compatibilizar suas regras de governança com modelos reconhecidos mundialmente, com ampla participação da sociedade civil.
7. Promover Estudo de Planejamento da Paisagem e Ordenamento do Território, em todo o território nacional, para subsidiar uma proposta de zoneamento ecológico-econômico aberta ao debate público.
8. Definir indicadores de monitoramento para todas as metas do ODS 15, adaptadas à realidade nacional, que subsidiem a ação do poder público e da sociedade, incluindo o monitoramento das políticas já existentes e ainda não implantadas efetivamente.

212. Meta 15.4: Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável. 213. Meta 15.a: Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

214. Meta 15.b: Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento. 215. Meta 15.c: Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

216. <http://redd.mma.gov.br/pt/comissao-nacional-para-redd>



ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

O fortalecimento das instituições brasileiras através do combate à corrupção e do incentivo à transparência governamental, requisitos fundamentais para o alcance do desenvolvimento sustentável e inclusivo e da **Meta 16.5**²¹⁷, tem sido o objetivo de significativa parcela da sociedade civil organizada e dos órgãos de controle do poder executivo do País. Exemplo disso foi aumento do

registro, entre 2016 e 2017²¹⁸, da instauração de processos disciplinares para apurar recebimento de vantagem indevida e dos processos de responsabilização de entes privados para apurar atos lesivos à administração pública. A possibilidade de contabilização ocorreu pela aprovação em 2017 de uma portaria que regulamentou o Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados e

217. Meta 16.5: Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas 218. Dados obtidos via resposta a pedido de informação da ONG ARTIGO 19 ao Ministério de Transparência e Controladoria-Geral da União, em abril de 2018. A média de processos disciplinares instaurados para apurar recebimento de vantagem indevida no âmbito do Poder Executivo Federal entre 2014 e 2015 foi de 261 inquéritos, número que subiu para 322 entre 2016 e 2017. Em 2016 foram instaurados 17 processos de Responsabilização de Entes Privados e, em 2017, 132. (informação completa em: <<http://artigo19.org/biblioteca/esferas/view/889>>).

tornou obrigatório o registro de casos que se enquadram nas categorias mencionadas²¹⁹.

Outra ação com o mesmo fim, foi a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Coordenada a partir de 2003 pelo Ministério do Planejamento, com a participação de cerca de 70 órgãos, a iniciativa teve resultados positivos como a implementação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e a criação de uma métrica própria de transparência para avaliação anual dos órgãos governamentais, o que pode contribuir com as **Metas 16.4 e 16.6**²²⁰.

Os avanços, contudo, não impedem o Brasil de ocupar a 96ª posição do ranking global²²¹ da percepção da corrupção produzido pela Transparência Internacional em 2017, dezoito posições abaixo do mesmo índice no ano anterior. Isso se dá pelo fato de muitas leis serem inefetivas na prática e algumas instituições de controle sofrerem a ausência de suporte e de recursos humanos e financeiros. Em termos de lavagem de dinheiro, ainda não foi elaborada legislação que defina beneficiário final (apenas temos uma

regulação infra-legal da Receita) e que garanta proteção ao denunciante de boa fé.

Quanto ao direito de acesso à informação, inerente à democracia e fundamental para a garantia das liberdades e da tomada de decisão responsiva, ainda há graves problemas, entre eles: a ausência de uma instituição nacional independente e específica para lidar com as políticas de transparência, o rebaixamento da posição institucional da Controladoria Geral da União (CGU), a falta de proteção dos dados da pessoa requerente de informação, poucas informações disponíveis sobre participação social e as dificuldades de implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos estados e municípios, bem como no Poder Judiciário.

Além da LAI, os Planos de Metas governamentais obrigatórios são importantes ferramentas de controle social que ainda necessitam de maior capilarização e consolidação na sociedade brasileira. Eles contêm as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas e qualitativas que as autoridades públicas se comprometem a implantar, respeitando as diretrizes da campanha

Figura 13.



219. http://www.camposmello.adv.br/export/sites/cma/pt_BR/novidades-recursos/recursos/2014/Portaria-CGU-1996.2017.pdf 220. Meta 16.4: Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado; Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

221. Ranking da Transparência Internacional, disponível em <https://static1.squarespace.com/static/5a86d82132601ecb510239c2/t/5a8d-c5b89140b72fa5081773/1519240719239/IPC+2017+-+RELATO%CC%81RIO+GLOBAL.pdf> 222. “World Health Statistic 2017”. Em <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255336/9789241565486-eng.pdf;jsessionid=8BBF7DF957C27688A2895A958098D014?-sequence=1> 223. Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares.

224. Dados do “Homicide Monitor” projeto do Instituto Igarapé. Disponível em: <http://homicide.igarape.org.br/> 225. Produzido pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

eleitoral dos governos eleitos e obrigando governantes a prestarem contas periodicamente do alcance das metas e dos recursos financeiros gastos por meio de uma plataforma que facilita o acompanhamento da sociedade civil. A exigência de elaboração de um plano de metas representa uma mudança radical na forma de fazer política no Brasil, porém, a implementação desta medida tem sido lenta.

Ao tratar dos aspectos de justiça e dos esforços contra violência propostos no ODS 16, as perspectivas brasileiras são piores do que as relacionadas à participação social, combate à corrupção e transparência, sendo possivelmente reflexo destas.

Vale destacar que o Brasil, ao lado da Colômbia, é um dos países da América mais perigosos para a atuação dos defensores de direitos humanos. Dos 212 casos registrados na região, 156 ocorreram nos dois países, segundo relatório de 2017 da *Frontline Defenders*²²⁶. Já o Relatório “Vidas em Luta” do Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos²²⁷ lançado em 2017, aponta o aumento da criminalização de defensores e dos movimentos sociais, em paralelo ao aumento da violência, principalmente em ambiente rural.

O assassinato da socióloga e vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista Anderson Pedro Gomes ocorrido em março de 2018, no Rio de Janeiro, é um dos casos emblemáticos da situação que enfrenta a sociedade brasileira²²⁸. O caso mobilizou a sociedade civil brasileira, que exige uma investigação imparcial que apure os mandantes do crime e que os temas de luta de Marielle não sejam esquecidos.

O Brasil se encontra entre os cinco países sem conflito armado que têm as piores taxas de homicídios de adolescentes e crianças do sexo masculino com idade entre 10 e 19 anos: 59 mortes para 100 mil pessoas nesta faixa etária em 2015²²⁹. Segundo o Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef): em 2014, 75% dos jovens mortos eram negros ou multirraciais. Os dados demonstram que homicídios no Brasil têm idade, cor, gênero e endereço. Vivemos cotidianamente com uma situação de extermínio da população jovem, negra, pobre e periférica, um verdadeiro genocídio. Os índices de violência contra crianças e adolescentes (**Meta 16.2**²³⁰) também preocupam. Como já visto na análise do **ODS 5**, 58,91% das denúncias via Disque 100 em 2017 envolviam violações aos menores²³¹.

Além disso, o Estado brasileiro se apresenta como um grande agente de violência em diversos âmbitos, como na crescente letalidade em decorrência da ação policial ou na violência institucional dos serviços penitenciários e sistemas ditos protetivos. O uso predominante de medidas punitivas e repressivas nas estratégias de combate à violência no país tem priorizado políticas de encarceramento massivo: dentre a população geral prisional, 34% dos presos são provisórios²³² e somente 24 das 27 Unidades da Federação do país tem Defensoria Pública, destas apenas quatro tem defensores em todas as comarcas²³³, o que prejudica o direito à igualdade de acesso à justiça, como preconiza a **Meta 16.3**²³⁴.

O foco desproporcional na penalização de crimes relacionados às drogas, incluindo a posse e o consumo, continua sendo o principal responsável pela superlotação do sistema penitenciário brasileiro. Crimes de tráfico de drogas correspondem a 28% das incidências penais pelas quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento. Entre os homens, os crimes ligados ao tráfico representam 26% dos registros, enquanto entre as mulheres esse percentual atinge 62%²³⁵. É importante salientar que 67%²³⁶ da população carcerária é negra e ao avaliarmos presídios femininos esse índice sobe para 68%.

226. Relatório da Frontline Defenders, disponível em: <file:///C:/Users/irobredopuente/Downloads/annual_report_spanish_2017_.pdf>

227. Acesso em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_Terra-de-Direitos_Vidas-em-Luta_100817_web.pdf>

228. Nascida e crescida no Complexo da Maré, Marielle Franco se destacou pela militância feminista, no movimento negro e por sua atuação nas denúncias de violações, cometidas principalmente pela polícia, nas comunidades do Rio de Janeiro. Foi a quinta vereadora mais votada nas últimas eleições municipais. <http://artigo19.org/blog/2018/03/15/assassinato-de-marielle-franco-deve-ter-investigacao-celere-e-rigorosa/>

229. Um rosto familiar: A violência na vida de crianças e adolescentes”: Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/EVAC_SummaryBrochure_Portugues_Final.pdf>

230. Meta 16.2: Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças. 231. Balanço de denúncias do Disque 100. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/disque100/balanco-2017-1>

232. Conselho Nacional de Justiça, Reunião Especial de Jurisdição, 2017). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>

233. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-jan-21/apenas-quatro-estados-defensoria-todas-comarcas>

234. Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos. 235. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>

236. Dados divulgados pelo Ministério da Justiça no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

RECOMENDAÇÕES

1. Fortalecer as equipes técnicas das instituições do Sistema de Garantia de Direitos – Conselhos Tutelares, instâncias do Judiciário e demais instâncias públicas responsáveis pela investigação e resolução de denúncias de violências contra crianças e adolescentes.
2. Articular as políticas públicas nacionais e sub-nacionais que atendem crianças e adolescentes, assim como suas famílias, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.
3. Ampliar estrutura e capacidade de resposta dos canais de recepção de denúncias de violência contra crianças e adolescentes.
4. Implementar os mecanismos previsto na Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
5. Aprovar o PL nº 4.471/2012, a fim de acabar com os “autos de resistência” e ampliar os mecanismos de investigação de mortes decorrentes de intervenção policial.
6. Reprovar todas as proposições legislativas que descaracterizam o Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/2003.
7. Estruturar processos de busca ativa a crianças e adolescentes sem registro civil.
8. Investir em abordagens que focam em prevenção primária, secundária e terciária para reduzir a violência criminal.
9. Criar programas que invistam em capacitação

profissional, reabilitação e mentoria de jovens, retenção escolar e empoderamento de mulheres e meninas.

10. Buscar alternativas ao encarceramento e à prisão, especialmente das populações jovens.
11. Descriminalizar posse e consumo de pequenas quantidades de drogas, junto a sentenças proporcionais e alternativas.
12. Priorizar o investimento em locais de alta incidência de crimes.
13. Produzir dados e informações desagregados sobre a distribuição de crimes violentos.
14. Fortalecer os órgãos responsáveis pelo controle social e políticas de transparência, com recursos humanos e financeiros adequados.
15. Assinar o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais, também conhecido como “Acordo de Escazú”.
16. Capacitar os servidores públicos sobre acesso e gestão da informação, principalmente nos níveis municipais, estaduais e nos órgãos de Justiça.
17. Aprovar legislações sobre beneficiário final e proteção ao denunciante de boa fé.
18. Promover a reforma das legislações anticorrupção do país, incluindo prevenção, controle e participação social, educação, investidura de agentes públicos, transparência e acesso à informação, desburocratização, responsabilidade e democracia partidária, desenvolvimento institucional, integridade empresarial, detecção, investigação, sanção, articulação interinstitucional, cooperação internacional e recuperação de ativos.



ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O setor de cooperação externa é promissor para o Brasil alcançar o ODS 17. No entanto, a incoerência entre receita e alocação de recursos públicos impede sua realização a contento. Há forte assimetria no financiamento estatal, gerando baixo retorno no investimento para a sociedade, enquanto a política tributária regressiva estimula a desigualdade e compromete o alcance dos ODS. Também a opacidade nos contratos de Parcerias público-privadas (PPP) constituem outra dificuldade para ordenação político-jurídica que permita ao país melhor enfrentar seus desafios econômicos, sociais e ambientais e avançar em prol de um desenvolvimento minimamente sustentável. Finalmente, o crescente endividamento preocupa (73% do PIB), mas o Estado se submete à uma

financeirização que estrangula a alocação de recursos públicos, num ineficaz ciclo vicioso ampliado por políticas incoerentes com os princípios da Agenda 2030, como a flexibilização das leis trabalhistas (Lei 13.467/2017) e a Emenda Constitucional 95/2016 (ajuste fiscal de longo prazo em áreas sociais), exemplos denunciadas ao longo desta publicação.

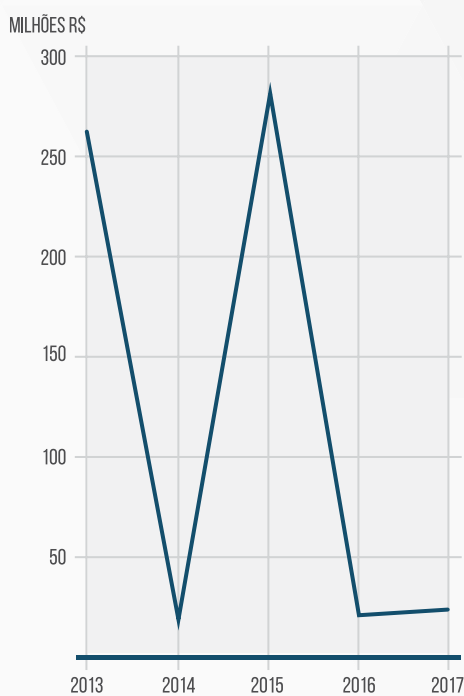
Nos últimos cinco anos, houve alta queda no financiamento da Receita Federal (**Meta 17.1**²³⁷) que passou de R\$ 52,5 milhões em 2013, para R\$34 milhões em 2017, redução de 33,3% que diminui a capacidade de arrecadação de fiscalização.

O Brasil não é um país doador tradicional de recursos financeiros (**Meta 17.2**²³⁸) – não há legislação para tal –

237. Meta 17.1: Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas. 238. Meta 17.2: Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvi-

mas atua via cooperação técnica através de projetos de suas instituições públicas em outros países. Em 2017, segundo a Agência Brasileira de Cooperação²³⁹, 168 projetos de cooperação Sul-Sul e onze (11) de cooperação triangular (com um país desenvolvido em um país em desenvolvimento) estavam ativos. O volume investido na cooperação é menor do que os recursos que o Brasil recebe de agências de cooperação dos países desenvolvidos (R\$ 1,2 bilhões, em 2015). No orçamento de 2017 foram desembolsados R\$36,6 milhões na rubrica *Cooperação Internacional* no item *Encargos Especiais*. Porém, desde 2013, essa rubrica apresenta uma alta volatilidade de desembolso (gráfico abaixo), mostrando a inconsistência da política. Oficialmente, o Brasil não tem nenhum projeto de desenvolvimento de capacita-

Gráfico 34. **DESEMBOLSO DO BRASIL PARA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**



Fonte: Portal da Transparência

ção voltado para a implementação dos ODS como parte de sua cooperação.

Como mostrado ao longo desta publicação, a partir de 2015, mergulhado em uma profunda crise político-institucional que resultou na interrupção do mandato presidencial, o objetivo do governo passou a ser o de austeridade fiscal. Mesmo assim, a dívida pública cresceu acima da arrecadação, chegando a 3,55 trilhões de Reais (14%). O serviço de renegociação e encargos gerais com a dívida representa 33% do orçamento da União, somente para o refinanciamento para 2018 (**Meta 17.4**²⁴⁰).

A promoção de investimentos brasileiros em países menos desenvolvidos (**Meta 17.5**²⁴¹) foi afetada pela crise econômica e institucional de grandes empresas do setor de construção e energia, incluindo cortes em investimentos do BNDES. A *operação lava-jato* afetou a relação internacional com diversos países da América Latina, Caribe e África, mas o BNDES continua capitalizado, com lucro líquido de R\$6 bilhões em 2017. Há diversidade na cooperação técnica para a expansão do multilateralismo. Parcerias são estabelecidas através de diversos órgãos, tais como o Ministério Público, a Embrapa, a Fundação Oswaldo Cruz ou as Universidades Federais.

Nem Brasil, nem a ONU, conseguiram ainda operacionalizar o Banco de Dados de Tecnologias Sustentáveis (**Meta 17.8**²⁴²) e Mecanismo de Facilitação Tecnológica (TFM), aprovado na Agenda de Ação de Adis Abeba, que segue em fase de planejamento.

O volume de exportação de produtos alto nível de capital intelectual e valor agregado, como o *software* e bens culturais, como o cinema, é pequeno na comparação geral, se espremendo no item *Demais Produtos* na pauta do do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Produtos de baixa complexidade representam 48% das exportações e os produtos de maior valor agregado e tecnológico exportados são da Embraer: aeronaves (US\$3,6 bilhões) e turbinas (US\$3,2 bilhões). O já baixo investimento em tecnologia ainda vem sendo reduzido: caiu de 0,393%, ou R\$7,958 bi, em 2016, para R\$7,186 bilhões, em 2017,

dos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a definir meta e prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD aos países de menor des. relativo. **239.** www.abc.gov.br Acesso: 23 de abril de 2018 **240.** Meta 17.4: Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento. **241.** Meta 17.5: Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para países de menor desenvolvimento relativo. **242.** Meta 17.8: Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação.

representando apenas 0,389% do desembolso do Governo Federal para o MCTI (**Metas 17.8 e 17.10**). No orçamento total de desembolso para Educação (110 bilhões), apenas 0,3191% é dedicado a ciência e tecnologia, o que dificulta o alcance do **ODS 4**.

O país segue exercendo tarifas comerciais protecionistas. Segundo a Siscomex/MDIC, o conjunto de tributos envolvidos na importação (Imposto sobre Importação, IPI e ICMS) pode chegar a 70% do preço original do produto se vem de outros países que não a União Aduaneira Mercosul (**Meta 17.10**). Os países deste bloco adotam a Tarifa Externa Comum, que determina que pratiquem a mesma tarifa de importação de países de fora do bloco. Mas isso não impede que os países adicionem outras tarifas no processo, como o Brasil faz ao compor o volume tributário de importação adicionando IPI e ICMS.

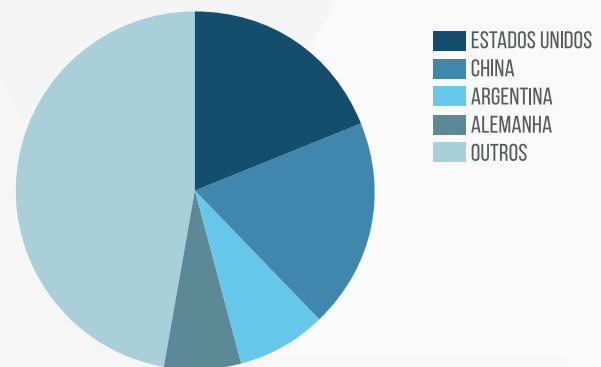
Os Estados Unidos continua sendo o país de onde o Brasil mais importa, seguido da China e Argentina. A Bolívia é o país menos desenvolvido que exporta para o Brasil, principalmente gás. Moçambique é o único país mais pobre (LDC) de onde importamos (**Meta 17.11**²⁴³).

No Brasil as parcerias público-privadas (PPP) – **Meta 17.17**²⁴⁴ – são modalidades de contratos de concessão, reguladas pela Lei 11.079/2004. De acordo com as leis brasileiras suas principais características são o longo prazo (contratos de 5 a 35 anos) e valor mínimo de vinte milhões de reais. A aprovação das parcerias federais é feita via Comitê Gestor de Parcerias Público-Privada composto por Ministérios do Planejamento, Casa Civil e Fazenda. O regime de concessão vai desde a administração de parques naturais, como a Chapada dos Veadeiros (GO), até a concessão de fabricação de fuzis militares ou a manutenção da iluminação pública. A falta de transparência nos contratos, as perdas financeiras dos entes públicos e a não eficiência prometida, esfriaram a adoção de novas PPP em 2017. Em Pernambuco, a PPP da Saúde, por exemplo, está sob investigação. Na cidade de São Paulo, a de iluminação pública foi suspensa porque o contrato firmado era desvantajoso para o interesse público.²⁴⁵

Em 2017, o repasse de recursos públicos para organizações sem fins lucrativos – que incluem desde Santas Casas (serviço hospitalar), partidos políticos, organizações

sociais e inclusive institutos governamentais – foi de 7 bilhões de Reais, 14% a menos que em 2016. O maior repasse em 2017 foi para a Missão Evangélica Indígena Caiuá (ações missionária e de saúde), com R\$459 milhões (corte de quase 50% em relação a 2016), o Centro Nacional de Pesquisa

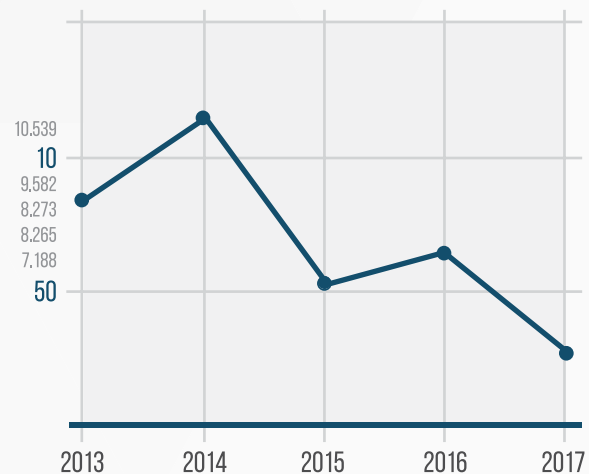
Gráfico 35. **PAÍSES QUE MAIS EXPORTAM PARA O BRASIL**



Fonte: dados oficiais da ABC, RFB, MiCES e Portal da Transparência

Gráfico 36. **REPASSE DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS**

BILHÕES R\$



Fonte: dados oficiais da ABC, RFB, MiCES e Portal da Transparência

243. Meta 17.11: Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020; 244. Meta 17.17: Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas. 245. www.brasil.gov.br, www.jusbrasil.com.br (acesso em abril de 2018). 246. www.ibge.gov.br, www.portaldatransparencia.gov.br (acesso em abril de 2018). 247. Meta 17.19: Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento

em Energia e Materiais (CNPEN), com R\$390 milhões e a Rede Nacional de Pesquisa e Ensino, com R\$250 milhões. O Brasil deve usar o Marco Regulatório das Organizações Sociais (MROSC), para dar maior transparência às parcerias entre entidades não governamentais e governos. Segundo o IBGE²⁴⁵, são mais de 290 mil ONG registradas, de tamanhos, objetivos e nuances variadas. Apesar do ambiente legal constituído para a atuação da sociedade civil no país, há risco de vida para defensores de direitos humanos e ambientais como mostrado no **ODS 16** e indicado pelo assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

Sobre **Meta 17.19**²⁴⁶, o pleno funcionamento da Comissão Nacional dos ODS, criada em 2016, que já conta com um plano básico de trabalho para a implementação da Agenda 2030 no País, é um passo institucional positivo para o monitoramento e rendição de contas da Agenda 2030. Apesar dos avanços no Portal da Transparência, nos sites do IBGE, do IPEA e Ministérios para facilitar o acesso a informações, nem todos os itens são explícitos, como o genérico *Demais Produtos*, na pauta de exportação ou o misterioso *Outros Encargos Especiais*, na rubrica de Encargos Especiais do desembolso federal. Ainda não há integração entre os diversos sistemas de coleta de dados dos governos federativos e o Governo Federal, com exceção do SEADE, órgão estatístico do Estado de São Paulo, que vem desenvolvendo um trabalho de interface estatística avançado. O IBGE lançou em abril de 2018 uma *interface* digital de monitoramento dos ODS, mas ainda está incompleta.

Gráfico 37. **IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES - BRASIL**

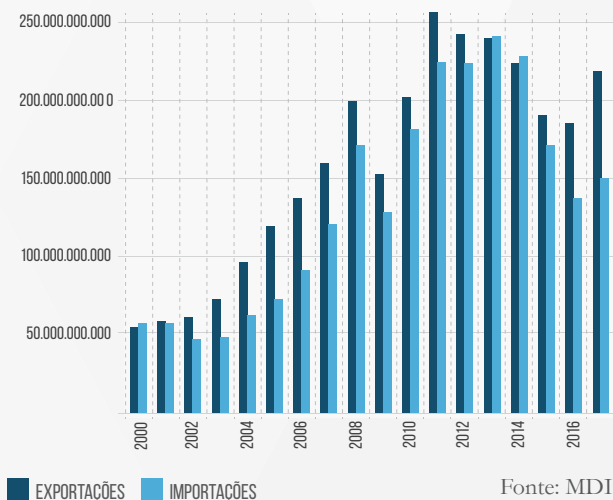
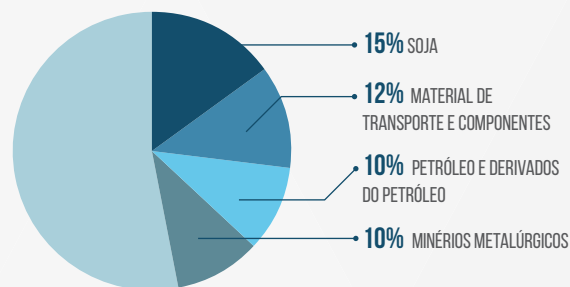


Gráfico 38. **PRODUTOS MAIS EXPORTADOS EM 2017**



RECOMENDAÇÕES

1. Fazer auditoria da política de incentivos tributários no Brasil, implementar a Reforma Tributária Solidária e incluir tributos-saúde (sobre tabaco e produtos alimentícios ultraprocessados), sobre grandes fortunas, sobre transações financeiras (TTF) e sobre a renda, desonerando o país dos tributos sobre o consumo generalizado, a produção e o trabalho.
2. O BNDES deve adotar condicionalidades da Agenda 2030 nos novos contratos de financiamento e compor cartela para financiar empreendimentos sociais sustentáveis inovadores.

3. O IBGE deve acelerar a integração das metas e indicadores dos ODS na coleta de informações, com dados desagregados.
4. O Estado deve realizar a integração tecnológica entre os diversos bancos de informação e apresentar dados agregados de maneira otimizada.
5. Aprovar Projeto de Lei que regule o envio de recursos públicos do Brasil para o exterior em projetos de cooperação.
6. Investir esforços políticos e econômicos no Mercosul e na integração regional da Unasul.
7. Garantir financiamento da sociedade civil brasileira para que esta contribua na capilarização e implementação da Agenda 2030 em todos os níveis (local, nacional, regional e internacional).

ODS 16: ESTUDO DE CASO

ACESSO À JUSTIÇA EM PERNAMBUCO²⁴⁸

Assim como o Brasil, o Estado de Pernambuco vive uma escalada de violência com grande impacto na esfera sociopolítica, cultural e econômica sem que as autoridades públicas consigam implementar respostas efetivas, que incluam as políticas sociais de prevenção e equacionem o acesso à justiça. Pernambuco tem cerca de 9.5 milhões de habitantes e ocupa o sexto lugar em número total de presos do Brasil (367,2 presos por 100 mil habitantes), a maioria jovens, negros, pobres e homens, num total de 34.556 pessoas dividindo 11.495 vagas penitenciárias.

O homicídio, principal crime contra a vida registrado em Pernambuco (94,71%), cresce, o que indica que estamos na direção contrária ao alcance da **Meta 16.1**: com 5.426 registros da Secretaria de Defesa Social²⁴⁹ em 2017, contra 3.890 em 2015, vitimando principalmente (87,97%) as faixas etárias de 18 a 30 anos e 31 a 65 anos. Dentre os assassinatos, os homens representavam 94,01% das vítimas (CONDEPE/FIDEM, 2017)²⁵⁰.

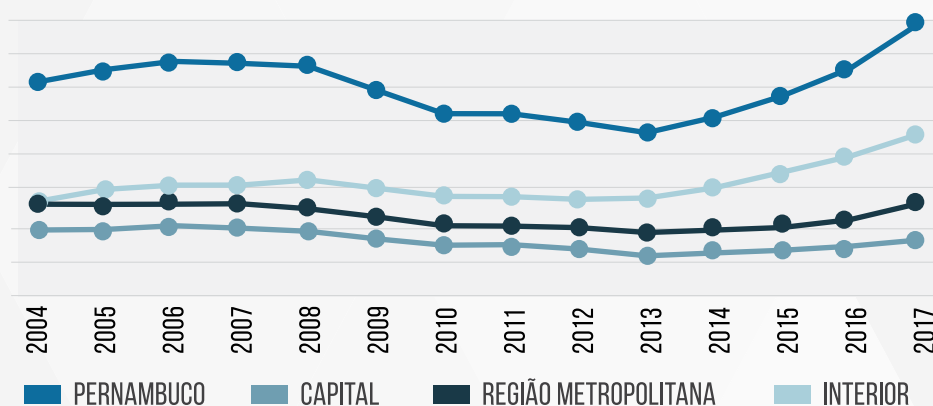
Entre 1997 e 2006, Pernambuco tinha taxas superiores a 50 homicídios por 100.000 habitantes (MJ, 2016) acima das taxas nacionais, situação revertida a partir de 2007 com a implementação do programa estadual Pacto Pela Vida (resultando em uma queda de 36% neste número²⁵¹).

As taxas voltam a crescer a partir de 2014 (gráfico 39) e, em 2017, chegam a 57,09/100 mil habitantes, incremento de 21,14% sobre o valor encontrado em 2016, que foi de 47,67/100 mil habitantes.

Não existem dados desagregados no Brasil e em Pernambuco para responder aos indicadores sobre porcentagem de mulheres e homens jovens, com idades entre 18 e 29 anos que sofreram violência sexual até os 18 anos (**Meta 16.2**). Os dados apontam que, em 2017, houve redução no número de estupros *registrados* na polícia (2.178) em relação ao período de 2011 a 2016. As maiores ocorrências notificadas foram em Recife (403), Jaboatão (143), Olinda (138), Paulista (113), Caruaru (86), Cabo de Santo Agostinho (74) e Petrolina (66). Como grande parte das pessoas não acionam os órgãos de segurança pública para registrar os casos de estupro, estima-se que esse dado esteja defasado devido a essa subnotificação.

É desafiador também analisar a igualdade de acesso à justiça para todas as pessoas, como prevê a **Meta 16.3**, quando a tabulação das prisões provisórias não identificam a população prisional por recortes de gênero, raça, faixa etária e grau de escolaridade, criando uma série de lacunas para a compreensão dos obstáculos à melhoria do sistema

Gráfico 39. **EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE VÍTIMAS EM CVLI DO ESTADO DE PERNAMBUCO POR REGIÃO – JAN/2004 A DEZ/2017**



Fonte: SDS/PE, 2018

248. Estudo de Caso realizado pela Gestos-Soropositividade, Comunicação e Gênero, COM APOIO DA OPEN SOCIETY FOUNDATION
 249. Disponível em: <http://www.sds.pe.gov.br/> Acesso: 23/04/2018. 250. CODEPE/FIDEM. Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco – 4º Trimestre. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2017. 251. Rattton et al. (2014) apud. Atlas da Violência 2017.

prisional. O INFOPEN/2016 indica que dos 79 estabelecimentos penais de Pernambuco, todos sob gestão pública, 92,4% são para homens (73), 6,3% para mulheres (5) e 1,2% são mistas (01). A maior parte destas unidades, 85% (67) são destinadas à prisão provisória (64 para homens e três para mulheres). O regime fechado tem sete unidades masculinas e duas femininas; o semi-aberto tem duas masculinas e, para cumprir medidas de segurança de internação ou tratamento ambulatorial, dispõe-se de uma unidade mista.

Ainda segundo o INFOPEN/Jun 2016, 95,1% da população privada de liberdade são homens (32.884) e 4,8% são mulheres (1.672). Há 186 idosos em privação de liberdade (0,5% do total). Treze mulheres viviam com seus filhos nas prisões no estado, todos entre zero e seis meses, das quais seis eram lactantes. Outras 25 mulheres eram gestantes ou parturientes. Em todo o estado, apenas três unidades femininas têm cela/dormitório adequado às gestantes; duas unidades contam com berçários e/ou centros de referência materno-infantil que, juntos, têm capacidade 16 bebês, entretanto nenhuma dispõe de creche.

Também não há dados disponíveis sobre perfil de população LGBTI+, mas sabe-se que 90% dos estabelecimentos penais de Pernambuco (71) não dispõem de celas

ou alas exclusivas para essa população. Informações sobre cor/raça cobrem apenas 26% da população prisional, dos quais 83% são pessoas negras, 13% brancas e 1% “amarela”. Não há registro de população indígena. Apenas 16% das unidades prisionais de Pernambuco apresentaram dados sobre escolaridade: analfabetos (19%), alfabetizados sem cursos regulares (26%) e ensino fundamental incompleto (34%). Registraram-se 445²⁵² pessoas privadas de liberdade (1%) com algum tipo de deficiência, sendo 19 mulheres (1,13%) e 465 homens (1,41%).

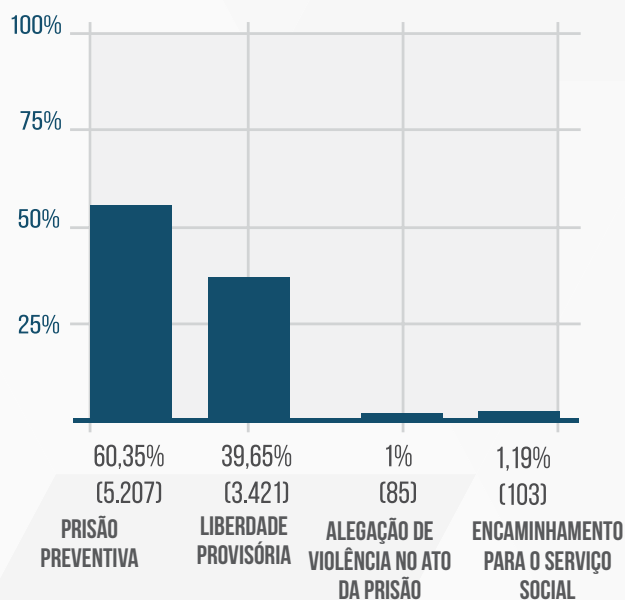
Um total de 826 pessoas se encontrava com agravos transmissíveis em junho de 2016. Na ocasião, foram registradas 391 ocorrências de casos de tuberculose; 219 de HIV; 135 de sífilis; 45 de hepatites e 72 de outras doenças. No primeiro semestre de 2016, foram registrados 68 óbitos no sistema prisional: 39 por morte natural ou por motivo de saúde (35 homens e quatro mulheres). As demais foram ocorrências apenas entre homens: 23 óbitos por crime; suicídio, acidentes e causas desconhecidas, tiveram duas ocorrências cada uma.

É gravíssimo o fato de que 51% do total da população carcerária (17.560 pessoas) **está presa sem condenação no estado**. Em 2015, o Conselho Nacional de Justiça implantou o projeto Audiências de Custódia em todas as Unidades da Federação, para garantir a rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. Em Pernambuco, em quase dois anos foram realizadas 8.816 audiências, que resultaram, em sua maioria, em prisões provisórias. Não existem informações sobre o perfil das pessoas indiciadas.

Sobre as eficácia, responsabilidade e transparência das instituições (**Meta 16.6**), desde 2007 Pernambuco registra os casos de confronto policial com homicídios dolosos, que compõem as estatísticas de Crimes Violentos Letais Intencionais. Em 2017, 124 pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais, 60 a mais do que no ano anterior.

Sobre tomadas de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (**Meta 16.7**), ainda não há indicadores, mas as visitas de inspeção aos estabelecimentos penais são um dos mecanismos de monitoramento direto da situação. No primeiro semestre de 2016, 90% dos estabelecimentos penais receberam visitas (71), de acordo com a tabela 4, mas não foi possível verificar se as recomendações geradas a partir delas foram encaminhadas ou resolveram as questões identificadas.

Gráfico 40. **AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA EM NÚMEROS REALIZADAS EM PERNAMBUCO**



Fonte: Site do CNJ, 2018. TJPE.
Período: 14/08/2015 a 30/06/2017

252. Dado extraído do Relatório do INFOPEN Nacional 2016 não confere com dados do relatório consolidado do INFOPEN PE 2016, onde o número de pessoas com deficiência são 486, o que corresponde a 1,4% da população prisional no estado. (N.A.)

Tabela 4. **Nº DE VISITAS DE INSPEÇÃO SEMESTRAL NO SISTEMA PENAL EM PE – JUNHO, 2016**

Estabelecimentos que receberam visita de inspeção por órgão inspecionado	Quantidade	%
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP		0
Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária/Conselho Penitenciário	3	4
Conselho da Comunidade	2	3
Ouvidoria do sistema prisional - estadual ou nacional	9	11
Defensoria Pública	11	14
Judiciário	50	63
Ministério Público	50	63
Outro(s)	13	16

Fonte: INFOPEN, 2016 – Relatório Estadual de Pernambuco (TJPE)

RECOMENDAÇÕES

1. Investir adequadamente nas Defensorias Públicas, ampliando suas equipes.
2. Ampliar a realização de audiências de custódia, via mutirões, com definição de metas adequadas e monitoramento sistemático dessas medidas.
3. Garantir o cumprimento da Lei nº 12.876/2005, regulamentada pelo Decreto nº 39.542/2013, e que dispõe sobre a realização de estatísticas oficiais sobre todo tipo de violência cometida contra a população LGBTI no estado.
4. Implantar centrais integradas de alternativas penais, centrais de monitoramento eletrônico, centrais de serviços e assistência social e câmaras de mediação penal, conforme preconizado pelo projeto-piloto de audiências de custódia do CNJ.
5. Revisar critérios para selecionar policiais, pessoas da magistratura e da promotoria que reforcem o compromisso com o exercício de direitos; e introduzir vertentes teóricas baseadas nos direitos humanos e na não discriminação social, tais como teorias feministas, *queer* e anti-racistas, visando o exercício profissional da justiça livre de preconceitos, estigma e discriminações.

6. Revisar as políticas de penalização de drogas ilícitas (existem diferentes propostas com essa perspectiva).
7. Investir na capacitação de profissionais do sistema penal sobre temas transversais e identitários (gênero, raça, geração, entre outros) e seus impactos no campo da segurança pública, estendendo-a a equipes responsáveis pela produção e sistematização de informações sobre o sistema penal.
8. Considerar aspectos materiais, psicológicos e sociais das pessoas que se envolvem com diferentes tipos de crime, com a leitura crítica do contexto social, econômico e político, como metodologia de análise sobre criminalidades e violência.
9. Criar espaços de formação para organizações sociais e comunitárias para aprofundar conhecimento sobre acesso à justiça.
10. Ampliar debates sobre o acesso à justiça, racismo institucional, a cultura da impunidade e sua relação com a privatização da coisa pública, e com a cultura do privilégio, que impede o exercício de direitos.
11. Órgãos do Poder Judiciário devem informar e garantir acessibilidade à documentação legal (incluindo de processos) no ambiente digital para pessoas portadoras de deficiência visual.

12. Estimular a divulgação de dados, artigos, reportagens, campanhas que apresentem uma perspectiva de direitos humanos sobre o acesso à justiça, estabelecendo canais de articulação com profissionais e/ou órgãos de comunicação, da mídia alternativa à mídia comercial.

13. Ampliar a coleta e publicação de dados em relação à população carcerária e ao sistema penal como um todo, a fim de possibilitar melhor análise do cenário da violência, criminalidade e acesso à justiça no estado. Atenção especial deve ser dada na visibilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou vítimas de discriminação.







Organizações que assinam essa publicação



Apoio:

Aldeias Infantis SOS Brasil | Artigo 19 | Open Society Foundations

Patrocínio:



PERFIL DA INSTITUCIONAL COMPLETO IDS

Perfil Institucional Completo

Categoria	Item	Perguntas	Respostas/Evidências
1. Perfil Institucional	FORMALIZAÇÃO	A organização possui Estatuto, Ata de Assembleia e Certidões Negativas de Débito (federal, estadual, municipal)? Qual a periodicidade de atualização?	Sim. Último Estatuto data de 2018. Assembleias são realizadas anualmente, com a respectiva ata. Todas as certidões negativas de débito estão atualizadas.
	IDENTIDADE	A organização tem missão, visão e valores formalizados? Quais são?	Missão Convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21. Visão Ser um ator relevante da sociedade civil nos processos locais, regionais, nacionais e internacionais para a construção de um novo acordo social que tenha a democracia e a sustentabilidade como valores centrais.
	PROPÓSITO / CAUSA	As atividades da organização estão alinhadas à sua missão e causa/propósito? Quais são as principais atividades realizadas?	Objetivos Gerais e Permanentes – Aprofundar, no conceito e na prática, as relações entre democracia e sustentabilidade na sociedade brasileira do século 21. – Promover, realizar e divulgar projetos, pesquisas e estudos que proponham soluções aos problemas mais complexos da sociedade, a partir da convergência entre os processos democráticos e o desenvolvimento sustentável. – Estimular o desenvolvimento sustentável do Brasil, que tenha como elementos centrais o uso racional de recursos naturais e a diversidade cultural e biológica, assegurando a disponibilidade de recursos e oportunidades intergeracional e interregional. – Fomentar a criação de um ambiente favorável para o avanço de agendas positivas da sustentabilidade, propostas por organizações sociais, empresariais, governamentais e políticas. – Disseminar informações e conhecimentos, produzidos pelo IDS ou por terceiros, que identifiquem as conexões entre sustentabilidade e democracia, de forma a estimular o debate e influenciar processos decisórios públicos e privados.
	GOVERNANÇA	Como é a composição da diretoria/conselho fiscal da organização? A organização organiza as atas das assembleias, realiza eleições, possui regimento interno?	O Conselho Diretor é composto por 7 membros: Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto, Alexandra Reschke, Altair Assumpção, João Paulo Capobianco (Vice-presidente), Ricardo Young (Presidente), Roberto Isao Kishinami e Suzana Machado Pádua. O Conselho Fiscal é composto por: Paulo Afonso Garcia e Paulo Cesar Werneck. Todas as Assembleias anuais são registradas em Atas. Tanto a composição dos Associados quanto do Conselho Diretor e Conselho Fiscal são feitas por eleição.
	PLANO DE OPERAÇÃO	A organização possui planejamento anual das suas ações? Quais são as ferramentas desenvolvidas para tal?	Sim. A proposta prévia de planejamento anual é feita pela equipe executiva e apresentada em Assembleia Geral para validação e ajustes. Ao longo do ano, com maior periodicidade, esse planejamento é acompanhado durante as reuniões de equipe e nas reuniões do Conselho Diretor.
	MONITORAMENTO	A organização tem sistemática de acompanhamento das suas ações? Quais são as ferramentas desenvolvidas para tal (acompanhamento de planejado x realizado)?	São apresentados os resultados dos projetos e controle orçamentário nas reuniões periódicas do Conselho Diretor
	PAPEIS E RESPONSABILIDADES	A organização tem organograma e descrição de cargos, papéis e responsabilidades? Se sim, anexar.	Sim
	GESTÃO DE EQUIPE	Quais são os métodos utilizados para a disseminação e compartilhamento de informações entre a equipe e em qual frequência. Há plano de desenvolvimento da equipe?	Reuniões periódicas de alinhamento. Plano de desenvolvimento em criação.
3. Sustentabilidade financeira	ESTRATÉGIA	A organização tem área financeira/prestação de contas especializada (faz análise mensal, guarda documentação, sistematiza informações e faz controle do fluxo de caixa)?	Sim
	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	A organização tem planejamento orçamentário anual (quanto precisa, para fazer o que, quando, qual o fluxo)?	Sim
	FONTES DE FINANCIAMENTO	A organização possui fontes diversas de financiamento e recurso (parcerias, patrocinadores, recursos advindos de aprovação em editais, captação de doações, geração de renda a partir da venda de produtos e serviços, usufruto de leis de incentivo)?	Sim. Via parceiras com demais organizações (exs: labs e Aliança pela Água), editais (União Europeia), apoio institucional (Sabesp) e doações de pessoas físicas.
	TRANSPARÊNCIA	A organização sistematiza suas informações, emite relatórios de atividades/balanco financeiro anual e divulga essas informações? Se sim, anexar.	Sim. Em anexo as versões dos 3 últimos anos.

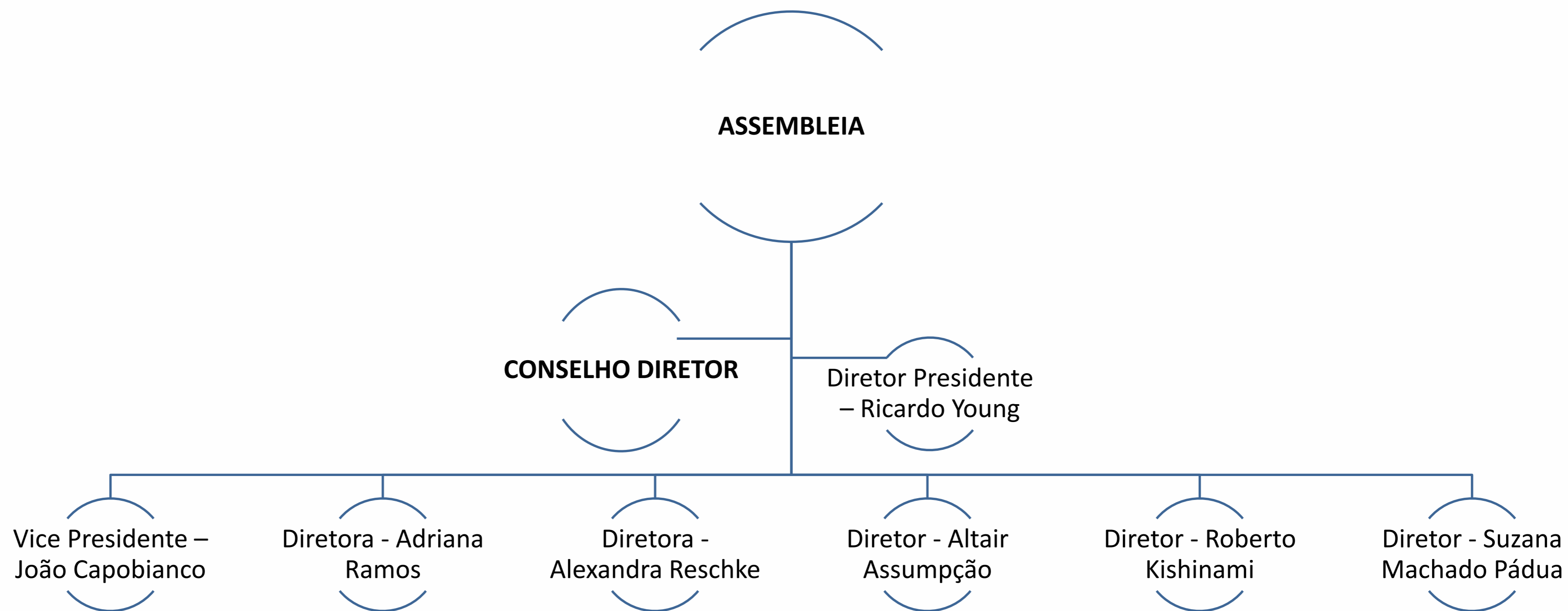
	PARCERIAS	Atualmente, a organização possui quantas parcerias formalizadas? Qual é o processo para reter atuais e buscar e atrair novos parceiros?	Universidade de São Paulo Instituto de Energia e Ambiente/USP Instituto de Estudos Avançados/USP Aliança pela Água Observatório da Governança das Águas Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura Centro Universitário Senac Artigo 19 Abong MapBiomias RAPS Mantemos relacionamento constante com as parcerias e buscamos fortalecer e participar de redes de cooperação, num processo constante de identificação de sinergias e realização de possíveis parcerias com outras organizações
4. Comunicação	CANAIS DE COMUNICAÇÃO	Quais veículos de comunicação a organização possui e qual a periodicidade de atualização?	Site: www.idsbrasil.org Facebook: https://pt-br.facebook.com/IDSBrasil Youtube: https://www.youtube.com/user/idsbrasilquequeremos Instagram: https://www.instagram.com/ids_brasil/ Twitter: https://twitter.com/IDS_Brasil Flickr: https://www.flickr.com/people/69161806@N07/ Atualização semanal, a depender da necessidade

ORGANOGRAMA IDS

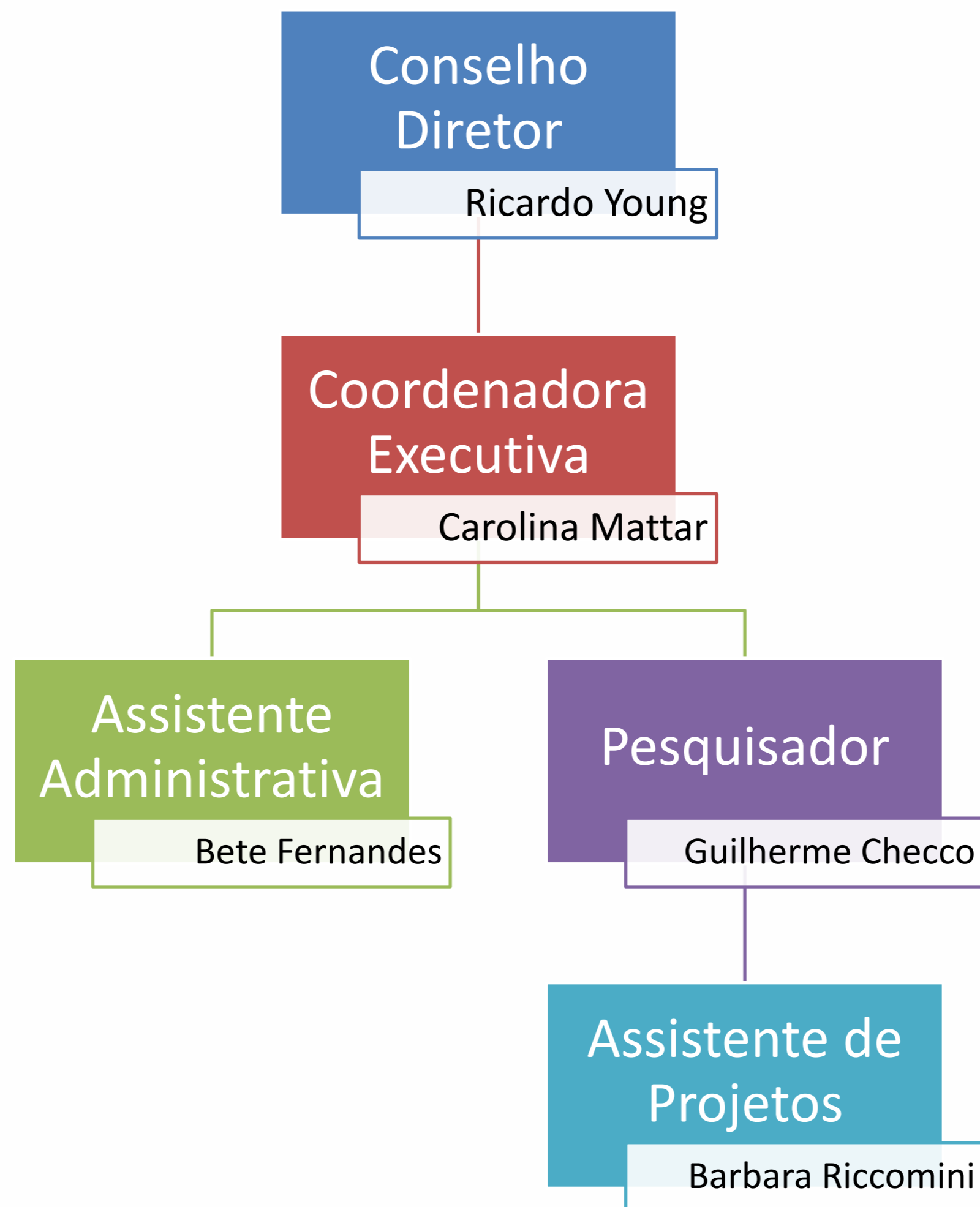
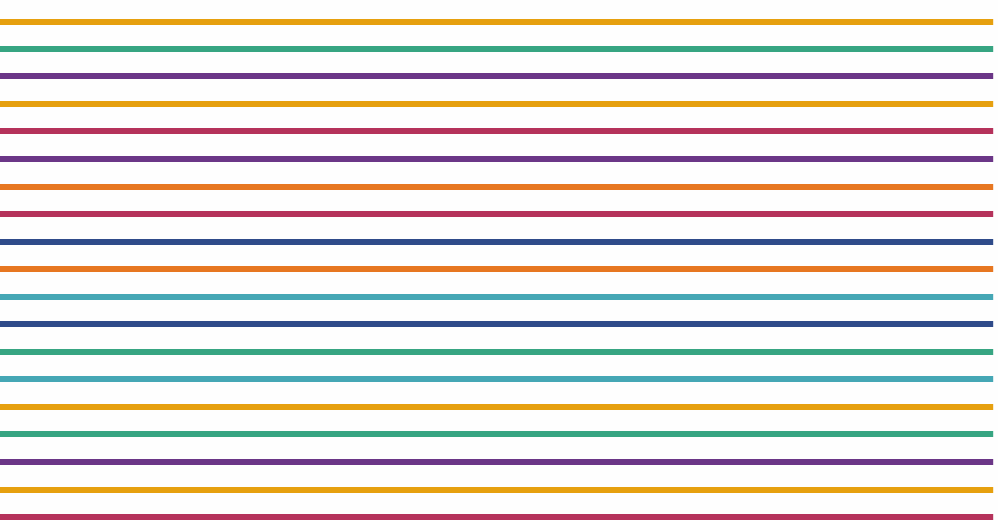
Organograma 2018 Instituto Democracia e Sustentabilidade



Conselho Diretor



Equipe Executiva



Responsabilidades



Coordenação Executiva

Carolina Mattar

- Traduzir as diretrizes da Assembleia Geral e do Conselho Diretor em iniciativas e projetos;
- Identificar parceiros e captar recursos que viabilizem a realização das atividades previstas;
- Realizar a gestão de todos os projetos e áreas de suporte;
- Gestão orçamentária/administrativa;
- Gestão de pessoas;
- Representar o IDS institucionalmente em fóruns e atividades externas.

Assistente Administrativa

Bete Fernandes

- Gestão administrativa e predial
- Apoio à gestão financeira (contas à pagar, contas à receber, contabilidade)
- Departamento pessoal
- Registro e arquivamento de documentos
- Secretariado

Pesquisador

Guilherme Checco

- Elaboração de projetos
- Coordenação de equipe de pesquisa e consultores externos
- Controle orçamentário de projetos
- Busca e relação com parceiros
- Prestação de contas

RELATÓRIO FINANCEIRO IDS

**Instituto Democracia e
Sustentabilidade - IDS**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores
Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS


Base para opinião com ressalva

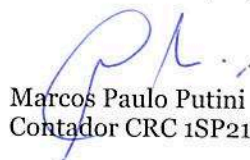
O Instituto não constituiu provisão para eventuais recolhimentos futuros de encargos sociais, que poderiam ser requeridos em decorrência de critérios adotados para pagamento de determinados prestadores de serviços recorrentes. Por falta de análises e controles específicos, não foi praticável, nas circunstâncias, quantificarmos os efeitos sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, decorrentes da adoção do procedimento antes mencionado.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de abril de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em reais

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Notas 5 e 6)	19.623	40.914	Fornecedores (Nota 8)	5.328	20.008
Créditos a recuperar	416	416	Obrigações sociais e tributárias (Nota 9)	25.996	14.695
Contas a receber	-	2.000			
Adiantamentos a fornecedores	102	-	Total do passivo	31.324	34.703
	<u>20.142</u>	<u>43.330</u>			
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 11)		
Imobilizado (Nota 7)	43.648	59.947	Patrimônio Social	711.282	711.282
			Déficit acumulado	(730.124)	(694.015)
			Doações recebidas	14.470	14.470
			Ajuste de avaliação patrimonial	36.837	36.837
			Total do patrimônio líquido	<u>32.466</u>	<u>68.574</u>
Total do ativo	<u>63.790</u>	<u>103.277</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>63.790</u>	<u>103.277</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Demonstração do déficit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas das atividades		
Doações recebidas (Nota 12)	854.054	644.000
ITCMD incidente sobre doações recebidas	(8.000)	(8.000)
Receita com serviços voluntários (Nota 19)	1.369.280	1.308.172
Serviços prestados	46.300	-
Impostos incidentes sobre serviços	(4.445)	-
Outras receitas	-	17.067
	<u>2.257.189</u>	<u>1.961.239</u>
Despesas das atividades		
Pessoal (Nota 13)	(215.322)	(524.811)
Despesas de projetos (Nota 15)	(147.911)	(165.476)
Despesas administrativas (Nota 14)	(1.910.067)	(1.753.164)
Depreciação (Nota 7)	(16.299)	(18.337)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 16)	(2.261)	(8.022)
	<u>(2.291.860)</u>	<u>(2.469.810)</u>
Resultado da atividade	<u>(34.671)</u>	<u>(508.571)</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras (Nota 5)	4.100	15.657
Despesas financeiras	(5.538)	(4.368)
	<u>(1.438)</u>	<u>11.289</u>
Déficit dos exercícios	<u><u>(36.109)</u></u>	<u><u>(497.282)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Doações recebidas</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit/ Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013	711.282	14.470	36.837	(196.733)	565.856
Déficit do exercício				(497.282)	(497.282)
Em 31 de dezembro de 2014	711.282	14.470	36.837	(694.015)	68.574
Déficit do exercício				(36.109)	(36.109)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>711.282</u>	<u>14.470</u>	<u>36.837</u>	<u>(730.124)</u>	<u>32.466</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Déficit do exercício	(36.109)	(497.282)
Ajustes por:		
Depreciação	16.299	18.337
Resultado líquido ajustado	<u>(19.810)</u>	<u>(478.945)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	2.000	(2.000)
Adiantamento a fornecedores	<u>(102)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(14.680)	(11.541)
Contas a Pagar	-	(3.423)
Obrigações sociais e tributárias	11.301	(45.544)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	<u>(21.291)</u>	<u>(541.453)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	(8.501)
Venda de Ativo Imobilizado	-	3.063
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(5.438)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(21.291)	(546.891)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>40.914</u>	<u>587.805</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>19.623</u>	<u>40.914</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(21.291)	(546.891)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

1 Contexto operacional

O Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS (o "Instituto") é uma Associação civil sem fins lucrativos que foi fundada em 18 de outubro de 2009, e iniciou suas atividades em 14 de janeiro de 2010, estabelecida na Capital do Estado de São Paulo a Travessa Dona Paula, 01 conjunto 4, sala B, Higienópolis.

Conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça, de 26 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2012, o Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei no 9.790 de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ no 08071.032311/2011-77.

O Instituto possui os seguintes objetivos:

- . Promover e estimular a geração, elaboração e divulgação de valores, ideias, e propostas voltadas à promoção da democracia e da paz e a construção de novos modelos de desenvolvimento socioeconômico, para o Brasil e para o mundo, que tenham como elemento central a garantia da sustentabilidade socioambiental.
- . Monitorar e divulgar as ações e decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas federativas, bem como das empresas e da sociedade civil organizada que produzam efeitos positivos ou negativos sobre a implementação de políticas e modelos de desenvolvimento sustentável.
- . Estimular o debate de ideias e promover o acúmulo de conhecimento nas suas áreas de atuação, utilizando, sobretudo, plataformas colaborativas em rede com outras instituições e especialistas, bem como realizando, organizando e divulgando pesquisas e estudos nas diversas áreas do saber relativas à suas atividades.
- . Divulgar, por quaisquer meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatados a sua missão e as suas atividades, tendo como especial foco a juventude, porém sem exclusão dos demais públicos.
- . Estimular a formulação, o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos objetivos.
- . Usar de todos os meios de comunicação que estiverem ao seu alcance para divulgar suas ideias, valores e conhecimentos acumulados, podendo para isso, produzir, publicar, editar, manter, distribuir e divulgar livros, revistas, *website*, *blogs*, vídeos, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão ou televisivos, entre outros, realizar prospecção, gravação, edição e divulgações de imagens, músicas, depoimentos relacionados com suas diversas atividades.
- . Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades.
- . Distribuir e vender produtos e materiais da própria associação ou de terceiros que tenham relação com seus objetivos.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 **Em reais**

- Assessorar e prestar serviços de consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos relacionados à sustentabilidade socioambiental a organizações públicas e privadas.
- Firmar convênios, termos de parceria e demais contratos para a realização de projetos junto a outras instituições públicas ou privadas e terceiros.
- Realizar, organizar, promover ou participar de eventos culturais como debates, conferências, seminários, cursos e congressos.
- Participar de intercâmbios com outras organizações e entidades nacionais e internacionais afins, em especial na América Latina e Caribe, para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativos à suas atividades.
- Promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos e campanhas nacionais e internacionais de apoio e defesa do patrimônio ambiental e cultural e dos direitos dos povos.

Fontes de recursos

Os recursos financeiros para manter a estrutura do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS advêm das contribuições periódicas ou eventuais de pessoas naturais ou jurídicas, associadas ou não, doações, convênios e termos de parceria.

O Instituto gerou no exercício de 2015 um déficit no montante de R\$ 36.108,54 principalmente devido ao reflexo da destinação dos recursos dos projetos e das despesas administrativas, terem sido inferiores, a própria com doações. A administração do IDS possui como plano para cobrir o déficit acumulado com o aumento de doações advindas das contribuições periódicas, assim como a diminuição das despesas com pessoal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - "Entidade Sem finalidade de Lucros" e NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Diretor em 25 de abril de 2015.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras consistem basicamente em:

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

3.3 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2015 e de 2014, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulante

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição, como mencionado na Nota 7.

A depreciação obedece aos critérios do método linear para alocar seus custos às taxas anuais mencionadas na Nota 7, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

3.6 Provisão para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.8 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

3.9 Patrimônio líquido

Constituído por doações recebidas de seus outorgantes instituidores e de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

A transferência do superávit/(déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação de assembleia dos associados.

3.10 Apuração do superávit/(déficit)

Os recursos provenientes de doações e contribuições são reconhecidos como receita durante o exercício por ocasião do seu efetivo ingresso.

As demais despesas e receitas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

3.11 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes. E também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

Durante o exercício de 2015 e de 2014, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos do Instituto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	510	559
Banco	66	150
Aplicações financeiras	19.047	40.205
	<u>19.623</u>	<u>40.914</u>

Os saldos de bancos são representados por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos com rendimentos prefixados, de liquidez imediata, mantidos junto ao Itaú Unibanco S.A. e remunerados a taxas mensais aproximadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 2015, as aplicações financeiras tiveram remuneração no montante de R\$ 4.100 (2014 – R\$ 15.657).

6 Instrumentos financeiros

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	19.623	40.914
	<u>19.623</u>	<u>40.914</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	5.328	20.008
Obrigações sociais e tributárias	25.996	14.695
	<u>31.324</u>	<u>34.703</u>

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

7 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos dessas contas são compostos da seguinte forma:

		<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Taxa de depreciação a.a. - %	Custo	Deprec. acumulada	Montante líquido	Montante líquido (*)
Móveis e utensílios	8%	54.584	(22.353)	32.231	36.185
Máquinas e equipamentos	20%	19.617	(12.586)	7.031	8.533
Equipamentos de informática	16%	61.562	(58.996)	2.566	13.185
Instalações	7%	3.150	(1.331)	1.819	2.044
		<u>138.913</u>	<u>(95.266)</u>	<u>43.648</u>	<u>59.947</u>

(*) Conforme item 21 da ITG 2002 - "Entidade Sem finalidade de Lucros", o Instituto considerou o custo atribuído como base de avaliação do ativo imobilizado e efetuou a revisão da vida útil de todo o ativo imobilizado na data de transição de 1/1/2011. A avaliação pelo custo atribuído representou o incremento do ativo imobilizado no montante de R\$ 36.837 em contrapartida ao ajuste de avaliação patrimonial, registrado diretamente no patrimônio líquido.

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
No início do exercício	59.947	72.846
Aquisição de bens	-	8.501
Baixas	-	(6.000)
Baixa depreciação na venda do imobilizado	-	2.937
Depreciação	<u>(16.299)</u>	<u>(18.337)</u>
No final do exercício	<u>43.648</u>	<u>59.947</u>

8 Fornecedores

O saldo de fornecedores é representado principalmente por prestadores de serviços.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

9 Obrigações sociais e tributárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisões trabalhistas	9.873	7.974
INSS a recolher	8.873	4.465
FGTS	1.382	1.109
IR sobre prestação de serviço e aplicações financeiras	462	166
PIS a recolher	173	139
COFINS a recolher	2.599	-
IR sobre salário	221	102
Outros	2.413	741
	<u>25.996</u>	<u>14.695</u>

10 Passivo contingente

Não há quaisquer processos de natureza trabalhista, civil ou tributária em aberto envolvendo o Instituto em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

11 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos (superávits)/déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição. Em caso de dissolução do Instituto, ajustados todos os compromissos creditícios, seu patrimônio remanescente será destinado em benefício de uma ou mais entidades congêneres, preferencialmente com a mesma finalidade institucional. As beneficiárias deverão ser escolhidas na Assembleia Geral de dissolução.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

12 Doações recebidas

O Instituto manteve as seguintes fontes de recursos para manutenção de suas atividades:

<u>Receita de doações</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável	24.000	500.000
Ricardo Cavaliere Guimarães	450	-
Altair Assumpção	450	-
Ata Consultoria em Sustentabilidade Ltda.	5.000	-
João Paulo Ribeiro Copabianco	100	-
Muriel Saragoussi	204	-
Tasso Azevedo	500	-
Bazileu Alves Margarido Neto	50	-
Carlos Antônio Rocha Vicente	200	-
Gisela Moreu	3.000	-
Jorge Luiz Nima Abrahão	50	-
Maria Alice Setúbal	500.050	104.000
Construcap CCPS engenharia e comércio S.A.	320.000	40.000
	<u>854.054</u>	<u>644.000</u>

13 Despesas com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	(74.430)	(254.547)
Mão de obra estagiários	(13.258)	(2.300)
13º salário	(7.399)	(22.728)
Saúde ocupacional	-	(200)
Férias	(10.310)	(37.125)
FGTS	(7.591)	(40.732)
INSS	(35.368)	(72.798)
PIS	(949)	(2.681)
Seguro de vida	(2.000)	(973)
Vale Transporte	(1.200)	(584)
Assistência Médica	(28.288)	(55.949)
Programa de Alimentação do trabalhador	(34.529)	(31.133)
Indenizações e aviso prévio	-	3.061
	<u>(215.322)</u>	<u>(524.811)</u>

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

Em 2015, o Instituto possuía 02 funcionários no regime de CLT (2014 – 02 funcionários).

14 Despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com terceiros - serviços voluntários (Nota 19)	(1.369.280)	(1.308.172)
Despesas com propaganda	(20.593)	(43.419)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(365.404)	(154.688)
Despesas com eventos	-	(65.069)
Despesas de ocupação	(16.300)	(34.952)
Materiais e impressos para escritório	(1.993)	(3.258)
Cursos e formação profissional	(12.709)	(8.085)
Utilidades e serviços	(6.515)	(21.345)
Materiais de limpeza e copa	(755)	(628)
Serviços prestados - pessoa física	(56.256)	(4.699)
Manutenção e reparos	(9.720)	(9.595)
Governança e representação	(43.645)	(73.247)
Outros	(6.897)	(26.007)
	<u>(1.910.067)</u>	<u>(1.753.164)</u>

15 Despesa com projetos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Projetos Institucionais	-	(13.190)
Política Cidadã	-	(6.656)
Economia para uma sociedade sustentável	-	(41.172)
Proteção Social	-	(27.664)
Qualidade de Vida	-	(40.221)
Cultura e Fortalecimento da Diversidade	-	(18.360)
Política Externa Para o Século 21	-	(18.213)
Plataforma Brasil Democrático e Sustentável	(147.504)	-
Governança Democrática para a Sustentabilidade –Amazônia	(407)	-
	<u>(147.911)</u>	<u>(165.476)</u>

Descrição dos principais projetos do Instituto

Os projetos vigentes em 2014 se consolidaram na atualização da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. São eles:

- Política Cidadã
- Economia para uma sociedade sustentável

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

- Proteção Social
- Qualidade de Vida
- Cultura e Fortalecimento da Diversidade
- Política Externa Para o Século 21

A partir de 2015, o IDS focou-se em temas complexos da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável nos quais as relações entre Democracia e Sustentabilidade podem gerar entendimentos e soluções inovadoras. Desta forma, deu-se sequência à estratégia de aprofundamento e disseminação dos resultados deste ciclo de trabalho, procurando prover uma contribuição genuína para o Brasil. Os principais temas de atuação dentro do Projeto Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, em 2015, foram:

- Diálogos sobre a Amazônia
- Água na Mídia
- Situação dos mananciais e a segurança hídrica na Macrometrópole de São Paulo
- Gestão Pública Inovadora e Qualificada
- Novos Sujeitos Políticos

Além destes temas, cujos trabalhos são descritos em detalhes a seguir, foi iniciado um trabalho na linha de Governança Democrática para a Sustentabilidade – Amazônia, cujo objetivo é ampliar as discussões contempladas pela iniciativa Diálogos sobre a Amazônia.

- (a) **Diálogos sobre a Amazônia:** Superação dos desafios contemporâneos da Amazônia podem levar à transformação do modelo de desenvolvimento da região.

Enquanto um dos desafios históricos da Amazônia - o desmatamento - teve uma expressiva redução de quase 80% a partir de 2004, com a implementação do PPCDAm, em 2015 os índices voltaram a crescer na região. Para além do desmatamento, mais questões tornam-se centrais ao discutir a Amazônia, como a expansão de projetos energéticos, o acirramento de conflitos sociais entre produtores rurais e populações tradicionais e o impacto das mudanças climáticas na agropecuária, que continuam impondo obstáculos ao desenvolvimento regional de forma sustentável.

Dessa necessidade surgiu o Ciclo de Debates “Diálogos sobre a Amazônia na Contemporaneidade: ateliê de ideias e propostas”, realizado pelo IDS e pelo Instituto de Estudos Avançados da USP.

Ao longo do ano, foram realizados 13 debates com mais 16 especialistas de diversas áreas do conhecimento. O objetivo era abordar não apenas a perspectiva histórica da ocupação e desenvolvimento, como também aprofundar a reflexão sobre questões contemporâneas e sobre os impactos locais provocados pelos desafios globais, como as mudanças climáticas; o uso sustentável dos recursos naturais; o desenvolvimento social e econômico; a expansão energética; ampliação de infraestrutura e logística e a cooperação internacional numa região transfronteiriça.

Participaram profissionais da academia, do terceiro setor e do setor público para falarem sobre os desafios encontrados em sua atuação na região amazônica e mostrarem caminhos para os desafios da gestão pública democrática e sustentável, por meio da articulação entre os conhecimentos gerados pela academia e sociedade na proposição de soluções. O público dos eventos era composto por estudantes de pós-graduação, professores, especialistas interessados e pela sociedade em geral, que podia acompanhar as transmissões ao vivo online.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

- (b) **Água na Mídia:** A gestão sustentável da água passa por processos participativos, colaborativos e integrados.

O ano de 2015 foi um ano crítico para a situação dos recursos hídricos no Brasil, especialmente em São Paulo. Os principais sistemas de abastecimento da maior metrópole do País alcançaram níveis negativos por vários meses seguidos e grande parte da população foi impactada por longos períodos sem água potável. O IDS aprofundou-se nessa agenda por meio de pesquisas realizadas em parceria com a academia, debates com gestores públicos, articulações multiatores e produção de materiais para informar a população.

Destacou-se a pesquisa “Crise hídrica e a mídia: governança e gestão hídrica à luz da imprensa no estado de SP”, realizada em parceria com o IEE/USP e articulada com a Aliança pela Água. O estudo traz o levantamento de 503 notícias em três jornais de grande circulação sobre a crise hídrica em SP, de janeiro de 2014 a abril de 2015. A pesquisa sistematizou informações que demonstram a situação dos recursos hídricos em São Paulo, como a falta de transparência na disponibilização das informações, a falta de corresponsabilização entre os diferentes atores e o foco em ações emergenciais em detrimento de planejamento de longo prazo. O estudo foi lançado em setembro de 2015 em evento aberto com a presença de especialistas no tema.

O resultado foi uma ampla análise, traduzida em um conjunto de infográficos – dinâmicos e estáticos – categorizando as informações segundo os atores, as causas, as soluções e as ações tomadas, e trazendo os principais insights da pesquisa. Decorrente da mesma pesquisa, foi lançado o “Água na Mídia”, uma linha do tempo interativa com notícias sobre gestão dos recursos hídricos, desde 2011 até os dias atuais.

- (c) **Situação dos Mananciais e a Segurança Hídrica na RMMSP:** Mapeamento da fragilidade ambiental dos mananciais auxilia criação ferramentas de gestão dos recursos hídricos em SP. Poluição, enchentes, secas, deslizamentos, falta de água e saneamento aparecem reiteradamente em destaque na mídia pelos prejuízos que acarretam à população urbana. O crescimento urbano intenso e desordenado e as intervenções nos recursos naturais agravaram diversos problemas socioambientais e impactaram negativamente a qualidade de vida das pessoas. Recentemente, o tema da segurança hídrica ganhou repercussão diante da crise hídrica que afeta o País, com destaque para a Macrometrópole Paulista (RMMSP).

A alteração na cobertura do solo, a degradação ambiental e o desmatamento afetaram os sistemas hídricos e intensificaram as alterações na paisagem. Ficou clara a urgência na geração de dados que orientassem a ocupação e o uso na RMMSP e que pudessem auxiliar a melhoria da funcionalidade territorial, garantir a qualidade de vida e equacionar os conflitos socioambientais. Para suprir essa lacuna, o IDS se propôs a conhecer as áreas de fragilidade e propor ferramentas que auxiliassem no delineamento de estratégias e ações para governança dos recursos hídricos.

O projeto Situação dos mananciais e a segurança hídrica na RMMSP, realizado em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento da Escola Politécnica da USP, foi criado com objetivo inicial de mapear as mudanças na cobertura do solo dos mananciais dessa região entre 2005 e 2015. Os resultados demonstraram a necessidade de compreender a fragilidade ambiental das sub-bacias dos mananciais, com o objetivo de propor ferramentas de planejamento e ocupação mais sustentáveis, uma vez que a situação de vulnerabilidade hídrica não foi superada.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

Foram produzidos seis mapas da situação atual da fragilidade ambiental das sub-bacias dos mananciais da Macrometrópole Paulista, por meio do processamento de imagens, sob o ponto de vista de duas variáveis - cobertura do solo e compartimentação de relevo. São eles: (i) mapa das fragilidades das sub-bacias dos mananciais, (ii) mapa da fragilidade da cobertura do solo, (iii) mapa de compartimentação do relevo, (iv) mapa de cobertura do solo 2015, (v) mapa de áreas prioritárias para gestão dos recursos hídricos e (vi) mapa das áreas de fragilidade com alocação dos pontos de captação de água.

- (d) **Ciclo de Encontros sobre Gestão Pública Inovadora e Qualificada:** Liderança de governos locais pode dar protagonismo à agenda da sustentabilidade na ação pública

Uma gestão pública inovadora com profissionais capacitados para conceber, implementar e monitorar políticas públicas foi eleita uma das prioridades máximas na Plataforma IDS. Não apenas pela necessidade de renovação e adequação da gestão pública brasileira, mas devido à urgência de se abordar as políticas de forma integrada e considerando questões ambientais como as mudanças climáticas, a disponibilidade hídrica e os recursos naturais.

Apesar de avanços importantes no âmbito de legislações e políticas públicas, uma atuação inovadora e qualificada não é a condição predominante da gestão pública no Brasil, em todas as esferas. É cada vez mais urgente buscar a convergência do ideal da sustentabilidade aos processos democráticos. Dessa forma, o IDS e a RAPS lançaram, no segundo semestre de 2015, um ciclo de debates sobre Gestão Pública Inovadora e Qualificada, com o objetivo de identificar experiências bem sucedidas de políticas voltadas para a sustentabilidade e difundir os caminhos e práticas que levaram a sua implementação.

Em três encontros, gestores públicos do Pará, Pernambuco e Extrema (MG) compartilharam suas experiências, desafios e estratégias para desenvolver políticas a nível estadual e municipal sobre questões como: energias renováveis, combate ao desmatamento, desenvolvimento econômico, preservação de nascentes, pagamento por serviços ambientais etc.

Foram consideradas as especificidades locais para os desenhos das políticas, mas para além da adaptação às necessidades regionais, os gestores compartilharam características comuns que se mostraram bons exemplos de gestões inovadoras, como a definição de metas, planejamento a longo prazo, forte liderança e engajamento com a sociedade e articulação multiatores.

Como resultado dessa iniciativa foi elaborada a publicação "Caminhos para a gestão pública inovadora: Análise das convergências entre políticas públicas para a sustentabilidade em governos subnacionais", que reúne links para documentos de contexto e análise, além dos vídeos completos dos eventos. Todos os vídeos, fotos e análises dos encontros estão disponíveis na íntegra no site do IDS.

- (e) **Novos Sujeitos Políticos:** A possibilidade de mudança na política só pode vir da própria sociedade e do esforço dos cidadãos em assumir seu poder transformador

Na esteira dos protestos de junho de 2013, as ruas continuaram como palco para as manifestações das mais diversas agendas, desde reivindicações contra a realização da Copa do Mundo até passeatas pelos direitos das mulheres. Neste meio tempo, o Brasil ainda passou por um conturbado processo eleitoral no final de 2014 e o agravamento das crises política e econômica em 2015.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

É reconhecido que há na sociedade brasileira um processo de questionamento do sistema político atual decorrente de uma grave crise de credibilidade, que requer respostas mais efetivas da sociedade. Essa contestação é gerada pela descrença no funcionamento das instituições, pelo monopólio do poder por legendas partidárias, pelos esquemas de corrupção provenientes das concessões para viabilizar governos de coalizão e pelo fechamento do sistema político em si mesmo. Este é um padrão que precisa ser superado.

No 1º semestre de 2015, o IDS idealizou e coordenou uma série de encontros do Núcleo de Reflexão sobre Democracia para identificar temas prioritários sobre o pilar Democracia, a fim de aprofundar a discussão dessa agenda.

O grupo, que reuniu representantes de organizações como IDS, RAPS, GIFE e indivíduos interessados, debateu e se inspirou nas Propostas de Prioridade Máxima da Plataforma IDS sobre Política Cidadã e elegeu a proposta "Novo Sujeito Político exige a Reforma do Sistema" como foco de seu debate. Uma das reuniões contou com a participação do professor Carlos Nepomuceno para falar sobre democracia digital e cocriação política no século 21.

As discussões do Núcleo resultaram na publicação "Novos Sujeitos Políticos", que discute o atual contexto político e social para a emergência de novos atores políticos. Este documento base foi utilizado em cerca de 15 oficinas realizadas em seis cidades brasileiras com diversos movimentos, coletivos e colaboradores.

16 Impostos, taxas e contribuições

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IPTU	-	(2.480)
COFINS sobre receitas financeiras	(149)	-
IR sobre prestação de serviço e aplicações financeiras	(904)	(3.945)
Outros	(1.208)	(1.597)
	<u>(2.261)</u>	<u>(8.022)</u>

17 Aspectos fiscais

- (a) O Instituto é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definido em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação, sendo isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativamente das condições estabelecidas nos artigos 12 e 15 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

- (b) Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
- (c) Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, conforme o disposto no artigo 14, inciso da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, incidindo apenas sobre as demais receitas eventualmente auferidas e não relacionadas às atividades próprias do Instituto.

18 Gratuidades

As gratuidades do IDS são consideradas na forma dos recursos destinados diretamente ao público, em seus componentes diretos da Plataforma.

- (a) Os valores das gratuidades oferecidas pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS estão demonstrados em conta de despesa (Notas 14 e 15), conforme abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Projetos Institucionais	-	(13.190)
Política Cidadã	-	(6.656)
Economia para uma sociedade sustentável	-	(41.172)
Proteção Social	-	(27.664)
Qualidade de Vida	-	(40.221)
Cultura e Fortalecimento da Diversidade	-	(18.360)
Política Externa Para o Século 21	-	(18.213)
Plataforma Brasil Democrático e Sustentável	(147.504)	-
Governo Democrático para Sustentabilidade da Amazônia	(407)	-
	<u>(147.911)</u>	<u>(165.476)</u>

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em reais

- (b) Informações quantitativas - as gratuidades estão quantitativamente representadas, conforme abaixo:

<u>Programa</u>	<u>Tipo de gratuidade</u>	<u>Quantidade (Não auditado)</u>	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Envolvimento total		328 (Público participante de todos os eventos promovidos)	794 (Público participante de todos os eventos promovidos)

19 Valor justo dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2015 e de 2014, bem como o seus valores justos, podem ser assim descritos.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conselho Diretor	1.179.257	1.066.815
Conselho Fiscal	137.523	186.615
Doação de espaço físico	18.000	20.242
Serviços profissionais	34.500	34.500
	<u>1.369.280</u>	<u>1.308.172</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de Receitas com serviços voluntários, com contrapartida em Despesas administrativas.

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário. Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações do Instituto.

20 Seguros

Para o exercício de 2015 e de 2014 não foram contratados seguros para salvaguarda do imobilizado do Instituto.

* * *

Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

**Notas Explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em reais**

João Paulo Ribeiro Capobianco

Presidente

Paulo Afonso Garcia

Conselheiro Fiscal

José Carlos Moraes Pinto

Contador CRC1SP061813/O-2

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE

CNPJ 11.376.024/0001-66

Em reais

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		2017	2016			2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante	Notas	20.459	5.084	Circulante	Notas	210.406	140.584
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.940	2.554	Fornecedores	9	30.196	18.089
Contas a receber	5	2.200	-	Financiamentos		-	2.135
Adiantamento a fornecedores	6	5.264	2.484	Obrigações sociais e tributárias	10	10.140	8.684
Impostos a recuperar	7	56	47	Provisões trabalhistas	11	15.622	10.776
				Contratos de Mutuo	12	150.000	100.000
				Adiantamento de clientes	13	4.448	900
Não Circulante		36.794	46.193	Patrimônio Líquido		(153.153)	(89.307)
Imobilizado líquido	8	36.794	46.193	Patrimônio Social	14	711.282	711.282
				Doações recebidas		14.470	14.470
				Déficit Acumulado		(927.688)	(863.842)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		48.783	48.783
TOTAL DO ATIVO		57.253	51.277	TOTAL DO PASSIVO		57.253	51.277

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Patrimônio Social	Doações recebidas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2015	711.282	14.470	36.837	(730.124)	32.466
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	11.946	-	11.946
Déficit do exercício	-	-	-	(133.718)	(133.718)
Em 31 de dezembro de 2016	711.282	14.470	48.783	(863.842)	(89.307)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(333)	(333)
Déficit do exercício	-	-	-	(63.513)	(63.513)
Em 31 de dezembro de 2017	711.282	14.470	48.783	(927.688)	(153.153)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DE EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	2017	2016
Receita líquida	15	677.370	2.234.165
Superávit bruto		677.370	2.234.165
Despesas das Atividades		(735.792)	(2.355.689)
Despesas de Pessoal		(202.022)	(186.177)
Despesas de Projetos		(449.876)	(421.865)
Despesas de Administrativas		(74.201)	(1.737.965)
Depreciação		(9.399)	(9.400)
Impostos, taxas e Contribuições		(293)	(281)
Resultado da Atividade		(58.423)	(121.524)
Resultado financeiro líquido		(5.090)	(12.194)
Receitas financeiras		1.333	539
Despesas financeiras		(6.423)	(12.733)
Déficit do Exercício		(63.513)	(133.718)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(63.513)	(133.718)
Ajuste atividades operacionais		
Depreciação	9.399	9.400
Ajuste de Exercício Anterior	(333)	11.946
Resultado Líquido Ajustado	(54.447)	(112.373)
Decréscimo (acrécimo) em ativos	(4.989)	(2.012)
Contas a receber	(2.200)	-
Adiantamento a fornecedores	(2.780)	(2.381)
Impostos a recuperar	(9)	369
(Decréscimo) acréscimo em passivos	19.822	9.260
Fornecedores	12.107	12.762
Financiamento Bancário	(2.135)	2.135
Obrigações sociais e tributárias	1.457	(4.033)
Provisões trabalhistas	4.846	(2.503)
Adiantamento de clientes	3.548	900
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	(39.615)	(105.124)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	-	(11.945)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos	-	(11.945)
Das Atividades de Financiamentos com Terceiros		
Contratos de Mutuo	50.000	100.000
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financ. com Terceiros	50.000	100.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa	10.385	(17.069)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	10.385	(17.069)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.554	19.623
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.939	2.554

João Paulo Ribeiro Capobianco
Presidente
CPF. 021.836.638-80


Marcos Guedes Castro
Contador - CRC 1SP163019/O-4

1. Contexto operacional

Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS (o "Instituto") é uma Associação civil sem fins lucrativos que foi fundada em 18 de outubro de 2009, e iniciou suas atividades em 14 de janeiro de 2010, estabelecida na Capital do Estado de São Paulo a Travessa Dona Paula, 01 conjunto 4, sala B, Higienópolis.

Conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça, de 26 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2012, o Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei no 9.790 de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ no 08071.032311/2011-77.

O Instituto possui os seguintes objetivos:

Promover e estimular a geração, elaboração e divulgação de valores, ideias, e propostas voltadas à promoção da democracia e da paz e a construção de novos modelos de desenvolvimento socioeconômico, para o Brasil e para o mundo, que tenham como elemento central a garantia da sustentabilidade socioambiental.

Monitorar e divulgar as ações e decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas federativas, bem como das empresas e da sociedade civil organizada que produzam efeitos positivos ou negativos sobre a implementação de políticas e modelos de desenvolvimento sustentável.

Estimular o debate de ideias e promover o acúmulo de conhecimento nas suas áreas de atuação, utilizando, sobretudo, plataformas colaborativas em rede com outras instituições e especialistas, bem como realizando, organizando e divulgando pesquisas e estudos nas diversas áreas do saber relativas à suas atividades.

Divulgar, por quaisquer meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatados a sua missão e as suas atividades, tendo como especial foco a juventude, porém sem exclusão dos demais públicos.

Estimular a formulação, o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos objetivos.

Usar de todos os meios de comunicação que estiverem ao seu alcance para divulgar suas ideias, valores e conhecimentos acumulados, podendo para isso, produzir, publicar, editar, manter, distribuir e divulgar livros, revistas, website, blogs, vídeos, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão ou televisivos, entre outros, realizar prospecção, gravação, edição e divulgações de imagens, músicas, depoimentos relacionados com suas diversas atividades.

Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades.

Distribuir e vender produtos e materiais da própria associação ou de terceiros que tenham relação com seus objetivos.

Assessorar e prestar serviços de consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos relacionados à sustentabilidade socioambiental a organizações públicas e privadas.

Firmar convênios, termos de parceria e demais contratos para a realização de projetos junto a outras instituições públicas ou privadas e terceiros.

Realizar, organizar, promover ou participar de eventos culturais como debates, conferências, seminários, cursos e congressos.

Participar de intercâmbios com outras organizações e entidades nacionais e internacionais afins, em especial na América Latina e Caribe, para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativos à suas atividades.

Promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos e campanhas nacionais e internacionais de apoio e defesa do patrimônio ambiental e cultural e dos direitos dos povos.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras preparadas pela sociedade estão de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.255/09, o qual está sendo apresentado de forma comparativa para os exercícios de 2017 e 2016.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Moeda funcional de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalente de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

b) Apuração do superávit/(déficit)

Os recursos provenientes de doações e contribuições são reconhecidos como receita durante o exercício por ocasião do seu efetivo ingresso.

As demais despesas e receitas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

c) Outros ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

d) Patrimônio Líquido

Constituído por doações recebidas de seus outorgantes instituidores e de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

A transferência do superávit/(déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação de assembleia dos associados.

e) Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de bancos são representados por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos com rendimentos prefixados, de liquidez imediata, mantidos junto ao Itaú Unibanco S.A. e remunerados a taxas mensais aproximadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Descrição	2017	2016
Caixa	216,33	2.494,06
Conta corrente bancária	70,20	60,20
Aplicação financeira	12.653,14	-
Total	12.939,67	2.554

5. Contas a receber

O saldo de contas receber que compõe o grupo são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo composto por faturas a receber decorrentes da prestação de serviços no. Não há reconhecimento de ajuste a valor presente de acordo com as disposições do CPC PME, pois os prazos médios de recebimento variam, em média de 30 a 45 dias, fazendo com que os efeitos sejam imateriais, independente da taxa de desconto utilizada.

6. Adiantamento a fornecedores

O grupo é composto por valores que compreendem adiantamento a fornecedores de serviços utilizados na atividade operacional da empresa, cujo detalhamento apresentou o que segue:

Descrição	2017	2016
Adiantamento a Fornecedores		
Fornecedores Diversos	5.263,56	2.483,51
Total	5.263,56	2.483,51

7. Impostos a recuperar

O grupo é composto por impostos pagos indevidamente que poderão ser utilizados para compensação mediante Per/Dcomp.

8. Imobilizado líquido

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com vida útil dos bens. Temos abaixo os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo residual em 31.12.2017 de R\$ 36.793,60.

Descrição	Valor de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Equipamentos de Informática	61.562,33	(55.453,88)	6.108,45
Instalações	3.150,00	(1.781,25)	1.368,75
Móveis e Utensílios	54.584,06	(30.127,97)	24.456,09
Máquinas e Equipamentos	19.617,00	(14.756,69)	4.860,31
Total	138.913,39	(102.119,79)	36.793,60

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

9. Fornecedores

Correspondem, basicamente, a contas a pagar por compras de materiais e prestadores de serviços em geral utilizados na prestação de serviços.

10. Obrigações sociais e tributárias

Constituídos essencialmente por encargos trabalhistas, retenções de serviços tomados de terceiros e tributos calculados sobre as receitas operacionais da sociedade.

Descrição	2017	2016
Contrib. Sindical a Recolher	320,13	320,13
COFINS a Recolher	3.643,22	1.384,05
Debitos sociais lei 10.833/03	400,14	365,87
FGTS a Recolher	751,22	703,45
INSS a Recolher	2.247,15	2.140,14
INSS ret. s/ Serviços Tomados	171,02	1.963,08
PIS a Recolher	93,90	87,93
IRRF a Recolher	568,44	573,14
ISS a Recolher	1.945,03	1.145,92
Total	10.140,25	8.683,71

11. Provisões Trabalhistas

Constituídos essencialmente por encargos trabalhistas, retenções de serviços tomados de terceiros e tributos calculados sobre as receitas operacionais da sociedade. O grupo é composto de provisões trabalhistas, cujo detalhamento apresentamos abaixo:

Descrição	2017	2016
Provisão de férias	11.614,80	8.011,90
Provisão de INSS s/férias	2.961,77	2.043,03
Provisão de FGTS s/férias	929,18	640,95
Provisão de PIS s/férias	116,15	80,12
Total	15.621,90	10.776,00

12. Mutuo

Este grupo é composto por valores a serem devolvidos aos dirigentes conforme estabelecido em contrato de mutuo.

0

Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016.

13. Adiantamento de clientes

O grupo é composto de apropriações de adiantamento de clientes.

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento de Clientes	4.447,69	900,00
Total	4.447,69	900,00

14. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social


O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos (superávits)/déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição. Em caso de dissolução do Instituto, ajustados todos os compromissos creditícios, seu patrimônio remanescente será destinado em benefício de uma ou mais entidades congêneres, preferencialmente com a mesma finalidade institucional. As beneficiárias deverão ser escolhidas na Assembleia Geral de dissolução.

15. Receita líquida

O grupo é composto por receita bruta de serviços prestados e impostos incidentes, doações recebidas por contribuintes no País e no Exterior, doações de espaços físicos e receitas de serviços voluntários.

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Líquida	677.369,87	2.234.064,92
Receita Bruta de Serviços	183.256,25	62.000,00
Doações de espaços físicos	-	52.500,00
Doações contribuintes no País	500.000,00	678.439,92
Receita com trabalho voluntarioso	-	1.447.077,00
Doações contribuintes no Exterior	11.706,22	-
Cofins sobre Serviços	- 13.927,48	- 4.712,00
ISS sobre Serviços	- 3.665,12	- 1.240,00

João Paulo Ribeiro Capobianco
Presidente
CPF. 021.836.638-80


Marcos Guedes Castro
Contador CRC 1SP163019/O-4